

5.3 MEIO SÓCIO-ECONÔMICO

◆ *METODOLOGIA*

A metodologia utilizada tomou por base o termo de referência do IBAMA, específico para este estudo e buscou, junto às prefeituras municipais, levantar os dados mais atuais sobre a socioeconomia destes municípios, assim como os planos, programas e projetos existentes e as expectativas relacionadas à exploração petrolífera na região. Os dados primários foram então levantados, ouvindo-se diretamente representantes dos poderes públicos municipais, tanto na AII, quanto na AID. Na AID também foram ouvidos atores de relevância nas atividades turística e pesqueira, por serem as mais diretamente impactadas pelo empreendimento. Neste sentido foram entrevistadas todas as colônias e associações de pescadores existentes desde o município de Presidente Kennedy até o município da Serra, associações e federações de moradores, associações ambientalistas, dentre outras entidades julgadas relevantes e identificadas junto às prefeituras municipais e aos demais entrevistados em cada município.

Os dados secundários foram obtidos de estudos e informações estatísticas publicados sobre os municípios e suas regiões, através de órgãos públicos de referência na produção de estudos e estatísticas regionais/municipais como o CIDE, no Rio de Janeiro, o IPES, no Espírito Santo e o IBGE, o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) dentre outras fontes. Algumas informações foram disponibilizadas em relatórios socioeconômicos, em planos de desenvolvimento e outros estudos realizados por alguns municípios. Todas estas referências estão descritas no item “Referências Bibliográficas”.

◆ *CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA*

A área de influência do empreendimento compreende os municípios localizados na porção litorânea norte do estado do Rio de Janeiro, considerada área de influência indireta, e os municípios localizados na porção litorânea sul do estado do Espírito Santo e na região da Grande Vitória, delimitada como área de influência direta.

Ao norte do Estado do Rio de Janeiro os municípios componentes da AII são: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

Compondo a AID do empreendimento os municípios do litoral sul do Espírito Santo são: Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta e Guarapari. Vitória, Vila Velha e Serra, também componentes da AID, são parte da região denominada de Grande Vitória.

Os municípios guardam entre si diferenças no tocante, em primeiro lugar, à sua localização geográfica e administrativa, e também à sua formação histórica e suas dinâmicas de desenvolvimento, conforme se descreverá adiante.

Guardadas as diferenças de maior relevância, pode-se agregar os municípios em função de suas regiões administrativas, e, dentro destas, de suas semelhanças no tocante à dinâmica de desenvolvimento, especialmente no campo econômico. Desta forma, e considerando as áreas de influência direta e indireta do empreendimento estudado, analisaremos os municípios em bloco:

aqueles localizados na porção litorânea norte do estado do Rio de Janeiro, e aqueles localizados na porção litorânea sul do estado do Espírito Santo e na região da Grande Vitória.

Destaca-se que os municípios localizados na porção litorânea sul do Espírito Santo, isto é, Presidente Kennedy, Marataízes, Piúma, Itapemirim, Anchieta e Guarapari, apresentam formações históricas e dinâmicas de desenvolvimento semelhantes, o que determina a possibilidade de serem trabalhados conjuntamente. Vitória, Serra e Vila Velha apresentam-se como municípios componentes da região da Grande Vitória, destacando-se, junto aos demais componentes desta região, em termos de volume de população, de concentração de investimentos e como pólos comerciais e de serviços ao nível estadual.

Os municípios componentes da AII localizam-se nas Regiões Administrativas: Norte Fluminense e Baixada Litorânea, definidas segundo planejamento do governo estadual. Descendo ao nível de microrregiões estes municípios ficam assim distribuídos: São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, e Campos dos Goytacazes, na Microrregião de Campos; Macaé, Carapebus e Quissamã, na Microrregião de Macaé; Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, na Microrregião da Bacia do São João; todos componentes da Região Administrativa Norte Fluminense; e, Armação de Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo, na Microrregião dos Lagos, a qual faz parte da Região Administrativa da Baixada Litorânea.

Na Região Norte Fluminense os Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé caracterizam-se como os principais pólos regionais. Nesta região a economia canavieira tradicional apresenta forte expressão, embora, na atualidade, a exploração petrolífera tenha se tornado a base do desenvolvimento local. Campos possui grande importância na história da economia açucareira do país, tendo sido fundamental na difusão do povoamento de todo o espaço geográfico das Regiões Norte e Noroeste Fluminenses. Macaé, desde a primeira metade do Século XIX é reconhecidamente expressivo em termos de economia canavieira, exercendo também a função de cidade comercial a partir do desenvolvimento do porto de Imbetiba em 1846. Nas últimas décadas, o Município vem despontando como centro regional em decorrência das atividades de extração de petróleo e gás natural na Bacia Oceânica de Campos (CEPEMAR, 2002).

A dinâmica econômica da Região das Baixadas Litorâneas, por sua vez, vinculava-se, até a década de 60, às atividades extrativistas do sal e da pesca artesanal, além da produção de laranjas e da criação de gado. A partir da década de 70, o turismo e lazer passaram a ser de grande importância para a região, tendo sido acompanhados pela indústria imobiliária, de característica especulativa, principalmente nas áreas litorâneas dos Municípios. O Município de Cabo Frio é o principal centro regional, liderando, como pólo de atração, o processo de crescimento/desenvolvimento desencadeado a partir da década de 70, principalmente pela indústria do turismo e da construção civil. Os antigos distritos cabo-frienses, hoje Municípios de Arraial do Cabo e Armação de Búzios, fazem parte do bloco liderado por Cabo Frio.

Já os Municípios de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, localizados na Bacia do São João, sofrem, desde a década de 80, forte influência de Macaé, apresentando estreita vinculação à atividade petrolífera desenvolvida na região.

5.3.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

5.3.1.1 AID - Litoral Sul do ES

◆ **METODOLOGIA**

Com base nos dados do censo agropecuário 1995/96 pode-se inferir os dados relativos ao uso do solo nos municípios da AID do empreendimento.

◆ **USO DO SOLO NOS MUNICÍPIOS**

Conforme se verifica nos dados da Tabela 5.3.1.1-1, a maioria dos municípios componentes do grupo do litoral sul do Espírito Santo apresenta áreas extensas de pastagens (naturais e plantadas) o que determina uma expressiva participação da atividade pecuarista em suas dimensões econômicas. Neste contexto, merecem especial destaque os municípios de Presidente Kennedy, cujas áreas com pastagens absorvem 73,78% de sua área territorial; de Piúma, com 60,46%, e de Anchieta, com 48%.

Também são expressivas as áreas de matas e florestas (naturais e plantadas), principalmente em Guarapari, município que possuem expressividade no tocante às reservas naturais e às unidades de conservação, dentre os demais.

No relativo a áreas agrícolas, destaque para Itapemirim, que destina 37,34% de sua área para as lavouras temporárias, destacando-se aqui a cultura canavieira, principal atividade agrícola municipal. Os municípios de Anchieta, Guarapari e Presidente Kennedy também apresentam expressividade em termos de áreas agrícolas, predominando nos dois primeiros as lavouras permanentes e no terceiro as temporárias. Anchieta e Guarapari são destaques estaduais na cultura da banana, enquanto Presidente Kennedy apresenta forte expressão nas culturas de cana-de-açúcar e do abacaxi.

Tabela 5.3.1.1-1: Utilização das Terras.

MUNICÍPIO	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)								
	Área Total	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Temporariamente em Descanso	Pastagem Natural	Pastagem Plantada	Matas /Florestas Naturais	Matas /Florestas Plantadas	Produtivas Não Utilizadas
Anchieta	24.148	3.781	605	185	3.119	11.590	2.943	138	316
Guarapari	42.482	6.813	591	879	2.540	15.767	9.813	400	2.450
Piúma	6.272	381	167	33	1.267	3.792	348	34	50
Itapemirim	55.671	1.216	20.792	1.271	15.264	9.821	2.858	314	1.777
Presidente Kennedy	54.577	1.048	4.507	650	3.379	40.268	3.328	186	288

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Em termos de ocupação urbana, foi verificado, com base em estudos realizados pelo IPES e nas visitas e entrevistas realizadas no levantamento de campo, que a ocupação do solo na região do litoral sul do Espírito Santo tem se caracterizado pelo adensamento urbano na faixa costeira, especialmente nas sedes municipais e, a partir destas, expandindo-se em forma de loteamentos e outras ocupações voltadas para o atendimento da população de turistas que freqüentam a região. A

atividade turística, atividade de grande relevância para o desenvolvimento local, constitui-se num importante fator de expansão nestas áreas.

Observa-se, ao longo do trecho Vitória-Anchieta, um *continuum urbano*, permeado, em alguns trechos, por áreas de proteção ambiental e por loteamentos ainda não consolidados. “A mancha urbana litorânea no trecho Vila Velha–Anchieta ampliou-se em 10 vezes no período compreendido entre as décadas de 70 e 90, segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves” (IPES, 2000).

Entre Anchieta e Marataízes as áreas urbanas são bem mais espaçadas, sendo entrecortadas por propriedades rurais. Presidente Kennedy constitui-se numa exceção à regra, por um lado por localizar sua sede municipal no interior, distante da faixa costeira, por outro lado, por apresentar-se como um dos municípios de menor atratividade populacional. A dificuldade de acesso ao litoral deste município também se constitui num fator impeditivo para o crescimento de sua orla.

A recente duplicação da ES-060, também denominada Rodovia do Sol, resultou num incremento da especulação imobiliária na região, especialmente no trecho Vila Velha-Anchieta, provocando uma maior pressão urbana na região. A este fato deve-se somar a nova dinâmica econômica que está se imprimindo a todo o litoral capixaba, baseada nas recentes descobertas e investimentos no setor petrolífero, que, via de regra, tende a provocar maior adensamento urbano-populacional nas regiões mais diretamente impactadas.

No município de Guarapari destacam-se os balneários de Setiba, Perocão, Santa Mônica, Praia do Morro, Nova Guarapari e de Meaípe, pelos quais perpassa a Rodovia do Sol.

No município de Anchieta destacam-se os núcleos urbanos de Ubu, Parati e Castelhanos e Maimbá, além da sede municipal. Ao longo da ES-060, nas proximidades de Ubu e de Maimbá localizam-se as áreas portuária e industrial pertencentes a Samarco Mineração S/A, margeada pela extensa Lagoa de Maimbá. Esta, por sua vez tem sido fortemente impactada pela ocupação nas suas proximidades por loteamentos e invasões, destacando-se os loteamentos na margem oposta de Meaípe e a ocupação denominada de Recanto do Sol.

O porto de Ubu, administrado pela Samarco mineração S.A., recentemente incorporada ao grupo CVRD, possui dois berços de atracação que movimentam minério de ferro e *pellets*, que comportam navios de até 150.00 TDW, cuja capacidade de carregamento é de 9.000 ton/h, segundo informações da CODESA – Companhia Docas do espírito Santo. Este terminal possui uma significativa retroárea com comunicação com a área industrial da Samarco através de trecho rodoviário.

Encontra-se em fase inicial de operação neste porto a Base de Operações da Brasil Supply que fornecerá fluido de perfuração para a atividade petrolífera.



Figura 5.3.1.1-1: Porto de Ubu, Município de Anchieta.

A sede municipal de Anchieta, sítio do mais importante patrimônio histórico-cultural da região, apresenta-se como um espaço de reduzida expansão urbana. Destaca-se, nas suas proximidades a Estação Ecológica Municipal de Papagaio, que inclui extensa zona de manguezal adjacente à foz do rio Benevente (IPES, 2000).

A partir da sede de Anchieta, após um pequeno trecho de loteamentos e propriedades rurais, surge o balneário de Iriri, um dos mais atrativos do sul do estado, que se integra à paisagem urbana até a sede municipal de Piúma, estendendo-se, a partir daí, até os balneários de Itaipava e Itaóca, num processo de conurbação urbana visível.

Após Itaóca verifica-se a ocorrência de áreas não ocupadas, inclusive da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guanandy, localizada entre Itaóca e Barra do Itapemirim.

A conurbação urbana representada pelas sedes municipais de Itapemirim e Marataízes apresenta um conjunto urbano que impossibilita distinguir os limites territoriais destes dois municípios.

No município de Presidente Kennedy os núcleos urbanos são claramente distantes uns dos outros, inclusive sua sede municipal, localizada no interior do município. Seu crescimento urbano tem sido lento ao longo dos anos, tendo-se praticamente mantido sua população, segundo dados dos últimos censos.

- VITÓRIA, VILA VELHA E SERRA

Estes municípios apresentam-se como espaços eminentemente urbanos possuindo pouca representatividade em termos de áreas rurais, sendo muito expressiva sua ocupação urbana. A exemplo de Vitória, que possui sua pequena área territorial urbanizada, Serra também aparece como espaço com grande proporção de áreas urbanas, conforme se pode verificar pelos dados apresentados na Tabela 5.3.1.1-2. O município de Serra possui apenas 29,14% de seu território como área de uso rural (lavouras, matas, pastagens e demais áreas). Vila Velha, embora apareça como um dos principais municípios em termos de crescimento urbano, ainda possui maior expressão em termos de áreas rurais (entre lavouras, matas, pastagens, etc), detendo, neste campo, 97,41% de seu território.

Vitória não aparece porque não possui áreas agricultáveis, embora possua uma significativa área ocupada por Unidades de Conservação, conforme se pode verificar no subitem 5.2.1 – Unidades de Conservação.

Tabela 5.3.1.1-2: Utilização das Terras.

MUNICÍPIO	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)								
	Area total	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Temporariamente em Descanso	Pastagem Natural	Pastagem Plantada	Matas /Florestas Naturais	Matas /Florestas Plantadas	Produtivas Não Utilizadas
Vila Velha	2.168	136	90	-	126	1.598	128	8	26
Serra	28.071	1.604	381	257	931	2.831	1.742	12	423

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Com relação ao uso urbano, destaca-se em Vila Velha o adensamento urbano relativo à sede municipal que se estende até Itaparica, sendo interrompido, neste trecho, pelo Parque de Jacarenema, localizado nas proximidades do balneário de Barra do Jucu. Junto a este balneário encontra-se a região denominada de Grande Terra Vermelha, área recentemente ocupada por invasões e loteamentos regulares e irregulares, que possui elevada densidade populacional e um dos maiores problemas sócio-urbanos da região metropolitana. A partir daí verifica-se a existência de vários loteamentos regulares ocupados, na grande maioria, por casas de veranistas, que se estendem até o município de Guarapari, sendo entremeado pela APA de Setiba e pelo Parque Paulo César Vinhas. Vale destacar a visível ocorrência, neste trecho, de atividade intensiva de extração de areia, comprometendo, inclusive, as áreas de proteção aí existentes.

Em meio à região de Terra Vermelha, nas proximidades de Barra do Jucu, está localizado o Aeródromo de Barra do Jucu. Este possui uma pequena área e atende, normalmente, às atividades de aprendizagem aérea e de vôos panorâmicos realizados na região.

Em Vitória a sede municipal conforma toda sua área territorial estando praticamente toda urbanizada, à exceção de sua área de manguezal. Vale destacar ainda, na capital, as áreas de parques e reservas naturais.

Cidade portuária, Vitória, apesar de sua pequena extensão territorial, situa dois importantes portos nacionais: o Porto de Vitória e o Porto de Tubarão.

O Porto de Tubarão, expressão nacional e destaque internacional na movimentação de minério de ferro, é um terminal especializado na operação deste tipo de carga. Após a construção do TPD – Terminal de Produtos Diversos, Tubarão passou a movimentar outros tipos de carga, como também contêineres e granéis sólidos. Sua retroárea comporta pátios de 4,5 milhões de toneladas para minério, silos para 30 mil m³, pátio aberto para 3.000 contêineres, armazém com 3.200 m², segundo informações da CODESA, possuindo ainda acesso por ferrovia para transporte de minério de ferro, contêineres, fertilizantes e carga geral. O Porto de Praia Mole opera produtos siderúrgicos em condomínio entre a CST, a Açominas e a Usiminas, possuindo também um terminal para movimentar carvão mineral, este controlado pela CVRD. O acesso a Praia Mole se dá pela modal rodo-ferroviária.

O Porto de Vitória, importante expressão em termos de uso urbano, possui áreas dentro do município de Vitória e áreas dentro do município de Vila Velha. É composto por 13 berços de atracação distribuídos entre o Cais comercial, o Cais de Capuaba, o Cais de Paul, o Terminal da Flexibrás, o Terminal de granéis Líquidos de São Torquato, o Terminal de Vila Velha e os Dolphins

do Atalaia. Movimenta carga geral, especialmente no Cais Comercial, sediado na capital; ferro-gusa, movimentado no Cais de Paul, em terminal arrendado a CVRD; mármore e granito e carga geral, movimentados pelo TVV, que também opera contêineres; tubos flexíveis, produtos fornecidos para as plataformas petrolíferas, operado no terminal da Flexibrás; granéis líquidos, operados no terminal de São Torquato, inclusive fornecedora das plataformas petrolíferas. No atual momento as principais bases de apoio *off-shore* no Estado estão sediadas neste porto, sendo representadas pelos terminais da Flexibrás, da CPVV e de Peiú.

Sua retroárea está delimitada pelas áreas residenciais urbanas que a circunscvem. No entanto, existem projetos de expansão do porto, alguns se adentrando á área marítima como o berço de atracação de navios de passageiros, outros disponibilizando áreas ao longo do canal em direção à terceira ponte, margeando o município de Vila Velha, sobretudo nas proximidades da Ilha das Cobras, segundo informações da Assessoria Comercial e de Marketing da CODESA.

Vitória também sedia o principal aeroporto estadual. O Aeroporto Eurico Salles encontra-se em fase de ampliação devendo se estruturar para recepção de aeronaves de maior porte e para aumento de sua capacidade. Esta base aérea já vem realizando, embora de forma limitada, o transporte internacional de cargas, devendo expandir este tipo de operação.

No município da Serra se destacam as áreas de uso industrial, dentre elas os CIVIT (Centro Industrial de Vitória) I e II, o TIMS (Terminal Intermodal da Serra), as áreas relativas ao complexo industrial composto pela CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão e parte da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce.



Figura 5.3.1.1-2: Vista geral da baía de Vitória.

Figura 5.3.1.1-3: Porto de Vitória.

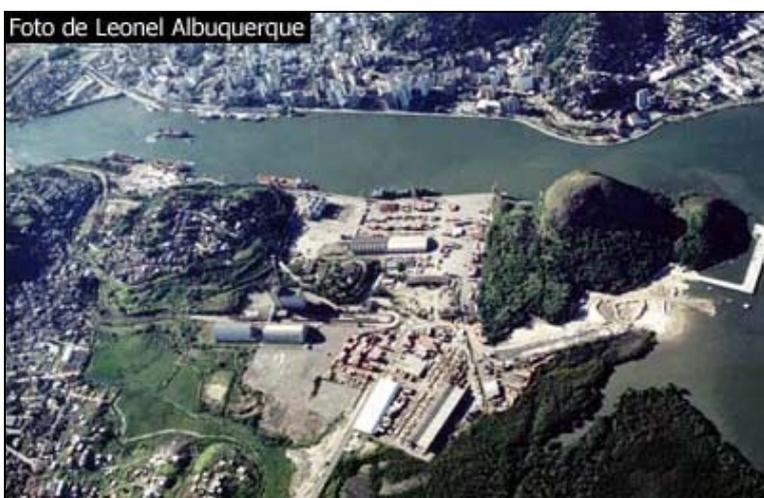


Figura 5.3.1.1-4: Porto de Vitória (Retro-área de Vila Velha) Destaque para CPVV e Cais de Capuaba.

Figura 5.3.1.1-5: Porto de Tubarão.





Figura 5.3.1.1-6: Porto de Praia Mole.

O Terminal Industrial e Multimodal da Serra – TIMS é um complexo que integra atividades logísticas sendo composto de infra-estrutura própria, incluindo gasoduto e acesso rodo-ferroviário. Está localizado nas proximidades do Aeroporto de Vitória e dos Portos de Praia Mole e Tubarão, o que o colocam como uma das principais áreas de atração de investimentos do estado.

Neste município também se apresentam extensas áreas ocupadas por loteamentos de classe de renda baixa, que se estendem desde o limite com a capital até sua sede municipal. As unidades de conservação também ocupam áreas expressivas no município, com destaque para o Mestre Álvaro.

5.3.1.2 AII – Municípios do Rio de Janeiro

◆ *METODOLOGIA*

Os dados aqui disponibilizados foram retirados do EIA do Campo de Espadarte (CEPEMAR, 2002), tendo sido concebidos pela equipe de realização do referido estudo com base em imagens digitais Landsat cedidas pela Petrobrás.

O uso/cobertura do solo foi analisado por Município. As tabelas apresentadas demonstram os valores de área em Km², ocupada por cada classe da legenda, e sua porcentagem em relação à área total do município.

A conceituação das classes adotadas utilizou a classificação do CIDE (Centro de Informações do Estado do Rio de Janeiro) adaptada para o caso específico, ficando da seguinte forma:

1) **Floresta Ombrófila Densa:** vegetação primária, localizada nas encostas, constituída de indivíduos de porte arbóreo agrupados em forma contínua. O que corresponde à Floresta Atlântica de encosta;

2) **Vegetação Secundária:**

- Capoeira: vegetação secundária em avançado estágio de regeneração, normalmente encontrada nas encostas.
- Capoeirinha: vegetação em estágio inicial ou intermediário de regeneração. Também é encontrada nas encostas.
- Vegetação de Encosta Esparsa: vegetação secundária encontrada em forma de ilhas isoladas e dispersas pelas encostas degradadas.
- Vegetação de Baixada: vegetação secundária encontrada em forma de ilhas isoladas e dispersas pelas baixadas. É formada por indivíduos de porte arbóreo. É formada pela Mata seca, mata de restinga e Mata de Tabuleiros.

3) **Vegetação de Restinga:**

- Mata Paludosa: vegetação encontrada em terras úmidas, de porte arbóreo, que acompanha o curso dos rios.
- Vegetação Esparsa: vegetação rasteira espalhada pela restinga e entorno.
- Vegetação Herbácea: vegetação em forma de moitas que recobre boa parte das áreas de restinga.
- Vegetação Herbácea-arbustiva: vegetação intermediária entre a vegetação herbácea e a mata paludosa. É encontrada também em forma de moitas.

4) **Vegetação de Mangue:** Constitui ambiente halófilo da desembocadura dos cursos d'água no mar. A vegetação cresce em água salobra e é formada por indivíduos de porte arbóreo.

5) **Vegetação de Mangue Degradada:** vegetação de mangue que vem sofrendo ação antrópica.

6) **Área Inundável:**

- Terra Úmida: áreas que passam a maior parte do ano com elevado grau de umidade e estão sujeitas a inundações periódicas.
- Vegetação Aquática ou Brejo: vegetação que cresce em terra úmida, de porte arbustivo, encontrada ao redor de lagoas e rios.

7) **Campo ou Pastagem:** extensas áreas recobertas por vegetação herbácea que podem ser utilizadas para pastagens. Esta classe é encontrada em todos os municípios estudados.

8) Solo Exposto:

- Solo sem Vegetação: solo onde a vegetação foi removida e apresenta alto grau de degradação.
- Praias e Dunas: areias que formam as praias e as dunas.

9) Reflorestamento: área destinada a plantios homogêneos para fins comerciais ou não.

10) Área agrícola: Área contínua, independente de tamanho, formada por campos de cultivo permanente ou temporário. Nesta categoria estão incluídas a agricultura de várzea e a agricultura sazonal (normalmente cultivada nos períodos de chuva).

11) Vegetação Alterada: áreas desmatadas apresentando estágio avançado de degradação apresentando vegetação formada por árvores esparsas e por capim colônio.

12) Afloramento Rochoso: rocha exposta, sem nenhum tipo de cobertura.

13) Área Urbana:

- Alta Densidade de Ocupação: áreas que se caracterizam por concentração contínua predominantemente vertical.
- Média Densidade de Ocupação: áreas que se caracterizam por concentração de ocupação predominantemente horizontal, ou vertical descontínua.
- Baixa Densidade de Ocupação: áreas de ocupação horizontal esparsa, entremeadas por áreas verdes ou terrenos não ocupados.

14) Salinas: extração de sal

15) Ilhas Fluviais: ilhas encontradas dentro do curso dos rios mais largos, como, por exemplo, o Rio Paraíba do Sul.

16) Bancos de Areia: acúmulo de areias em formato de ilhas dentro do curso de rios mais largos.

17) Mata Ciliar: áreas de vegetação arbustivo-arbórea características das margens dos rios.

18) Lagoas Assoreadas: parte das lagoas que já foi completamente tomada por sedimentos.

19) Água: lagoas, lagos, rios, etc. Não está incluído nesta categoria o Oceano nem o rio Paraíba do Sul.

◆ USO DO SOLO POR MUNICÍPIO

Em Arraial do Cabo o predomínio, em termos de área do território municipal, é do conjunto “água”, o que demonstra o enorme potencial hídrico do município, que detém, entre lagos, lagoas e rios, 48,21% de sua área. A cobertura vegetal, nas suas diversas formas, agrega cerca de 17% do território municipal. Também merece menção a área urbana que totaliza 9,52% da área, com destaque para a média ocupação (6,56%). As áreas de campos/pastagens ocupam um percentual significativo, de 11,42%. As áreas com salinas explicitam a importância desta tradicional atividade desenvolvida no município, perfazendo 8,51% da área municipal.

A atividade agrícola é inexpressiva dominando apenas 0,46% da área do município. As áreas correspondentes a praias e dunas são extensas, totalizando 2,81% deste território, o que demonstra a importância da atividade turística em função das condições naturais concedidas ao município.

Tabela 5.3.1.2-1: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Arraial do Cabo.

ARRAIAL DO CABO		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	18.27	11.42%
Vegetação herbácea	3.42	2.14%
Vegetação esparsa	10.01	6.25%
Vegetação herbácea arbustiva	12.40	7.75%
Agricultura	0.74	0.46%
Vegetação baixada	1.37	0.86%
Baixa ocupação	4.74	2.96%
Média ocupação	10.49	6.56%
Terra úmida	2.86	1.79%
Praias e dunas	4.50	2.81%
Brejo	0.44	0.28%
Salinas	13.60	8.51%
Água	77.12	48.21%
TOTAL INTERPRETADO	159.96	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

Cabo Frio apresenta um perfil mais diversificado, com predominância da área de campos/pastagens, com 35,08% de sua área total; com importância na área agrícola, que totaliza 21,45% do município, e com uma representativa área urbana, de cerca de 11% da área total. Ressaltam-se ainda as áreas de reflorestamento, com 2,29%; de salinas, com 5,38%, e de água, com 7,36%. Ambas determinam o perfil econômico do município baseado na atividade turística, na pesca, na extração de sal e na agropecuária.

Com base nos dados de demografia, verifica-se que o município apresenta uma concentração de população urbana de 84%, uma taxa de crescimento populacional de 5,77 hab/ano (a terceira taxa da AII) e uma densidade demográfica de 315 hab/km² (a maior da AII).

Como parte de sua destacada infra-estrutura turística, Cabo Frio possui um aeroporto internacional que prevê a construção de nova pista de pouso, para recepção de aeronaves de carga, e de um terminal de cargas como base para helicópteros e suporte para operações *off-shore*.



Figura 5.3.1.2-1: Salinas entre Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Figura 5.3.1.2-2: Salinas entre Cabo Frio e Arraial do Cabo.



Tabela 5.3.1.2-2: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Cabo Frio.

Descrição	CABO FRIO	
	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	117.98	35.08%
Vegetação herbácea	1.97	0.59%
Vegetação esparsa	14.22	4.23%
Vegetação herbácea arbustiva	0.19	0.06%
Agricultura	72.13	21.45%
Vegetação de baixada	22.32	6.64%
Ocupação baixa	4.32	1.28%
Média ocupação	32.66	9.71%
Terra úmida	2.33	0.69%
Praias e dunas	5.08	1.51%
Brejo	2.00	0.60%
Reflorestamento	7.69	2.29%
Rocha exposta	7.69	2.29%
Salinas	18.09	5.38%
Mata ciliar	2.89	0.86%
Água	24.75	7.36%
TOTAL INTERPRETADO	336.31	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

Armação de Búzios representa o ícone do turismo da região litorânea norte do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com os dados demográficos recentes, verifica-se que sua área urbana é de 13,47%, sendo 100% de população com domicílio urbano. A taxa de crescimento populacional é de 6,08 hab/ano, segundo valor mais alto da área de influência do empreendimento e a densidade demográfica é de 263 hab/km², a segunda maior da AII. Neste município a área urbana consolidada ocupa uma área de 11,11% e os loteamentos com baixa ocupação e esparsos 2,36%.

Em Búzios também está instalado um aeroporto, o Umberto Modiano, que atende, no geral, à demanda turística, fazendo ponte com o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, com o Santos Dumont no Rio de Janeiro e com aeroportos de São Paulo e de Belo Horizonte.

São predominantes no município as áreas correspondentes a campos, podendo ser utilizadas como pastagens, que totalizam 46,44% do total. A cobertura vegetal também é muito expressiva totalizando 28,53% da área municipal. A atividade agrícola ocupa uma área de 7,87% do município, sendo uma atividade representativa.

Tabela 5.3.1.2-3: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Armação de Búzios.

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	32.87	46.44%
Agricultura	5.57	7.87%
Vegetação de baixada	20.19	28.53%
Ocupação baixa	1.67	2.36%
Media ocupação	7.86	11.11%
Terra úmida	1.97	2.78%
Praias e dunas	0.53	0.75%
Água	0.11	0.16%
TOTAL INTERPRETADO	70.78	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

As principais atividades desenvolvidas em Casimiro de Abreu são o turismo, na região litorânea, e a agropecuária. Esta última ocupa uma área de 59,48, como pode ser observado na Tabela 5.3.1.2-4, sendo 17,11% com lavouras e 42,37% com pastagens. Casimiro de Abreu tem o quarto rebanho bovino da AII, sendo também o quarto produtor de leite (EIA do Campo de Espadarte - CEPEMAR, 2002).

De média ocupação a área urbana é pouco representativa, agregando apenas 1,43% da área total. Com base nos dados demográficos atuais este município possui 83% de sua população na área urbana, tendo uma baixa taxa de crescimento, de 2,20 hab/ano, e baixa densidade demográfica, de 48 hab/km².

As áreas com cobertura vegetal são muito expressivas, totalizando 30,60% do território municipal. Neste campo destaca-se a Reserva Biológica de Poço das Antas, de fundamental importância para a preservação do Mico Leão Dourado.

Tabela 5.3.1.2-4: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Casimiro de Abreu.

CASIMIRO DE ABREU		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	190.76	42.37%
Vegetação alterada	14.51	3.22%
Agricultura	77.03	17.11%
Vegetação baixada	42.71	9.49%
Capoeira	58.61	13.02%
Capoeirinha	21.91	4.87%
Media ocupação	6.43	1.43%
Floresta ombrofila	22.42	4.98%
Praias e dunas	0.28	0.06%
Brejo	6.01	1.34%
Mata ciliar	8.77	1.95%
Água	0.78	0.17%
TOTAL INTERPRETADO	450.22	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

Observam-se nos dados apresentados na Tabela 5.3.1.2-5, que Rio das Ostras apresenta um perfil econômico baseado na atividade agropecuária, a qual detém 67,30% da área municipal, distribuindo-se entre área de pastagens (61,64%) e área agrícola (5,66%). A pecuária de corte e leite tem forte presença no município, segundo indicam os dados relativos ao item estrutura produtiva. Na agricultura encontram-se cultivos de cana e pequenas lavouras para abastecimento local.

A área urbana perfaz 13,49% do município, detendo 95% de seus habitantes. A taxa de crescimento populacional é de 6,95 hab/ano, a maior da AII e a terceira do Estado do Rio de Janeiro, e a densidade demográfica é de 160 hab/km².

Decorrente da concentração de atividades relativas à exploração petrolífera na região, marcadamente em Macaé, município vizinho, a prefeitura municipal de Rio das Ostras está infra-estruturando uma área para alocação de investimentos. Denominada Zona Especial de Negócios, esta área totaliza 1 milhão de m², entre áreas destinadas à instalação de indústria, de estabelecimentos comerciais, a um centro tecnológico e a outros fins, e se localiza ao lado do Parque de Tubos da Petrobrás.

Tabela 5.3.1.2-5: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Rio das Ostras.

RIO DAS OSTRAS		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	142.92	61.64%
Vegetação herbácea arbustiva	0.71	0.31%
Agricultura	13.13	5.66%
Vegetação baixada	39.73	17.13%
Ocupação baixa	3.13	1.35%
Média ocupação	28.14	12.14%
Terra úmida	0.66	0.28%
Praias e dunas	1.24	0.53%
Brejo	1.71	0.74%
Água	0.5	0.22%
TOTAL INTERPRETADO	231.870	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

Macaé possui grande parte de seu território com cobertura vegetal, que totaliza 37,54%, destacando-se áreas com florestas e vegetação de restinga. É importante ressaltar neste município a presença de várias Unidades de Conservação, municipais, estaduais e federais, destacando-se o Parque Nacional de Jurubatiba.

As principais atividades desenvolvidas são a exploração petrolífera, a agropecuária, a pesca, o turismo e os serviços imobiliários. O município tem uma área agrícola de 10,14% destacando-se os cultivos de cana e a produção de alimentos. A pecuária é bastante representativa tendo o município o segundo maior rebanho bovino deste grupo de municípios.

Como apoio à atividade petrolífera desenvolvida na região, Macaé comporta o Porto de Imbetiba, principal base de apoio das atividades *off-shore*. Este porto localiza-se, como se pode verificar na Figura 5.3.1.2-3, em meio à área urbana da cidade.



Figura 5.3.1.2-3: Porto de Imbetiba – Macaé.

Além do porto de Imbetiba, Macaé tem instalado um aeroporto que serve de base às operações aéreas com destino e origem nas plataformas petrolíferas. Esta base aérea faz cerca de 3.900 pousos e decolagens/mês transportando cerca de 25.000 passageiros (Macaé *OFFSHORE*, 2003). O veículo mais utilizado é o helicóptero, que transporta funcionários, diretores, investidores e outros agentes para as plataformas localizadas na Bacia de Campos.

No momento estão sendo realizadas obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Macaé, através do PDA – Plano de Desenvolvimento Aeroportuário, o que deverá aumentar sua capacidade dos atuais 700 passageiros/dia para 1.000 passageiros/dia, com a ampliação do terminal de passageiros. Também deverão ser realizadas obras de construção de uma nova pista com 1.750 metros e de um porto seco.

Concentra-se na área urbana, com 1,85% do território municipal, 95% de sua população. A taxa de crescimento populacional é de 3,88 hab/ano e a densidade demográfica é de 108 hab/km².

Tabela 5.3.1.2-6: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Macaé.

MACAÉ		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	469.01	38.65%
Vegetação herbácea	28.58	2.35%
Vegetação herbácea arbustiva	2.26	0.19%
Vegetação alterada	70.57	5.81%
Agricultura	123.02	10.14%
Vegetação de baixada	158.01	13.02%
Capoeira	82.74	6.82%
Capoeirinha	113.43	9.35%
Mangue	7.30	0.60%
Média ocupação	22.43	1.85%
Floresta ombrófila	37.67	3.10%
Mata paludosa	3.59	0.30%
Terra úmida	23.70	1.95%
Praias e dunas	7.89	0.65%
Brejo	21.08	1.74%
Mata ciliar	12.48	1.03%
Água	29.86	2.46%
TOTAL INTERPRETADO	1213.61	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

Carapebus destaca-se na agroindústria canavieira e na pecuária leiteira, o que é demonstrado pelas áreas ocupadas por campos/pastagens e pela atividade agrícola que perfazem 61,43 % de seu território, respectivamente, 33,16% e 28,27%.

Merecem ainda destaque as áreas de matas, com 7,09%, e vegetação, com 24,54%. A vegetação de restinga é a dominante ocupando 23,59% da área do município. Salienta-se que uma porção significativa do Parque Nacional de Jurubatiba estende-se pela maior parte de sua faixa litorânea.

Sua área urbana perfaz apenas 0,41% do território municipal, detendo 79% de sua população. Apresenta pequena taxa de crescimento, de 1,58 hab/ano assim como baixa densidade demográfica, de 28 hab/km².

Tabela 5.3.1.2-7: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Carapebus.

CARAPEBUS		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	104.00	33.16%
Vegetação herbácea	69.09	22.03%
Vegetação herbácea arbustiva	4.90	1.56%
Agricultura	88.67	28.27%
Lagoas assoreadas	0.26	0.08%
Vegetação de baixada	2.99	0.95%
Média ocupação	1.29	0.41%
Mata paludosa	19.87	6.33%
Terra úmida	11.50	3.67%
Praias e dunas	1.94	0.62%
Mata ciliar	2.37	0.76%
Água	6.76	2.16%
TOTAL INTERPRETADO	313.63	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

Município de perfil eminentemente agrícola, Quissamã possui uma área de 5,13% ocupada por atividades agrícolas, com predomínio da cultura canavieira, e de 72,64% pela atividade pecuária. Esta última tem forte expressão econômica no município.

As áreas de vegetação correspondem a 13,01% de sua área ocupada. Este município também possui parte significativa de área pertencendo ao Parque Nacional de Jurubatiba.

Sua pequena área urbana, que perfaz 0,27% de seu território, concentra 56% de sua população. Com uma baixa taxa de crescimento populacional, de 2,09 hab/ano, Quissamã apresenta reduzida densidade demográfica, de 19 hab/km, a menor da área de influência.

Tabela 5.3.1.2-8: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Armação de Quissamã.

QUISSAMÃ		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	527.25	72.64%
Vegetação herbácea	34.54	4.76%
Vegetação esparsa	26.39	3.64%
Vegetação herbácea arbustiva	22.85	3.15%
Agricultura	37.27	5.13%
Lagoas assoreadas	5.54	0.76%
Vegetação de baixada	10.60	1.46%
Média ocupação	1.94	0.27%
Mata paludosa	14.73	2.03%
Terra úmida	13.46	1.85%
Praias e dunas	9.17	1.26%
Brejo	7.69	1.06%
Mata ciliar	4.65	0.64%
Água	9.76	1.34%
TOTAL INTERPRETADO	725.84	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002



Figura 5.3.1.2-4: Canaviais entre Quissamã e Carapebus.



Figura 5.3.1.2-5: Usina de Quissamã.



Figura 5.3.1.2-6: Usina de Carapebus.

O município de Campos dos Goytacazes possui 24,43% de sua área composta por vegetação natural constituída por Floresta ombrófila, vegetação de restinga, de baixada, dentre outras, por mata ciliar. Verifica-se no município a existência de várias Unidades de Conservação.

As atividades de agroindústria canavieira, de pecuária leiteira e de corte e fruticultura ocupam 68,48% da área do município. Ressalta-se que Campos é o maior produtor de cana-de-açúcar do Estado do RJ.

A população com domicílio urbano é de 90%, sendo a taxa de crescimento populacional igual a 1,06 hab/ano e a densidade demográfica de 101 hab/km². A área urbana está consolidada em uma área de 1,41% do município.

Da logística de transporte existente nesta região fazem parte o aeroporto instalado no município, que recentemente teve sua base ampliada. Segundo informações da prefeitura municipal este aeroporto atende a demandas relacionadas às atividades petrolíferas, embora esteja sendo pouco utilizado.

Campos é o maior município, em termos de área territorial, do grupo de municípios da AII.

Tabela 5.3.1.2-9: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Campos de Goytacazes.

Descrição	Campos	
	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	2.486.91	63.36%
Vegetação herbácea	33.37	0.85%
Vegetação esparsa	131.45	3.35%
Vegetação herbácea arbustiva	7.56	0.19%
Vegetação alterada	37.29	0.95%
Agricultura	201.06	5.12%
Vegetação baixada	47.18	1.20%
Capoeira	44.06	1.12%
Capoeirinha	57.75	1.47%
Encosta esparsa	357.39	9.11%
Rio Paraíba	0.08	0.00%
Média ocupação	55.41	1.41%
Ilhas fluviais	7.93	0.20%
Floresta ombrófila	105.37	2.68%
Bancos de areia	1.79	0.05%
Terra úmida	52.52	1.34%
Praias e dunas	4.29	0.11%
Brejo	113.51	2.89%
Rocha exposta	4.52	0.12%
Mata ciliar	140.04	3.57%
Água	35.51	0.90%
TOTAL INTERPRETADO	3.925.00	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

Em São João da Barra são dominantes as áreas de vegetação natural, em que 86,53% são vegetação de restinga, conforme se verifica nos dados apresentados na Tabela 5.3.1.2-10. Também são representativas, embora com participação bem menor, as áreas com atividades rurais, sendo 4,71% ocupadas pela atividade pecuária e apenas 0,67% com a atividade agrícola. As principais atividades desenvolvidas em São João da Barra são a pesca, o turismo e a agropecuária.

O município possui como importante atrativo turístico, o SESC Mineiro de Grussaí, que possui uma extensa área incluindo setores residenciais de diversos padrões e vários parques temáticos (Ferroviário, Cultural, dos Sonhos, das Nações), além de amplas áreas de estacionamento.

A área urbana caracterizada por baixa ocupação domina uma área de 0,25% do município. A população com domicílio urbano é de 71%, com uma taxa de crescimento populacional de 3,39 hab/ano e densidade demográfica de 60 hab/km².

Tabela 5.3.1.2-10: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de S. João da Barra.

SÃO JOÃO DA BARRA		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	21.87	4.75%
Vegetação herbácea	264.31	57.43%
Vegetação esparsa	106.66	23.17%
Vegetação herbácea arbustiva	27.77	6.03%
Agricultura	3.09	0.67%
Ocupação baixa	1.16	0.25%
Rio Paraíba	2.34	0.51%
Média ocupação	0.40	0.09%
Ilhas fluviais	0.00	0.00%
Bancos de areia	0.05	0.01%
Mata paludosa	9.46	2.06%
Terra úmida	2.67	0.58%
Praias e dunas	6.16	1.34%
Brejo	7.43	1.61%
Água	6.89	1.50%
TOTAL INTERPRETADO	460.25	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002

De forte traço agrícola o município de São Francisco de Itabapoana apresenta dominância de área agrícola, perfazendo 53,37 % de seu território, com destaques para a cultura canavieira e a fruticultura. Também são expressivas as áreas com pastagens, onde se desenvolve a pecuária de corte e leite, totalizando 22,65% da área municipal. A vegetação natural e de restinga ocupa uma área significativa, 18,52% do município. Destaque para as várias unidades de conservação existentes no município.

Assim como em Quissamã, sua área urbana ocupa pequena área de seu território, apenas 0,03% do município. A população com domicílio urbano é de 50%, sendo sua taxa de crescimento populacional de 0,31 hab/ano e sua densidade demográfica de 37 hab/km².

Tabela 5.3.1.2-11: Valores de uso e cobertura do solo, no Município de São Francisco de Itabapoana.

SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	247.75	22.65%
Vegetação herbácea	147.45	13.48%
Vegetação esparsa	32.28	2.95%
Vegetação herbácea arbustiva	15.87	1.45%
Agricultura	583.85	53.37%
Vegetação baixada	7.01	0.64%
Ocupação baixa	0.35	0.03%
Encosta esparsa	0.13	0.01%
Mangue	6.22	0.57%
Rio Paraíba	10.98	1.00%
Bancos de areia	0.06	0.01%
Mata Paludosa	7.69	0.70%
Terra úmida	6.44	0.59%
Praias e dunas	0.78	0.07%
Brejo	14.20	1.30%
Mata ciliar	4.27	0.39%
Água	8.63	0.79%
TOTAL INTERPRETADO	1.093.96	100.00%

Fonte . Cepemar - EIA Espadarte - 2002



Figura 5.3.1.2-7: Usina de açúcar de Barcelos, em São João da Barra.

5.3.2 GRUPOS DE INTERESSE

5.3.2.1 Identificação de Atores Relevantes

O levantamento de campo contribuiu para identificar as instituições, órgãos públicos e privados e as organizações sociais de relevância na região e, sobretudo para o empreendimento. Além disto também foram identificados os principais formadores de opinião das comunidades inseridas no contexto de influência do empreendimento em análise.

Ressalta-se que todas as instituições relacionadas abaixo foram contactadas no correr deste trabalho.

Tabela 5.3.2.1-1: Identificação dos Grupos de Interesse na Área de Influência do Empreendimento.

NOME DA INSTITUIÇÃO	PESSOA DE CONTATO	MUNICÍPIO
Prefeitura Municipal da Serra	Prefeito	Serra – ES
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico	-	
Federação de Associação de Moradores da Serra	-	
Associação de Pescadores Amadores e Profissionais de Nova Almeida	-	
ASPEJES - Associação de Pescadores de Jacaraípe	-	
Prefeitura Municipal de Vitória	Prefeito: Luiz Paulo Vellozo Lucas	Vitória - ES
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico	William Galvão	
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Willis de Faria	
Sec. Municipal de Turismo	Maria Luiza dos Santos Vellozo	
IBAMA-ES	Lúcia Regina Melo	
Colônia de Pescadores Z-5 - Maria Ortiz	Álvaro Martins da Silva	
Associação de Pescadores da Praia do Suá	Reginaldo Aquilino Tavares	
Associação de Pesca de Santo Antonio	Reginaldo Aquilino Tavares	
Associação de Pesca Ilha das Caieiras	Reginaldo Aquilino Tavares	
Associação de Pesca da Praia do Canto	Reginaldo Aquilino Tavares	
Associação de Pesca de Goiabeiras	Reginaldo Aquilino Tavares	
Cooperativa de Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras	-	
Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA	Daniel do Nascimento Duarte	

Tabela 5.3.2.1-1: Identificação dos Grupos de Interesse na Área de Influência do Empreendimento. Continuação

NOME DA INSTITUIÇÃO	PESSOA DE CONTATO	MUNICÍPIO
Consórcio Intermunicipal da Baía do Rio Santa Maria da Vitória e Jucu	-	Vitória e Vila Velha – ES
Prefeitura de Vila Velha	Prefeito Max Mauro Filho	Vila Velha - ES
Prefeitura de Vila Velha - Sec. de Desenvolvimento Econômico	Magno Pires	
Prefeitura de Vila Velha - Sec. de Meio Ambiente	Ricardo Vereza	
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico	Eng. Pesca Jair	
Colônia de Pesca Z-2 "Conselheiro Costa Pereira"	Nabucodonosor Pereira Brito	
Federação das Colônias de Pescadores - E.S.	Nabucodonosor Pereira Brito	
Associações de Pescadores da Praia do Ribeiro	Dirceu Oliveira	
Associações de Pescadores da Praia de Itapuã	José F. Correia (Zé boião)	
Associações de Pescadores da Ponta da Fruta	Sérgio Alcântara (Serginho)	
Associação de Pescadores da Praia da Costa	Eugenio Duda	
Cooperativa Mista de Pescadores	Romildo Silva	
Conselho Comunitário de Vila Velha	Sebastião Moura	
Associação Vilavelhense de Proteção Ambiental	-	
Prefeitura Municipal de Guarapari	Prefeito Antonio Gottardo	
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Antonio Teles Zimerer	
Sec. Municipal de Turismo	Sandra Maria Gomes Tedoldi	
Federação das Associações de Moradores e Movimento Populares	Narbaio de Paula Coutinho	
Associação de Moradores de Meaipe	Marcos Nascimento Vidal	
Associação de Pescadores e Moradores da Prainha de Muquiçaba	José Augusto Caldonazi Monjardim	
APROMAG - Associação de Produtores Manuais e Artesanais de Guarapari	Maria das Graças Reis da Costa	
Associação de Hotéis e Turismo de Guarapari	Emar das Dores	
URGE - União da Representação Guarapariense de Entidades	Vitor Feitosa	
Associação dos Empreendedores da Região das Águas Azuis	César Pestana	
Colônia de Pesca Z-3 "Almirante Noronha" - Guarapari	Ludjero Vieira Lima	
Associação de Proprietários de Embarcações e pescadores do Sul do Estado do Espírito Santo - Guarapari	Valter Mulinan de Souza	
Associação de pescadores e Moradores da Prainha de Muquiçaba - Guarapari	José Augusto Caldonazi Monjardim	
Associação de Maricultores de Guarapari	Vitor Beline Lopes Albertino	
Associação Aquícola de Guarapari	Aracy Vieira de Almeida	
Associação Ecológica Força Verde de Guarapari	Celso Maioli Júnior	
AAGUA - Associação Ambientalista de Guarapari	José Eduardo Ribeiro	
Instituto Ambientalista de Desenvolvimento Social Sustentável - Biocêntrica	Paulo Cesar	
Prefeitura Municipal de Anchieta	Prefeito	Anchieta - ES
Sec. Municipal de Turismo	Alexandre Assad	
Associação de Moradores de Mãe-Bá	Claudionor Leandro Santana	
Associação de Moradores de Úbu	Washington Freire das Neves	
APPC – Associação Pró-melhoramentos Praia Castelhanos	-	
Associação de Moradores de Porto de Cima	-	
Associação de Moradores de Vila Samarco	-	
Associação de Moradores de Anchieta	Pedro Gonzaga	
Associação de Moradores de Iriri	-	
AGETUR - Associação de Comércio e Turismo de Iriri	Augusto Ferrari	
ASSART – Associação Anchietaense de Artesanato	Valdomiro dos Santos	
ASSARTI - Associação de Artesões de Iriri	Magali	
ANHETUR - Associação de Hotéis	João Agapito	
Colônia de Pescadores Z-4 "Marcílio Dias" - Anchieta	Zeir Pinto de Moraes	
Associação de Maricultores de Anchieta	Pedro Gonzaga da Silva	
Associação de Esposas e Filhos de Pescadores Parati	-	
GRAMI - Grupo de Apoio ao Meio Ambiente	Bruno Fernandez	

Tabela 5.3.2.1-1: Identificação dos Grupos de Interesse na Área de Influência do Empreendimento. Continuação

NOME DA INSTITUIÇÃO	PESSOA DE CONTATO	MUNICÍPIO
Prefeitura Municipal de Piúma	Prefeito Samuel Zuqui	Piúma – ES
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Josefina	
Sec. Municipal de Finanças	Alcelon Amaral	
Centro Cultural de Piúma	-	
Colônia dos Pescadores Z-9	Manuel Carlos Santamarino (Português)	
Associação das Mulheres dos Pescadores de Piúma	Zulmira da Silva Santamaria	
Escola de Pesca de Piúma	Nelson Welerson Xavier e Silva	
Prefeitura de Itapemirim	Prefeito Alcino Cardoso	Itapemirim – ES
Câmara de Vereadores de Itapemirim	Assessora Elisa Helena Galante	
Federação de Associação de Moradores do Município de Itapemirim	Elicério da Silva Leal	
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim	Eng. Maria Helena	
Representante da comunidade de Itapemirim	Juan Galante	
Vereadora de Itapemirim	Dona Dila	
Representante de Pequenos Agricultores de Itapemirim	José Mauro Sales	
Sindicato dos Trabalhadores da Usina Paineiras	-	
Sindipublicos- Sindicato dos Funcionários Públicos	-	
Associação de Plantadores de Cana do Estado do Espírito Santo	-	
Cooperativa de Produtores de Cana do Estado do Espírito Santo	-	
Colônia dos Pescadores de Itaipava Z-10 - "Dom Pedro I"	Aureli Lopes (Lili)	
Associação de Pescadores do Município de Itapemirim	José Arthur Marquiori	
Associação de Pesca de Itaipava	Jose Américo Barbosa Barreto	Marataízes - ES
Prefeitura Municipal de Marataízes		
Vereador de Marataízes	Kleber Junior Pereira Bento	
Sec. Planejamento - Depto. Agricultura	Adelmo	
Séc. Planejamento - Depto. Meio Ambiente	Pedro Mota	
Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza	Cléber Júnior Pereira Bento	
SOAMAR - Sociedade dos Amigos da Marinha	-	
Associação Comercial de Marataízes	Abel	
Associação de Hotéis e pousadas de Marataízes	Marco Antônio Vieira de Novaes	
Associação de Hotéis, Pousadas e Similares	Adriana Mara Santangelo	
Associação Comercial de Marataízes	-	
Colônia de Pescadores de Marataízes Z-8 - Nossa Senhora dos Navegantes.	Sérgio Cláudio Marangoni Rody.	
APEMAR - Associação de Pescadores de Marataízes	Florianio Silva Paz	
Prefeitura de Presidente Kennedy	Prefeito: Aloísio Corrêa	
Assessora do Prefeito de Presidente Kennedy	Elisa Helena Galante	
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Rosana Sily Costalonga	
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itabapoama – Projeto Manajé	Cristiane Gimenes	
PETROSUL	Aloísio Corrêa	
Associação de Moradores da Praia de Marobá	José Ribeiro	
Associação de Moradores de Cauçela;	-	São Francisco do Itabapoana – ES
Associação de Pescadores de Marobá	José Ribeiro	
Prefeitura Municipal de São Francisco do Itabapoana	Assessoria do Prefeito: Roberto Acruche	
Colônia de Pescadores Z-1 de São Francisco do Itabapoana	-	
Associação de Pescadores de São Francisco do Itabapoana	-	São João da Barra - ES
Associação de Pescadores de São Francisco do Itabapoana	-	
Prefeitura Municipal de São João da Barra		
Gabinete do Prefeito	José Cláudio	

Tabela 5.3.2.1-1: Identificação dos Grupos de Interesse na Área de Influência do Empreendimento. Continuação

NOME DA INSTITUIÇÃO	PESSOA DE CONTATO	MUNICÍPIO
Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes		Campos dos Goytacazes - RJ
Sec. Municipal de Indústria Comércio e Turismo	Lucas Vieira Filho	
OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo	Luiz Mário Concebida	
FAMAC - Federação das Associações de Moradores e Amigos de Campos	-	
Fundação Zumbi dos Palmares	-	
CNFCN - Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza	-	
Prefeitura Municipal de Quissamã		Quissamã – RJ
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Luiz Antonio F. dos Santos	
Associação de Moradores do Morro	-	Quissamã - RJ
Associação de Moradores da Penha	-	
Associação de Moradores da Praia João	-	
Associação de Moradores do Sítio Quissamã	Matias	
Associação de Moradores do Carmo	-	
Associação de Moradores de Píferas	-	
Associação de Moradores de Caxias	-	
Associação de Moradores de Canto da Saudade	-	
Associação de Moradores de Beira da Lagoa	-	
Associação de Moradores da Barra de Furado	-	
MERO - Movimento Escola	-	
Amigos do Parque	-	
Associação de Pescadores Artesanais de Quissamã	-	
Associação de Pescadores Artesanais de Barra do Furado	-	
Prefeitura Municipal de Carapebus		Carapebus - RJ
Sec. Municipal de Planejamento	Jorge Aziiz	
Associação de Pescadores da Lagoa Carapebus	Waldeni França	
Prefeitura Municipal de Macaé		Macaé - RJ
Sec. Municipal de Meio Ambiente - Assessor	Luiz César Moreira de Mendonça	
AMOLA – Associação de Moradores do Mirante da Lagoa de Juboassica		
Associação de Moradores de Nova Holanda		
Associação de Moradores da Barra		
Associação de Moradores da Praia Campista		
Associação de Moradores de Cavalheiros		
Associação de Moradores do Recanto da Lagoa		
Associação de Moradores do Mirante da Lagoa		
Associação de Moradores Vicente da Lagoa.		
FAS – Fundação de Ação Social	Arlete Ribeiro	
ACIM – Associação Comercial e Industria de Macaé	Ierodice	
Rede Petro BC - Rede de Fornecedores de Bens e Serviços de Base Tecnológica para o Setor de Petróleo e Gás Natural na Bacia de Campos	-	
Colônia Z-2	Joel	
Cooperativa de Pescadores	Toninho	
Escola de Pesca	-	
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras	Prefeito: Alcebíades Sabrino	
AMACOSTAZUL - Associação de Moradores e Amigos de Costa Azul	Rogério Augusto Machado Coelho	
APRONORO - Associação de Moradores e Proprietários de Rio das Ostras	Áurea Vilma M. Mafra	
AMA BELA VISTA - Associação de Moradores e Amigos de Bela Vista	Gilberto Souza da Silva	
Colônia de Pescadores Z-22 Rio das Ostras	-	

Tabela 5.3.2.1-1: Identificação dos Grupos de Interesse na Área de Influência do Empreendimento. Continuação

NOME DA INSTITUIÇÃO	PESSOA DE CONTATO	MUNICÍPIO
Prefeitura Municipal de Cabo Frio		Cabo Frio – RJ
Sec. Municipal de Assuntos Especiais	Ricardo Azevedo	
Colônia Z-4		
Associação de Pesca Praia do Siqueira;		
Colônia Z-18		
Associação de Pesca Praia do Siqueira		
Consórcio Ambiental Intermunicipal Lago de São João	-	
Viva Lagoa e Associação em Defesa da Lagoa de Araruama	-	
Prefeitura Municipal de Armação de Búzios		Armação de Búzios – RJ
Associação de Pescadores de Manguinhos	Birinha	
Colônia de Pesca	Neneca	
Núcleo Ecológico de José Gonçalves	João	
Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo		Arraial do Cabo – RJ
Sec. Municipal de Obras	Cláudio Farias dos Santos	
Colônia de Pescadores Z-5	-	
Associação dos Colhedores de Mariscos – ACRIMAC	-	
Associação de Pescadores	-	

Fonte: Levantamento de Campo, 2003

5.3.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

As formas de organização da sociedade aqui descritas destacam os movimentos sociais, os grupos sociais organizados, as entidades ambientalistas e aquelas representativas das comunidades pesqueiras existentes na região de influência do empreendimento.

Os dados foram levantados diretamente em cada município, através de cadastros disponibilizados pelas prefeituras e secretarias municipais, e através de pesquisa direta, principalmente junto a entidades representativas dos grupos acima estacados localizadas na costa litorânea. Alguns dados também foram incorporados do EIA do Campo de Espadarte (CEPEMAR, 2002).

◆ MOVIMENTOS SOCIAIS - ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

O surgimento da expansão imobiliária nos municípios do litoral do Estado, decorrente de iniciativas da divulgação do turismo bem como de atração de grandes empreendimentos na década de 70, associados à falta de planejamento urbano e aos fluxos migratórios, determinaram mudanças significativas na dinâmica das localidades. Surgindo desta forma bairros e loteamentos periféricos com infra-estrutura precária. Como uma forma de encaminhar as reivindicações às instâncias dos Poderes Públicos, os moradores iniciaram na década de 80 a organização de Associações de Moradores, e nos municípios de Guarapari, Itapemirim, Serra e Vila Velha, foram criadas Federação de Associações de Moradores, uma forma de congregar as Associações existentes nos Municípios. Posteriormente, estas Associações também surgiram nos bairros nobres, com objetivo de defender, de forma organizada, os interesses junto aos Poderes Públicos.

No estado do Rio de Janeiro o modo de vida das populações dos municípios, tanto na Região Norte Fluminense como na Região das Baixadas Litorâneas, vem sofrendo significativas mudanças sociais, econômicas e culturais com a implementação das atividades petrolíferas nos últimos vinte e cinco anos.

Estas atividades e os empreendimentos novos que se instalaram nas regiões interferiram na dinâmica populacional, resultando em contingentes populacionais com características distintas das existentes até então, introduzindo novos modos de interação sócio-cultural e transformações nos espaços urbanos, principalmente nas localidades de Macaé, Rio das Ostras, Quissamã, Carapebus e Cassimiro de Abreu.

Associada a estas transformações ocorridas no contexto dos municípios, surgiram os centros comunitários e os movimentos sociais que, mais tarde, foram transformados em associação de moradores e movimentos emancipatórios, resultando nas emancipações dos distritos de Quissamã, Rio das Ostras, Carapebus, São Francisco do Itabapoana e Armação de Búzios entre 1990 e 1996 (EIA do Campo de Espadarte, CEPEMAR - 2002).

Tabela 5.3.3-1: Associações de Moradores, Movimentos Populares e Federações de Associações de Moradores e Movimentos Populares.

ENTIDADE	CONTATO	MUNICÍPIO
Federação das Associações de Moradores	-	Serra - ES
Associação Comunitária Casa Verde - Bairro São Pedro	-	Vitória - ES
Conselho Comunitário de Vila Velha	Sebastião Moura	Vila Velha - ES
Federação das Associações de Moradores e Movimento Populares	Narbaode Paula Coutinho	Guarapari - ES
Associação de Moradores de Meaípe	Marcos Nascimento Vidal	Guarapari - ES
Associação de Pescadores e Moradores da Prainha de Muquiçaba	José Augusto Caldonazi Monjardim	Guarapari - ES
Associação de Moradores de Mãe-Bá	Claudionor Leandro Santana	Anchieta - ES
Associação de Moradores de Ubu	Washington Freire das Neves	Anchieta - ES
APPC – Associação Pró-melhoramentos Praia Castelhanos	-	Anchieta - ES
Associação de Moradores de Anchieta	Pedro Gonzaga	Anchieta - ES
Associação de Moradores de Iriri	-	Anchieta - ES
Federação de Moradores do Município de Itapemirim	Elicério da Silva Leal	Itapemirim - ES
Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza	Cléber Júnior Pereira Bento	Marataizes - ES
Associação de Moradores da Praia de Marobá	José Ribeiro	Presidente Kennedy - ES
Associação de Moradores de Cauçela	-	Presidente Kennedy - ES
Associação de Moradores do Sítio Quissamã	Matias	Quissamã - RJ
AMOLA – Associação de Moradores do Mirante da Lagoa de Juboassica	Henrique	Macaé - RJ
Associação de Moradores de Nova Holanda	-	Macaé - RJ
Associação de Moradores de Cavalheiros	-	Macaé - RJ
AMACOSTAZUL - Associação de Moradores e Amigos de Costa Azul	Rogério Augusto Machado Coelho	Rio das Ostras - RJ
APRONORO - Associação de Moradores e Proprietários de Rio das Ostras	Aurea Vilma M. Mafra	Rio das Ostras - RJ
AMA BELA VISTA - Associação de Moradores e Amigos de Bela Vista	Gilberto Souza da Silva	Rio das Ostras - RJ

Fonte: Levantamento de Campo, 2003
EIA do Campo de Espadarte – CEPEMAR 2002

◆ GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS

Nas entrevistas realizadas com representantes de grupos sociais organizados, foi identificada uma forte tendência em transformação destes grupos em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OCIP's. Nos municípios de Guarapari e Anchieta foram identificadas as Associações de Empreendedores (Proprietários de bares, restaurantes, pousadas, hotéis e estabelecimentos comerciais) que está em processo de transformação.

Especificamente em Guarapari, foi criada no ano de 2002 a URGE - União da Representação Guarapariense de Entidades, que congrega entidades de assistência social, meio ambiente e movimentos comunitários existentes no município.

Os grupos sociais organizados têm contribuído para a organização social nos espaços em que atuam.

Tabela 5.3.3-2 Grupos Sociais Organizados.

GRUPO SOCIAL	CONTATO	MUNICÍPIO
ACES - Ação Comunitária do Espírito Santo	-	Vitória - ES
APROMAG - Associação de Produtores Manuais e Artesanais de Guarapari	Maria das Graças Reis da Costa	Guarapari - ES
PETROSUL - Associação dos municípios produtores de petróleo do sul do Espírito Santo	Prefeito Municipal de Presidente Kennedy	Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy - ES
URGE - União da Representação Guarapariense de Entidades	Vitor Feitosa	Guarapari - ES
Associação dos Empreendedores da Região das Águas Azuis	César Pestana	Guarapari e Anchieta - ES
AGETUR - Associação de Comércio e Turismo de Iriri	Augusto Ferrari	Anchieta - ES
ASSART - Associação Anchietaense de Artesanato	Valdomiro dos Santos	Anchieta - ES
ASSARTI - Associação de Artesões de Iriri	Magali	Anchieta - ES
ANHETUR - Associação de Hotéis	João Agapito	Anchieta - ES
Centro Cultural de Piúma	-	Piúma - ES
SOAMAR - Sociedade dos Amigos da Marinha	-	Marataízes - ES
Associação Comercial de Marataízes	Abel	Marataízes - ES
Sindicato dos Trabalhadores da Usina Paineiras	-	Itapemirim - ES
Sindipublicos - Sindicato dos Funcionários Públicos	-	Itapemirim - ES
Associação de Plantadores de Cana do Estado do Espírito Santo	-	Itapemirim - ES
Cooperativa de Produtores de Cana do Estado do Espírito Santo	-	Itapemirim - ES
Associação de Hotéis, Pousadas e Similares	Adriana Mara Santangelo	Marataízes - ES
Associação Comercial de Marataízes	-	Marataízes - ES
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	-	Presidente Kennedy - ES
OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo	Arnaldo Viana (Prefeito Municipal de Campos) Luiz Mário Concebida (Assessor)	Municípios da área de influência do estado do Rio de Janeiro
Fundação Zumbi dos Palmares	-	Campos - RJ
MERO - Movimento Escola	-	Quissamã - RJ
Amigos do Parque de Jurubatiba	-	Quissamã - RJ
FAZ - Fundação de Ação Social	Arlete Ribeiro	Macaé - RJ
ACIM - Associação Comercial e Indústria de Macaé	Ierodice	Macaé - RJ
Rede Petro BC - Rede de Fornecedores de Bens e Serviços de Base Tecnológica para o Setor de Petróleo e Gás Natural na Bacia de Campos	-	Macaé - RJ

Fonte: Levantamento de Campo, 2003
EIA do Campo de Espadarte - CEPEMAR - 2002

◆ MOVIMENTO DE PESCADORES

A Pesca na região sempre existiu paralela a outras atividades econômicas. Inicialmente como atividade artesanal de subsistência com comercialização no mercado interno. No município de Itapemirim, foi constatada através do trabalho de campo, que a pesca artesanal tem dado lugar à pesca profissional, que tem como base a localidade de Itaipava.

As dificuldades dos pescadores em adquirir equipamentos, minimizar custos e de regularização da profissão, associadas às divergências entre as lideranças, tem determinado a criação de associações de pescadores nos municípios nos últimos dez anos.

Inicialmente estes grupos estavam organizados em Colônias de Pesca, que foram criadas em sua maior parte no início e meados do século passado com objetivo de ajudar a Marinha do Brasil na proteção da costa brasileira. As Colônias foram criadas por decreto federal e seus estatutos seguem um modelo federal criado na época sem nenhuma adequação aos dias de hoje.

Segundo alguns pescadores entrevistados, as colônias "mal acostumaram os pescadores", uma vez que sempre houve a relação paternalista entre Marinha e Colônias, comprometendo o potencial de organização dos mesmos.

Tabela 5.3.3-3: Colônias, Associações e Cooperativas de Pesca.

ENTIDADE	CONTATO	MUNICÍPIO
Colônia de Pesca Z-2 - Conselheiro Costa Pereira	Nabucodonosor Pereira Brito	Vila Velha – ES
Federação das Colônias de Pescadores do E.S.	Nabucodonosor Pereira Brito	Vila Velha – ES
Associações de Pescadores da Praia do Ribeiro	Dirceu Oliveira	Vila Velha – ES
Associações de Pescadores da Praia de Itapuã	José F. Correia (Zé boião)	Vila Velha – ES
Associações de Pescadores da Ponta da Fruta	Sérgio Alcântara (Serginho)	Vila Velha – ES
Associação de Pescadores da Praia da Costa	Eugenio Duda	Vila Velha – ES
Cooperativa Mista de Pescadores	Romildo Silva	Vila Velha – ES
Colônia de Pescadores Z-5 - Maria Ortiz	Álvaro Martins da Silva, conhecido como Alvinho	Vitória – ES
Associação de Pescadores da Praia do Suá	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	Vitória – ES
Associação de Pesca de Santo Antonio	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	Vitória – ES
Associação de Pesca Ilha das Caieiras	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	Vitória – ES
Associação de Pesca da Praia do Canto	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	Vitória – ES
Associação de Pesca de Goiabeiras	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	Vitória – ES
Cooperativa de Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras	-	Vitória – ES
Associação de Pescadores Amadores e Profissionais de Nova Almeida	Dr. Paulo	Serra – ES
ASPEJES - Associação de Pescadores de Jacaraípe	Manoel Bueno dos Santos	Serra – ES
Colônia de Pesca Z-3 - Almirante Noronha	Ludjero Vieira Lima	Guarapari – ES
Associação de Proprietários de Embarcações e pescadores do Sul do Estado do Espírito Santo	Valter Mulinan de Souza	Guarapari – ES
Associação de pescadores e Moradores da Prainha de Muquiçaba	José Augusto Caldonazi Monjardim	Guarapari – ES
Associação de Maricultores de Guarapari	Vitor Beline Lopes Albertino	Guarapari – ES
Associação Aquícola de Guarapari	Aracy Vieira de Almeida	Guarapari – ES
Colônia de Pescadores Z-4 - Marcílio Dias	Zeir Pinto de Morais	Anchieta – ES
Associação de Maricultores de Anchieta	Pedro Gonzaga da Silva	Anchieta – ES
Associação de Esposas e Filhos de Pescadores Parati	-	Anchieta – ES
Colônia dos Pescadores Z-9	Manuel Carlos Santamarino (Português)	Piúma – ES
Associação das Mulheres dos Pescadores de Piúma	Zulmira da Silva Santamaría	Piúma – ES
Escola de Pesca de Piúma	Nelson Welerson Xavier e Silva	Piúma – ES
Colônia dos Pescadores de Itaipava Z-10 - Dom Pedro I	Aureli Lopes (Lili)	Itapemirim – ES
Associação de Pescadores do Município de Itapemirim	José Arthur Marquiori	Itapemirim – ES

Tabela 5.3.3-3: Colônias, Associações e Cooperativas de Pesca. Continuação

ENTIDADE	CONTATO	MUNICÍPIO
Associação de Pesca de Itaipava	Jose Américo Barbosa Barreto	Itapemirim – ES
Colônia de Pescadores de Marataízes Z-8 - Nossa Senhora dos Navegantes.	Sérgio Cláudio Marangoni Rody	Marataízes – ES
APEMAR - Associação de Pescadores de Marataízes	Florianio Silva Paz	Marataízes – ES
Associação de Pescadores de Marobá	José Ribeiro	Presidente Kennedy – ES
Colônia de Pescadores Z-1 de São Francisco do Itabapoana	-	São Francisco do Itabapoana – RJ
Associação de Pescadores de São Francisco do Itabapoana	-	São Francisco do Itabapoana – RJ
Associação de Pescadores de São Francisco do Itabapoana	-	São Francisco do Itabapoana – RJ
Associação de Pescadores Artesanais de Quissamã	-	Quissamã – RJ
Associação de Pescadores Artesanais de Barra do Furado	-	Quissamã – RJ
Associação de Pescadores da Lagoa Carapebus	Waldeni França	Carapebus – RJ
Colônia Z-2	Joel	Macaé – RJ
Cooperativa de Pescadores	Toninho	Macaé – RJ
Escola de Pesca	-	Macaé – RJ
Colônia de Pescadores Z-22	-	Rio das Ostras – RJ
Colônia Z-4	-	Cabo Frio – RJ
Associação de Pesca Praia do Siqueira	-	Cabo Frio – RJ
Colônia Z-18	-	Cabo Frio – RJ
Associação de Pesca Praia do Siqueira	-	Cabo Frio – RJ
Associação de Pescadores de Manguinhos	Birinha	Armação de Búzios – RJ
Colônia de Pesca	Neneca	Armação de Búzios – RJ
Colônia de Pescadores Z-5	-	Arraial do Cabo – RJ
Associação dos Colhedores de Mariscos – ACRIMAC	-	Arraial do Cabo – RJ
Associação de Pescadores	-	Arraial do Cabo - RJ

Fonte: Trabalhos de Campo, 2003

EIA do Campo de Espadarte – CEPEMAR 2002

◆ MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

Os Movimentos Ambientalistas representam uma das formas de organização da população dos municípios da área de influência.

Estes movimentos surgiram em paralelo ao crescimento desordenado e a implantação de empreendimentos nas regiões, conforme citado anteriormente, com objetivo de desenvolver ações de recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais das localidades. Tiveram crucial importância para que o poder público colocasse a questão ambiental na pauta de seus projetos, o que só veio a ocorrer a partir de meados da década de 80 do século passado. A partir daí foi sendo criadas leis de proteção aos recursos e patrimônio naturais, as leis de controle para implantação e operação de empreendimentos, dentre outras.

Tabela 5.3.3-4: Movimentos Ambientistas

MOVIMENTO	CONTATO	MUNICÍPIO
Avidepa.- Organização Vilavelhense de Proteção Ambiental	Cezar Musso	Vila Velha – ES
ORCA-	Lupércio	Vila Velha – ES
Acapema – Associação Capixaba de Proteção Ambiental	-	Vitória - ES
Consórcio da Bacia do Rio Santa Maria da Vitória e Jucu	-	Vitória - Vila Velha – ES
Consórcio da Bacia do Rio Benevente	-	Anchieta – ES
Consórcio da Bacia do Rio Itapemirim	-	Itapemirim – ES
Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA	Daniel do Nascimento Duarte	Vitória – ES
Consórcio da Bacia do Rio Itabapoana - Projeto Managé	Cristiane	Presidente Kennedy , Campos , São Francisco do Itabapoana – RJ
Consórcio Intermunicipal da Macro-região Ambiental (Comitê da Bacia do Rio Macaé)	Paulo Marinho	Macaé – RJ
Associação Ecológica Força Verde de Guarapari	Celso Maioli Júnior	Guarapari – ES
AAGUA - Associação Ambientalista de Guarapari	José Eduardo Ribeiro	Guarapari – ES
Instituto Ambientalista de Desenvolvimento Social Sustentável - Biocêntrica	Paulo Cesar	Guarapari – ES
GRAMI - Grupo de Apoio ao Meio Ambiente	Bruno Fernandez	Anchieta – Piúma – ES
CNFCN - Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza	-	Campos – RJ
AMDA – Associação Macaense de Defesa Ambiental	Paulo Marinho	Macaé – RJ
RAIA – Rede de Informação, Ação e Meio Ambiente	Alexandre Nogueira	Macaé – RJ
Amigos do Parque – Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba:	Maria Inês ou Dália	Macaé – RJ
Consórcio Ambiental Intermunicipal Lago de São João	-	Cabo Frio – RJ
Viva Lagoa e Associação em Defesa da Lagoa de Araruama	-	Cabo Frio – RJ
Núcleo Ecológico de José Gonçalves	João	Armação de Búzios – RJ

Fonte: Levantamento de Campo, 2003

EIA do Campo de Espadarte – CEPEMAR - 2002

5.3.4 DINÂMICA POPULACIONAL

5.3.4.1 Municípios da AID

◆ *MUNICÍPIOS DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO*

Na AID verifica-se que o grupo de municípios localizados no litoral sul do Espírito Santo concentrava apenas 5,4 % da população estadual em 1991, e 6,3% em 2002.

Com relação a participação de cada município na população total do grupo em que está inserido, verifica-se que: Guarapari agrega 44,08% desta em 1991 e 46,64% em 2002. Segue-se a este Marataízes com 16,17% em 1991 e 16,01% em 2002 e Itapemirim com 15,6% em 1991 e 14,6% em 2002. Os demais apresentam participações bem reduzidas.

Piúma e Guarapari apresentaram as maiores taxas de crescimento do grupo, respectivamente, 5,28 e 4,0, enquanto Presidente Kennedy apresenta uma taxa quase nula.

Tabela 5.3.4.1-1: População dos Municípios Capixabas – Litoral sul – 2000.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 1991	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2002(*)	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (**)
Marataizes	22.646	30.603	32.280	3,40
Itapemirim	21.846	28.121	29.439	2,85
Piúma	9.430	14.987	16.156	5,28
Presidente Kennedy	9.433	9.555	9.581	0,14
Anchieta	14.934	19.176	20.069	2,82
Guarapari	61.719	88.400	94.014	4,07
Total na Área	140.008	190.842	201.539	
Estado do Espírito Santo	2.602.589	3.099.316	3.203.724	

Fonte: IBGE/IPES

(*) Dados 2002 – Estimativa.

(**) 1991/2000

◆ **MUNICÍPIOS DE VITÓRIA, VILA VELHA E SERRA**

Vitória, Vila Velha e Serra possuem, juntos, 31,34% da população estadual, em 2002. Em 1991 estes municípios participavam com 28,7% deste total.

A participação de cada um deles no total do grupo varia de 29% até 36% em 1991 e 2002. Vitória com 34,7% em 1991 e 29,8% em 2002, Vila Velha com 35,6 % em 1991 e 36,13% em 2002 e Serra com 29,75% em 1991 e 34,05% em 2002.

Apenas o município da Serra apresenta taxa de crescimento acima da média, de 4,18 a.a.

Tabela 5.3.4.1-2: População dos Municípios Capixabas – Região da Grande Vitória.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 1991	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2002(*)	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (**)
Vitória	258.777	292.304	299.357	1,36
Vila Velha	265.586	345.965	362.877	2,98
Serra	222.158	321.181	342.016	4,18
Total na Área	746.521	959.450	1.004.250	-
Estado do Espírito Santo	2.602.589	3.099.316	3.203.724	

Fonte: IBGE/IPES

(*) Dados 2002 – Estimativa.

(**) 1991/2000

Há que se chamar a atenção para as diferenças entre as taxas de crescimento dos municípios do litoral norte fluminense e dos municípios do Espírito Santo, no período analisado, o que merece ser objeto de avaliação.

Comparativamente aos municípios do norte fluminense, as taxas de crescimento menores verificadas nos municípios do Espírito Santo refletem, no período analisado, a baixa atratividade desta região face à anterior, o que nos remete à estrutura econômica vigente em cada uma destas áreas. Fica patente a atratividade populacional exercida pela dinâmica imprimida em áreas de grande expressividade na atividade petrolífera, menos por sua dimensão empregatícia (que é muito seleta) e mais pelas condições criadas em função da geração de renda e de tributos. O estímulo econômico criado em função da geração de renda e de tributos nestas áreas conduz, ainda que haja

pequena relação arrecadação/investimentos por parte do setor público, sobretudo do municipal, a melhorias expressivas no campo dos equipamentos e serviços sociais que são, em última instância, o principal fator de atração de população.

Tomando-se a região do norte fluminense como objeto de comparação para se dimensionar os cenários para os municípios litorâneos do Espírito Santo (especialmente ao sul), face à nova dinâmica imprimida pelas descobertas petrolíferas nesta costa, guardadas as devidas diferenças e as especificidades relativas a cada momento histórico em que esta dinâmica se imprime nestas duas áreas, infere-se que poderá ocorrer um boom populacional tal como ocorreu no norte fluminense, que podem ocasionar muitas das conseqüências já vivenciadas no primeiro caso.

A situação domiciliar dos municípios do Espírito Santo apresenta o predomínio da população em áreas urbanas, com variações entre 57% e 100%, conforme demonstra a Tabela 5.3.4.1-3. Destaque para Vitória por apresentar 100% de sua população em áreas urbanas. Exceção à regra são os municípios de Itapemirim, Anchieta e de Presidente Kennedy, que possuem expressiva população rural, 42,63%, 30,94% e 73,52 %, respectivamente.

Importa destacar que a maioria das sedes municipais e dos principais núcleos urbanos destes municípios está concentrada ao longo da faixa costeira. A atividade turística possui grande influência na atratividade e fixação de população urbana nestas áreas, a exceção dos municípios componentes da Grande Vitória, isto é, Vitória, Vila Velha e Serra, que, por concentrarem as atividades econômicas e administrativas e por possuírem a mais completa infra-estrutura de serviços sociais, são os maiores atratores de população do estado.

Tabela 5.3.4.1-3: População dos Municípios por situação de Domicílio (Censo 2000).

MUNICÍPIOS	TOTAL Abs	URBANA Abs	RURAL Abs	URBANA %	RURAL %
Presidente Kennedy	9.555	2.530	7.025	26,48	73,52
Marataizes	30.603	23.757	6.846	77,63	22,37
Itapemirim	28121	16.133	11.988	57,37	42,63
Piúma	14.987	14.101	886	94,09	5,91
Anchieta	19.217	13.272	5.945	69,06	30,94
Guarapari	88.400	82.589	5.811	93,43	6,57
Vitória	292.304	292.304	0	100,00	0,00
Vila Velha	345.965	344.625	1.340	99,61	0,39
Serra	321.181	319.621	1.560	99,51	0,49
Estado do Espírito Santo	3.097.477	2.462.436	635.041	79,50	20,50

Fonte : IBGE – Censo Demográfico - 2000

5.3.4.2 Municípios da AII – Norte Fluminense

A dinâmica populacional de determinado espaço geográfico é delineada, em grande medida, pela forma e ritmo de desenvolvimento econômico imprimido à região. Na AII entre as décadas de 50 e 60 as atividades turística e imobiliária estimularam o incremento populacional, especialmente na faixa costeira. A partir da década de 70, ao se iniciarem as atividades petrolíferas na região, novos e contínuos incrementos foram dados à população dos municípios aí localizados, agora já não apenas na porção costeira, mas por toda a região, especialmente nas sedes municipais onde foram se instalando atividades de apoio à exploração petrolífera. Como sede do distrito de Exploração

Sudeste da Petrobrás (Cepemar, 2002) Macaé passa a ser o pólo atrator de crescimento da região. Fruto desta dinâmica foram surgindo novos municípios como Rio das Ostras, Arraial do Cabo, Búzios, Quissamã, Carapebus, São Francisco de Itabapoana, alguns emancipados recentemente, na década de 90.

Entre as décadas de 80 e 90 a dinâmica imprimida pela atividade petrolífera centrada em Macaé se estende aos demais municípios vizinhos que passam a atrair um expressivo contingente de trabalhadores, muitos empregados em empresas fornecedoras da indústria petrolífera, muitos em busca de oportunidades de emprego.

Nas duas últimas décadas os municípios componentes da AII, localizados no litoral norte do Rio de Janeiro, apresentam uma expressiva participação na população estadual, agregando desta, 5,35% (1991) e 6% (2000 e 2002), segundo demonstra a Tabela 5.3.4.2-1.

Vale observar que todos os municípios deste grupo tem tido um crescimento expressivo, com taxas médias na faixa de 3% a.a. Apenas São João da Barra e Campos apresentaram, neste período, taxas de crescimento abaixo de 1,0%. Contrariamente, Rio das Ostras, Armação de Búzios e Cabo Frio tiveram elevadíssimas taxas de crescimento, respectivamente, 8,02, 8,68 e 5,81. Macaé segue apresentando uma taxa de crescimento populacional expressiva, de 3,93 a.a..

Mesmo apresentando uma baixa taxa de crescimento no período analisado, Campos possui a maior concentração populacional relativamente ao total populacional deste grupo de municípios, cuja participação em 1991 foi de 54,8% e em 2002 de 46,0%. Macaé aparece como o segundo maior concentrador com 13,6% em 1991 e 15,8 em 2002, seguido de Cabo Frio com 11,13% em 1991 e 15,44% em 2002.

Tabela 5.3.4.2-1: População dos Municípios Fluminenses.

Municípios	População 1991	População 1996	População 2000	População 2002(*)	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (**)
S. João da Barra	20.847	24.546	27.682	29.312	0,68
S.Fco.de Itabapoana	38.714	40.030	41.145	41.725	3,2
Campos	376.290	392.902	406.989	414.311	0,88
Quissamã	10.467	12.202	13.674	14.439	3,01
Carapebus	7.238	8.011	8.666	9.007	2,02
Macaé	93.657	114.655	132.461	141.716	3,93
Rio das Ostras	18.195	28.057	36.419	40.765	8,02
Casimiro de Abreu	15.650	19.168	22.152	23.703	3,94
Armação de Búzios	8.604	13.799	18.204	20.494	8,68
Cabo Frio	76.311	103.648	126.828	138.876	5,81
Arraial do Cabo	19.866	22.036	23.877	24.834	2,06
Total na Área	685.839	781.050	858.097	899.181	-
Estado do Rio de Janeiro	12.807.706	13.664.637	14.391.282	14.768.969	1,3

Fonte: Censo 2000 – IBGE

(*) Dados 2002 - Estimativas – CIDE

(**) 1991/2000

O litoral norte fluminense apresenta uma população tipicamente urbana, na maioria dos municípios, com concentração que varia de 70 até 95% da população total, conforme se verifica na Tabela 5.3.4.2-2. Os municípios de São Francisco de Itabapoana e de Quissamã são os únicos deste grupo que possuem uma expressiva população rural, respectivamente, 53,27% e 43,7%, segundo dados do Censo de 2000.

Tabela 5.3.4.2-2: População dos Municípios por situação de Domicílio.

MUNICÍPIOS CONSIDERADOS	TOTAL Abs	URBANA Abs	RURAL Abs	URBANA %	RURAL %
S. Fco. de Itabapoana	41.145	19.228	21.917	46,73	53,27
S. João da Barra	27.682	19.631	8.051	70,92	29,08
Campos dos Goytacazes	406.989	364.177	42.812	89,48	10,52
Quissamã	13.674	7.699	5.975	56,30	43,70
Carapebus	8.666	6.875	1.791	79,33	20,67
Macaé	132.461	126.007	6.454	95,13	4,87
Rio das Ostras	36.419	34.552	1.867	94,87	5,13
Casimiro de Abreu	22.152	18.337	3.815	82,78	17,22
Armação de Búzios	18.204	18.204	00,0	100,00	0,00
Cabo Frio	126.828	106.237	20.591	83,76	16,24
Arraial do Cabo	23.877	23.8677	00,0	100,00	00,0
Estado do Rio de Janeiro	14.391.282	13.821.466	569.816	96,04	3,96

Fonte: Censo 2000 - IBGE.

5.3.5 FLUXOS MIGRATÓRIOS ATUAIS

5.3.5.1 Municípios da AID – ES

◆ *MUNICÍPIOS DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO*

Segundo dados do Censo Demográfico de 2002, relacionados na Tabela 5.3.5.1-1, a participação do fluxo migratório para o litoral sul no fluxo migratório estadual é relativamente pequena, de 11,02%. No entanto, em relação à Região Administrativa Sul do Espírito Santo, que congrega todos os municípios localizados ao sul do estado, a participação dos municípios componentes da AID é muito representativa, atingindo 85,87% em 2002.

Neste período existia, nos municípios do litoral sul do Espírito Santo, um contingente de 14.514 habitantes que, até julho de 1995, não residiam na região. Deste total o maior número de migrantes está no município de Guarapari, totalizando 9.263 habitantes. Marataízes e Piúma também possuíam um número expressivo de migrantes, respectivamente, 1.846 e 1.455. Importa ressaltar que, no conjunto dos municípios do litoral sul do estado do Espírito Santo, os três acima mencionados são os que apresentam maior destaque na atividade turística da região, que é um fator de forte atração de migrantes.

Com relação à origem verifica-se que, a maior parte dos migrantes são provenientes do Rio de Janeiro (28,84%), de Minas Gerais (23,41%) e da Bahia (24,53%), respectivamente. A população de migrantes do município de Guarapari é, em sua grande maioria, de origem baiana, seguida de mineiros e cariocas.

Além da atratividade exercida pelo turismo, a atividade industrial, especificamente aquela relacionada à investimentos de elevado porte e à construção civil, é um forte fator de influência na atração de população, especialmente daquela população de trabalhadores migrantes, que vive se deslocando em busca de oportunidades de trabalho. Nesta região exerce elevada atratividade as atividades relacionadas à Samarco Mineração, à Usina Paineiras e à indústria da construção civil, de grande relevância especialmente no município de Guarapari. Nos municípios de Itapemirim, Anchieta e Guarapari verifica-se a existência de um volume expressivo de migrantes provenientes de outros estados do nordeste, principalmente da Bahia, que vieram em busca de emprego no corte

de cana, nas empreiteiras da Samarco e nas obras civis. Em Itapemirim muitos ficam em alojamentos da empresa, outros terminam trazendo suas famílias e se fixando em bairros de baixa renda, dentro do próprio município. Em Anchieta surgiu, inclusive, um bairro de migrantes, a maioria proveniente do mesmo lugar da Bahia, de Camacã. Este bairro, denominado de Recanto do Sol, está localizado às margens da ES – 146, nas proximidades da unidade industrial da Samarco. No município de Guarapari, sobretudo na área urbana periférica, proliferaram os bairros de baixa renda, que abrigam número significativo de pessoas provenientes de outras regiões e estados.

Tabela 5.3.5.1-1: Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Espírito Santo em 31/7/1995.

Mesorregiões e Municípios	Total	Região Norte	Região Nordeste		Outros Estados da Região Sudeste			Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	Exterior
			Outros Estados	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo				
Total	131.608	5.463	6.235	31.743	38.516	28.927	11.850	2.799	3.636	925	1.514
Central Espírito-Santense	87.811	3.555	4.561	23.087	24.889	16.786	7.978	2.038	3.036	582	1.301
Litoral Norte Espírito-Santense	17.368	858	1.014	6.653	4.533	1.837	1.580	329	298	163	103
Noroeste Espírito-Santense	9.528	862	242	1.462	5.176	751	681	126	124	80	22
Sul Espírito-Santense	16.902	188	129	542	3.919	9.553	1.611	305	178	101	89
Anchieta	899	22	44	236	146	303	88	30	29	-	-
Guarapari	9.263	76	334	3.111	2.089	1.883	801	189	544	151	84
Itapemirim	796	0	60	8	83	447	143	-	-	46	9
Marataízes	1.846	35	58	71	553	767	232	80	16	-	35
Piúma	1.455	46	60	120	510	632	43	23	19	-	-
Presidente Kennedy	255	3	9	15	17	154	22	4	18	12	-
Total	14.514	182	565	3.561	3.398	4.186	1.329	326	626	209	128

Fonte: IBGE.- Censo Demográfico 2000

Ressalta-se que, tal como observado anteriormente, o litoral do Espírito Santo poderá sofrer um incremento populacional de dimensão elevada, próximo ao ocorrido no norte fluminense. A diferença está em que no norte fluminense os fluxos migratórios são regionais, e em menor grau, estaduais, visto que a maior parte da população migrante é originária de municípios vizinhos ou do próprio estado. No litoral sul do Espírito Santo verifica-se que é expressivo o fluxo de migrantes provenientes de outros estados, especialmente da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o que tenderá a se intensificar com o forte crescimento econômico esperado a partir da dinamização da atividade petrolífera na região.

◆ **MUNICÍPIOS DE VITÓRIA, VILA VELHA E SERRA**

Do contingente de 131.608 migrantes que vieram para o Espírito Santo em 2002, segundo dados do censo demográfico, constantes da Tabela 5.3.5.1-2, os municípios de Vitória, Vila Velha e da Serra atraíram para si, 46%. Suas participações neste volume foram, respectivamente, 10,92%, 17,98% e 17,17%. A concentração das atividades comerciais e de serviços, e da atividade industrial nestes municípios têm sido responsáveis pela elevada atração de população para estes. Assim como nos estados do litoral sul, a maioria dos migrantes que se fixam em Vitória, Vila Velha e na Serra é originária de Minas Gerais (27,14%), da Bahia (26,51%) e do Rio de Janeiro (19,37%).

Tabela 5.3.5.1-2: Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Espírito Santo em 31/7/1995.

Mesorregiões e Municípios	Total	Região Norte	Região Nordeste		Outros Estados da Região Sudeste			Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	Exterior
			Outros Estados	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo				
Total	131.608	5.463	6.235	31.743	38.516	28.927	11.850	2.799	3.636	925	1.514
Mesorregiões											
Central Espírito-Santense	87.811	3.555	4.561	23.087	24.889	16.786	7.978	2.038	3.036	582	1.301
Litoral Norte Espírito-Santense	17.368	858	1.014	6.653	4.533	1.837	1.580	329	298	163	103
Noroeste Espírito-Santense	9.528	862	242	1.462	5.176	751	681	126	124	80	22
Sul Espírito-Santense	16.902	188	417	542	3.919	9.553	1.611	305	178	101	89
Municípios											
Serra	22.602	1.010	1.190	7.699	6.986	2.625	1.951	200	640	225	75
Vila Velha	23.671	986	1.041	5.821	5.377	6.017	2.290	767	916	63	394
Vitória	14.376	522	936	2.562	4.098	3.110	1.586	382	601	26	554
Total	60.649	2.518	3.167	16.082	16.461	11.752	5.827	1.349	2.157	314	1.023

Fonte: IBGE.- Censo Demográfico 2000

Há que se considerar que, em função destes municípios possuírem as melhores condições infra-estruturais do estado e concentrarem as atividades dos setores terciário e secundário, este tendem a ser o principal foco de expansão populacional decorrente da dinamização da indústria petrolífera no estado.

5.3.5.2 Municípios da AII - Norte Fluminense

Os dados relativos ao movimento migratório ocorrido no litoral norte do Rio de Janeiro, relativos ao período de 1991 e 1996, apresentam um significativo fluxo migratório para os municípios analisados, especialmente Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Macaé, conforme se verifica na Tabela 5.3.5.2-1 e na Figura 5.3.5.2-1.

Na Figura 5.3.5.2-2 constata-se que a região partilha de um fluxo migratório estadual, visto que a maioria dos migrantes é originária do próprio estado.

Tabela 5.3.5.2-1: População Residente a partir de 1991, com indicação de domicílio anterior.

MUNICÍPIOS	POP. TOTAL	DOMICILIO ANTERIOR									
		Outros Mun. RJ		Outro Estado		Outro País		Ignorado		Migrantes	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	(%)
S. Fco. Itabap.	39.309	624	69,03	263	29,09	3	0,33	14	1,53	904	2,3
S. J. Barra	24.630	1.535	93,1	93	5,64	2	0,12	19	1,14	1.649	6,7
Campos	389.547	5.456	71,9	1.976	26,04	86	1,13	70	0,92	7.588	1,95
Carapebus	8.124	285	80,5	68	19,2	-	-	1	-	354	4,36
Macaé	113.092	8.816	71,7	3.270	26,6	149	1,21	56	0,45	12.291	10,87
Quissamã	12.583	214	72,5	15	5,26	0	-	66	22,37	295	2,34
C. de Abreu	20.212	2.864	85,59	468	13,99	4	0,12	10	0,30	3.346	16,55
R. das Ostras	28.106	5.821	87,68	770	11,60	21	0,32	27	0,40	6.639	23,62
A de Búzios	14.361	1.745	72,62	557	23,18	88	3,66	13	0,54	2.403	16,73
Cabo Frio	101.398	9.825	79,36	2.430	19,63	76	0,62	49	0,39	12.380	12,2
Arraial Cabo	21.548	1.869	82,55	381	16,83	5	0,22	9	0,40	2.264	10,51

Fonte: Centro de Informações e Dados Estatísticos – CIDE, Anuário Estatístico, 1998. Segundo IBGE, Contagem da População, 1996.

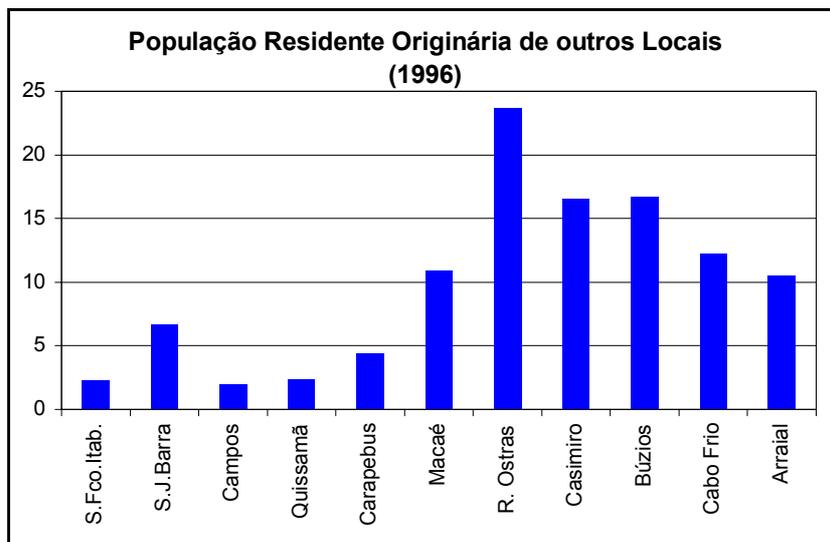


Figura 5.3.5.2-1: Migração Total (% da população residente)

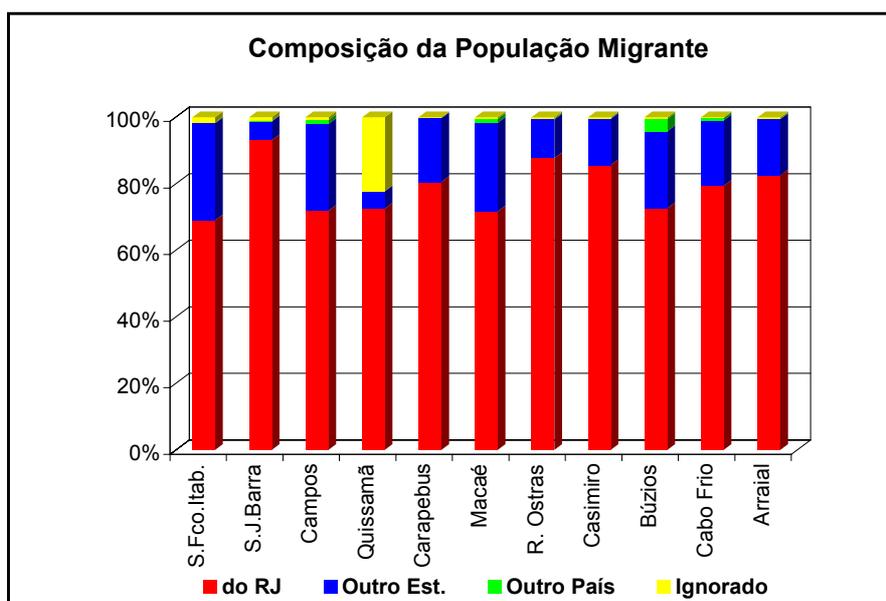


Figura 5.3.5.2-2: Migração-Composição

5.3.6 INFRA-ESTRUTURA

5.3.6.1 Saúde

◆ AID – MUNICÍPIOS DO E.S.

Os dados oficiais mostram que nos municípios da área de influência situados no Litoral Sul e Grande Vitória a oferta de Leitos da Rede Pública representa 84,05% dos leitos cadastrados. Com exceção dos municípios de Presidente Kennedy e Marataízes que não tem registro de leitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Nos levantamentos de campo foi constatado que estes municípios utilizam hospitais do município de Cachoeiro de Itapemirim.

Tabela 5.3.6.1-1: Leitos Cadastrados nos Municípios - E.S.

Tipos de Leitos		Total	LITORAL SUL						GRANDE VITÓRIA		
			Presidente Kennedy	Marataízes	Itapemirim	Piúma	Anchieta	Guarapari	Vila Velha	Vitória	Serra
CIRÚRGICO	Existente	1.130	N/D	N/D	29	8	21	24	212	769	67
	SUS	967	N/D	N/D	23	-	21	23	193	690	17
CLÍNICO	Existente	1.161	N/D	N/D	51	18	33	68	238	715	38
	SUS	84	N/D	N/D	41	-	33	66	220	622	2
COMPLEMENTAR	Existente	237	N/D	N/D	-	-	1	-	55	154	27
	SUS	174	N/D	N/D	-	-	1	-	51	122	-
TOTAL GERAL	Existente	2.528	N/D	N/D	80	26	55	92	505	1.638	132
	SUS	2.125	N/D	N/D	64	-	55	89	464	1.434	19

N/D : Informação Não Disponível

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus- Cnes, 2003

Em relação às Unidades Ambulatoriais, constatou-se nos municípios de Guarapari, Vila Velha, Vitória e Serra, maior concentração dos serviços. Vale ressaltar que nos municípios do Litoral Sul, foi constatada a inexistência de Pronto Socorro especializado.

Tabela 5.3.6.1-2: Unidades Ambulatoriais Cadastradas - E.S.

UNIDADES	LITORAL SUL						GRANDE VITÓRIA		
	Presidente Kennedy	Marataízes	Itapemirim	Piúma	Anchieta	Guarapari	Vila Velha	Vitória	Serra
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	2	1	3	1	1	6	18	24	32
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO DE ESPECIALIDADE		1				19	5	14	1
CONSULTORIO ISOLADO	1	1		1	1	39	1		
HOSPITAL ESPECIALIZADO							3	5	
HOSPITAL GERAL			1	1	1	2	4	6	1
POLICLINICA		1	1			7		6	4
POSTO DE SAUDE	3	6	10	3	21	13	4	2	3
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO									1
PRONTO SOCORRO GERAL		1				1			
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)		1	3		3	1	5	30	1
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA-ISOLADO	1			5					
UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIA/EPIDEMIOLOGIA-ISOLADO		1	1		1	2	4	3	2
UNIDADE MISTA									1
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	1	1	1			1		1	
TOTAL	8	14	20	11	28	91	44	91	46

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003

Em relação ao número de profissionais da área de saúde pode-se ressaltar que nos municípios do estado do Espírito Santo a concentração destes ocorre nos municípios de Vitória e Vila Velha.

Tabela 5.3.6.1-3: Número de Profissionais por Especialidade - E.S.

PROFISSIONAIS	LITORAL SUL							Vila Velha	Vitória	Serra
	Presidente Kennedy	Marataízes	Itapemirim	Piuma	Anchieta	Guarapari				
AGENTE COMUNITÁRIO	34		83	3	30	35	92	420	6	
AGENTE DE SANEAMENTO					1			2	1	
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA					3	2	11	26		
ASSISTENTE SOCIAL			5		1	2	15	88	3	
ATENDENTE DE ENFERMAGEM					1		20			
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	6		65	3	28	42		692	21	
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO PSF	1	1	1	1	22	6	21	78	6	
CIRURGIÃO DENTISTA			21	2		19	27	270	2	
ENFERMEIRO			4		1	7	28	154	1	
ENFERMEIRO PACS			7		1		9	29		
ENFERMEIRO PSF				1	2	11	19	81	2	
FISIOTERAPEUTA							8	23		
FONOAUDIÓLOGO							3	15		
MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA			3		6	8	17	148		
MÉDICOS DIVERSAS ESPECIALIDADES	10	3	81	8	22	88	306	2.271	33	
OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR			7		1	3	11	132	3	
OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO E MÉDIO	7	2	37	8	19	86	450	1.070	34	
PSICÓLOGO					1		3	65	1	
TÉCNICO DE ENFERMAGEM, EM GERAL	2		9	1	2	3	188	651	17	
TOTAL	60	6	323	27	141	312	1.228	6.215	130	

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003

- PROGRAMAS E PROJETOS

Os Municípios da área de influência do estado do Espírito Santo, estão habilitados à Gestão Plena de Atenção Básica.

MUNICÍPIO DE VILA VELHA

- Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS
- Programa de Humanização do Pré-Natal
- Programa de Saúde da Mulher
- Programa de Saúde da Criança
- Programa de Saúde Mental
- Programa de Tuberculose
- Programa de Hanseníase
- Programa de Saúde da Família
- Palestras Educativas
- Programa de Controle de Dengue
- Programa de Tabagismo
- Programa de Gestante
- Programa de Saúde Bucal
- SISVAN
- Programa Hipertensão - Hipertensão e Diabetes

- Programa de Prevenção de Câncer de Próstata
- Programa de Controle de Carência Nutricional
- Programa DST/AIDS
- Bolsa Alimentação
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica

MUNICÍPIO DA SERRA

- Bolsa Alimentação
- SISVAN
- PROEF
- Programa de Tuberculose
- Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS
- Programa de Visita Domiciliar
- Programa de Hipertensão e Diabetes
- Programa de Hanseníase
- Programa de Hepatite
- Programa de Saúde Mental
- Programa de Climatério
- Programa de Saúde da Família
- Programa de Puericultura
- Programa de Saúde Mental
- Programa de Controle de Dengue
- Programa DST/AIDS
- Programa de Saúde Bucal
- Serviço de Vigilância Sanitária
- Serviço de Epidemiológica
- Serviço de Profilaxia da Raiva
- Farmácia Central
- Centro de Controle de Zoonoses

MUNICÍPIO DE VITÓRIA

- Programa de Saúde Bucal
- Programa de Tuberculose
- Programa de Hanseníase
- Programa de Hipertensão/ Diabetes
- Programa de DST/AIDS
- Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS
- Programa de Saúde da Família
- Programa de Saúde Mental
- Programa da Atenção ao Idoso
- Programa de Controle da Dengue
- Programa de Saúde da Mulher
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica

MUNICÍPIO DE GUARAPARI

- Programa de Controle de Vetores
- Programa de Controle de Pragas Urbanas
- Programa de Controle de Dengue
- Programa DST/AIDS
- Programa de Esquistossomose
- Programa de Hanseníase
- Programa Hipertensão e Diabetes
- Programa de Leishmaniose
- Programa de Monitoramento de Doenças Diarréicas
- Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS
- Programas Especiais de Saúde do Escolar
- Programa de Profilaxia de Raiva Animal
- Programa de Profilaxia de Raiva Humana
- Programa de Saúde Mental
- Bolsa Alimentação
- Programa de Tuberculose
- Programa Viva Mulher
- Programa Vigiágua
- Vigilância Sanitária

MUNICÍPIO DE ANCHIETA

- Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS
- Bolsa Alimentação
- Programa de Hipertensão e Diabetes
- Programa de Controle de Dengue
- Programa de Tuberculose e Hanseníase
- Programa de Saúde Bucal
- Programa de Controle e Prevenção do Câncer do Colo do Útero
- Programa de Tabagismo
- Programa de Vigilância Alimentar
- Programa de Pré-natal

MUNICÍPIO DE MARATAÍZES

- Programa de Tuberculose e hanseníase
- Programa de Hipertensão e Diabetes
- Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS
- Programa Nacional de Controle de Dengue
- Programa de Controle e Prevenção do Câncer do Colo do Útero
- Programa de Saúde Bucal Coletiva
- Programa Vigiágua
- Programa Tabagismo e Prevenção do Câncer Primário
- Programa de Humanização do Pré-Natal
- Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional

- Apoio Psicológico e Pediátrico as Crianças das Creches do Município.
- Apoio de um Fonoaudiólogo e Fisioterapeuta e a APAE
- Consórcio Intermunicipal de Saúde (sede em Anchieta)

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

- Programa de Saúde da Família
- Bolsa-alimentação
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Ambiental
- Serviços Odontológicos, Fisioterapia e Radiologia.

◆ AII - MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO

Nos municípios da Região do Norte Fluminense o número de leitos da Rede Pública representa 71,91% dos leitos cadastrados. Com exceção dos municípios de Carapebus, Rio das Ostras e Armação de Búzios que não tem leitos cadastrados.

Tabela 5.3.6.1-4: Leitos Cadastrados nos Municípios - R.J.

Tipos de Leitos		Total	S.Franc.de Itabapoana	São João da Barra	Campos dos Goytacazes	Quissamã	Carapebus	Macaé	Rio das Ostras	Casimiro de Abreu	Armação de Búzios	Cabo Frio	Arraial do Cabo
CIRÚRGICO	Existente	811	21	32	497	8	N/D	108	N/D	26	N/D	99	20
	SUS	538	21	23	338	8	N/D	65	N/D	26	N/D	37	20
CLÍNICO	Existente	1.850	17	33	1.165	32	N/D	266	N/D	51	N/D	224	62
	SUS	1.339	17	27	840	32	N/D	138	N/D	51	N/D	172	62
COMPLEMENTAR	Existente	212	5	2	124	-	N/D	29	N/D	3	N/D	32	17
	SUS	189	-	2	120	-	N/D	15	N/D	3	N/D	32	17
TOTAL GERAL	Existente	2.873	43	67	1.786	40	N/D	403	N/D	80	N/D	355	99
	SUS	2.066	38	52	1.298	40	N/D	218	N/D	80	N/D	241	99

N/D : Informação Não Disponível

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003

No atendimento ambulatorial da Região Norte Fluminense observa-se maior concentração do serviço no município de Campos dos Goytacazes.

Tabela 5.3.6.1-5: Unidades Ambulatoriais Cadastradas - R.J.

Unidades	S.Franc.do Itabapoana	São João da Barra	Campos dos Goytacazes	Quissamã	Carapebus	Macaé	Rio das Ostras	Casimiro de Abreu	Armação de Búzios	Cabo Frio	Arraial do Cabo
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	17	8	5	4	2	16	3	3	5	2	
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO DE ESPECIALIDADE	1		11	1		3	1		2	5	
CONSULTORIO ISOLADO		2	5	1	1	7	1		6		
HOSPITAL ESPECIALIZADO			2							1	
HOSPITAL GERAL	1	1	6	1	1	2		2		4	1
POLICLINICA		1	36			7	9	2	1	2	1
POSTO DE SAUDE PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO			33	1	1	1		3	2	9	3
PRONTO SOCORRO GERAL			1							1	
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)			2							1	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA-ISOLADO	1	1	2			2				3	
UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIA/EPIDEMIOLOGIA-ISOLADO			21	7	1	19		1		6	5
UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIA/EPIDEMIOLOGIA-ISOLADO			1	1		1	2		1	1	
UNIDADE MISTA	2	3								1	
UNIDADE MÓVEL TERRESTRE		1		1		1		1			
TOTAL	22	17	125	17	6	62	17	12	18	36	10

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003

Em relação ao número de profissionais da área de saúde, pode-se ressaltar que nos municípios do Litoral Norte Fluminense a concentração destes ocorre no município de Campos dos Goytacazes.

Tabela 5.3.6.1-6: Número de Profissionais por Especialidade - R.J.

Profissionais	S.Franc.de Itabapoana	São João da Barra	Campos dos Goytacazes	Quissamã	Carapebus	Macaé	Rio das Ostras	Casimiro de Abreu	Armação de Búzios	Cabo Frio	Arraial do Cabo
AGENTE COMUNITÁRIO	1	4	70	7	7	53		32	3	54	8
AGENTE DE SANEAMENTO				3		5		1			
AGENTE DE VIGILANCIA SANITARIA			2								
ASSISTENTE SOCIAL		4	67			11				3	
ATENDENTE DE ENFERMAGEM		17	20			1				1	
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	4	57	917	20	1	95	1	25	2	101	12
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO PSF			11	1		12				7	
CIRURGIÃO DENTISTA	1	10	258	2	1	44				30	
ENFERMEIRO		5	100		2	19				16	1
ENFERMEIRO DO PACS			3	1							
ENFERMEIRO DO PSF		1	19			6				2	
FISIOTERAPEUTA		2	32			12		1		10	
FONOAUDIÓLOGO			19			2				4	
MÉDICOS DIVERSAS ESPECIALIDADES	2	37	1384	12	2	176	8	5		71	2
OUTROS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR		1	24	3		21		1		12	
OUTROS PROFISSIONAIS DE NIVEL TECNICO E MEDIO	1	31	121	15	1	76	6	17		32	8
PSICOLOGO		1				8		1		4	
TECNICO DE ENFERMAGEM EM GERAL	2	3		2	3	49		10		20	7
TECNICO DE ENFERMAGEM DO PSF						1				3	
TOTAL	11	173	3047	66	17	591	15	93	5	370	38

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003

- PROGRAMAS E PROJETOS

No relativo à saúde, os programas e projetos desenvolvidos nos municípios do norte do estado do Rio de Janeiro estão abaixo descritos.

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA

- Programa SISVAN - Bolsa Alimentação
- Programa de Humanização do Pré-natal
- Programas de Hanseníase e Tuberculose
- Programa de Combate ao Mosquito da Dengue

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

- Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS
- Programa de Hanseníase e Tuberculose
- Programa de Hipertensão e Diabetes
- Programa DST/AIDS
- Programa de Saúde da Mulher
- Programa da Criança e do Adolescente
- Programa Nascer e Viver
- Programa de Saúde Mental
- Programa de Farmácia Básica
- Cartão Nacional de Saúde
- Saúde e Cidadania
- Transporte para Atendimentos em Saúde
- Sistema de Vigilância Nutricional
- Programa de Pré-natal e Parto Humanizado
- Implantação do Programa de Saúde da Família - PSF
- Criação do Centro de Atendimento Psicossocial
- Programa de Vacinação
- Ações de Saúde Bucal

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

- Programas Especiais-renais
- Programa de Saúde Mental
- Programa DST/AIDS
- Programa Hipertensão Arterial
- Programa Diabetes
- Programa Tuberculose
- Programa Hanseníase
- Programa Colagenases
- Programa Nascer em Campos
- Programa Anemia Falciforme
- Programa de Atenção à 3ª Idade
- Programa de Ostomizados
- Programa de Saúde da Família - PSF
- Programa da Mulher

- Programada Criança e Adolescente
- Programa Curativo em Casa
- Programa de Erradicação do Aedes Aegypti
- Programa de Nutrição
- Programa de Órtese e Prótese
- Centro de Controle de Zoonoses

MUNICÍPIO DE MACAÉ

- Programa de Vigilância
- Programa de Zoonoses
- Programa de Hanseníase
- Programa de tuberculose
- Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes - HIPERDIA
- Programa de educação em saúde
- Programa de Atenção à saúde da Mulher
- Programa de atenção à Saúde da Criança e do adolescente
- Programa Renal Crônico
- Programa de Saúde Mental
- Programa de Imunização
- Programa de Sangue e Hemoderivados
- Programa Municipal de Prevenção Controle das DST/AIDS
- Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso - PAISI
- Farmácia Popular
- Programa de Combate as Carências Nutricionais - PCCN
- Macaé Alimentando o Futuro
- Complemento Alimentar Produzindo na CATAN
- Aleitamento Materno
- Educação em Saúde
- Orientação Dietoterápica Individual
- Bolsa Alimentação
- Programa de Saúde da Família - PSF

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

Conforme relato em entrevista, a saúde conta programas federais para atender desde a gestante até o idoso.

MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DE BÚZIOS

- Programa de Controle de Aedes Aegyptis
- Programa de Médico de Família
- Programa de Agente Comunitário de Saúde PACS

5.3.6.2 Saneamento, Abastecimento e Energia Elétrica

◆ AID – MUNICÍPIOS DO E.S.

Os indicadores de domicílios servidos com água encanada, coleta de lixo e energia elétrica ressaltam que houve melhorias em todos municípios. Observa-se que o município de Presidente Kennedy, apesar de apresentar os piores indicadores, sofreu melhorias significativas. Vale ressaltar que nos municípios analisados os indicadores de população residindo em domicílios subnormais estão praticamente zerados, com exceção do município de Vila Velha.

Tabela 5.3.6.2-1: Percentual de Pessoas em Domicílios com Acesso aos Serviços Básicos - E.S.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000
Serra	84,69	95,39	82,19	93,72	56,03	93,49	98,44	99,78	8,17	0
Vitória	90,03	97,44	88,13	95,73	87,5	99,63	99,45	99,83	9,63	0
Vila Velha	91,54	96,4	89,43	94,51	83,5	96,21	99,25	99,79	3,23	1,83
Guarapari	86,02	96,14	83,22	94,27	54,96	90	96,11	99,2	1,86	0
Anchieta	84,24	96,44	81,7	94,86	73,1	97,2	92,99	99,45	0,01	0
Piúma	87,65	94,6	86,33	92,19	68,02	96,06	96,92	99,21	0,09	0
Itapemirim	70,6	86,46	65,64	84,54	61,76	85,78	90,22	97,43	0,36	0
Marataizes	78,63	92,11	76	90,6	52,19	88,94	94,41	98,02	0,25	0
Presidente Kennedy	52,69	77,7	50,62	75,6	45,26	76,29	72,65	93,04	0,01	0

Fonte: IPEA : Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

◆ AII – LITORAL NORTE FLUMINENSE

Nos municípios da área de influência do estado do Rio de Janeiro, observa-se melhoria na maioria dos indicadores, ocorrendo uma piora pontual nos municípios de Cabo Frio e de Armação de Búzios, nos indicadores de domicílios com banheiro e água encanada. Um município que pode ser destacado por melhorias significativas nos indicadores é São Francisco de Itabapoana, podendo estar associada ao processo de emancipação ocorrido em 1995.

Observa-se que os municípios de Macaé e Rio das Ostras, apesar das expectativas de melhoria econômica para a população, apresentaram um aumento do percentual da população em domicílios subnormais, o que pode caracterizar os movimentos migratórios associado à falta de geração de renda nestas localidades.

Tabela 5.3.6.2-2: Percentual de Pessoas em Domicílios com Acesso aos Serviços Básicos - R.J.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000
São Francisco de Itabapoana	48,52	71,12	46,79	69,63	16,33	67,16	65,7	92,6	0	0
São João da Barra	86,49	85,61	85,87	84,61	80,89	94,56	95,34	97,45	0,01	0
Campos dos Goytacazes	78,52	86,43	76,47	84,3	78,09	92,98	94,23	98,51	5,89	4,51
Carapebus	60,73	68,04	59,98	67,83	66,84	93,42	87,53	98,24	0,01	0,05
Macaé	90,68	95,11	89,03	94,05	86,25	96,52	96,76	99,45	11,99	16,34
Quissamã	66,57	85,01	65,38	83,57	73,77	93,71	91,95	98,75	0,01	0,01
Casimiro de Abreu	90,14	96,48	89,39	94,42	83,81	98,64	95,88	97,99	0,07	0,04
Rio das Ostras	79,89	86,66	79,48	85,74	73,99	95,97	95,23	99,5	30,14	40,14
Armação de Búzios	85,94	78,24	84,11	76,21	71,12	90,48	96,35	99,63	0,14	0
Cabo Frio	84,44	79,74	82,49	78,59	72,56	96,55	97,98	99,39	1,96	0
Arriai do Cabo	90,66	92,69	89,4	91,98	93,3	98,06	99,67	99,7	0,27	0

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

◆ CONCLUSÃO GERAL

Quando se associam os indicadores apresentados neste subitem às taxas de longevidade dos municípios analisados observa-se que a implementação de programas na área de Saúde como os de Saúde da Família, Agente Comunitário de Saúde, Campanhas de Vacinação, dentre outros implementados nos últimos anos, vem resultando na melhoria significativa da expectativa de vida da população.

Tabela 5.3.6.2-3: Sub-índice de Longevidade - E.S.

Município	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000
Serra	0,629	0,705	62,72	67,32
Vitória	0,715	0,762	67,87	70,74
Vila Velha	0,686	0,734	66,19	69,05
Guarapari	0,677	0,784	65,59	72,02
Anchieta	0,703	0,784	67,19	72,02
Piúma	0,677	0,784	65,59	72,02
Itapemirim	0,586	0,654	60,19	64,24
Marataizes	0,594	0,654	60,66	64,24
Presidente Kennedy	0,593	0,654	60,61	64,24

Fonte: IPEA : Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

Tabela 5.3.6.2-4: Sub-índice de Longevidade - R.J.

Município	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000
São Francisco de Itabapoana	0,682	0,734	65,91	69,07
São João da Barra	0,726	0,737	68,54	69,23
Campos dos Goytacazes	0,625	0,697	62,52	66,8
Carapebus	0,663	0,71	64,75	67,63
Macaé	0,663	0,71	64,75	67,63
Quissamã	0,663	0,71	64,75	67,63
Casimiro de Abreu	0,702	0,768	67,11	71,1
Rio das Ostras	0,702	0,714	67,11	67,87
Armação de Búzios	0,652	0,732	64,13	68,9
Cabo Frio	0,7	0,764	67,02	70,84
Arraial do Cabo	0,7	0,731	67,02	68,87

Fonte: IPEA : Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

5.3.6.3 Transportes e Telecomunicações

◆ AID – MUNICÍPIOS DO E.S.

- MUNICÍPIOS DO LITORAL SUL

TELECOMUNICAÇÕES

Os municípios que compõe o litoral sul dispõem de informações produzidas por empresas de comunicação locais, além de imprensa escrita, televisiva e radiofônica captadas de emissoras de outros municípios do estado. A tabela abaixo disponibiliza informações sobre o número de empresas de comunicação existentes nesses municípios separando-as em emissoras de rádio, emissoras de televisão, jornais e revistas.

Conforme os dados da Agência de Notícias do Espírito Santo o município de *Anchieta* possui dois jornais e uma revista própria. Em *Maratáizes* há uma emissora de rádio e dois jornais, além de uma torre de recepção e transmissão de TV.

No município de *Piúma* existem três jornais locais, e existem 4 repetidoras de tv. Em *Guarapari* funcionam 1 emissoras de Rádio, 1 emissora de televisão, 4 jornais e 2 revistas.

Já nos município de *Presidente Kennedy e Itapemirim* não funciona nenhuma empresa de comunicação, mas esses municípios recebem jornais de circulação diária do estado, e também de outros como : RJ, MG, SP, na época de veraneio.

Tabela 5.3.6.3-1: Empresa de comunicação – 2000.

IDENTIFICAÇÃO	ANCHIETA	ITAPEMIRIM	MARATAÍZES	PIÚMA	P. KENNEDY	GUARAPARI
Emissora de Rádio	-	-	1	-	-	1
Jornais	2	-	2	3	-	4
Revistas	1	-	-	-	-	2
Emissora de Televisão	-	-	-	-	-	1

Fonte: IPES/Agência de Notícias-ES

A tabela não inclui jornais com menor circulação, mas vale destacar a existência de um jornal em Piúma e outro quinzenal em Itapemirim.

Segundo dados da Empresa de Correios e Telégrafos, ECT, que constam na tabela a seguir, em 2002 existiam nos municípios do litoral sul um total de 127 agências de correios e postos de vendas de produtos.

O município de *Anchieta* dispõe de 18 unidades dos correios, das quais 11 são caixas postais comunitárias e 5 são agências do tipo comunitária.

Em *Itapemirim* os serviços de correio e telégrafos são realizados em 4 agências, 1 caixa de coleta, 10 caixas postais comunitárias e 1 posto de vendas.

Marataízes e Piúma possuem respectivamente 18 e 12 unidades de atendimento dos correios, sendo que mais da metade destas unidades correspondem a caixas postais comunitárias. Esses municípios também possuem 2 postos de vendas de produtos cada um.

No município de *Presidente Kennedy* existe apenas 1 agência dos correios e 1 caixa de coleta.

Em *Guarapari* localiza-se o maior número de unidades de atendimento de serviços de correios e telégrafos considerando os municípios do litoral sul capixaba. Há 61 unidades o que corresponde a aproximadamente 52% do total funcionando nesses municípios. São 25 caixas de Coleta, 19 caixas postais comunitárias, 11 postos de vendas de produtos, além de 5 agências do tipo própria, franqueada e comunitária. No município também existe 1 centro de distribuição domiciliaria.

Tabela 5.3.6.3-2: Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2002.

IDENTIFICAÇÃO	ANCHIETA	ITAPEMIRIM	MARATAÍZES	PIÚMA	P. KENNEDY	GUARAPARI
Agências de Correios Própria	1	1	1	1	1	1
Agências de Correios Comerciais- tipo1	-	-	-	-	-	-
Agências de Correios Franqueada	-	-	-	-	-	1
Agências de Correios Satélite	-	-	-	-	-	-
Agências de Correios Comunitária	5	3	4	-	-	3
Caixa de Coleta	1	1	1	1	1	25
Centro de Distribuição Domiciliária	-	-	-	-	-	1
Caixa Postal Comunitária	11	10	10	8	-	19
Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas	-	-	-	-	-	-
Posto dos Correios	-	-	-	-	-	-
Posto de Venda de Produtos	-	1	2	2	-	11
TOTAL	18	16	18	12	2	61

Fonte: IPES/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT

A demanda por telefonia nos municípios do litoral sul é atendida especialmente pelo sistema de telefonia fixa rural e residencial, e telefones públicos.

Em **Marataízes** o sistema de linha telefônica tem capacidade para atender a duas vezes a demanda local. O município também dispõe de sistema de telefonia celular e Provedor de acesso a Internet.

Os municípios de **Piúma, Anchieta, Presidente Kennedy, Guarapari e Itapemirim** contam com serviços de telefonia convencionais e móvel.

TRANSPORTE

O acesso a esses municípios faz-se especialmente através da malha rodoviária constituída pela rodovia federal BR-101 e pela rodovia estadual ES-060 (Rodovia do Sol). Esta última integra o litoral sul à Região Metropolitana da Grande Vitória.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Nessa região o transporte rodoviário é o que atende a maior parte da demanda local.

O Município de **Marataízes** que é cortado pela Rodovia do Sol e Rodovia Safra/Marataízes, dispõe de um sistema de transporte de passageiros composto por linhas de ônibus locais, intermunicipais e interestaduais.

Itapemirim está localizado nas proximidades da rodovia federal BR 101, sendo cortado pela Rodovia do Sol. Os meios de transportes mais comuns no município são os ônibus que oferecem linhas locais, intermunicipais e interestaduais; o transporte escolar; e o transporte de cargas, principalmente da cana-de-açúcar.

Em **Presidente Kennedy**, de acordo com as informações da prefeitura municipal e de pescadores locais, o serviço de transporte no município é prestado pelas empresas Marapé e Costa Sul.

Em **Guarapari** além do serviço de transporte coletivo intramunicipal, 5 empresas atuam no transporte coletivo intermunicipal e interestadual.

MARÍTIMO

Além de vários terminais pesqueiros localizados no litoral sul do Espírito Santo, em Anchieta está localizado o Porto de Ubu, componente da infra-estrutura logística de transporte marítimo do estado. O porto de Ubu, administrado pela Samarco Mineração S.A, possui 2 berços de atracação que exportam *pellets* de minério de ferro, estando, na atualidade operando outros tipos de carga. A capacidade de carregamento por hora no Porto de Ubu é de 9 mil toneladas, podendo receber navios de até 150.000 TDW.

Os municípios do litoral sul dispõem de barcos de passeio que oferecem rotas turísticas ao longo da costa, além de possuírem um grande número de barcos pesqueiros, que se utilizam dos terminais pesqueiros existentes na região.

AÉREO

Em termos de transporte aéreo o litoral sul do estado está servido pelo Aeroporto de Guarapari que funciona em decorrência do elevado movimento turístico neste município.

- *MUNICÍPIO DE VITÓRIA, VILA VELHA E SERRA*

TELECOMUNICAÇÕES

Vitória detém o maior número de empresas de comunicação do Espírito Santo. Existem 5 emissoras de tv, 14 emissoras de rádio, 17 jornais e 23 revistas, que veiculam informações locais, nacionais e internacionais, conforme os dados da Agência de Notícias do Espírito Santo.

Em *Vila Velha* existem 7 empresas que produzem jornais, 2 emissoras de rádio e uma Revista. Na *Serra*, funcionam 8 empresas de comunicação, sendo que 7 são jornais.

Além de produzirem parte de sua informação esses municípios recebem um grande volume de imprensa escrita de grandes centros do país. Salienta-se ainda que a comunicação via internet é utilizada nesses municípios.

Tabela 5.3.6.3-3: Empresa de comunicação – 2000.

IDENTIFICAÇÃO	VITÓRIA	VILA VELHA	SERRA
Emissora de Rádio	14	2	1
Jornais	17	7	7
Revistas	23	1	-
Emissora de Televisão	5	-	-

Fonte: IPES/Agência de Notícias-ES

No que tange os serviços de correios e telégrafos, funcionam em *Vitória* 120 unidades dos correios, distribuídas entre 18 agências, 70 unidades são caixas de coleta, 17 caixas postais comunitárias e 10 postos de venda de produtos no município. No município também funciona 4 centros de distribuição domiciliária e 1 centro de tratamento de cartas e encomendas, como pode ser observado na tabela abaixo.

Vila Velha possui 165 unidades dos correios, sendo 12 agências (dos tipos própria, comercial e franqueada), 97 caixas de coletas, 45 caixas postais comunitárias, 8 postos de vendas de produtos, além de 3 centros de distribuição domiciliária.

No município da *Serra* existem 152 agências e postos dos correios que oferecem os serviços de correio e telegrafo as comunidades. São 7 agências (próprias e franqueadas), 55 caixas de coletas, 55 caixas postais comunitárias e 33 postos de venda de produtos. Existem 3 centros de distribuição domiciliária na Serra.

Tabela 5.3.6.3-4: Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2002.

IDENTIFICAÇÃO	VITÓRIA	VILA VELHA	SERRA
Agências de Correios Própria	5	3	5
Agências de Correios Comerciais- tipo1	1	2	-
Agências de Correios Franqueada	12	7	2
Agências de Correios Satélite	-	-	-
Agências de Correios Comunitária	-	-	-
Caixa de Coleta	70	97	55
Centro de Distribuição Domiciliária	4	3	2
Caixa Postal Comunitária	17	45	55
Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas	1	-	-
Posto dos Correios	-	-	-
Posto de Venda de Produtos	10	8	33
Total	120	165	152

Fonte: IPES/ Empresa de Correios e Telégrafos – ECT

Em *Vila Velha* duas operadoras prestam serviços de telefonia fixa e celular. O município abriga atualmente, na Rodovia do Sol, em Itaparica, o CALL CENTER da EMBRATEL, que constitui-se em uma grande central de serviços telefônicos, permitindo uma integração rápida e eficiente dos serviços telefônicos locais com os demais serviços do Brasil e do mundo.

No município da **Serra** conforme informações do Inventário Turístico Municipal de 1998, até aquele ano o sistema de telefonia fixa atendia a 13.141 unidades residenciais e 5.384 unidades comerciais, com 752 orelhões públicos. No total haviam 18.525 terminais instalados.

TRANSPORTE

RODOVIÁRIO

A gerencia do transporte coletivo municipal cabe as prefeituras municipais. Em *Vitória*, a frota Municipal de coletivos, em junho/2000, era de 299 ônibus, conforme dados da Prefeitura Municipal.

No município de *Vila Velha* o transporte de massa, após a paralisação dos serviços do sistema aquaviário, restringiu-se ao transporte rodoviário. O transporte coletivo municipal atende uma demanda de 55.000 passageiros dia, num total de 63 linhas servidas por 127 coletivos, conforme dados da SEMUT (Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

No município da **Serra** existem 32 linhas de ônibus municipais que interligam bairros do município, e realizam um total de 1.851 viagens por dia, conforme dados do censo turístico da Serra, do ano de 1998.

Os serviços de transporte coletivo público intermunicipal é oferecido nesses municípios através do Sistema Transcol, sendo gerenciado pela CETURB-GV, Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória. A demanda por transporte intermunicipal nesses municípios é bastante grande, uma vez que grande parte da população se desloca diariamente de um município para outro, especialmente a trabalho e estudo. O atendimento aos passageiros que destinam-se a outros municípios da Grande Vitória, conta com uma estrutura formada por várias linhas que interligam os 7 terminais rodoviários da região. Destes, 1 localiza-se em Vitória, 2 em Vila Velha e 2 na Serra.

Há outras cinco empresas comerciais que oferecem linhas de ônibus para transporte interestadual e intermunicipal nesses municípios. A Estação Rodoviária parada final dessas linhas localiza-se em Vitória.

Há ainda um Sistema Seletivo dispõe de ônibus especiais de pequeno porte, com tarifas diferenciadas que trafegam entre os municípios de Vitória e Vila Velha, com demanda de 2.500 passageiros por dia, conforme dados fornecido pela SEMUT (Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito), referentes ao mês de agosto de 2001. Este transporte é de caráter intermunicipal, em função disso é de responsabilidade do poder publico estadual.

O serviço de transporte também é oferecido pela frota de táxi que existem nesses municípios. Em Vila Velha o serviço de táxi tem 555 veículos registrados na SEMUT.

FERROVIÁRIO

A Estrada de Ferro Vitória-Minas, EFVM, pertence à Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, sendo integrante do Corredor de Transporte Centroleste. É considerada uma das mais eficientes do mundo, tendo capacidade para transportar 100 milhões de toneladas/ano, o que representa 40% de toda a movimentação brasileira de carga ferroviária.

Esta mesma ferrovia, através de ramal de ligação com o Porto de Tubarão, opera as cargas de minério de ferro que vem de Minas Gerais, além de outras cargas que retornam pela mesma via. A EFVM movimenta além de minério de Ferro, cargas em geral e grãos.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas, também atende a movimentação de passageiros, dispondo de troncos nas cidades capixabas e mineiras, localizadas ao longo das mediações da estrada de ferro que vai até Belo Horizonte. A estação central desta ferrovia, a Estação Pedro Nolasco, localiza-se no município de Cariacica a poucos metros da saída da ponte que liga Vitória-Cariacica.

As ferrovias Centro-Atlântica S/A, malha Centro-Leste, antiga Superintendência Regional de Campos (SR-8) da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) é ligada ao cais do Paul, sendo usada basicamente para o transporte de cargas. Esta via interliga o estado ao centro sul do país, através da linha tronco Rio de Janeiro-Vitória. Nesta via são transportados principalmente calcário, mármore, cimento e produtos siderúrgicos.

AÉREO

Vitória possui um Aeroporto de cargas e passageiros que segundo dados da Infraero, realizou diariamente 78 voês em 2001, com uma movimentação de cargas totalizando 10.250 toneladas e 944,7 mil passageiros. Neste momento o Aeroporto Eurico Sales está sendo expandido, em função das demandas, especialmente para exportação de produtos, o que já vem ocorrendo através de voês semanais, especialmente para o transporte de frutas para o exterior. As obras de ampliação deste terminal lhe concederão a categoria de aeroporto internacional de cargas e de passageiros.

Vila Velha tem um aeródromo situado no bairro Barra do Jucu com capacidade de uso somente para pequenas aeronaves.

MARÍTIMO

Os municípios de *Vitória e Vila Velha* dispõem de um porto, o Porto de Vitória, composto por 6 terminais, subdivididos em 13 berços de atracção, sendo que alguns estão localizados em Vila Velha:

1) Cais Comercial de Vitória

É constituído por quatro berços que operaram especialmente bobina de papel, celulose, açúcar, graneis agrícolas e produtos siderúrgicos.

2) Cais de Capuaba

É composto por dois terminais:

- **Terminal de Vila Velha – TVV:** com dois berços de atracção, operando a movimentação de containers, mármore, granito e cargas em geral.
- **Terminal Codesa:** com dois berços que operam produtos agrícolas e cargas em geral.

3) Cais de Paul

Possui dois berços, sendo que atualmente um está arrendado a PEIÚ S/A para movimentação de granel sólido, e outro arrendado a CVRD, operando exclusivamente com ferro-gusa.

4) Terminal da Flexibrás

Este terminal é utilizado para movimentação de embarcações de apoio a plataforma de petróleo, especialmente tubos flexíveis. Tem capacidade para atracar navios de até 140 metros de comprimento.

5) Terminal de Graneis Líquidos

Operado Pla Frannel e TA Distribuidoras de Petróleo, este terminal está destinado à movimentação de derivados de Petróleo e álcool. Pode receber navios de até 162 metros de comprimento.

6) Companhia Portuária Vila Velha – CPVV

Opera com cargas da indústria de extração e refino de petróleo, carga m geral e containers, podendo atracar navios de até 250 metros de comprimento. Seu funcionamento ocorre através de um contrato de adesão com o Ministério dos Transportes.

Ressalta-se que as instalações do Porto de Vitória estão localizadas, parte no município de Vitória e parte no município de Vila Velha, conforme se pode verificar no item “uso e ocupação do solo”.

A tabela abaixo informa a movimentação no ano de 2001, ressaltando os principais produtos exportados e importados através do Porto de Vitória, de acordo com dados disponíveis pela Codesa. Em 2001 foram movimentados um volume total de carga considerando exportação e importação de aproximadamente 5,5 milhões de toneladas.

Entre os produtos exportados destacam-se além das cargas em geral, açúcar, celulose, arroz e café. Os principais produtos importados foram granéis sólidos, cevada, malte e trigo, entre outros.

Tabela 5.3.6.3-5: Movimentação de cargas nos portos de Vitória – 2001. Em toneladas

MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS	TONELAGEM EXP/IMP	PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS
Cais Comercial de Vitória	684.063	Carga geral, açúcar, celulose, arroz, café, bobinas e fardos de celulose, granito, containers, grãos, veículos.	Granéis sólidos, cevada, malte, trigo, leite, maquinário, veículos e carga em geral.
Cais de Capuaba	917.913		
Cais de Paul	-		
Terminal de Vila Velha – TVV	1.586.897		
Peiú	270.785		
Terminal Ilha do Príncipe	23.166		
Terminal de Graneis Líquidos	122.589		
Paul / CVRD	1.838.232		
Companhia Portuária Vila Velha – CPVV	124.352		
TOTAL	5.575.564		

Fonte: Codesa/ Inventário Turístico de Vitória-2004.

O Porto de Tubarão localizado em Vitória é controlado pela Companhia Vale do Rio Doce, CVRD. A estrutura deste porto é formada por dois piers para embarque de minério de ferro e pellets; um terminal de produtos diversos (TPD) para movimentação de containers, cargas em geral e granéis sólidos; um terminal para grãos; e um terminal pra granéis líquidos.

Na divisa entre *Vitória* e *Serra* está localizado o Porto de Praia Mole, que fica próximo ao Porto de Tubarão, com dois terminais de uso exclusivo. No primeiro opera em condomínio entre a Companhia Siderúrgica de Tubarão, CST, USIMINAS e AÇOMINAS, para produtos siderúrgicos. O outro terminal é operado pela Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, para carvão mineral.

Além disso, estes municípios possuem barcos que transportam passageiros, especialmente turistas ao longo da costa, bem como barcos pesqueiros.

◆ *AII – LITORAL NORTE FLUMINENSE*

Os dados relativos à infra-estrutura dos municípios, considerando os setores de telecomunicações e transportes, foram levantados nas entrevistas realizadas em campo junto a prefeituras e secretarias municipais, nos materiais de divulgação disponibilizados em cada município e nos estudos e projetos realizados, também disponibilizados. Também compõem parte dos dados os levantados pelo EIA de Espadarte.

- *TELECOMUNICAÇÕES*

Em termos de comunicação, o município de *Campos* destaca-se entre os demais municípios do norte fluminense, sendo um pólo regional de comunicação, já que as informações veiculadas em canais de rádio e televisão próprios atendem aos municípios de São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras. Existem quatro emissoras de TV: TV Alto Litoral (TV Globo), TV Planície (SBT), TV Norte Fluminense (TV Record) e TV Campos (TVE), além de oito emissoras de rádio, sendo cinco em frequência AM e três FM.

Os dois grandes jornais da cidade, A Folha da Manhã e o Diário, tem abrangência regional, veiculando por todo o Norte Fluminense. Além desses, também há os jornais A Notícia, A Cidade, Monitor Campista e o Dia (sucursal Campos). A exemplo de publicações de revistas cita-se a Revista Mania de Saúde e o Almanaque de Campos.

O Município de **São João da Barra e São Francisco de Itabapoana** são atendidos pelos mesmos canais abertos disponíveis em Campos. São João da Barra conta com a programação de nove emissoras de rádio e possui dois jornais. Também funcionam dez rádios comunitárias de alcance somente nos distritos, de acordo com as informações do Plano Estratégico São João da Barra, 2000. Em São Francisco de Itabapoana há duas publicações locais e mensais de pouca circulação, o Jornal São Francisco e o Jornal Acontece.

Em **Campos** funcionam 50 unidades dos correios entre agências e postos de vendas de produtos. Conforme os dados da tabela abaixo o município possui 29 agências dos Correios e Telégrafos, sendo 14 do tipo comunitárias, 6 franqueadas, 5 satélite e 4 próprias. Há 21 postos venda. Segundo o EIA Espadarte, na zona rural existem 28 postos de atendimento. A agência central dos Correios em Campos possui um quiosque eletrônico que permite o acesso gratuito à internet. Nestes moldes também há no CEFET do Município, um salão com mais de 50 microcomputadores ligados à internet que são utilizados pelos alunos de toda a escola.

Em **São Francisco de Itabapoana** além da Agência Central dos Correios, na sede, existem mais 12 agências comunitárias nos demais bairros do município. Essas últimas, segundo o EIA Espadarte passaram a funcionar a pouco tempo, atendendo as reivindicações dos moradores das localidades mais afastadas. Isso foi possível a partir de uma parceria com a prefeitura, que cede o prédio para acomodar a nova agência e a mão-de-obra, permitindo aos correios instalarem todos os seus equipamentos e estrutura administrativa.

O município de **São João da Barra** possui uma agência central e mais 5 unidades do tipo comunitária.

Tabela 5.3.6.3-6: Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2001.

MUNICÍPIOS	AGÊNCIAS DE CORREIOS, POR TIPO				POSTOS DE VENDAS	TOTAL GERAL
	Próprias	Franqueadas	Satélites	Comunitárias		
Campos goitacazesGoytacazes	4	6	5	14	21	50
São Francisco de Itabapoana	1	-	-	12	-	13
São João da Barra	1	-	-	5	-	6

Fonte: CIDE/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Gerência de Atendimento - Correios - DR/RJ.

O município de **Campos** possui serviços de telefonia convencional e telefonia celular. Quanto aos números, Campos dispõe de 2.675 telefones públicos e 72.978 terminais telefônicos instalados, conforme os dados da TELEMAR.

São João da Barra conta com 212 orelhões públicos em todo o município, 3.311 terminais telefônicos instalados. O município também dispõe de serviço de telefonia celular e um posto de serviço telefônico. De acordo com as informações do Plano Estratégico de São João da Barra (2000), o sistema de telefonia fixa atende a aproximadamente 20% dos domicílios, e o sistema de telefonia móvel atende precariamente a demanda.

O Município de **São Francisco de Itabapoana** tem recebido maciços investimentos no setor de telefonia pública. Há poucos telefones residenciais instalados, por isso, é necessário manter um número de telefones públicos suficientes para atender a essa demanda. São 203 orelhões, instalados em média a cada 200m nas vias públicas, e 2.999 terminais telefônicos instalados.

Tabela 5.3.6.3-7: Terminais telefônicos instalados e telefones públicos, 2000.

MUNICÍPIOS	TERMINAIS TELEFÔNICOS	TELEFONES PÚBLICOS
Campos dos Goytacazes	72.978	2.675
São Francisco de Itabapoana	2.299	203
São João da Barra	3.311	212
Estado do Rio de Janeiro	325.9566	89.202

Fonte: CIDE/ Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A - TELEMAR.

O município de **Macaé** é atendido pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que presta serviços de transmissão de dados, rádio e televisão, além de telefonia, telegrafia e telex.

Quanto ao números de agências e postos de vendas dos correios em Macaé somam um total de 14 unidades, distribuídas entre 9 agências e 5 postos de venda. **Carapebus** e **Quissamã** possuem apenas 1 Agência dos correios.

Tabela 5.3.6.3-8: Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2001.

MUNICÍPIOS	AGÊNCIAS DE CORREIOS, POR TIPO				POSTOS DE VENDAS	TOTAL GERAL
	Próprias	Franqueadas	Satélites	Comunitárias		
Carapebus	-	-	-	1	-	1
Macaé	1	2	5	1	5	14
Quissamã	1	-	-	-	-	1

Fonte: CIDE/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Gerência de Atendimento - Correios - DR/RJ.

O município de **Macaé** dispõe de 26.831 terminais telefônicos instalados, além de 1.163 telefones públicos. Há um posto telefônico no centro de Macaé.

Segundo o EIA Espadarte, o serviço de telefonia prestado nas plataformas de petróleo em Macaé é fornecido pela Central PETROBRAS, com 6 orelhões na sede. O processo é via satélite, mas há um projeto de ampliação para mais 96 terminais via fibra ótica. Há em Macaé outras três centrais telefônicas: Central Macaé, com 665 terminais; Central Cavaleiros, com 79 terminais; e Central Cabiúnas.

Em **Carapebus** existem 447 telefones instalados, sendo que os 49 telefones públicos atendem a população urbana e rural. As comunidades rurais mais afastadas dispõem de serviço de telefonia celular, os “celulares comunitários”.

O número de terminais telefônicos instalados no município de **Quissamã** é de 494. Quanto aos telefones públicos, existem 80 orelhões em todo o município.

Tabela 5.3.6.3-9: Terminais telefônicos instalados e telefones públicos, 2000.

MUNICÍPIOS	TERMINAIS TELEFÔNICOS	TELEFONES PÚBLICOS
Carapebus	447	49
Macaé	26.831	1.163
Quissamã	494	80
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	325.9566	89.202

Fonte: CIDE/ Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A - TELEMAR.

Em *Casimiro de Abreu* funcionam duas rádios piratas FM e uma AM. A programação de tv é recebida da via satélite das redes Record, Bandeirantes e SBT, e capta sinais da TV Alto Litoral de Campos. Por causa da baixa qualidade de sinal, a maioria das casas tem antenas parabólicas. Os jornais locais são semanais e quinzenais, mas são pouco veiculados. Nas ruas são transmitidos informes através de alto-falante.

Há seis jornais estabelecidos em *Rio das Ostras*, com publicação semanal, que veiculam especialmente informações gerais e de utilidade pública por parte da prefeitura municipal. No município recebe transmissão televisiva da TV Alto Litoral.

No nível de utilidade pública, a cidade, ainda utiliza o “carro de som” que trafega pelas ruas prestando informações pertinentes a toda a população do município. A Internet é uma outra forma de comunicação que está passando a ser usada com muita frequência em Rio das Ostras.

Os correios possuem 4 unidades em cada um desses municípios, das quais 2 são do tipo comunitária. Também funciona um posto de venda de produtos em Rio das Ostras.

Tabela 5.3.6.3-10: Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2001.

MUNICÍPIOS	AGÊNCIAS DE CORREIOS, POR TIPO				POSTOS DE VENDAS	TOTAL GERAL
	Próprias	Franqueadas	Satélites	Comunitárias		
Casimiro de Abreu	2	-	-	2	-	4
Rio das Ostras	1	1	-	2	1	5

Fonte: CIDE/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Gerência de Atendimento - Correios - DR/RJ.

Em termos de telefonia, *Casimiro de Abreu* conta com 164 orelhões e 1.033 telefones instalados. Conforme o EIA Espadarte, os telefones públicos e residenciais existentes no município não atendem a demanda, nem ao crescimento da cidade. A telefonia celular ainda é analógica, sendo que a cidade possui uma das únicas torres que ainda opera neste sistema.

No município de *Rio das Ostras* a oferta de serviços de telefonia fixa possui um total de 5.280 terminais de serviço e 413 orelhões públicos. Alguns bairros possuem ainda, telefones públicos comunitários que recebem ligações.

De acordo com as informações disponíveis pela Secretaria municipal de Turismo, Indústria e Comércio no Guia do Investidor de Rio das Ostras, atualmente observa-se uma melhoria dos serviços de telefonia após a privatização do setor de telecomunicações. Existem na cidade 2 centrais telefônicas em operação, serviço de telefonia celular em banda larga para a internet e provisão para rede de fibra óptica.

Tabela 5.3.6.3-11: Terminais telefônicos instalados e telefones públicos, 2000.

MUNICÍPIOS	TERMINAIS TELEFÔNICOS	TELEFONES PÚBLICOS
Casimiro de Abreu	1.033	164
Rio das Ostras	5.280	413
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	325.9566	89.202

Fonte: CIDE/ Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A - TELEMAR.

Em Cabo Frio está a sede do jornal “O Litoral” o qual cobre, em termos de informação, toda a Região da Baixada Litorânea. Além deste, há outros periódicos de vários tipos e frequências, localizados nos três Municípios em questão. Os principais jornais e revistas do Brasil e alguns do exterior podem ser encontrados na cidade de Cabo Frio. As principais emissoras de rádio e televisão do Estado do Rio de Janeiro dão cobertura a cidade.

Cabo Frio conta com 4 **Agências de correios e 10 postos de vendas de produtos. Os municípios de Arraial do Cabo** e em **Armação dos Búzios** possuem apenas 1 Agência dos correios cada um, sendo que em Búzios também existe um posto de vendas funcionando.

Tabela 5.3.6.3-12: Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2001.

MUNICÍPIOS	AGÊNCIAS DE CORREIOS, POR TIPO				POSTOS DE VENDAS	TOTAL GERAL
	Próprias	Franqueadas	Satélites	Comunitárias		
Armação dos Búzios	1	-	-	-	1	2
Arraial do Cabo	1	-	-	-	-	1
Cabo Frio	1	3	-	-	10	14

Fonte: CIDE/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Gerência de Atendimento - Correios - DR/RJ.

Em relação à telefonia, considerando os municípios do norte fluminense, **Cabo Frio** é o segundo maior em número de terminais telefônicos instalados, são 29.928, e o terceiro em número de telefones públicos, possui 1.032 orelhões distribuídos principalmente na área urbana e/ou de interesse turístico. Cabo Frio também conta com serviços de telefonia celular.

Em **Armação de Búzios** a telefonia fixa tem 4.934 terminais telefônicos instalados, sendo que em média o tempo de pedido e instalação de uma nova linha é em média 1 semana. Há 168 orelhões públicos, e o município também conta com serviços de telefonia celular.

O município de **Arraial do Cabo** possui 2.502 terminais telefônicos instalados e 230 telefones públicos, além de ser atendido pelo sistema de telefonia celular.

Tabela 5.3.6.3-13: Terminais telefônicos instalados e telefones públicos, 2000.

MUNICÍPIOS	TERMINAIS TELEFÔNICOS	TELEFONES PÚBLICOS
Armação dos Búzios	4.934	168
Arraial do Cabo	2.502	230
Cabo Frio	29.928	1.032
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	325.9566	89.202

Fonte: CIDE/ Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A - TELEMAR.

- TRANSPORTE

RODOVIÁRIO

O sistema rodoviário compreendido nestes municípios é formado pelas seguintes rodovias federais:

- **BR-101:** Corta os Municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos. Em Casimiro de Abreu, Macaé e Campos, são atravessadas as áreas urbanas das sedes municipais;
- **BR-178:** Comunica-se com a RJ-196 fazendo a ligação entre Macaé e os Municípios de Carapebus e Quissamã;
- **BR-356:** Faz ligação de São João da Barra a BR-101;

As principais rodovias estaduais são:

- **RJ-106:** É a Rodovia Amaral Peixoto, caminho obrigatório para a Região dos Lagos Fluminenses. Na área considerada, esta rodovia atravessa os municípios de Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, indo até Macaé, onde acaba na sede municipal;
- **RJ-168:** Liga Macaé à BR-101, em entroncamento bem próximo a Casimiro de Abreu;
- **RJ-196:** Faz a ligação da Cidade de Quissamã com a BR-101;
- **RJ-224:** Faz ligação de São Francisco de Itabapoana a BR-101;
- **RJ-216:** Liga Campos ao litoral (Cabo e Farol de São Tomé).

O município de **Macaé** possui um terminal rodoviário, o Terminal Rodoviário Álvaro Bruno de Azevedo, que recebe as linhas interestaduais e intermunicipais.

O Transporte intermunicipal para o Rio de Janeiro é oferecido por duas empresas, a Rápido Macaense e a Auto Viação 1001. Essa última também opera no sistema municipal com 40 linhas de ônibus atendendo os diversos bairros e Distritos municipais, que somados a outros 115 ônibus de 3 empresas particulares, transportam aproximadamente 30.000 passageiros/dia.

Há linhas interestaduais diariamente para as cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Vitória e Salvador. Três vezes por semana há ligações com Aracajú. As empresas Útil, Itapemirim, Penha e Auto Viação 1001, prestam o serviço.

Há atendimento por táxis e uma Cooperativa de Transportes (COOPERATLÂNTICO) com veículos utilitários.

Casimiro de Abreu e Rio das Ostras são atendidos por 4 empresas de ônibus que: 2 operam no transporte intermunicipal (1001 e Macaense) e 2 de no transporte municipal (Expresso Casimiro e Viação Líder). Também há nesses municípios transporte alternativo, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras contam com cooperativas de vans.

Os serviços de transporte municipal nos municípios de **Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação de Búzios** é prestado pelas mesmas empresas (Auto Viação Salineira Ltda e Auto Viação 1001 S/A), que mantêm linhas urbanas que circulam entre eles.

Conforme dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação de Búzios (2003), o transporte coletivo no município de Búzios realiza diariamente 4.600 viagens, das quais aproximadamente 2.500 passageiros são motivados pelo trabalho e 1.100 pela escola.

Auto Viação Salineira Ltda opera no transporte municipal utilizando uma frota de 5 veículos e no transporte intermunicipal com 37 veículos. Além desta empresa, outras duas atuam no sistema intermunicipal ofertando 15 linha com uma frota de 55 veículos.

Também há o transporte alternativo de passageiros em vans, realizado pela empresa Coperbúzios, que possui autorização para operar. Atende especialmente as localidades periféricas, em que o serviço público não atende a demanda. A cidade possui uma frota de 301 veículos de passeio ou utilitários e 112 motos. As bicicletas somam 720, e são muito usadas na cidade.

O transporte intermunicipal Cabo Frio conta cinco linhas de várias empresas, e para diversos pontos do território nacional. Armação de Búzios possui uma frota de cinquenta táxis e quarenta vans para transporte alternativo de passageiros.

FERROVIÁRIO

A linha tronco Campos Elíseos-Campos dos Goytacazes atravessa os Municípios de *Campos, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu* transportando exclusivamente carga, especialmente derivados de petróleo.

Em *Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana*, não há transporte ferroviário ou passagem de linhas ferroviárias. No município de *Casimiro de Abreu* a estação de trem foi desativada (no local funcional a Casa da Cultura).

AÉREO

Macaé dispõe de um aeroporto utilizado exclusivamente pela PETROBRAS que faz, em média, 70 vôos diários. O aeroporto tem uma pista de 1.500m de extensão, pavimentada, e sistema de rádio-navegação, e dispõe de capacidade para receber aeronaves de médio porte.

No município de **Campos** há um aeroporto público, com pista de cerca de 900 m e com tráfego intenso. Na localidade de Farol de São Tomé existe uma pista de pouso não pavimentada com mais de 900m e um heliporto particular, utilizado por empresas petrolíferas para apoio às plataformas oceânicas.

Cabo Frio possui Aeroporto Internacional funcionando desde 2001. É nesta base aérea que se recebe o maior número de turistas para a região.

O Aeroporto Humberto Modiano, localizado à 10 kms do centro da sede municipal de **Armação de Búzios** atende à demandas turísticas, operando especialmente nas rotas Búzios-Cabo Frio (Aeroporto Internacional de Cabo Frio), São paulo, Rio de Janeiro (Santos Dumont) e Belo Horizonte. Além de vôos convencionais este terminal aeroviário é utilizado por aeronaves particulares.

MARÍTIMO

O Porto de **Macaé**, localizado em Imbetiba é intensamente utilizado no transporte de passageiros e cargas, entre o continente e as plataformas petrolíferas.

No município de **Cabo Frio** está localizado um dos principais portos de desembarque pesqueiro industrial do Estado do Rio de Janeiro. **Cabo Frio e Arraial do Cabo** possuem embarcações do tipo escunas, iates e lanchas, utilizadas pelos turistas em passeios pelo litoral, além dos barcos pesqueiros.

O município de **Armação de Búzios** possui uma marina para barcos de recreio; serviço de táxi marítimo, com 23 unidades equipadas com salva-vidas; além de embarcações do tipo escunas, iates e lanchas bastante usados para passeios turísticos.

◆ GASODUTOS

A região norte fluminense é bem servida da modal de transporte dutoviária. Esta região é atravessada pelo gasoduto Macaé-Campos (GASCAM) que perpassa os municípios de Quissamã e Carapebus; pelos gasodutos GASCABO e GASDUC que ligam Macaé a Arraial do Cabo e Duque de Caxias (REDUC), respectivamente, e pelo GASCAB I, que liga as instalações da Petrobrás em Ponto A (Barra do Furado) à Estação de Cabiúnas. Dutos de transporte de gás da Petrobrás também passam nos municípios de Rio das Ostras, Cabo Frio e Casimiro de Abreu.

5.3.7 ESTRUTURA PRODUTIVA

5.3.7.1 AID – Municípios do Espírito Santo

◆ LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

Os dados relativos ao IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal para estes municípios os colocam em posições variadas no ranking estadual. Anchieta aparece em quarto lugar no ranking estadual, com expressividade no IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico, e em posição de maior destaque que o município de Vila Velha. Guarapari também está entre os 10 primeiros do estado, ficando em nono lugar. Piúma, por exemplo, está em 14^a colocação neste ranking. Os demais se encontram da seguinte forma: Itapemirim, 33^o lugar, Marataizes, 42^o e Presidente Kennedy, 55^o. Este indicador é de grande importância porque demonstra a diferença de padrão de desenvolvimento entre os municípios analisados, ainda que a maioria dos demais indicadores utilizados os coloque de forma semelhante.

Tabela 5.3.7.1-1: Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), 2000.

MUNICÍPIO	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	POSIÇÃO NO RANKING
Marataízes	0,3562	0,2691	0,0121	0,0601	0,1028	0,1601	42º
Itapemirim	0,3177	0,2321	0,0412	0,1626	0,1257	0,1759	33º
Piúma	0,3882	0,4313	0,1290	0,0983	0,0743	0,2242	14º
Pres. Kennedy	0,2539	0,2493	0,0377	0,0761	0,0893	0,1412	55º
Anchieta	0,3463	0,3434	0,2176	0,7481	0,255	0,3821	4º
Guarapari	0,4058	0,3521	0,2075	0,1115	0,3077	0,2769	9º

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES/2000, Índice de Desenvolvimento: Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para Grandes e Médios Empreendimentos, (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES (IDM-ES)

Pode-se observar na Tabela 5.3.7.1-2 que, no tocante ao produto bruto interno por setores na região litorânea sul, os municípios analisados apresentam, no geral, uma participação inexpressiva na geração do PIB estadual, à exceção de Guarapari e de Anchieta.

O conjunto dos municípios do litoral sul participa, segundo dados de 1998, produzindo 5,14% do PIB estadual, obtendo maior expressividade nos setores terciário e industrial. Do PIB da região, 53,95% decorre da atividade terciária, com ênfase especial ao turismo, 35,96% da atividade industrial e apenas 6,25% do setor agropecuário.

Do PIB industrial da região destacam-se os municípios de Anchieta, com 86,05%, o que se deve às atividades desenvolvidas pela planta industrial da Samarco Mineração S.A., e Itapemirim, com 11,01%, devido à produção da Usina Paineiras. O produto gerado pelo setor terciário, claramente vinculado à atividade turística, apresenta forte relevância nos municípios de Guarapari, com 52,56% do PIB terciário regional, seguido de Anchieta, Itapemirim e Marataízes. No setor agropecuário destaques para os municípios de Itapemirim, base da agricultura canavieira, e de Presidente Kennedy.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 5.3.7.1-2 verifica-se que os municípios analisados apresentam pequena expressividade na geração do Produto Interno Bruto Estadual, que varia de 2,01% (Anchieta), 1,55% (Guarapari), 0,66% (Itapemirim), 0,44% (Marataízes), 0,27% (Piúma) até 0,19% (Pres. Kennedy).

Tabela 5.3.7.1-2: Produto Interno Bruto por setores, 1998 (Em R\$ 1.000,00)

MUNICÍPIO/ ESTADO	PIB POR SETORES			
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	Pib Total
Itapemirim	12.126	35.363	49.952	114.332
Marataízes	7.184	460	58.375	77.462
Piúma	861	366	38.482	46.592
P. Kennedy	10.617	106	18.059	33.772
Anchieta	9.997	276.182	63.596	349.775
Guarapari	9.018	8.477	253.173	270.668
Total Litoral Sul	49.803	320.954	481.637	892.601
Espírito Santo	1.305.520	5.189.541	8.313.129	17.369.189

Fonte: IPES

A partir da renda per capita do estado do Espírito Santo, indicada na Tabela 5.3.7.1-3, que atinge o patamar de R\$ 5.771,00, observa-se que, nos municípios considerados na área litorânea sul, quem mais se aproxima desse valor são os municípios de Itapemirim, chegando aos R\$ 4.300,00 per capita, e de Guarapari, atingindo a casa dos R\$ 4.800,00. Bem abaixo deste patamar segue o município de Piúma com R\$ 3.600,00 per capita. Logo depois se encontra Presidente Kennedy com uma renda de R\$ 3.480,00. Por último encontra-se Marataízes com R\$ 2.820,00. Anchieta foge à regra por apresentar uma renda per capita muito superior, alcançando R\$ 22.500,00, o que decorre da pequena participação populacional *vis a vis* ao seu PIB, resultado de sua expressiva produção industrial vinculada à localização da planta industrial da Samarco Mineração S.A., conforme citado anteriormente.

Tabela 5.3.7.1-3: Renda per Capta Municipal – 1998 (Em R\$ 1.000,00)

MUNICÍPIO/ ESTADO	PIB	POPULAÇÃO	RENDA PER CAPITA
Itapemirim	114.332	26.560	4,30
Marataízes	77.462	27.499	2,82
Piúma	46.592	12.960	3,60
P. Kennedy	33.772	9.699	3,48
Anchieta	410.407	18.240	22,50
Guarapari	317.587	7.776	4,08
Espírito Santo	17.369.000	3.009.704*	5,77

Fonte: IBGE, IPES

* Pop. estimada

Os dados abaixo sinalados revelam a dimensão produtiva da região, que apresenta, no geral, forte participação das atividades do terciário (comércio e serviços), da construção civil, da agropecuária e da pesca. Esta última possuindo forte expressão nos municípios de Itapemirim, devido a pesca industrial que se desenvolve neste município, e em Guarapari. A pesca apresenta menor expressão, comparativamente aos municípios anteriores, nos municípios de Piúma, Anchieta e Marataízes, porém não menos importante do ponto de vista da geração de emprego e renda.

Destaca-se dos dados fornecidos na Tabela 5.3.7.1-4 que o município de Guarapari apresentou, em 2000, o maior número de empregos dentre os quatro municípios analisados, sendo destino de 35.791 postos de trabalho. O segundo neste item é o município de Marataízes com 11.547 empregos, seguido de Itapemirim, com 10.216 postos de trabalho, de Anchieta, com 8.107 postos, de Piúma com 5.963 empregos, e finalmente Presidente Kennedy com 3.518 empregos.

Tabela 5.3.7.1-4: Mercado de trabalho. Emprego por setor de atividade econômica, 2000.

ATIVIDADE	MUNICÍPIOS					
	Itapemirim	Marataízes	Piúma	P. Kennedy	Anchieta	Guarapari
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	2.025	2.263	408	1.790	1.603	3.029
Pesca	1.068	897	330	106	602	729
Indústrias extrativas	39	-	44	5	201	340
Indústrias de transformação	1.418	678	570	205	487	2.332
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	147	81	45	22	66	194
Construção civil	822	972	864	94	627	4.466
Comércio	1.415	2.481	1.384	304	938	6.994
Alojamento e alimentação	476	508	369	97	579	2.992
Transporte, armazenamento e comunicações	355	362	180	80	323	1.402
Intermediação financeira	5	91	18	17	101	174
Atividades imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	289	528	290	70	249	2.939
Administração pública, defesa e seguridade social	429	701	230	336	507	1.575
Educação	399	587	347	133	615	2.131
Saúde e serviços sociais	129	211	113	8	222	671
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1.200	1.186	770	251	986	5.823
TOTAL	10.216	11.547	5.963	3.518	8.107	35.791

Fonte: IPES.

A evolução do mercado de trabalho nestes municípios, em 2002, segundo consta dos dados da Tabela 5.3.7.1-5, demonstra que o terciário tem se mantido como principal fonte de geração de emprego, tendo agregado, no conjunto dos municípios, 52,95% dos postos gerados neste ano. A indústria de transformação aparece como a segunda maior fonte empregatícia, absorvendo 7,62% do total. A agropecuária, em terceiro lugar no ranking de geração de empregos no litoral sul em 2002, contribuiu com 6,36% dos postos de trabalho gerados na região. Também tem mantido importante contribuição a indústria da construção civil, tendo absorvido, em 2002, 5,37% dos empregos formais no litoral sul.

Tabela 5.3.7.1-5: Mercado Formal de Trabalho – Número de Empregos Gerados - 2002.

	ANCHIETA	GUARAPARI	ITAPEMIRIM	MARATAÍZES	PIÚMA	P. KENNEDY	TOTAL GERAL
Extração Mineral	546	85	8	0	4	0	643
Indústria de Transformação	327	497	868	48	44	14	1.798
Serv. Ind. Up.	26	79	165	0	13	2	285
Construção Civil	195	1.003	10	5	38	17	1.268
Comércio	257	3.697	421	681	348	44	5.448
Serviços	723	5.289	298	498	204	21	7.033
Administração Pública	748	2.229	933	808	472	406	5.596
Agropecuária	133	261	866	41	19	180	1.500
TOTAL GERAL	2.955	13.140	3.569	2.081	1.142	684	23.571

Fonte: Rais.- Dados preliminares 2002

Do total de empregos gerados em 2002, o município de Guarapari foi o que mais contribuiu, tendo absorvido, com 55,74% dos empregos na região. Itapemirim vem em segundo lugar, com uma contribuição de 15,14% do total, seguido de Anchieta, com 12,54%. A menor participação foi de Presidente Kennedy, gerando apenas 2,9% dos empregos formais da região.

Os setores de maior importância na geração de empregos em Guarapari foram o terciário, com uma parcela de 68,38% do total de empregos formais do município, seguido da administração pública, com 16,96%, e da construção civil, com 7,6%.

Em Itapemirim manifestou-se com grande expressividade a administração pública, maior empregador municipal, absorvendo 26,14% dos empregos formais. O setor agropecuário e a indústria de transformação estão em segundo lugar no ranking de geração de empregos no município, tendo absorvido, em 2002, cerca de 24% cada um deles.

O mesmo ocorre com Anchieta que tem tido na administração pública sua maior fonte empregatícia. Esta foi responsável, em 2002, 25,3% dos empregos formais. As atividades de serviços e a extração mineral também tiveram elevada participação na empregabilidade municipal, contribuindo, respectivamente, com 24,46% e 18,47%.

Nos municípios de Piúma, Presidente Kennedy e Marataízes, a administração pública aparece, senão como a principal fonte geradora de empregos, como a segunda maior fonte, dividindo importância com o terciário, principalmente com a atividade comercial. Apenas em Presidente Kennedy a atividade agropecuária tem maior expressão tendo gerado, em 2002, 26,31% dos postos de trabalho formais.

- ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Na agricultura do litoral sul destacam-se as produções de abacaxi, cana-de-açúcar e mandioca, participando com 98,06%, 18,08%, e 37,16% respectivamente da produção estadual, segundo dados contidos na tabela abaixo. Os municípios de Itapemirim e Marataízes destacam-se em relação ao conjunto das principais produções agrícolas da região.

Tabela 5.3.7.1-6: Participação do valor da produção das principais lavouras da Região Litoral Sul no total produzido no Estado - 1995-1996.

LAVOURAS	REGIÃO	ESTADO	REGIÃO/ESTADO
Banana	2.504	23.357	10,72
Cafê em coco	2.456	428.698	0,57
Cana-de-açúcar	7.197	39.801	18,08
Coco-da-baía	587	6.621	8,86
Feijão em grãos	112	12.084	0,92
Mandioca	4.185	11.262	37,16
Milho em grãos	138	12.663	1,08
Arroz em casca	19	3.359	0,56
Abacaxi	8.774	8.947	98,06
Laranja	141	3.523	4,00
TOTAL	26.113	550.315	4,74

Fonte: Censo Agropecuário do Estado do Espírito Santo 1995/1996 - IBGE

Nota: Valores em mil reais.

A cana produzida nestes municípios atingiu 433.110 toneladas, segundo dados do censo agropecuário de 1995/96, obtendo maior importância em Itapemirim, que participou em 80,74% deste total. A este município seguem as produções de cana de Marataízes e de Presidente Kennedy, embora em volume bem menos expressivo de produção.

A mandioca aparece como a segunda maior cultura em termos de produção, tendo atingido, segundo dados da Tabela 5.3.7.1-7, 62.372 toneladas, com maior representatividade do município de Presidente Kennedy (73% do total da região) e, com menor expressão de Itapemirim e Marataízes.

A cultura do abacaxi concentra-se nesta região, que produziu, segundo dados das Tabelas 5.3.7.1-7 e 5.3.7.1-8, 50.538 toneladas, entre 1995 e 1996, com grande participação dos municípios de Itapemirim e de Marataízes.

Tabela 5.3.7.1-7: Produção agrícola dos municípios da Região Litoral Sul do ES – 1995-1996.

MUNICÍPIOS	ABACAXI	ARROZ	CANA	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	BANANA	CAFÉ	COCO	LARANJA
Anchieta	-	49	669	68	951	33	329	2.056	540	448
Guarapari	-	15	617	49	668	126	814	1.640	631	1.258
Itapemirim	25.314	4	349.721	10	9.887	259	99	489	102	1.669
Marataízes	20.000	26	60.000	11	5.250	12	-	-	40	490
Piúma	24	6	-	8	74	12	19	233	7	-
Presidente Kennedy	5.200	29	22.103	67	45.542	266	36	437	-	-
TOTAL REGIÃO	50.538	129	433.110	213	62.372	708	1.297	4.855	1.320	3.865

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo 1995/96 - IBGE

Nota: Produção em toneladas.

A pecuária existente na região é pouco expressiva, sendo mais representativa nos municípios de presidente Kennedy, Itapemirim e de Guarapari. Em Presidente Kennedy é representativo o plantel de bovinos, totalizando 49.036 cabeças, seguido pelos municípios de Itapemirim e de Guarapari. A produção avícola está centralizada em Guarapari com um efetivo de 284.790 aves.

Tabela 5.3.7.1-8: Efetivo de bovinos, suínos e aves, segundo os municípios da Região Litoral Sul do ES - 1995-1996.

MUNICÍPIOS	BOVINOS	SUÍNOS	AVES
Anchieta	18.987	738	9.018
Guarapari	21.011	5.334	284.790
Itapemirim	27.124	1.636	8.606
Marataízes	-	-	-
Piúma	6.187	84	1.796
Presidente Kennedy	49.056	1.377	12.058
TOTAL REGIÃO	122.365	9.169	316.268

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo, 1995/96 - IBGE

A atividade pesqueira é, junto à atividade turística, comercial e de serviços, a que maior destaque merece nesta região, sendo responsável, por parte significativa da renda familiar gerada, sobretudo nas localidades litorâneas. Com tal importância esta atividade está sendo tratada em item especial, analisado adiante.

- ATIVIDADE INDUSTRIAL

No geral a atividade industrial é representativa no segmento de pequenas e médias empresas apresentando forte vinculação com o turismo e com a pesca, detendo a maior expressividade em termos de geração de empregos, conforme verificou-se em análise efetuada acima. Neste sentido são representativas as indústrias de alimentos, os frigoríficos, estaleiros, dentre outras pequenas indústrias. Entretanto o que destaca a região, especificamente os municípios de Anchieta e Itapemirim, no contexto da indústria estadual, são os empreendimentos de elevado porte instalados neste município.

A Samarco Mineração S.A., usina de pelotização instalada no município de Anchieta, é uma das maiores indústrias estaduais. Além da atividade industrial a Samarco desenvolve atividades portuárias no Porto de Ubu, também localizado em Anchieta. Este terminal faz parte do complexo portuário do Espírito Santo, que é responsável, em grande medida, pelo desenvolvimento estadual, sendo um forte fator de atração de investimentos.

Na unidade de Ponta Ubu, a Samarco mantém duas usinas de pelotização e um terminal marítimo próprio. As duas usinas são abastecidas por um mineroduto de 396 km de extensão que parte do estado de Minas Gerais e têm capacidade para 14 milhões de t/ano. O terminal marítimo próprio tem capacidade para embarcar até 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Navios de até 180 mil toneladas são carregados ao ritmo nominal de 8 mil t/hora. Além de embarcar os produtos da empresa, o porto também é utilizado para a descarga de insumos para a usina, além de movimentar outras cargas para terceiros. Destaca-se que este terminal tem sido colocado como um dos potenciais portos para atendimento á atividade petrolífera desenvolvida na região, e que, segundo informações de técnicos da empresa, tem operado com capacidade ociosa.

A antiga Usina de Paineiras, localizada no município de Itapemirim, também aparece como destaque regional, apresentando elevada participação na geração de empregos no município e região. Esta usina é produtora de álcool e de açúcar e responde pela concentração da atividade canavieira nesta região. A produção de cana-de-açúcar está diretamente ligada à Usina Paineiras, localizada em Itapemirim, produtora de açúcar e álcool. Na safra de 1998/99, a produção foi de 1.084.700 sacas de 50 Kg de açúcar, 20.096 m³ de álcool anidro e 11.417 m³ de álcool hidratado, com um faturamento bruto de R\$ 27.930.576,00. A produção atende aos mercados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A usina gera 2 mil empregos diretos (IPES, litoral Sul, 2000).

Ainda merece relevância a indústria da construção civil, especialmente no município de Guarapari, que é impulsionada pela forte presença da atividade turística neste município.

Outra atividade de destaque na indústria regional é o artesanato de conchas, desenvolvido com maior expressão no município de Piúma. Com matéria-prima abundante e mercado consumidor viabilizando-se pelo turismo, o artesanato em conchas consolida-se cada vez mais como atividade expressiva no município, perpetuando-se no tempo pelo ensinamento do ofício a cada nova geração. Em Piúma, famílias inteiras sobrevivem exclusivamente desta atividade, que é responsável por um número razoável de empregos diretos e indiretos (IPES, Litoral Sul, 2000).

A produção de mandioca está relacionada a agroindústrias produtoras de farinha, em sua maioria localizada em Presidente Kennedy.

◆ VITÓRIA, VILA VELHA E SERRA

Comparativamente aos municípios componentes da área de influência do empreendimento localizados na porção sul do estado, os dados relativos ao IDM e seus respectivos indicadores-base (IDU, IDS, IFM, IDE e IGME) para Vila Velha, Serra e Vitória ressaltam a enorme distância, em termos de nível de crescimento econômico, urbano e social entre eles. Com relação ao IDM Vitória está em primeiro lugar no ranking estadual, Serra em terceiro e Vila Velha em quinto.

Considerando-se um frente ao outro, Vitória apresenta melhores indicadores de desenvolvimento urbano, social, financeiro, econômico e de infra-estrutura para atração de investimentos, conforme consta da Tabela 5.3.7.1-9. Serra apresenta expressividade no IGME, apresentando-se como o território mais atrativo para investimentos na região da Grande Vitória. O índice de desenvolvimento social apresenta maior expressão em Vitória e Vila Velha.

Tabela 5.3.7.1-9: Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), 2000.

MUNICÍPIO	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	POSIÇÃO NO RANKING
Vitória	0,8346	0,6543	0,5694	0,7391	0,5419	0,6679	1°
Vila Velha	0,5604	0,6125	0,0673	0,1508	0,4875	0,3757	5°
Serra	0,4519	0,3485	0,1260	0,4807	0,6050	0,4024	3°

Fonte: IPES . Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES/2000, Índice de Desenvolvimento: Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para Grandes e Médios Empreendimentos.

Vitória, Vila Velha e Serra, conforme já salientado acima, apresentam indicadores de participação municipal expressiva com relação ao estado, especialmente a capital que, conforme será apresentado nas tabelas a seguir, possui as mais destacadas posições nos indicadores analisados.

Analisando-se o produto bruto interno por setores, para o grupo de municípios localizados na região da Grande Vitória, Vitória apresenta a maior expressividade, com R\$ 3.154.765 mil, representando 18,16% do PIB total do estado. Serra apresenta uma participação relativa de 14,03% do PIB estadual, tendo produzido, em 2000, R\$ 2.436.394. Já o município de Vila Velha, com R\$ 1.241.131 mil representa 7,15% do total estadual. Os três municípios em conjunto aportam 39,44% do PIB total do estado.

Os setores que mais se destacam na participação do PIB, para este grupo de municípios, são a indústria e a atividade terciária. O setor industrial participa com 42,33% do resultado do PIB do grupo, com elevada participação do município da Serra e importante participação do município de Vitória. O terciário, que representa a maior contribuição no PIB do grupo, com 57,59% deste, demonstra relevância em todos os municípios, sobretudo em Vitória. A atividade primária é inexpressiva atingindo apenas 0,08% do PIB deste grupo.

Tabela 5.3.7.1-10: Produto Interno Bruto por setores, 1998 Em R\$ 1.000,00

MUNICÍPIO/ ESTADO	PIB POR SETORES			
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	PIB Total
Vitória	-	931.422	2.223.343	3.154.765
Vila Velha	901	452.084	788.146	1.241.131
Serra	4.465	1.508.573	923.356	2.436.394
Total	5.366	2.892.079	3.934.845	6.832.290
Espírito Santo	1.305.520	5.189.541	8.313.129	17.369.189

Fonte: IPES

No tocante à renda per capita, o município de Vitória apresenta a mais elevada do grupo, de R\$ 13.750 per capita. Serra apresenta uma renda per capita também elevada, de R\$ 9.770,00. O município de Vila Velha aparece com a menor renda per capita do grupo, com R\$ 4.670, menor que a renda estadual, de R\$ 5.770,00, conforme dados apresentados na Tabela 5.3.7.1-11.

Tabela 5.3.7.1-11: Renda Per Capta Municipal, 1998 Em R\$ 1.000,00.

MUNICÍPIO/ ESTADO	PIB	POPULAÇÃO	RENDA PER CAPTA
Vitória	3.701.632	269.135	13,75
Vila Velha	1.456.276	312.059	4,67
Serra	2858734	292523	9,77
Espírito Santo	17.369.000	3.009.704*	5,77

Fonte: IBGE, IPES

*Pop. estimada

No mercado de trabalho, segundo dados de 2000, destaques para as atividades comerciais e de serviços, que aparecem como as maiores geradoras de emprego para ambos os municípios. Seguem-se a estas a atividade imobiliária, a indústria de transformação e a administração pública, especialmente na capital. Em Vila Velha e Serra todas as atividades citadas são relevantes incluindo a construção civil que possui expressiva participação.

O número de empregos gerados pelos municípios do grupo totalizou, em 2000, 393.380 postos de trabalho, indicando maior contribuição do município de Vila Velha, cuja parcela de absorção de empregos formais foi de 37,32%.

Tabela 5.3.7.1-12: Mercado de trabalho. Emprego por setor de atividade econômica, 2000.

ATIVIDADE	MUNICÍPIOS		
	Vitória	Vila Velha	Serra
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração Florestal	865	1.496	2.145
Pesca	496	363	401
Indústrias extrativas	1.042	1.057	1.214
Indústrias de transformação	11.438	21.018	17.641
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	954	597	604
Construção	7.954	11.681	14.974
Comércio	22.852	32.705	24.252
Alojamento e alimentação	7.404	8.892	7.729
Transporte, armazenamento e comunicações	7.470	9.606	7.510
Intermediação financeira	3.706	2.689	815
Atividades imobiliárias, aluguéis e serv. prestados às empresas	14.130	12.449	8.401
Administração pública, defesa e seguridade Social	11.468	9.628	5.706
Educação	10.084	9.159	5.941
Saúde e serviços sociais	8.875	6.848	4.205
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	16.942	18.628	19.349
TOTAL	125.679	146.816	120.885

Fonte: IPES.

Os dados relativos ao mercado de trabalho de 2002, destacados na Tabela 5.3.7.1-13, demonstram que, do total de empregos gerados nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, o maior contribuinte foi o setor terciário, especialmente o de serviços, que gerou 34,56% dos postos de trabalho. O comércio foi responsável por 17,97%, totalizando uma participação de 52,53% do terciário no total de empregos gerados, em 2002, nos três municípios analisados. A administração

pública também representa parcela considerável dos empregos formais nestes municípios, tendo absorvido, em 2002, 27,62%. A indústria de transformação aparece em terceiro lugar no ranking de empregos, tendo gerado 9,49% dos postos de trabalho. Participação expressiva também teve a indústria da construção civil, com a geração de 7,4% dos postos de trabalho nestes municípios, o que totaliza, junto à indústria de transformação, uma participação de 16,4% do setor industrial.

Tabela 5.3.7.1-13: Mercado Formal de Trabalho – 2002.

	SERRA	VILA VELHA	VITÓRIA	TOTAL GERAL
Extração Mineral	284	130	2.994	3.408
Indústria Transformação	12.733	8.826	5.256	26.815
Serv. Ind. Up.	1.162	621	1.434	3.217
Construção Civil	6.600	3.673	10.653	20.926
Comércio	10.400	16.424	23.969	50.793
Serviços	19.095	20.984	57.588	97.667
Administração Pública	7.422	5.257	65.361	78.040
Agropecuária	392	182	1.107	1.681
Outros/ign	0	0	0	0
TOTAL GERAL	58.088	56.097	168.362	282.547

Fonte: Rais.- Dados preliminares - 2002

Na participação de cada município no mercado formal de empregos do conjunto, verifica-se que o município de Vitória tem sido o maior contribuinte tendo absorvido 59,58% dos postos de trabalho gerados em 2002. Serra e Vila Velha responderam, respectivamente, por 20,56% e 19,85%.

Na capital as maiores fontes geradoras de emprego em 2002, foram a administração pública, com uma parcela de 38,82% dos empregos; o setor terciário, com 48,43% (sendo 34,20% nos serviços e 14,33% no comércio) e a indústria da construção civil, com 6,32%

Na Serra tiveram expressiva contribuição no volume de empregos gerados em 2002, os setores terciário, cuja participação foi de 50,77% (32,87 devida aos serviços e 17,9% ao comércio) e indústria de transformação, que aparece como a segunda fonte geradora de empregos, tendo contribuído com 21,92% destes. Também são relevantes as contribuições da indústria da construção civil, de 11,36% e da administração pública, de 12,78%.

Em Vila Velha as atividades relacionadas ao terciário são as maiores empregadoras, tendo gerado, em 2002, 66,67% dos postos de trabalho formais do município. A indústria de transformação é a segunda maior fonte, tendo respondido por 15,73 dos empregos formais, sendo seguido da administração pública, responsável por 9,37% destes e pela indústria da construção civil com participação de 6,54%.

- ATIVIDADE INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS

Estes setores são os mais expressivos no contexto dos municípios de Vitória, Vila Velha e da Serra, conforme se verificou nos dados relativos ao mercado de trabalho, acima analisados.

Segundo dados do IDEIES/ES havia na Serra, em 1998, 654 empresas cadastradas. Dentre estas as que detinham maior número de estabelecimentos eram as de alimentos, da construção civil, mecânicas, metalúrgicas, de minerais não-metálicos, de serviços de recuperação e de conservação, e

de vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Os ramos que mais empregavam eram: construção civil, metalúrgico, minerais não-metálicos, material elétrico e de comunicações.

Outra nota de destaque no município da Serra são as atividades de serviços. Este setor caracteriza-se por representar, dentre outras atividades, aquela que significa um dos maiores fatores de atratividade de investimentos local, qual seja, a de infra-estrutura disponível para novos empreendimentos. Composta pelas áreas infra-estruturadas existentes nos CIVIT's I e II, que possuem uma área de 5,5 milhões de m², pelo TIMS, com 2,3 milhões de m² e pelo Condomínio Empresarial Jacunem, estas áreas colocam o município como o maior e mais cobiçado espaço para localização de investimentos. Isto porque existe uma série de outras vantagens locais que concorrem para o sucesso destes espaços na especulação empresarial. Diga-se de passagem, a proximidade ao maior centro consumidor do estado (Grande Vitória) e do país (região sudeste), a disponibilidade e proximidade de terminais portuários e a facilidade de acesso a informações, a serviços e ao comércio.

Estas áreas integram um diversificado parque produtivo já instalado composto, especialmente, por empreendimentos industriais e de serviços. O CIVIT, por exemplo, conta com cerca de 160 empresas já instaladas.

A CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão, empresa de grande porte instalada no município, é a maior produtora e exportadora de produtos siderúrgicos do país, possuindo, para tal, um terminal portuário. O Porto de Praia Mole escoia a produção tanto da CST, quanto da Açominas e da Usiminas, destacando-se na movimentação deste tipo de carga.

O setor industrial tem expressividade no município de Vila Velha, sobretudo nos gêneros de alimentos, confecções, mobiliário, construção civil, extrativa mineral, dentre outros.

A municipalidade tem buscado absorver as demandas por investimentos industriais no município e atrair um número crescente de empreendimentos. Para isto foram montados o Distrito Industrial de Vila Velha e o Micropólo de Santa Inês, perfazendo, ao todo, 1,04 ha de área disponível para investimentos.

Merece especial atenção quando se avalia o desempenho industrial de Vila Velha o Pólo de Confecções da Glória, que tem se mostrado bastante dinâmico desde sua fundação nos anos 80. Abrangendo atualmente cerca de 500 empresas este pólo tem despertado interesse ao nível estadual, tendo-se destacado como centro de confecções capixaba atraindo tanto compradores do próprio estado quanto de outros estados circunvizinhos, além de turistas que passam temporada nos balneários do Espírito Santo.

Além dos atrativos turísticos existentes no município, Vila Velha é conhecida por localizar a Indústria de Chocolates Garoto. Esta indústria, recentemente incorporada pela Nestlé, foi fundada há cerca de 70 anos atrás e tem se constituído numa das principais indústrias nacionais de chocolate, sendo referência, inclusive, no mercado mundial de chocolates.

Outro segmento industrial de importância em Vila Velha é a indústria extrativa mineral, com ênfase na extração de areia, ocorrida em especial ao longo do litoral, entre Vila Velha e Guarapari. Destes, quatro referiam-se à exploração do granito e dois de areia, além de três portarias de lavra sendo duas para granito e uma para areia.

O município conta ainda com uma infra-estrutura portuária, uma das razões pela qual o empreendimento analisado decidiu por se instalar nesta região. O terminal portuário de Vila Velha, também conhecido como porto de Vila Velha, possui 5 cais para atracamento de embarcações, uma retroárea que se estende ao longo dos cais, indo desde Paul, embora de forma descontínua, até a margem do rio Aribiri, onde hoje se localiza a Portuária Vila Velha.

Na capital do estado as áreas de uso industrial estão pulverizadas entre as áreas de uso residencial, assim como aquelas de uso comercial, à exceção dos centros comerciais e dos *shoppings centers*. O mesmo ocorre com as áreas de uso portuário e institucional, que se mesclam com a paisagem urbana da cidade.

A zona portuária localiza-se na região central de Vitória e compõe-se de armazéns de carga, de retroárea para manobra, pilhagem e disposição de mercadorias a serem despachadas, de toda a parte administrativa do porto e da infra-estrutura necessária para seu funcionamento. Ao longo da linha do porto encontra-se instalada uma unidade industrial, a Flexibrás, que produz tubulações e possui, sob sua administração, uma retroárea com toda a infra-estrutura necessária para suas operações.

5.3.7.2 AII – Municípios do Rio de Janeiro

A estrutura produtiva deste grupo de municípios encontra-se ancorada nas atividades tradicionais, especialmente na agroindústria canavieira e na pesca; no turismo, atividade incorporada apenas em meados do século anterior nestes municípios, e mais recentemente na exploração de petróleo e gás natural ocorrida na Bacia Oceânica de Campos.

A importância conferida à atividade de exploração petrolífera nesta região é tamanha que a maioria dos municípios tem manifestado sua dependência financeira dos *royalties*. Alguns têm, inclusive, buscado investir em infra-estrutura nas demais áreas onde detém vocação desenvolvimentista, visando reduzir a dependência dos recursos advindos da exploração petrolífera, inclusive como forma de se preparar para uma eventual redução da referida atividade na região.

Para a grande maioria destes municípios o mercado de trabalho encontra-se mais aquecido nas atividades vinculadas ao turismo como alojamento e alimentação, comércio, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. A administração pública também aparece como uma importante fonte geradora de empregos, assim como a atividade industrial.

Tabela 5.3.7.2-1: Mercado Formal de Trabalho – 2002.

Setores	Armação dos Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Carapebus	Campos	Casemiro de Abreu	Macaé	Quissamã	Rio das Ostras	S. Fco. Itabapoana	S. J. Barra	TOTAL GERAL
Extração mineral	0	1	781	0	199	23	13.021	0	2	0	5	14.032
Indústria de transformação	84	756	1.270	3	9.315	296	7.921	6	491	125	710	20.977
Serv ind up	23	27	384	0	1.046	73	557	1	56	29	4	2.200
Construção civil	255	70	1.516	31	6.195	414	17.523	142	1.845	28	182	28.201
Comercio	1.518	768	8.247	71	22.357	1.027	11.665	155	1.763	416	969	48.956
Serviços	4.117	935	10.257	34	24.598	1.166	31.400	314	1.607	110	371	74.909
Administração pública	1.564	1.528	3.109	1.534	7.138	1.468	3.672	1.743	2.316	15	1.817	25.904
Agropecuária	41	4	529	14	5.910	296	511	261	83	372	529	8.550
Outros/ign	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral	7.602	4.089	26.093	1.687	76.758	4.763	86.270	2.622	8.163	1.095	4.587	223.729

Fonte: Rais.- Dados preliminares 2002

Para o conjunto dos municípios verifica-se, pelos dados da Tabela 5.3.7.2-1, que as atividades do terciário são as maiores geradoras de emprego da região. Neste sentido a atividade de serviços contribuiu com 33,48% dos postos de trabalho gerados em 2002, e o comércio com 21,88% destes. A terceira maior fonte de geração de empregos na região é a administração pública que absorveu, no período, 11,58% dos postos de trabalho, sendo seguida da indústria de transformação, com participação de 9,37% do total. A indústria extrativa mineral também é forte contribuinte da empregabilidade regional, tendo participado com 6,27% na geração de trabalho em 2002.

A participação dos municípios no mercado formal de trabalho mostra que Macaé responde por 38,56% dos postos de trabalho, seguido de Campos, cuja parcela foi de 34,30%. Ambos totalizam cerca de 73% dos postos de trabalho gerados na região. O terceiro município em geração de empregos da região é Cabo Frio, cuja participação, em 2002, atingiu 11,66%. Os demais contribuíram com 15,5% no mercado formal de trabalho do conjunto.

No referente a cada município verifica-se, ainda pelos dados da RAIS, 2002, que em Campos o setor terciário respondeu pela maior parcela de empregos gerados, atingindo o patamar de 61,17%, confirmando a predominância das atividades do terciário na dinamização da economia local.

Elevada importância também é conferida ao setor terciário em Macaé. Este representa 49,91% dos empregos gerados no município, sendo 36,39% atribuídos ao setor de serviços e 13,52% ao comércio. A indústria da construção civil aparece em segundo lugar no ranking de empregabilidade, contribuindo com 20,31% dos postos de trabalho. A dinamização desta indústria indica um processo de franca expansão econômica e urbana. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Macaé o município tem crescido a taxas elevadas, atingindo, nas últimas 3 décadas, 14% a.a., frente a média nacional de 2% a.a.

O número de empresas instaladas em Macaé, entre 1999 e 2002 também, são forte indicativo de dinamismo da economia local. Foram 2.566 novos estabelecimentos instalados no período, segundo dados da prefeitura municipal. Contribuindo para tal dinamismo a indústria extrativa respondeu pela geração de 15,09 % dos postos de trabalho neste município.

A atividade de serviços responde por 39,30% dos empregos gerados em Cabo Frio. Esta atividade está diretamente vinculada ao turismo, base econômica municipal, assim como o comércio, que gerou, em 2002, 31,6% dos postos de trabalho.

Em Búzios o setor terciário, com forte vinculação no turismo, foi responsável por 74,73% dos empregos em 2002. Neste município a administração pública também aparece como importante geradora de empregos, tendo contribuído, neste ano, com uma parcela de 20,57%.

Em Arraial do Cabo, Quissamã, Carapebus e São João da Barra a maior fonte empregatícia é a administração pública, seguida das atividades comerciais e de serviços.

São Francisco de Itabapoana é, dentre os municípios da AII, o que menos emprego gera e que apresenta pequena participação da administração pública na empregabilidade municipal. A isto está associado o fato deste município ser o único da região a não receber *royalties* diretos. Segundo informou o assessor da prefeitura Municipal, Sr. Roberto Acruche, isto ocorre em função das diagonais que determinam o recebimento desta taxa, definidas pelo IBGE, não perpassarem o município. Este foi, inclusive, o assunto mais citado na entrevista realizada com o assessor, que informou estar o município tentando reverter esta situação, através de contatos estabelecidos com o

IBGE, com a própria ANP e através da OMPETRO, organização da qual é partícipe. Na verdade, observando-se a extensão de sua costa, fica difícil, a olhos de leigo, excluir este município do direito à arrecadação de *royalties*, o que merece atenção e discussão de forma apropriada.

Assim como a maioria dos municípios da AII, Casimiro de Abreu apresenta como base econômica a atividade terciária, que responde por 46,04% do mercado de trabalho formal do município. A administração pública é a segunda fonte de empregos tendo gerado, em 2002, 30,82 % dos postos.

O mesmo ocorre com Rio das Ostras cuja participação das atividades do terciário no mercado de trabalho foi de 28,37% em 2002. A indústria da construção civil também teve elevada participação na geração de empregos em Rio das Ostras, sugerindo um período de forte desempenho econômico e expansão urbana, o que se confirma pelos dados da prefeitura municipal, inclusive com a realização de vários projetos de urbanização, segundo consta do item de Planos, Programas e Projetos Municipais.

◆ ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Segundo os dados relativos ao último censo agropecuário, de 1995/96, a atividade agropecuária desenvolvida por este grupo de municípios comportava 12.534 estabelecimentos agropecuários, abrangendo uma superfície de 624.184 ha.

Conforme se explicita nos dados da Tabela 5.3.7.2-2, esta atividade é representada, em sua maioria, por estratos que variam entre 10 e 100 ha, em termos de número de estabelecimentos, caracterizando um elevado número de pequenas propriedades rurais. Em termos de área são predominantes os estratos de 100 até 1.000 ha.

Tabela 5.3.7.2-2: Estabelecimentos Agropecuários, 1996.

Regiões de Governo	Total	Menos de 10ha		10ha a 100ha		100ha a 1.000ha		Mais de 1.000ha	
		Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
São João da Barra*	3.514	2.351	7.548	966	32.711	190	45.996	7	12.752
Campos	7.114	4.290	14.218	2.276	78.344	512	142.264	33	54.215
Macaé*	973	206	1.576	541	20.334	213	61.584	15	27.265
Quissamã	317	107	511	123	5.148	79	23.285	8	11.737
Arraial do Cabo	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Cabo Frio*	233	149	518	70	1.820	8	2.202	6	22.799
Casimiro de Abreu	239	66	394	112	4.261	56	18.064	5	16.606
Rio das Ostras	141	59	205	61	1.714	17	5.587	4	10.488
Total	12.534	7.232	24.974	4.154	144.348	1.082	298.990	87	155.872
Percentuais		57,7	4,8	16,6	27,5	0,8	56,6	0,6	29,7

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

(*) Os Municípios de S.João da Barra, Macaé e Cabo Frio incluem dados de S. Francisco de Itabapoana, Carapebus e Armação de Búzios, respectivamente.

Considerada como um todo, a área correspondente a este grupo de municípios apresenta predominância de estabelecimentos agrícolas pequenos, com menos de 10ha de área. São 57,7% dos estabelecimentos, mas que correspondem apenas a 4,8% (24.974 ha) da superfície agrícola total. Quanto aos maiores estabelecimentos, com mais de 1.000 ha, representam 0,8% do total, mas detêm 29,7% de toda a superfície agrícola.

Os Municípios de Campos e São João da Barra apresentam maior número de estabelecimentos, abrangendo, juntos, 62,2% da superfície agrícola do conjunto de municípios do grupo. Em Campos, 60,3% dos estabelecimentos enquadram-se na classe “Menos de 10ha” enquanto que em São João da Barra, são 66,9%. No entanto, nestes municípios, quase metade da área corresponde a estabelecimentos agrícolas com mais de 100 hectares (49,2% e 46,5%), respectivamente. Cabo Frio, com 233 estabelecimentos, tem 64% deles com “Menos de 10ha”, mas, 6 destes estabelecimentos (2,6% do total), detêm 83% da superfície agrícola municipal. Macaé (55,6%), Quissamã (38,8%), Cabo Frio (46,9), e Rio das Ostras (43,3%) têm a maioria dos estabelecimentos agrícolas com área entre 10 e 100 hectares. Em termos da concentração de área, Macaé (55,6%), Quissamã (57,2%) e Casimiro de Abreu (45,9%) têm a maior parte dos estabelecimentos com de 100 a 1.000 hectares. Cabo Frio tem 83,4% da superfície agrícola retida em 6 (seis) estabelecimentos de mais de 1.000 hectares. Em Rio das Ostras, 58,3% da superfície agrícola está em 4 (quatro) estabelecimentos. Em Arraial do Cabo há apenas 1 pequeno estabelecimento agrícola com “Menos de 10ha” (EIA Espadarte, 2000).

A cultura canavieira, atividade tradicionalmente desenvolvida na região, possui expressão estadual e nacional, tendo maior importância nos municípios de Campos, Quissamã e São Francisco de Itabapoana.

Tabela 5.3.7.2-3: Expressão da Produção Canavieira.

MUNICÍPIOS	1998			1999		
	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produtividade (kg/ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produtividade (kg/ha)
S. F. Itabapoana	950.430,0	19.785,0	48.037,9	1.125.000,0	22.500,0	50.000,0
S J. da Barra	177.650,0	3.230,0	55.000,0	160.000,0	2.700,0	59.259,0
Campos	3.453.570,0	76.840,0	44.945,0	3.281.208,0	77.074,9	42.571,7
Carapebus	217.920,0	4.640,0	46.965,5	219.891,0	4.630,0	47.492,7
Quissamã	660.000,0	13.200,0	50.000,0	680.000,0	13.000,0	52.307,7
Cabo Frio	96.600,0	2.300,0	42.000,0	109.200,0	2.600,0	42.000,0
Rio das Ostras	8.150,0	150,0	54.333,3	7.000,0	140,0	50.000,0
Total	5.564.320,0	110.145,0	50.518,1	5.582.299,0	122.640,9	45.515,9
Estado do RJ	6.110.960,0	132.777,0	46.023,8	6.195.406,6	137.484,2	45.062,7

Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER-RJ (1998-1999).

Segundo consta da Tabela 5.3.7.2-3, Campos, em 1999, respondeu por 53% das 6.195.406,6 toneladas de cana-de-açúcar obtidas no Estado do Rio de Janeiro. Se considerarmos o conjunto dos Municípios produtores integrantes da AII, este percentual chega a 90,1%.

Ainda se encontram em operação nesta região usinas de açúcar construídas há anos, tais como a usina de Carapebus, fundada em 1927, a Usina Engenho Central de Quissamã, a Usina Barcelos, dentre outras. Ressalta-se a importância desta atividade como geradora de emprego e fixadora de mão-de-obra rural na região.

A cana-de-açúcar é parte industrializada em Campos, parte no Espírito Santo. Os produtores que se localizam mais ao sul do município mandam a sua produção para ser industrializada nas usinas de Campos (Usina Sapucaia, Usina São José, Usina Santa Cruz, etc.); os que se localizam mais ao norte mandam para o Espírito Santo (Usina Paineiras). A cana de açúcar beneficiada nas usinas da região é vendida, em grande parte, para o Rio de Janeiro e alguns municípios do Nordeste.

A pecuária, segunda atividade agropecuária em expressão nestes municípios, também apresenta expressividade estadual. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996, os municípios componentes da Região Norte Fluminense detinham 24,5% do efetivo bovino do Estado, com especial destaque para o município de Campos, representando 47,10% deste grupo de municípios.

Tabela 5.3.7.2-4: Efetivo do Rebanho Bovino - 1995/96.

Municípios	Número de Cabeças	Relação Município/AII (%)	Relação AII/Estado do RJ (%)
S.J. da Barra*	80.906	17,60	-
Campos	216.751	47,10	-
Macaé*	89.408	19,40	-
Quissamã	18.100	3,90	-
Cabo Frio*	18.380	4,00	-
Casimiro de Abreu	22.642	4,90	-
Rio das Ostras	14.324	3,10	-
Total AII	460.511	100,00	25,4
Estado do RJ	1.813.743	-	100,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

(*) Os dados relativos a Carapebus estão incluídos em Macaé, os de Armação de Búzios em Cabo Frio e os de São Francisco de Itabapoana, em São João da Barra.

A produção leiteira representava, no período analisado, 13,9% da produção estadual, carreada pelo município de Campos, que representava, para o conjunto de municípios, 33,2% da produção, seguido por São João da Barra e São Francisco de Itabapoana (19,5%) e por Macaé e Carapebus (17,7%). Em Macaé localiza-se uma cooperativa que reúne parte da produção da região. Parte desta produção é ainda comercializada pela Cooperativa de Leite de Casimiro de Abreu.

Tabela 5.3.7.2-5: Produção Leiteira, 1996.

Municípios	Vacas Ordenhadas	Leite em 1.000 l	Relação Município/AII (%)	Relação AII/Estado do RJ (%)	Produção kg em 1.000 l
S. João da Barra*	10.409	11.737	19,5	-	1,12
Campos	29.917	32.168	33,2	-	1,07
Macaé*	7.518	10.703	17,7	-	1,42
Quissamã	586	567	0,9	-	0,96
Cabo Frio*	1.368	1.363	2,2	-	1,86
Casimiro de Abreu	1.601	2.983	4,9	-	1,33
Rio das Ostras	731	970	1,6	-	2,17
Total AII	52.130	60.491	100,00	13,9	2,17
Estado do RJ	304.117	434.719	-	100,00	1,43

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

(*) Os dados relativos a Carapebus estão incluídos em Macaé, os de Armação de Búzios em Cabo Frio e os de São Francisco de Itabapoana, em São João da Barra.

Com base nas informações colhidas em campo, nas prefeituras e secretaria municipais entrevistadas, também ganha importância, na agricultura local, a fruticultura que apresenta expressão especialmente nos municípios de Quissamã, de São Francisco de Itabapoana, de Carapebus e de São João da Barra. Salienta-se que o município de Quissamã é o maior produtor de coco verde do Estado do Rio de Janeiro.

O abacaxi, o maracujá, a goiaba e o coco são frutas comercializadas por produtores locais junto aos mercados regional e estadual, estendendo-se até o Espírito Santo e São Paulo. As empresas de polpa

de frutas localizadas no Rio de Janeiro e Espírito Santo também fazem parte do mercado regional de frutas do litoral norte fluminense. Dentre estas se destacam a Bela Joana, localizada em São Fidelis, Campos e a Golden Fruit, em Domingos Martins/ES.

Há que se destacar também a atividade de extração de sal, tradicional atividade desenvolvida nos municípios de Arraial do Cabo e de Cabo Frio, que vem sofrendo um desaquecimento nos últimos anos, mas que ainda mantém algumas empresas como a Companhia Salinas Perinas, de Cabo Frio.

Em Armação de Búzios e Arraial do Cabo não há praticamente atividades no setor agropecuário.

◆ **ATIVIDADE INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Na atividade industrial merecem destaques a agroindústria de açúcar e do álcool, especialmente nos municípios de Campos, São João da Barra, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Carapebus; a indústria de sal em Cabo Frio, a Companhia Nacional de Álcalis fabricante de barrilha, localizada em Arraial do Cabo. Vale ressaltar também a indústria de confecções desenvolvida na região, que exportam seus produtos para fora do Brasil, além da Cooperativa Agropecuária de Macaé que atende ao mercado regional de laticínios. Cite-se também a Fábrica Lynce que exporta para outras regiões do Brasil seus licores e refrescos (EIA Espadarte, 2000), a indústria de polpa de frutas Bela Joana e a fábrica de conhaque de São João da Barra.

Mais recentemente, especificamente a partir da década de 70 do século passado, a região foi descoberta como principal fonte de produção de petróleo e gás do país. A partir de então a atividade petrolífera imprimiu mudanças significativas ao desenvolvimento regional, transformando-a de perfil agroindustrial para um perfil eminentemente industrial. As instalações da Petrobrás em Macaé atraíram uma série de investidores, especialmente fornecedores de equipamento e prestadoras de serviço, além de um elevado contingente populacional, através do aumento de demanda proporcionado, não apenas para o município, como também para toda sua circunvizinhança regional.

É visível o crescimento da região, especialmente das cidades de maior porte como Campos, Cabo Frio e Macaé, que tem crescido em patamares muito superiores ao da média nacional. A possibilidade de investimentos decorrentes de negócios realizados pela indústria petrolífera assim como da movimentação gerada pelo pagamento de tributos, especialmente de *royalties* tem alavancado o desenvolvimento da região. A tal ponto que muitos destes municípios tem manifestado a dependência deste recurso para os cofres municipais, que chega a atingir, em alguns casos, 80 % da receita municipal.

Os dados relativos à Tabela 5.3.7.2-6 mostram o crescimento do setor secundário da economia, com o surgimento de estabelecimentos industriais nos setores extrativista mineral, na indústria de transformação e na construção civil, entre 1995 e 1997, com especial destaque para Campos, Macaé e Cabo Frio.

Tabela 5.3.7.2-6: Estabelecimentos Industriais, 1995-1997.

Município	Extração Mineral			Indústria Transformação			Serviço Indústria de Utilidade Pública			Construção Civil		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
S. J. da Barra*	1	1	-	25	29	29	1	2	2	2	4	2
Macaé*	21	20	31	102	108	113	1	1	2	97	88	112
Quissamã	-	-	-	1	3	3	1	1	1	1	1	3
Campos	8	7	8	418	445	462	3	5	4	224	201	214
Arraial do Cabo	11	7	9	4	4	5	1	2	8	11	13	12
Cabo Frio*	14	10	9	69	84	96	3	2	4	120	116	107
Casimiro	1	-	1	17	18	15	2	3	4	3	5	9
Rio das Ostras	-	-	-	25	24	22	1	1	1	23	21	24

Fonte: Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

(*) O Município de Carapebus consta, ainda, como distrito de Macaé, o de Armação de Búzios como distrito de Cabo Frio e o de S. Fco. de Itabapoana, como distrito de S. João da Barra.

A atividade terciária foi a que mais ganhou expressão na região, estando associada, tanto ao *boom* gerado pela exploração petrolífera, quanto ao desempenho da atividade turística. Nos dados apresentados na Tabela 5.3.7.2-7 se pode verificar o crescimento deste setor na região, entre os anos de 1995 e 1997, o que confirma a manutenção desta tendência de crescimento apresentada pelos dados da tabela relativa ao mercado de trabalho.

Os municípios de maior desempenho neste setor são os de Campos, de Macaé e de Cabo Frio. Os dois primeiros mais assentados na dinâmica imprimida pela indústria do petróleo e o segundo mais assentado no dinamismo da atividade turística.

Tabela 5.3.7.2-7: Estabelecimentos Comerciais, 1995-1997.

REGIÕES DE GOVERNO	COMÉRCIO			SERVIÇOS		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997
S. J. da Barra*	101	117	129	51	52	56
Campos	1.996	2.123	2.259	1.250	1.425	1.512
Macaé*	791	827	871	632	716	765
Quissamã	27	36	30	11	15	14
Arraial do Cabo	67	67	72	116	119	140
Cabo Frio*	802	910	1.023	1.099	1.257	1.379
Casimiro de Abreu	60	80	102	46	50	60
Rio das Ostras	124	149	163	117	172	167

Fonte: Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

(*) O Município de Carapebus consta, ainda, como distrito de Macaé, o de Armação de Búzios como distrito de Cabo Frio e o de S. Fco. de Itabapoana, como distrito de S. João da Barra.

Em Campos destaca-se a tradicional atividade agroindustrial baseada na cultura canvieira e na produção de doces, especialmente de melado e de goiaba, existindo algumas marcas de referência nacional como a Doces Nolasco. Recentemente foi instalada uma indústria de polpa de frutas no distrito de São Fidélis, a Bela Joana, que já absorve parte da produção de frutas da região.

Os setores de confecções e de móveis também são representativos no relativo à geração de emprego e renda. Várias olarias também compõem o parque industrial de Campos.

Apesar de sua forte base agropecuária São João da Barra também sedia marcas de importância nacional, com o conhaque de alcatrão São João da Barra, fabricado pela indústria de bebidas São Tomás de Aquino, a vodka Kovac, dentre outras bebidas. A antiga refinaria de açúcar de Barcelos ainda se encontra em funcionamento no município.

O turismo local é uma importante fonte geradora de renda para o município. São João da Barra sedia o Sesc Mineiro de Grussaí. Localizado na praia do mesmo nome é um dos maiores parques temáticos do Sesc no país, e conta com boa oferta de leitos e excelente infra-estrutura.

Em São Francisco de Itabapoana está sediada uma única indústria de porte elevado, a INB – Indústria Nuclear Brasileira. Esta empresa, localizada em Buena, explora areia monazita e outros minérios pesados, segundo informações da Prefeitura Municipal.

Embora apareça como uma das principais atividades desenvolvidas no município, o turismo ainda carece de adequada infra-estrutura e se ressentido das más condições de acesso. Segundo informações da assessoria do prefeito, o turismo é apenas potencial, pois falta projeto e investimentos para promoção e desenvolvimento do setor, bem como investimentos em infra-estrutura. O município possui 19 praias, algumas com areia monazítica, que é explorada pela INB.

A economia de Casimiro de Abreu está baseada na atividade industrial e no comércio, desenvolvidos por estabelecimentos de pequeno e médio porte. O turismo também é uma destacada fonte de renda.

A atividade turística confere a maior importância à economia de Rio das Ostras. O município aparece como um dos principais atrativos turísticos do litoral norte fluminense, apresentando uma boa infra-estrutura de apoio à atividade, conforme se pode verificar no item “Lazer, Turismo e Cultura”. Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento, o recebimento de *royalties* é de grande importância para o município, que tem crescido a taxas elevadas, atingindo 10% a.a..

As atividades comerciais e de serviços estão fortemente vinculadas ao turismo, que é desenvolvido no tradicional centro turístico da região, Cabo Frio, visando ao mercado de maior padrão turístico. Com esta visão uma série de propostas está sendo implementada e outras definidas em projetos para serem executados ainda na atual administração, segundo informações da Secretaria de Assuntos Especiais da Prefeitura Municipal. Dentre estas se destacam a expansão da pista do Aeroporto de Carga, transformando-o em Aeroporto de Carga e de Passageiros; a construção de um Centro de Convenções e de um Deck de desembarque de passageiros de Transatlânticos no centro de Cabo Frio. Também se encontra em fase de elaboração um Estudo de Parque Temático-Náutico, uma proposta de lazer, educação cultural e científica. A implantação está prevista para uma área próxima ao aeroporto. A confecção de biquínis e artigos de praia também é atividade expressiva no município.

Búzios destaca-se no roteiro turístico nacional e até mesmo no internacional. Apresentando-se como um dos principais pontos turísticos brasileiros este município tem recebido muitos investidores estrangeiros, que já compõem parte significativa da população do município. Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Armação de Búzios as atividades comerciais e de serviços agregam a maior parte dos estabelecimentos econômicos municipais. Os serviços de alojamento e alimentação agregam 36% destes estabelecimentos e o comércio outros 36%. A atividade pesqueira, carregada pelo desenvolvimento turístico, também é representativa, totalizando 2% dos estabelecimentos locais.

A pesca e o turismo são também a principal fonte de desenvolvimento da economia de Arraial do Cabo. Na indústria salienta-se a produção de barrilha realizada pela conhecida Cia. Nacional de Álcalis.

5.3.8 EDUCAÇÃO

5.3.8.1 AID – Municípios do Estado do Espírito Santo

O Sistema Educacional compreendendo as modalidades: Creche; Pré-escola; Alfabetização; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos está presente em quase todos os municípios da “Área de Influência”.

Destaca-se, entretanto, um reduzido volume de matrículas em Classes de Alfabetização nos municípios em geral, sendo que não houve registro em unidades públicas, conforme tabela a seguir. Isso pode significar que alguns municípios estão adotando a mudança sugerida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a qual preconiza que a Alfabetização seja incorporada à Pré-escola.

Tabela 5.3.8.1-1: Matrícula Segundo Dependência Administrativa por Município.

Município	Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
VILA VELHA	Total	1.380	6.993	1.869	60.942	29.195	31.747	20.024	471	215	6.307	2.976
	Estadual	0	0	0	24.397	12.520	11.877	13.621	121	92	6.072	2.843
	Municipal	898	3.171	0	19.720	8.457	11.263	0	0	0	26	26
	Privada	482	3.822	1.869	16.825	8.218	8.607	6.403	350	123	209	107
VITORIA	Total	6.382	12.485	1.115	50.841	23.012	27.829	25.862	817	272	4.380	894
	Estadual	0	0	0	3.973	2.037	1.936	15.765	178	142	2.219	347
	Federal	0	0	0	0	0	0	1.284	0	0	0	0
	Municipal	5.658	10.334	0	33.624	14.997	18.627	0	0	0	212	212
	Privada	724	2.151	1.115	13.244	5.978	7.266	8.813	639	130	1.949	335
SERRA	Total	2.731	8.891	747	63.783	32.937	30.846	16.150	460	110	17.269	11.589
	Estadual	0	0	0	29.669	13.988	15.681	14.418	8	8	11.238	6.210
	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	2.564	7.070	0	26.356	14.811	11.545	0	0	0	5.012	5.012
	Privada	167	1.821	747	7.758	4.138	3.620	1.732	452	102	1.019	367
GUARA-PARI	Total	690	4.077	0	17.985	9.176	8.809	4.497	393	127	3.324	2.258
	Estadual	0	0	0	5.463	2.220	3.243	3.731	33	33	1.496	430
	Municipal	576	3.404	0	10.508	5.961	4.547	0	12	12	1.828	1.828
	Privada	114	673	0	2.014	995	1.019	766	348	82	0	0
ANCHIETA	Total	233	1.084	0	3.794	1.895	1.899	861	60	45	326	275
	Estadual	0	0	0	712	439	273	687	0	0	215	171
	Municipal	87	986	0	2.984	1.456	1.528	50	0	0	111	104
	Privada	146	98	0	98	0	98	124	60	45	0	0
PIUMA	Total	152	517	0	3.151	1.541	1.610	849	36	0	499	195
	Estadual	0	0	0	1.962	886	1.076	849	0	0	479	175
	Municipal	152	517	0	1.189	655	534	0	0	0	20	20
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	36	0	0	0
ITAPE-MIRIM	Total	170	1.176	0	5.428	3.236	2.192	1.077	41	0	894	548
	Estadual	0	0	0	3.075	916	2.159	1.077	0	0	894	548
	Municipal	170	1.116	0	2.265	2.265	0	0	0	0	0	0
	Privada	0	60	0	88	55	33	0	41	0	0	0
MARA-TAIZES	Total	130	972	65	5.511	3.190	2.321	906	73	18	865	710
	Estadual	0	0	0	3.619	1.673	1.946	709	0	0	847	692
	Municipal	110	748	0	1.114	1.114	0	0	0	0	18	18
	Privada	20	224	65	778	403	375	197	73	18	0	0
PRESIDENTE KENNEDY	Total	78	323	0	2.063	1.108	955	615	32	30	318	285
	Estadual	0	0	0	815	308	507	615	0	0	202	169
	Municipal	78	323	0	1.248	800	448	0	0	0	116	116
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	32	30	0	0

Fonte: INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002

Os municípios de **Vitória, Vila Velha e Serra**, localizados na região da Grande Vitória, de acordo com a tabela acima, dispõe de um Sistema Educacional bem estruturado. Isto pode ser explicado por estar contida nesta região a capital do Estado, por esta região ser economicamente desenvolvida e abrigar, isoladamente, os 3 (três) municípios 31% da população estadual.

Em decorrência do dinamismo desta região e de sua infra-estrutura educacional, que compreende uma Universidade Federal (UFES) e um Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETEES) situados na capital, muitos jovens do interior, incentivados por suas famílias, acabam optando por estudar em escolas (particulares, principalmente de Ensino Médio) desta região visando cursar uma faculdade ou mesmo fazer algum curso técnico.

Em relação ao Litoral Sul, os maiores números de registros na rede de ensino, em geral, ocorreram nos municípios de Guarapari e Itapemirim. Estes municípios possuem potencialidades turísticas, essencialmente, que os tornam referência na região.

Dentre os municípios da Grande Vitória, **Vila Velha** é um dos mais povoados e é o que mais possui alunos matriculados em turmas de Alfabetização (embora seja na rede particular), como também em turmas de Ensino Médio, especificamente, de 5ª a 8ª séries, de acordo com a tabela 5.3.8.1-2 seguir.

Este município, conforme a tabela abaixo, não possui nenhuma escola sob administração Federal, o que justifica não haver nenhum registro na tabela abaixo.

Tabela 5.3.8.1-2: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Localização	Número de Alunos Matriculados																
	Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Total	89.339	-	-	-	-	38.018	-	24.397	13.621	23.789	4.069	19.720	-	27.532	4.304	16.825	6.403
Rural	517	-	-	-	-	20	-	20	-	497	-	497	-	-	-	-	-
Urbana	88.822	-	-	-	-	37.998	-	24.377	13.621	23.292	4.069	19.223	-	27.532	4.304	16.825	6.403

Fonte: Secretaria Estadual de Educação - SEDU, Sinopse 2002.

Destaca-se ainda, que o município de Vila Velha apresenta um elevado número de alunos matriculados na rede privada de ensino, em todas as modalidades.

Quanto à Educação Infantil, este município dispõe de poucas unidades escolares públicas representando apenas 23,68% do total de escolas que oferecem este serviço, segundo informações da tabela a seguir.

A Agenda Metropolitana de Vila Velha aponta que a educação infantil é pouco expandida. São pequenas as taxas de cobertura, em 2000: de 3,28% para a faixa de 0 a 3 anos, de um total de 23.104 crianças, e de 41,24% para a faixa de 4 a 6 anos, de um total de 17.676 crianças. A cobertura total é de 19,74%. Em 2002, houve um crescimento com 4.069 crianças matriculadas na rede municipal e 6.173 na rede privada e filantrópica.

Tabela 5.3.8.1-3: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil															
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada			
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	
114	-	114	-	-	-	-	-	-	-	27	-	27	87	-	87

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Dados do Censo (IBGE 2000) indicaram que em Vila Velha a taxa de Alfabetização da população com 10 ou mais anos era de 94,9%, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5.3.8.1-4: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Vila Velha	345.965	94,9%

Fonte: IBGE, 2000.

A tabela abaixo, que corresponde ao Ensino Fundamental, demonstra que em Vila Velha há um elevado número de escolas da rede privada de ensino (50,0%) se comparado com as escolas públicas municipais (23,0%) e estaduais (27,0%).

Tabela 5.3.8.1-5: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental															
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada			
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	
153	4	149	-	-	-	42	1	41	35	3	32	76	-	76	

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O Ensino Médio no município, assim como a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, apresenta um maior número de estabelecimentos da rede privada, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 5.3.8.1-6: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio															
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada			
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	
39	-	39	-	-	-	14	-	14	-	-	-	25	-	25	

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

A taxa de escolarização no ensino médio, em 2000, foi de 45,6%, acima da média da Região Metropolitana que é de 43,2% e acima da média estadual que é de 38,1%. Mas não tem crescido nos últimos anos, o que é grave em função do aumento da população jovem, da pressão por vagas neste nível de ensino e da violência que atinge os jovens pobres das periferias urbanas por falta de integração em espaços sócio-educativos. A maioria das vagas está na rede privada, 68% em 2002. A rede pública estadual é pequena, o que exclui uma grande parcela dos jovens do acesso a “efetivações” e “capacidades” que a educação permite. A taxa de evasão é de 14,9% e a taxa de distorção idade série está calculada em 52,5% (Agenda Metropolitana de Vila Velha, 2003).

De modo geral a rede privada de ensino neste município apresenta um maior número de estabelecimentos, em todas as modalidades, o que pode estar relacionado ao próprio poder aquisitivo dos munícipes.

Em Vila Velha, no ano de 2000, 85,8% dos jovens de 15 a 17 anos estavam frequentando a escola.

Segundo a Agenda Metropolitana de Vila Velha, nas últimas décadas, o ensino superior privado no município teve grande crescimento com a criação de nove instituições de ensino que implantaram 52 cursos, assim distribuídos: Educação: 7,4; Ciências Sociais, Negócios e Direito: 71,0; Ciências, Matemática e Computação: 1,9; Engenharia, Produção e Construção: 0,9; Agricultura e Veterinária: 6,4; Saúde e Bem Estar Social: 7,0; Serviços: 5,4. Estes cursos abrem uma média de 5.250 vagas anuais, significando que um contingente de 21.000 alunos circula pelo município diariamente.

O município de **Vitória** apresenta o Sistema Educacional mais estruturado e completo da região.

Conforme descrito na tabela a seguir, a rede municipal de ensino possui o maior número de alunos matriculados representando 52,0% do total de matrículas ofertadas pelo Sistema Educacional de Vitória.

Tabela 5.3.8.1-7: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Localização	Número de Alunos Matriculados																
	Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Total	95.570	1.284	-	-	1284	19.738	-	3973	15765	49.616	15992	33624	-	24.932	2875	13244	8813
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Em relação à Educação Infantil, a partir de análise da tabela a seguir, nota-se que não existe grande disparidade quanto ao número de estabelecimentos como em Vila Velha. O município dispõe de 43,15% das unidades escolares, sendo que 56,85% são da rede privada.

Isto pode estar relacionado há uma prioridade da administração municipal em atender esta demanda.

Tabela 5.3.8.1-8: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Vitória	292.304	95,7%

Fonte: IBGE, 2000.

Vitória apresenta uma taxa de Alfabetização de 95,7%, segundo o último Censo (IBGE 2000).

Tabela 5.3.8.1-9: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
95	-	95	-	-	-	-	-	-	41	-	41	54	-	54

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Observa-se na tabela abaixo, que existe um maior número de estabelecimentos de Ensino Fundamental pertencentes à rede privada de ensino. Em Vitória as unidades de Ensino Fundamental da rede privada correspondem a 52,21%.

Este dado pode ser explicado por este município ser atualmente um dos principais Centros Econômicos do Estado, necessitando e exigindo dos trabalhadores um grau mínimo de estudo, para a maioria das ocupações no mercado de trabalho.

Tabela 5.3.8.1-10: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
113	-	113	-	-	-	15	-	15	39	-	39	59	-	59

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Conforme relato anterior, Vitória possui um Centro Federal de Formação Tecnológica, que atende a mais de 1.200 estudantes da Região Metropolitana e do interior do Estado. Os jovens recém-formados neste Centro são facilmente contratados pelas indústrias e empresas da região.

Tabela 5.3.8.1-11: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
45	-	45	1	-	1	11	-	11	-	-	-	33	-	33

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Todavia, o município em função de suas características: inexistência de população rural; apresentar um Setor de Serviços desenvolvido e dispor de ampla rede comercial, faz com a mão de obra a ser absorvida pelo mercado de trabalho possua uma qualificação profissional diversificada, para atender aos diversos ramos de serviços existentes no município.

Isso pode justificar o número de estabelecimentos de Ensino Médio existentes em Vitória, que semelhante a outros municípios possui um número superior de estabelecimentos da rede privada.

Este dado poder estar relacionado ainda, ao desejo dos jovens em cursar uma faculdade, pública ou privada, tendo em vista ser este um município com muitas opções de cursos profissionalizantes.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) 86,5% dos jovens na faixa dos 15 aos 17 anos estavam frequentando a escola em Vitória.

Segundo informações disponíveis no *site* da Secretaria de Educação de Vitória, estão em desenvolvimento os seguintes programas:

- **Educação Ampliada:** Amplia as possibilidades de formação dos alunos das unidades escolares, oferecendo múltiplas experiências nas áreas artística, cultural e desportiva dentro e fora do ambiente escolar e harmonizando-se com a gestão democrática, a inovação tecnológica e a formação profissional;
- **Construindo o Saber com Qualidade:** Possibilita a melhoria constante da qualidade do ensino com o desenvolvimento dos alunos e a otimização do processo ensino-aprendizagem.
- **Organização e Fortalecimento da Gestão Colegiada:** Consolida o processo de participação comunitária nos destinos da unidade escolar com a organização e fortalecimento dos Conselhos de Escola, das Caixas Escolares e Grêmios Estudantis, propiciando a construção diária de uma escola democrática, criativa, crítica e de qualidade;
- **Formação Continuada dos Profissionais:** Promove permanentemente oportunidades de atualização e de aperfeiçoamento dos conhecimentos dos profissionais da educação, conforme parâmetros modernos, além de articular as diversas iniciativas de formação desenvolvidas no sistema municipal de ensino;
- **Ampliação, Manutenção e Melhoria das Unidades Escolares:** Reestruturação da rede física no sentido de canalizar esforços para expandir a oferta de vagas e melhorar o atendimento oferecido aos alunos por meio da construção, ampliação, reforma e equipamento das unidades escolares, bem como da otimização dos espaços;
- **Descobrimos a Diversidade Humana:** Viabiliza uma política inclusiva que não se limita ao campo da educação especial, mas com atuação em benefício de todos os alunos e projetos voltados para o atendimento dos portadores de necessidades educativas especiais em harmonia com a diversidade humana;
- **INFOVIT:** Informática nas Unidades Escolares do Município de Vitória – Proporciona a integração dos recursos tecnológicos às atividades escolares, possibilitando aos alunos do sistema municipal de ensino, comunidades escolar e local o acesso à informática e aos instrumentos facilitadores de aprendizagem.

Quanto ao desenvolvimento de projetos ambientais, em contato com o setor de planejamento desta Secretaria, foi concedida a informação de que cada escola tem autonomia para realizar projetos de educação ambiental. Contudo existem dois projetos de educação ambiental sendo desenvolvidos, um em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e outro em parceria com a Companhia Siderúrgica Tubarão – CST.

O município da **Serra**, conforme descrito na tabela descrita no início do trabalho, apresenta um maior número de estudantes matriculados na rede estadual de ensino (48,30%), em segundo na rede municipal (39,30%) e em terceiro na rede privada (12,55%).

Tabela 5.3.8.1-12: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Serra	321.181	92,2%

Fonte: IBGE, 2000.

A taxa de Alfabetização na Serra é de 92,2% da população, de acordo com o Censo IBGE 2000. Esta taxa é mais baixa do que a de Vitória e de Vila Velha.

Este último dado, se comparado a Vitória e Vila Velha, é significativamente inferior. O que pode estar relacionado ao baixo poder aquisitivo do município, visto que as grandes indústrias chegaram neste município somente na década de 70 e atualmente ainda está em desenvolvimento.

Tabela 5.3.8.1-13: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Localização	Número de Alunos Matriculados																
	Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Total	91.555	-	-	-	44.087	-	29.669	14.418	35.990	9.634	26.356	-	11.478	1.988	7.758	1.732	
Rural	546	-	-	-	-	-	-	-	546	56	490	-	-	-	-	-	
Urbana	91.009	-	-	-	44.087	-	29.669	14.418	35.444	9.578	25.866	-	11.478	1.988	7.758	1.732	

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Quanto ao número de estabelecimentos da Educação Infantil não grande diferença entre as unidades municipais (52,38%) e particulares (47,62%) representando, respectivamente, 52,38% e 47,62%.

Tabela 5.3.8.1-14: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil															
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada			
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	
84	2	82	-	-	-	-	-	-	44	2	42	40	-	40	

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Em relação ao Ensino Fundamental, este município apresenta um número maior de escolas na zona rural (12 unidades), sendo que todas são gerenciadas pela administração municipal.

Outra diferença é que Serra possui o maior número de escolas de Ensino Fundamental, de responsabilidade da municipalidade, em comparação com Vila Velha e Vitória.

Tabela 5.3.8.1-15: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
137	12	125	-	-	-	47	-	47	52	12	40	38	-	38

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O Ensino Médio na Serra conta com poucos estabelecimentos, tanto da rede pública (15 unidades escolares estaduais), quanto da rede privada (12 escolas).

De acordo com o documento Serra 21, o ensino médio constitui-se na principal atrofia do sistema educacional do município.

Segundo o documento Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) 81,9% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola.

Isso pode estar relacionado ao incremento populacional ocorrido recentemente, constituindo num nicho a ser explorado pelo setor privado, visto que este município constitui-se num dos mais importantes pólos industriais da Região Metropolitana, que necessita de mão de obra qualificada para contratação.

Quanto à educação profissional, não há oferta em Serra. Entretanto, está para entrar em funcionamento um Centro Avançado do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFET-ES), o irá possibilitar a formação profissional de mão de obra qualificada para a região, principalmente, na área industrial. (Serra 21).

Em relação ao ensino superior, o município nos últimos anos apresentou um crescimento contabilizando atualmente 07 (sete) instituições do setor privado, que oferecem 14 cursos de graduação (Serra 21).

Tabela 5.3.8.1-16: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
27	-	27	-	-	-	15	-	15	-	-	-	12	-	12

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

- LITORAL SUL CAPIXABA

O Sistema de Ensino de **Guarapari** configura-se como um dos mais importantes do Litoral Sul, por ser o município com maior número de habitantes da região e por sua proximidade com a Grande Vitória.

A tabela a seguir visa apresentar um panorama do Sistema Educacional no município.

Tabela 5.3.8.1-17: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Localização	Número de Alunos Matriculados																
	Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Total	27.249	-	-	-	-	9.194	-	5.463	3.731	14.488	3.980	10.508	-	3.567	787	2.014	766
Rural	2.406	-	-	-	-	1.035	-	858	177	1.371	356	1.015	-	-	-	-	-
Urbana	24.843	-	-	-	-	8.159	-	4.605	3.554	13.117	3.624	9.493	-	3.567	787	2.014	766

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Observa-se que os maiores volumes de matrículas encontram-se nas turmas de Ensino Fundamental municipais, estaduais e privadas, respectivamente.

Do total de matrículas, as registradas no setor privado o número é relativamente baixo, apenas 13% se comparado com um município vizinho, Vila Velha apresenta uma porcentagem de 30,81%.

Guarapari apresenta uma taxa de Alfabetização da população de 91,3%, que é a maior apresentada pelos municípios do Litoral Sul, conforme a tabela abaixo.

Tabela 5.3.8.1-18: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Guarapari	88.400	91,5%
Anchieta	19.176	89,4%
Piúma	14.987	90,2%
Marataízes	30.603	87,8%
Itapemirim	28.121	85,7%
Presidente Kennedy	9.555	77,2%

Fonte: IBGE, 2000.

Quanto à Educação Infantil a principal rede é a municipal com 39 unidades escolares, sendo que 16 unidades estão na zona rural. Já o setor privado dispõe de apenas 11 (onze) escolas representando 22% das unidades escolares de Educação Infantil.

Tabela 5.3.8.1-19: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
50	16	34	-	-	-	-	-	-	39	16	23	11	-	10

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O Ensino Fundamental em Guarapari apresenta, assim como na Educação Infantil, um maior número de escolas sob administração municipal. Entretanto diferente dos já analisados, neste município há prevalência do número de escolas municipais, de Ensino Fundamental, na zona rural (67%), conforme tabela abaixo.

Tabela 5.3.8.1-20: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
76	45	31	-	-	-	26	16	10	43	29	14	7	-	7

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Em análise do número de estabelecimentos de Ensino Médio neste município, nota-se que este segmento conta com pouquíssimos estabelecimentos, apenas 10 (05 estabelecimentos estaduais e 05 privados).

De acordo com o documento Atlas do Desenvolvimento Humano, em 2000, 77,9% dos jovens na faixa dos 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola.

Tabela 5.3.8.1-21: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
10	1	9	-	-	-	5	1	4	-	-	-	5	-	5

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Isto pode estar relacionado a hipótese do município estar situado nas proximidades da Grande Vitória, que oferece um melhor Sistema Educacional para qualificação de jovens nesta faixa etária.

O município de **Anchieta** apresenta, como características em seu Sistema Educacional, maiores números de matrículas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental da rede municipal e estadual.

Tabela 5.3.8.1-22: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Localização	Número de Alunos Matriculados																
	Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Total	5.972	-	-	-	-	1.399	-	712	687	4.107	1.073	2.984	50	466	244	98	124
Rural	2.148	-	-	-	-	265	-	265	-	1.558	462	1.096	-	325	103	98	124
Urbana	3.824	-	-	-	-	1.134	-	447	687	2.549	611	1.888	50	141	141	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O setor privado também em Anchieta não é bem desenvolvido e representa apenas 7,80% do número de alunos matriculados.

A taxa de Alfabetização, neste município, é de 89,4% segundo o Censo (IBGE 2000), o que pode ser verificado com base nos dados da tabela abaixo.

Tabela 5.3.8.1-23: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Anchieta	19.176	89,4%

Fonte: IBGE, 2000.

A Educação Infantil em Anchieta acontece, principalmente, em escolas da zona rural correspondendo a 79,31% das escolas. Neste município a população residente na zona rural totaliza 31,10% (Censo, IBGE 2000).

Tabela 5.3.8.1-24: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
29	23	6	-	-	-	-	-	-	25	21	4	4	2	2

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O Ensino Fundamental é oferecido à população por meio de estabelecimentos municipais (23 unidades) e estaduais (20 unidades). Contudo, do mesmo modo que a Educação Infantil, em Anchieta os estabelecimentos de Ensino Fundamental situados na zona rural prevalecem (88,63%).

Tabela 5.3.8.1-25: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
44	39	5	-	-	-	20	19	1	23	19	4	1	1	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O estabelecimentos de Ensino Médio são quase inexistentes neste município (apenas 3 unidades), o que deve motivar a saída de muitos jovens para outros municípios para concluírem seus estudos.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), apontam que em 2000 apenas 69,7% dos jovens de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola.

Tabela 5.3.8.1-26: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
3	1	2	-	-	-	1	-	1	1	-	1	1	1	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O município de **Piúma** apresenta um Sistema Educacional muito pequeno, inclusive talvez, devido ao número de habitantes 14.987 (IBGE, 2000) e baixo desenvolvimento econômico.

A taxa de Alfabetização em Piúma corresponde a 90,2% (Censo IBGE, 2000), conforme dados constantes da tabela abaixo.

Tabela 5.3.8.1-27: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Piúma	14.987	90,2%

Fonte: IBGE, 2000.

O setor privado de ensino é inexistente neste município, podendo constituir-se num importante setor de investimentos.

Tabela 5.3.8.1-28: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Número de Alunos Matriculados																
Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
4.669	-	-	-	-	2.811	-	1.962	849	1.858	669	1.189	-	-	-	-	-
136	-	-	-	-	120	-	120	-	16	16	-	-	-	-	-	-
4.533	-	-	-	-	2.691	-	1.842	849	1.842	653	1.189	-	-	-	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

A Educação Infantil no município é assumida somente pelo setor municipal, que possui 10 estabelecimentos.

Tabela 5.3.8.1-29: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
10	1	9	-	-	-	-	-	-	10	1	9	-	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Já as unidades escolares de Ensino Fundamental são de responsabilidade da administração municipal (81,81%) e estadual (18,19%).

Tabela 5.3.8.1-30: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
11	4	7	-	-	-	9	4	5	2	-	2	-	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O Ensino Médio em Piúma é quase inexistente, assim como em Anchieta, pois existe apenas 01 (uma) escola para os moradores.

Tabela 5.3.8.1-31: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Em 2000 apenas 68,9% dos jovens da faixa etária de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola. (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000)

Em entrevista realizada com o Secretário de Educação, Sr. Alcelon da Silva Amaral e a Pedagoga da mesma Secretaria, Sra. Fernanda Cherres esta informou que a rede municipal conta com 67

professores de ensino fundamental e 35 de educação infantil e que o índice de alfabetização gira em torno de 90% da população.

Quanto aos Projetos e Programas desenvolvidos por esta Secretaria são eles:

- **Planejamento Unificado:** reuniões bimestrais com professores e diretores com o objetivo de definir assuntos que devem ser abordados no ensino da rede municipal;
- **Capacitação de professores:** Programa PROFA e PCN;
- **Capacitação com Inclusão:** capacitação de professores para receber alunos que necessitam de cuidados especiais;
- Programa do Livro Didático;
- TV Escola;
- **Projeto CTA:** inclusão de uma matéria curricular de Turismo e Meio Ambiente. Esse projeto funcionou por um período e no momento está desativado por falta de recursos;
- **Projeto Drogas:** trabalha-se a questão da droga nas escolas do município, envolvendo alunos e pais de alunos. A secretaria está tentando uma parceria com Promotoria Pública e o comércio local para continuar o projeto;
- **Projeto Educação Tributária:** desenvolvido em parceria com a Secretaria de Fazenda, que capacitou os professores. Os professores desenvolvem um trabalho de conscientização junto aos alunos mostrando a importância dos impostos para o município;
- **Projeto Lixolina:** foi desenvolvido no município de 1988 a 1992, trabalhava a questão do lixo junto aos alunos e a comunidade. Foi desativo para priorizar outros projetos;
- **Projeto Saúde Bucal:** desenvolvido nas escolas do município em parceria com a Secretaria de Saúde, visa oferecer tratamento odontológico para os alunos.

Além disso, foi levantada, pelos entrevistados, a necessidade de construção de uma escola de ensino técnico no município, que ofereça cursos de artes, de informática e de industrialização do pescado.

A prefeitura disponibiliza transporte para alunos que fazem faculdade em outras cidades (Cachoeiro, Guarapari e Vitória), segundo informações do Secretário.

Existe, assim como em outros municípios, uma grande expectativa de investimentos com os recursos dos Royalties na infra-estrutura do município, conforme comentaram os entrevistados.

Neste município está situada a **Escola de Pesca de Piúma**, que de acordo com entrevista realizada com o diretor da mesma, Sr. Nelson Welerson Xavier e Silva e a professora Anita, foi criada em 1986 pelo governo estadual, com o objetivo de atender as comunidades pesqueiras das regiões que abrangem do município de Guarapari até Marataízes. A localização em Piúma deve-se a articulações da prefeitura local (sic).

Os entrevistados informaram que as aulas são ministradas para turmas de 5ª a 8ª séries, em período integral, de 7:30 às 15:30 h, sendo que os alunos mais velhos estudam em turmas especiais, as “classes de aceleração”. Na escola são oferecidas disciplinas ligadas ao setor pesqueiro como: Construção Naval; Mecânica Naval; Tecnologia do pescado; Legislação pesqueira; Arte da pesca; Navegação e Captura.

As aulas na Escola de Pesca de Piúma são ministradas, em sua maioria, por instrutores contratados pela SEDU e os alunos também têm aulas em escunas.

A escola tem hoje 140 alunos, divididos em 6 turmas (4 turmas regulares e 2 turmas de PA), tendo 25 alunos por turma. Além dos filhos dos pescadores, a escola também possui alunos filhos de motoristas, de desfiadeiras, dentre outras profissionais não ligados à pesca. Como resultados, alguns ex-alunos investiram na comercialização e em estaleiros.

Ademais, as Prefeituras locais, com exceção da Prefeitura de Guarapari, fornecem transporte para os alunos freqüentarem a escola.

O Sistema Educacional de **Itapemirim** apresenta maior volume de matrículas em unidades de ensino do poder estadual, com exceção da Educação Infantil que é assumida pela administração municipal.

Assim como em outros municípios o setor privado de ensino é pouco desenvolvido.

Tabela 5.3.8.1-32: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Itapemirim	28.121	85,7%

Fonte: IBGE, 2000.

A taxa de Alfabetização em Itapemirim era de 85,7%, segundo o último Censo do IBGE, que podem ser verificados na tabela acima.

Tabela 5.3.8.1-33: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Número de Alunos Matriculados																
Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
7.851	-	-	-	-	4.152	-	3.075	1.077	3.551	1.286	2.265	-	148	60	88	-
2.100	-	-	-	-	191	-	191	-	1.909	462	1.447	-	-	-	-	-
5.751	-	-	-	-	3.961	-	2.884	1.077	1.642	824	2.265	-	148	60	88	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Os estabelecimentos de Educação Infantil encontram-se, em sua maioria, na zona rural (66,66%). Isso pode ser justificado porque 42,63% de sua população está concentrada no interior.

Tabela 5.3.8.1-34: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
24	16	8	-	-	-	-	-	-	23	16	7	1	-	1

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O Ensino Fundamental possui o maior número de estabelecimentos gerenciados pela administração municipal totalizando 84,78% das unidades escolares, sendo que 78,26% estão localizadas na zona rural.

Tabela 5.3.8.1-35: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
46	37	9	-	-	-	6	1	5	39	36	3	1	-	1

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Os estabelecimentos de Ensino Médio são quase inexistentes contabilizando apenas 01 (uma) unidade, semelhante ao município de Piúma.

Tabela 5.3.8.1-36: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) apontam que em 2000, 56,2% dos jovens de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola.

Segundo entrevista realizada com a Secretária de Educação, Sra. Dauricéia de Oliveira Lima e com a Sra. Terezinha Cordeiro Barbirato (Chefe de Departamento de Ensino), o município além da infraestrutura descrita possui:

- 01 biblioteca pública;
- 01 biblioteca pedagógica;
- 197 professores da rede municipal, sendo 110 na zona rural e 87 na zona urbana;
- Transporte escolar para estudantes do município que fazem faculdade em outros municípios;
- Transporte para alunos da rede estadual, através de um convênio Prefeitura e SEDU;
- Transporte para os alunos da rede municipal com veículos próprios (2 kombis) e terceirizados (4 kombis e 2 ônibus);

Os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria são:

- **PROFA:** Programação de Formação Continuada de Professores;
- **PCN:** formação continuada;
- **Saber Saúde:** parceria com a Secretaria de Saúde, envolvendo escolas e comunidade, fazendo um trabalho de esclarecimento e conscientização de doenças;
- **A Gazeta na sala de aula:** parceria com o jornal A Gazeta que atende 25 escolas do município por ano num sistema de rodízio anual, no qual as escolas recebem gratuitamente da A Gazeta jornais que não foram vendidos e desenvolvem várias atividades nas escolas;
- **Projeto Político-Pedagógico:** desenvolvido com diretores de escolas, tem por objetivo caracterizar a escola no meio físico que ela esta inserida, levando em consideração os aspectos sociais e culturais de cada comunidade;
- A Secretária tem uma boa expectativa com relação ao aumento de receita dos Royalties com relação à melhoria da infra-estrutura do município;

A Secretaria não possui nenhum projeto relacionado ao Meio Ambiente, mas o tema é constantemente abordado nas escolas, inclusive a secretaria conta com o apoio do SAAE no desenvolvimento dessas atividades, com relação a palestras, visitas a ETE, etc...

A Secretária Dauricéia levantou a necessidade de um esclarecimento por parte da Petrobrás de como a administração pública deve agir em caso de um desastre ambiental causado por um vazamento de óleo.

Notou-se também uma preocupação da Secretária com a questão ambiental dizendo, inclusive, que um projeto relacionado a esse tema deverá ser desenvolvido para a rede municipal de educação.

Há ainda, de acordo com os dados levantados, uma preocupação desta Secretaria com o fluxo migratório que pode acontecer com exploração do petróleo, “a estrutura educacional do município não está preparada para um grande fluxo migratório” (sic).

Em **Marataízes** os maiores registros de matrículas concentram-se nas turmas de Ensino Fundamental administradas pelo Estado e pelo Município.

Há neste município também, uma rede privada de ensino que representa 16,21% do número total de registros de matrículas.

Tabela 5.3.8.1-37: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Marataízes	30.603	87,8%

Fonte: IBGE, 2000.

A taxa de Alfabetização da população em Marataízes foi de 87,8% em 2000 (Censo IBGE).

Tabela 5.3.8.1-38: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Localização	Número de Alunos Matriculados																
	Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Total	7.519	-	-	-	-	4.328	-	3.619	709	1.972	858	1.114	-	1.219	244	778	197
Rural	1.421	-	-	-	-	812	-	812	-	609	119	490	-	-	-	-	-
Urbana	6.098	-	-	-	-	3.516	-	2.807	709	1.363	739	1.114	-	1.219	244	778	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Em contrapartida a Educação Infantil dispõe de poucos estabelecimentos, sendo apenas 9 (nove) do setor municipal de ensino e 5 (cinco) do setor privado.

Tabela 5.3.8.1-39: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
14	4	10	-	-	-	-	-	-	9	4	-	5	-	4

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Quanto ao número de estabelecimentos de Ensino Fundamental há a seguinte distribuição: 48,58% são do setor municipal; 40,00% do setor estadual e 11,42% do setor privado, conforme tabela a seguir.

Tabela 5.3.8.1-40: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
35	24	11	-	-	-	14	8	6	17	16	1	4	-	4

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Os estabelecimentos de Ensino Médio são poucos, sendo que 3 (três) são da rede privada e apenas 01 (um) é administrada pelo Estado. Todos os estabelecimentos estão localizados na zona urbana de Marataízes.

Tabela 5.3.8.1-41: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
4	-	4	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicavam que em 2000 68,5% dos jovens na faixa dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola neste município.

Em entrevista com a Sra. Libeni, Secretária Municipal de Educação deste município a mesma informou que o município não possui ensino profissionalizante, porém fornece transporte para a Escola de Pesca de Piúma.

A Secretaria, conforme relatou a Secretária, não possui nenhum Projeto de Educação Ambiental, contudo o tema é muito abordado em todas as escolas municipais, de forma isolada, em que cada escola aborda o seu tema, sem uma coordenação da Secretaria. Esses “projetos isolados” abrangem assim todos os alunos da rede municipal e contam com a participação da comunidade, principalmente, dos pais dos alunos.

A Secretária tem grande expectativa com a exploração de petróleo no que diz respeito a geração de Royalties para o Município, segundo ela esse recurso poderá ser aplicado na construção de creches, na melhoria das escolas e no treinamento de professores.

Os projetos em desenvolvimento pela Secretaria de Educação são :

- Programa de Formação Continuada de Professores, desde 1999, com conteúdos Pedagógicos e Específicos: seres vivos; fenômenos da natureza, no qual temas locais são abordados como os mangues, o Rio Itapemirim, etc.;
- Educação infantil – 75 professores;
- Ensino fundamental – 60 professores;
- Palestras abordando assuntos do Meio Ambiente, Agricultura, Saneamento Básico. Palestras realizadas em parceria com o Incaper, Idaf, SAAE, Ibama, para os alunos e seus pais;
- Projeto de Conscientização de Limpeza da Lagoa de Boa Vista, que é realizado na escola de Boa Vista, sendo que já foram feitos alguns mutirões de limpeza;
- Projeto Praia Limpa – desenvolvido em 1991, quando alunos e professores percorreram as praias do município recolhendo lixo;
- Projeto de Aceleração de Alunos – implementado em 2003, acelera os alunos com idade defasada nas escolas;
- Parceria Prefeitura/APAE – através dessa parceria a Prefeitura disponibiliza 6 professores para a APAE;
- Projeto Mala da Leitura – desde 1998 – Durante 15 dias a biblioteca fica instalada em uma escola de ensino fundamental ou infantil, principalmente nas do interior, e várias atividades são desenvolvidas junto aos alunos;
- Projeto Reviver – desde 1998 – atividades esportivas (futsal, vôlei, *beach soccer*, basquete e natação) desenvolvidas com alunos e com pessoas da comunidade;

- Transporte gratuito para alunos do ensino superior que fazem faculdade em outros municípios – 210 alunos beneficiados (4 ônibus e 1 microônibus);
- Projeto Cultural de manutenção de 3 (três) bandas do município – Banda Mirim, banda Municipal e uma Lyra – participam dessas bandas crianças e adolescentes carentes da comunidade;
- Projeto Videoteca – fornecimento de fitas de vídeo com programas da TV Escola e com documentários para todos os professores do município;
- Projeto Todos Podem Ler – 100 % de cobertura na rede municipal – uma mini-biblioteca em todas as escolas;
- Bibliotecas – há 01 Municipal, 01 para os professores do Ensino fundamental e 01 para os professores da Educação infantil;
- Projeto de Avaliação Seriada – essa avaliação é feita em toda a rede municipal com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino no município;
- Fornecimento por parte da Petrobrás de material explicativo, informando dos riscos e como agir em caso de acidente.

Durante a entrevista, a Secretária levantou a necessidade de um esclarecimento técnico por parte da Petrobrás, para os professores e para os pedagogos da Secretaria, com relação aos impactos ambientais, o risco de acidente, principalmente, vazamento de óleo e como proceder em caso de acidente. Essa preocupação é muito grande, uma vez que muitas escolas ficam próximas ao mar e lagoas.

Em **Presidente Kennedy** são os poucos os registros de matrículas no Sistema Educacional. Os maiores números concentram-se no Ensino Fundamental das escolas estaduais e municipais.

Tabela 5.3.8.1-42: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Guarapari	88.400	91,5%
Anchieta	19.176	89,4%
Piúma	14.987	90,2%
Marataizes	30.603	87,8%
Itapemirim	28.121	85,7%
Presidente Kennedy	9.555	77,2%

Fonte: IBGE, 2000.

Destaca-se, contudo que este município apresenta a pior taxa de Alfabetização dentre os outros municípios analisados 77,2%, conforme observa-se na tabela acima.

Tabela 5.3.8.1-43: Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Localização	Número de Alunos Matriculados																
	Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Total	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Total	7.519	-	-	-	-	4.328	-	3.619	709	1.972	858	1.114	-	1.219	244	778	197
Rural	1.421	-	-	-	-	812	-	812	-	609	119	490	-	-	-	-	-
Urbana	6.098	-	-	-	-	3.516	-	2.807	709	1.363	739	1.114	-	1.219	244	778	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

A Educação Infantil no município contabiliza 13 escolas municipais, sendo que 8 (oito) estão situadas na zona rural.

Tabela 5.3.8.1-44: Número de estabelecimentos – Educação Infantil.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
14	4	10	-	-	-	-	-	-	9	4	-	5	-	4

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O Ensino Fundamental é desenvolvido pela rede municipal e pela estadual. Destaca-se a prevalência do número de estabelecimentos na zona urbana, devido às características rurais do município.

Tabela 5.3.8.1-45: Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
35	24	11	-	-	-	14	8	6	17	16	1	4	-	4

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Os estabelecimentos de Ensino Médio, concentram-se, quase todos na zona rural 94,73%. Isto se deve, porque Presidente Kennedy configura-se como um município eminentemente rural, pois 73,52% (IBGE 2000) de seus moradores residem no interior.

Tabela 5.3.8.1-46: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
4	-	4	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O município conta com apenas 01 (um) estabelecimento de Ensino Médio, como em Itapemirim e Piúma.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicam que em 2000 63,1% dos jovens na faixa dos 15 aos 17 anos declararam estar frequentando a escola.

Neste município, não há oferta de transporte escolar, pela Prefeitura, para os alunos que freqüentam as escolas de Presidente Kennedy.

Em 2000 a taxa de alfabetização da população, levantada pelo Censo IBGE, era de 77,2%.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicou que o município apresentava uma porcentagem de 63,1% de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola.

No tocante ao ensino superior, não há cursos técnicos, pré-vestibulares, faculdades ou universidades em Presidente Kennedy. No entanto, a Prefeitura disponibiliza, gratuitamente, o transporte diário dos alunos para o Município de Cachoeiro de Itapemirim. Estes, em geral, são estudantes de cursos técnicos de contabilidade e enfermagem ou cursos de graduação em Direito, Administração, História, Geografia e Letras em faculdades do município vizinho. (Cepemar, 2002).

5.3.8.2 AII – Municípios do Rio de Janeiro

A população residente no Litoral Norte Fluminense dispõe de um Sistema de Ensino composto por todos os níveis de ensino, sendo que o ensino de nível superior está presente nos municípios de Campos e Macaé.

Com base nos dados do INEP, relativos ao ano de 2002, conforme demonstrado na tabela acima, verifica-se que, em relação ao número inicial de matrículas, os maiores números concentram-se, tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental, em escolas da administração municipal. Contudo nos municípios de São Francisco de Itabapoana; São João da Barra e Campos dos Goytacazes prevaleceu o número de matrículas em escolas de Ensino Médio sob responsabilidade da administração estadual.

Quanto ao percentual de matrículas em escolas particulares de Educação Infantil a tabela aponta que as creches contavam com 16,51% e a pré-escola com 25.23% das matrículas.

O município de Carapebus é o único, conforme mostra a tabela acima, que não dispõe de rede particular de ensino, o que acaba por motivar a efetivação de matrículas em escolas particulares dos municípios vizinhos.

Destaca-se que em todos os municípios o número de matrículas em escolas de 1ª a 4ª série (Ensino Fundamental) foi superior ao número de matrículas em escolas de 5ª a 8ª série (Ensino Fundamental) representando 57,63% das inscrições.

Tabela 5.3.8.2-1: Matrícula no Sistema de Ensino, por Dependência Administrativa.

MUNICÍPIO	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA INICIAL										
		Crèche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	Total	239	1.885	46	9.342	5.923	3.419	1.401	0	0	1.191	1.191
	Estadual	0	250	0	5.203	2.555	2.648	1.358	0	0	539	539
	Municipal	239	1.540	0	3.879	3.216	663	0	0	0	652	652
	Privada	0	95	46	260	152	108	43	0	0	0	0
SAO JOAO DA BARRA	Total	426	1.377	56	6.388	3.673	2.715	801	222	37	181	177
	Estadual	0	191	0	3.651	1.415	2.236	760	6	0	156	156
	Municipal	390	1.044	0	2.473	2.108	365	0	125	14	25	21
	Privada	36	142	56	264	150	114	41	91	23	0	0
CAMPOS DOS GOYTACAZES	Total	3.347	14.191	1.995	83.046	46.821	36.225	23.845	562	146	7.541	7.207
	Estadual	91	3.282	0	41.432	18.422	23.010	18.976	123	89	3.705	3.705
	Federal	0	0	0	0	0	0	1.558	0	0	0	0
	Municipal	2.971	6.224	0	27.759	20.543	7.216	792	0	0	3.390	3.390
	Privada	285	4.685	1.995	13.855	7.856	5.999	2.519	439	57	446	112
CARAPEBUS	Total	0	514	0	2.025	1.333	692	617	0	0	266	266
	Estadual	0	0	0	370	87	283	403	0	0	145	145
	Municipal	0	514	0	1.655	1.246	409	214	0	0	121	121
MACAE	Total	1.233	7.513	589	26.572	14.987	11.585	8.287	342	67	3.857	3.195
	Estadual	0	0	0	4.337	1.082	3.255	6.349	43	11	2.594	2.493
	Federal	0	0	0	0	0	0	403	0	0	0	0
	Municipal	1.101	6.068	0	18.356	11.963	6.393	216	42	23	627	627
	Privada	132	1.445	589	3.879	1.942	1.937	1.319	257	33	636	75
QUISSAMA	Total	282	632	32	3.128	1.916	1.212	665	21	19	637	608
	Estadual	0	0	0	511	166	345	553	0	0	95	95
	Municipal	278	567	0	2.469	1.650	819	0	21	19	542	513
	Privada	4	65	32	148	100	48	112	0	0	0	0
CASIMIRO DE ABREU	Total	496	982	100	6.325	3.256	3.069	1.783	67	67	715	715
	Estadual	0	0	0	1.595	474	1.121	1.698	0	0	460	460
	Municipal	437	781	0	4.214	2.487	1.727	0	67	67	255	255
	Privada	59	201	100	516	295	221	85	0	0	0	0
RIO DAS OSTRAS	Total	50	1.838	108	9.221	5.374	3.847	2.106	18	18	273	273
	Estadual	0	0	0	1.663	583	1.080	1.735	0	0	273	273
	Municipal	50	1.563	0	6.558	4.286	2.272	0	18	18	0	0
	Privada	0	275	108	1.000	505	495	371	0	0	0	0
ARMAÇAO DOS BUZIOS	Total	6	727	0	4.687	2.865	1.822	1.057	35	19	995	945
	Estadual	0	0	0	144	0	144	868	0	0	0	0
	Municipal	0	588	0	4.111	2.607	1.504	180	0	0	945	945
	Privada	6	139	0	432	258	174	9	35	19	50	0
CABO FRIO	Total	1.033	4.806	6	27.471	16.645	10.826	6.650	244	220	2.763	2.359
	Estadual	0	0	0	5.278	2.040	3.238	4.978	0	0	2.288	2.288
	Municipal	469	3.145	0	18.726	12.605	6.121	838	169	157	0	0
	Privada	564	1.661	6	3.467	2.000	1.467	834	75	63	475	71
ARRAIAL DO CABO	Total	106	1.132	0	4.635	2.584	2.051	1.259	35	15	216	216
	Estadual	0	0	0	1.098	440	658	576	0	0	216	216
	Municipal	0	856	0	2.922	1.730	1.192	659	0	0	0	0
	Privada	106	276	0	615	414	201	24	35	15	0	0

Fonte: INEP, 2002

Quanto ao Ensino Médio, as escolas estaduais receberam os maiores números de matrículas. Isso está em conformidade com o artigo 10, inciso VI da Lei 9394/96 que atribui ao Estado “assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio”.

A Educação Especial entendida enquanto modalidade de educação escolar para portadores de necessidades especiais apresentou matrículas em quase todos os municípios, com exceção de São Francisco do Itabapoana e Carapebus. Já Campos e Macaé apresentaram um número elevado de

matrículas em escolas da rede pública e da rede particular de ensino; enquanto que os municípios Armação dos Búzios e Arraial do Cabo apresentaram matrículas apenas na rede particular de ensino.

Sobre as matrículas para a Educação de Jovens e Adultos (Supletivos) nota-se que os maiores números concentram-se nos 3 (três) municípios mais populosos: Campos dos Goytacazes com 413.445 habitantes; Macaé com 140.466 e Cabo Frio com 137.863 habitantes.

O Ensino Superior está presente apenas nos municípios de Campos e Macaé. Isto pode ser explicado, pelo fato destes dois municípios constituírem pólos empregadores, que necessitam de mão de obra qualificada. A tabela abaixo demonstra a infra-estrutura existente nestes municípios referente ao Ensino Superior.

Tabela 5.3.8.2-2: Instituições de ensino superior por natureza de instituição.

REGIÃO DE GOVERNO E MUNICÍPIOS	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR					
	Total	Universidades	Centros Universitários	Centro de Educação Tecnológica	Faculdades integradas	Estabelecimentos isolados
Região Norte Fluminense	07	01	-	01	-	05
Campos dos Goytacazes	06	01	-	01	-	04
Macaé	01	-	-	-	-	01
Região das Baixadas Litorâneas	01	-	-	-	-	01
Cabo Frio	01	-	-	-	-	01

Fonte: MEC/INEP, 2000.

Existem duas universidades públicas, na Região: a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF) em Campos e a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Macaé. Estes dois estabelecimentos, de acordo com a tabela apresentada, atraem o maior número de estudantes em relação aos demais estabelecimentos.

De acordo com dados do EIA de Espadarte (Cepemar, 2000), nos municípios de **Carapebus** e de **Quissamã** a rede privada de ensino é constituída por escolas cenevistas, que mantém convênio com as prefeituras, para a concessão de bolsas de estudos para alunos do ensino público, em troca de professores municipais.

Dados do último Censo (IBGE 2000) indicaram que em Carapebus a taxa de alfabetização da população era de 88,2%, enquanto que em Quissamã a taxa de alfabetização era de 85,8%.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicaram que 82,5% dos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola, enquanto que 78,3% dos jovens de Carapebus também estavam freqüentando a escola e em Macaé a porcentagem de era de 78,9%.

As prefeituras locais preocupadas com a formação de novos profissionais e com a requalificação profissional têm empreendido esforços com a oferta de cursos para atender, principalmente, a demanda por profissionais da indústria petrolífera, em função Bacia de Campos.

As principais prefeituras que mais têm desenvolvido estas atividades são as de Carapebus e Quissamã. Os principais cursos oferecidos são nas áreas de Soldas Industriais, Pinturas, Mecânica dentre outros visando desenvolver atividades *off-shore e on-shore*.

O Turismo é outra importante vocação da “área de influência”, devido as potencialidades turísticas. Por isso, alguns cursos técnicos estão sendo implementados, para formação de mão-de-obra para o setor.

Contudo, a elevada defasagem escolar dos jovens destes municípios tem preocupado as autoridades competentes, pois requer que as prefeituras locais atendam a esta clientela por meio de “programas de aceleração” visando dar uma resposta rápida e eficaz.

Segundo o último Censo do IBGE (2000) o município de Macaé possuía uma taxa de alfabetização de 92,7%.

Há ainda, instalada em Macaé a Escola Brasileira de Cinema e Televisão – CBCT, ligada à Universidade Estadual Norte Fluminense e o Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM. Este realiza cursos de reciclagem nas áreas de Educação Ambiental e Ecologia, para os professores dos municípios.

Dados de 2000 (Cepemar, 2000) revelaram que neste ano o município de Campos dos Goytacazes contava com 155 escolas da rede pública municipal, 109 escolas da rede estadual e 110 escolas particulares regularizadas. As escolas municipais possuíam 1.200 salas de aula e as estaduais 1.500.

A Educação de Jovens e Adultos inclui a participação de idosos nos programas regulares de alfabetização, que são escolarizados à noite e totalizavam em 2000, 2.924 alunos. De acordo com o Censo (IBGE 2000) o município apresentava uma taxa de alfabetização de 90,5%.

O município em 2000 (Cepemar, 2000) apresentava índice zero em reprovação, pois a Secretaria de Educação local trabalhava com o sistema “ciclado”, no qual os alunos passavam por três ciclos até alcançar o ensino fundamental. Neste sistema o aluno com desempenho deficiente passa a fazer estudos complementares por, no máximo, um ano favorecendo, principalmente, a aceleração do estudo e a habilitação para o próximo ciclo.

De acordo com o documento Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) 75,4% dos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000.

Em relação aos Ensino Médio e Superior, o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/Campos constitui-se num centro de referência para a realização de importantes pesquisas das regiões Norte e Noroeste Fluminense.

A educação básica é desenvolvida, segundo o programa de ensino médio e oferece aos alunos diversos cursos nas áreas de: Indústria; Telecomunicações; Informática; Construção Civil; Química; Saúde e Meio Ambiente.

O Centro oferta também cursos para a comunidade como de informática, línguas estrangeiras, dentre outros e dispõe ainda de uma Unidade Móvel, que realiza cursos básicos em comunidades carentes.

O CEFET ainda oferece cursos de ensino superior em três áreas de concentração: Industrial, Informática e Licenciatura em Ciências da Natureza e desenvolve pesquisa científica através de seus núcleos de estudos, como o NEED - Núcleo de Estudos em estratégia e Desenvolvimento.

O município, em relação ao nível superior, apresenta-se como um dos principais centros universitários do Estado do Rio contando, inclusive, com diversas faculdades particulares. Isto motiva a migração de muitos estudantes de municípios vizinhos a freqüentarem os cursos de ensino superior em Campos.

A Secretaria de Educação e Cultura de **São João da Barra** atualmente vem implementando ações junto aos representantes das escolas a fim de conscientizar e mobilizar toda a comunidade para o desenvolvimento sustentável.

Por isso, um dos principais programas desenvolvidos por este município atualmente é o Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável – PEDS, que tem por finalidade o desenvolvimento sustentável da região mediado pela Educação. Este programa será executado por meio do Projeto “Defendendo a vida com educação” em parceria com a Petrobrás, segundo dados da Prefeitura.

Dados do EIA de Espadarte 2000 (Cepemar, 2002) revelavam que a maior parte da população tinha menos de 4 anos de estudo (76%), apenas 1% da população tinha cursado anos o suficiente para ingressar e concluir o ensino superior. No entanto, a cobertura e a assiduidade de alunos no ensino fundamental (faixa etária de 7 – 9 e 10 – 14) era apenas um pouco pior que a situação do Estado, obviamente levando-se em conta as disparidades espaciais e populacionais entre eles.

Em 1991 30% da população com mais de 15 anos de idade era analfabeta. A porcentagem aproximada para o ano 2000 nessa mesma faixa etária é de 25%, o que ainda constitui um número muito alto e uma queda pequena para o período de tempo transcorrido, segundo dados do EIA de Espadarte (Cepemar, 2002).

Tabela 5.3.8.2-3: Taxa de Alfabetização da População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
Armação de Búzios	18.204	93,1%
Arraial do Cabo	23.877	93,3%
Cabo Frio	126.828	92,1%
Campos dos Goytacazes	406.989	90,5%
Casimiro de Abreu	22.152	88,6%
Quissamã	13.674	85,8%
São Francisco do Itabapoana	41.145	77,4%
São João da Barra	27.682	87,2%
Carapebus	8.666	88,2%
Macaé	132.461	88,2%
Rio das Ostras	36.419	90,3%

Fonte: IBGE, 2000.

Dados do Censo 2000 (IBGE) indicaram que o município, neste ano, apresentava uma taxa de 87,2% de alfabetização da população.

Além disso, informações do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicaram que 56,9% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000.

Dados do EIA de Espadarte (Cepemar, 2000) apontavam que, o número de escolas existentes no município de **São Francisco de Itabapoana**, contabilizam 70 escolas municipais que atendiam cerca de 6.800 crianças e adolescentes – desde a educação infantil até a 8ª série.

Além disso, gradativamente as escolas menores estavam em processo de municipalização e, no geral, as escolas são distribuídas pela zona rural do município, já que sua população concentra-se na zona rural.

Para facilitar o acesso dos alunos às escolas, devido as características do município, a Prefeitura oferece transporte, para levar as crianças do interior às vilas onde se localizam as escolas. Também como alternativa de transporte, a Prefeitura tem distribuído bicicletas para os alunos conseguirem locomover-se com mais facilidade. (Cepemar, 2002)

A taxa de alfabetização da população em São Francisco do Itabapoana era de 77,4% em 2000, segundo o Censo realizado pelo (IBGE, 2000). Esta é uma das taxas mais baixas do Litoral Norte Fluminense.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) 54,9% dos alunos na faixa etária de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000.

O ensino superior no município ainda não é desenvolvido fazendo com que os universitários se dirijam, principalmente, para Campos, onde existem várias universidades. Para tal a Prefeitura, no tocante a qualificação de sua mão-de-obra local e por conta disto, oferece ônibus que levam e trazem diariamente todos os universitários residentes na cidade.

Em 2000 **Casimiro de Abreu** contava com 19 escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, um prédio onde funciona o Núcleo de Atendimento ao Educando (NAE), e outro prédio onde funciona o Núcleo de Atendimento ao Profissional da Educação (NAPE). O Município também possuía escolas municipalizadas (Cepemar, 2002).

O município possui 19 unidades escolares municipais, 09 unidades escolares estaduais e 07 unidades particulares. Na zona rural existiam 08 escolas (07 municipais e 01 estadual) e na zona urbana existiam 20 escolas (12 municipais e 08 estaduais) (Cepemar, 2002).

Alguns alunos do Município estudam em Campos, na escola Técnica e estes, como em outros municípios, recebem auxílio da Prefeitura no que diz respeito ao transporte para o outro Município. Em sua maioria, todos os alunos estudam em Casimiro de Abreu ou em Barra de São João, sempre próximos as suas residências.

Tabela 5.3.8.2-4: Alunos atendidos pela Rede Municipal de Casimiro de Abreu

ALUNOS ATENDIDOS	MUNICIPAL
Educação Infantil	633
Ensino Fundamental	3.417
Ensino Especial (aceleração)	31
Educação de Jovens e Adultos	218
Ensino Médio	-
TOTAL	4.229

Fonte: Estudo de Impacto Ambiental, Cepemar, 2000.

Em 2000 o município apresentou uma taxa de alfabetização de 88,6%, segundo dados da tabela 5.3.8.2-3 (Censo IBGE).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicou que 76,6% dos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000.

A municipalidade em **Rio das Ostras** responde pela formação do Ensino Infantil e Fundamental, contando com escolas municipais e municipalizadas.

A cidade de Rio das Ostras conta, também, com a rede particular que trabalha com o Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

A taxa de Alfabetização, segundo o Censo (IBGE 2000), o município apresenta uma porcentagem de 90,3%.

De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), em Rio das Ostras 79,8% dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos freqüentavam a escola.

Dentre estes municípios **Cabo Frio** é o município que possui maior volume de matrículas em todas as séries escolares.

Além disso, Cabo Frio possui uma rede privada de ensino estruturada representando 14,62% do volume de matrículas, segundo dados apresentados na tabela “Matrículas por Dependência Administrativa por municípios”.

Quanto à taxa de Alfabetização da população, os três municípios apresentam: Armação dos Búzios 93,1%; Arraial do Cabo 93,3% e Cabo Frio 92,1% de acordo com estimativas do último Censo (IBGE 2000).

Dentre estes municípios, **Armação dos Búzios** não registra déficit de vagas para a população em idade escolar, contudo vem registrando uma demanda adicional de 100 alunos/ano, segundo consta do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios (Prefeitura Municipal de Armação de Búzios, 2003).

Nota-se que Cabo Frio mesmo dispondo do maior Sistema Educacional, dentre os 3 municípios apresentou um percentual menor de Alfabetização. Isto pode estar relacionado ao número populacional, em que Cabo Frio possui 126.828 moradores, Arraial do Cabo 23.877 e Armação dos Búzios 18.204 (Censo 2000).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) em Arraial do Cabo 86,3% dos jovens na faixa dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando à escola, em Armação dos Búzios a porcentagem era de 68,8% e em Cabo Frio 74, 2%.

Em Armação dos Búzios, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (2003), não existem estabelecimentos de ensino superior no município e a grande maioria dos jovens faz os seus cursos universitários em Cabo Frio, que devido à proximidade permite o retorno diário dos alunos para Búzios.

5.3.8.3 Programas e Projetos

◆ **MUNICÍPIO DE ANCHIETA**

- Parâmetros Curriculares Nacional PCN's
- Programação de Formação de Professores Alfabetizadores
- A Gazeta na Sala de Aula
- Programa Nacional do Livro Didático
- Programa Nacional da Biblioteca na Escola
- Programa Nacional do Dicionário na Escola
- Projeto Todos podem Ler PTPL

◆ **MUNICÍPIO DE GUARAPARI**

- Parâmetros Curriculares Nacional PCN's
- Programação de Formação de Professores Alfabetizadores
- A Gazeta na Sala de Aula
- Programa Nacional do Livro Didático
- Programa Nacional da Biblioteca na Escola
- Programa Nacional do Dicionário na Escola
- Projeto Todos podem Ler PTPL
- Projeto de Capacitação de Professores, serventes e Merendeiras
- Projeto de Desporto
- Projeto Arte e Cultura na Educação
- Projeto de Horta Escolar
- Projeto Capoeira nas Escolas

◆ **MUNICÍPIO DE MACAÉ**

- Projeto Encontro da Partilha - Implementação de encontros semanais de integração sócio-cultural
- Programa Escola Qualificação para o Trabalho - Geração de Renda
- Programa Criança da Petrobras - Integrando Empresa-População
- Grupo de Contadores de História - Cultura e Diversão
- Programa Igreja-Escola
- Projeto Bombeiro Mirim - Noções de Defesa Civil
- Projeto de Merenda Escolar - Reforço alimentar
- Projeto Botinho - Conhecendo o Mar
- Projeto CEMEAS - Centro Municipal de Educação e Atendimento Especializado ao Escolar
- Projeto Depois da Escola - Incentivo Fora do Horário
- Programa Bolsa Escola
- Projeto Telecurso Comunidade
- Programa Saúde do Escolar
- Projeto Informática Educativa/Internet
- Educação Ambiental
- Programa Escola de Pescadores de Macaé
- Programa Esporte com Vida
- Projeto AABB Comunidade

- Programa Rio Criança Cidadã
- Programa de Transporte Escolar
- Programa de transporte Universitário
- Projeto Empresa-Escola
- Projeto Dança de Rua
- Programa Escola Campeã
- Projeto Verão
- Projeto Rede Acelera - Corrigindo o Atraso
- Projeto Produzindo Saúde
- Projeto Escola Legal
- Projeto Ensino Religioso
- Projeto uma Nova Política de Leitura
- Projeto Ensino Médio Profissionalizante
- Passe Escolar

5.3.9 LAZER, TURISMO E CULTURA

◆ *AID – MUNICÍPIOS DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO*

O turismo em **Guarapari** é uma atividade de grande relevância. As belezas naturais da cidade são os principais atrativos para os 500 a 700 mil turistas que visitam Guarapari na alta temporada, resultando na quadruplicação de sua população no verão.

As praias de Guarapari oferecem um atrativo a mais para o turista. Isso porque um artigo publicado pelo professor Antônio Silva Mello na década de 1940, relatou que as areias monazíticas e o índice de radioatividade de Guarapari possuem propriedades terapêuticas, que passaram a atrair pesquisadores e visitantes com esperança de cura através do contato com areia monazítica. Conseqüentemente, o município passou a ser conhecido como “Cidade Saúde”, o que o projetou no cenário turístico internacional.

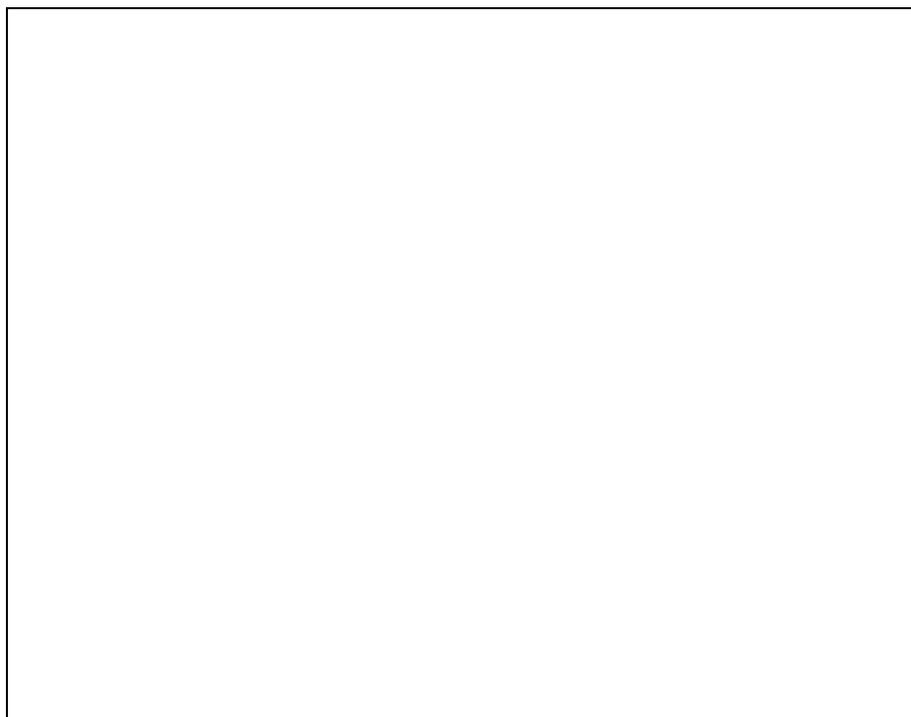


Figura 5.3.9-1: Vista aérea do centro de Guarapari e suas praias.

Além das 53 praias há muitas lagoas, rios, cachoeiras, ilhas e montanhas de até 900 m, cercadas por uma vegetação rasteira repleta de bromélias. Entre as praias mais visitadas estão a Praia das Castanheiras, a Praia dos Namorados e a Praia da Areia Preta. Esta última é a mais famosa de Guarapari, devido o poder medicinal de sua areia rica em monazítica

Outras praias bastante freqüentadas são a Praia do Morro; a Praia de Setiba, que contorna a Reserva de Setiba e suas três lagoas; e a Praia de Setibão, sede de alguns campeonatos de Surf; a Praia da Enseada Azul, onde são praticados esportes aquáticos e de mergulho; e a Praia de Meaípe, recortada por recifes e famosa por sua gastronomia típica. Existem quatro roteiros para passeios de escuna, que levam o turista a vislumbrar os atrativos da costa, o que também pode ser feito locando-se barcos à vela.

Guarapari foi classificada no XII Congresso Brasileiro de Ictiologia como a cidade dona do fundo do mar com a maior biodiversidade de peixes, recifes e algas do Brasil, com mais de 220 espécies identificadas. Parte dessa riqueza é exposta permanentemente na Expomar, que destaca os peixes exóticos da região e também outras 200 espécies da fauna e flora brasileira e estrangeira.

A prática de mergulho em Guarapari pode ser realizada em oito pontos de mergulho, dos quais podem ser observadas as belezas naturais da região, bem como os restos dos de cargueiros submersos (Cargueiros Bellucia, Faria Lemos, Bepo, Rebocador e Victory 8B).

A visita à cidade também pode se estender a um dos 4 parques aquáticos, e a programação noturna se prolongar pelas boates, bares e restaurantes. Os passeios pela orla e pelo centro da cidade oferecem muitas opções de artesanato para o turista, em conchas, bordados, renda de Bilro, trabalhos em madeiro, em vidro, panelas de barro etc.

A Prefeitura Municipal de Guarapari desenvolve o Programa de Diversificação da Oferta Turística e o Programa de Marketing Turístico, com o objetivo de apoiar e desenvolver a atividade turística na cidade.

Guarapari possui uma rede hoteleira que conta com 37 hotéis, dos quais 4 são classificados com 4 estrelas, 30 pousadas, 3 apart hotéis, um albergue e 3 camping's. Os serviços de alimentação são oferecidos em 40 restaurantes, além de bares e lanchonetes, segundo informações, segundo informações do Guia Guarapari Sol, de 2003.

O turismo de lazer é o principal turismo realizado em **Anchieta** na alta temporada, especialmente nos balneários de Iriri, Ponta dos Castelhanos, e Ubu (onde funciona a Mineradora Samarco Mineração S/A, e o Porto de Ubu, que a atende a empresa), devido às belezas naturais e boa estrutura hoteleira. A Vila de Parati também é muito visitada por turistas que preferem locais sossegados para prática de pesca de arremesso e Windsurf. Parati não dispõe de estrutura hoteleira e os meios de hospedagem utilizados são as casas de aluguel.



Figura 5.3.9-2: Praia de Parati, Município de Anchieta

São 30 Km de extensão litorânea recortada por enseadas, cabos, falésias e manguezais. Há 19 praias, em destaque a Praia de Ubu, a Praia dos Castelhanos, Praia da Areia Preta (areia monazítica), lagoas, Cachoeiras e o Rio Benevente. Na divisa com Guarapari está o ponto culminante da região, o Pico da Independência, que tem 723 m, situado na Serra da Garganta Robalo.



Figura 5.3.9-3: Foz e manguezais do rio Benevente, município de Anchieta.

A Praia de Guanabara apresenta grande incidência de desova de tartarugas da espécie *Caretta Caretta*, sendo um importante ponto turístico. A praia é fiscalizada permanentemente, além de estar em negociação para tornar-se base do Projeto Tamar.

Em Anchieta os atrativos Culturais estão especialmente ligados a religiosidade do local em que viveu o Padre José de Anchieta, a citar os Poços que fazem parte do caminho trilhado pelo Padre, e o Santuário Nacional de Anchieta, um monumento histórico construído pelos índios catequizados pelo Padre Anchieta, que é composto por três monumentos: a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, o Museu Nacional de Anchieta e a Cela, onde o Padre morreu.

Essa influência permanece até hoje, uma prova é a caminhada “Os Passos de Anchieta”, iniciada em 1998, que atrai fiéis até de outros estados. Partindo da Catedral Metropolitana de Vitória, no centro de Vitória, os fiéis seguem com destino ao município de Anchieta, percorrendo o mesmo trajeto que fazia o jesuíta, passando por várias praias e pontos turísticos que permitem conhecer um pouco da história e da cultura da região.

A Casa da Cultura (1927), o Colégio Maria Mattos (1932), e as Ruínas do Rio Salinas – um conjunto de 32 colunas, redondas e quadradas, que se acredita ter sido uma salina clandestina – também fazem parte do patrimônio cultural do município.

A religiosidade é festejada na Festa Nacional do Beato José de Anchieta, na Festa de São Sebastião e na Festa de Nossa Senhora da Assunção. Entre os eventos populares e culturais que acontecem na cidade a Festa da Folia de Reis e o Festival Capixaba dos Frutos do Mar, em Iriri, são atrativos para os visitantes.

Todos esses atrativos movimentam um fluxo turístico de 40.000 a 60.000 turistas na alta temporada, o que representa um aumento da população fixa em até 4 vezes. O turismo praticado no verão anchietaense é basicamente de lazer, enquanto que o turismo verificado na baixa temporada se caracteriza em ser turismo de negócios e de eventos.

Os meios de hospedagem do município de Anchieta incluem 17 hotéis e 16 pousadas, que ofertam um total de 2.030 leitos. Os dois Camping's da cidade têm capacidade para 75 barracas, além de haver um sistema extra-hoteleiro de casas de aluguel, que oferecem aproximadamente 13.750 leitos, segundo dados do Relatório de Informações Municipais realizado pela Secretaria Municipal de Turismo e Desporto.

Segundo a mesma fonte a oferta de alimentação conta com 67 estabelecimentos, com capacidade para 4.667 lugares, distribuídos entre bares, restaurantes, pizzarias e lanchonetes. Nos balneários se encontram 49 quiosques.

Os hoteleiros de Anchieta possuem projetos paisagísticos e de arborização para as áreas turísticas, bem como a instalação de placas identificatórias e de sinalização adequada – foi o que informou Juarez Bezerra Leite, proprietário do Hotel Pontal de Ubu e vereador do município. Também ressaltou que esses empreendedores demandam das autoridades municipais o apoio às atividades esportivas, como pesca oceânica, *jet ski*, navegação à vela, etc, e que estão solicitando a incrementação da rota Os Passos de Anchieta até as ruínas ou, também, que seja feito o percurso inverso, de Anchieta a Vitória. Juarez apontou ainda a necessidade de um centro de formação profissional para preparação da mão-de-obra local.

No município funcionam 4 organismos oficiais não governamentais que atuam em prol do desenvolvimento do turismo como uma atividade constante, dada o fato de ser maior na alta temporada: COMTUR, Conselho Municipal de Turismo; AGETUR, Associação Comércio e Turismo de Iriri; AHEMTUR, Associação de Hotéis e Meios de Turismo de Anchieta; e PNMT, Monitores Municipais de Turismo.

Um outro órgão importante na promoção turística é a Agetur, Associação do Comércio e Turismo de Iriri, criada em 1998, com o intuito de alavancar o turismo do município de Anchieta, segundo informou seu vice-presidente, Sr. Nestor Martins Guerra. Na atualidade a Agetur tem restringido suas atividades ao balneário de Iriri, contando com 33 associados, entre hotéis, pousadas, restaurantes, supermercados, padarias e comércio em geral, conforme informou o entrevistado Nestor Martins Guerra, vice-presidente da Agetur.

Segundo esta entidade o balneário de Iriri conta com 28 hotéis e pousadas, totalizando aproximadamente 1.000 leitos disponíveis. O fluxo turístico de alta temporada é originário, principalmente, de MG, RJ, SP e da Grande Vitória. Na baixa temporada, com maior visitação nos fins-de-semana, a origem dos turistas é a Grande Vitória.

Nos picos turísticos representados por as festas de passagem de ano e de Carnaval, a população flutuante pode chegar a 35.000 pessoas. No verão, em geral, esta população situa-se por volta de 25.000 pessoas.

Para o Sr. Nestor, é de vital importância alavancar o turismo do balneário, através de uma maior divulgação de Iriri, bem como capacitar mão-de-obra local organizando cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento. A Agetur tem se proposto a desenvolver um evento por mês, com o objetivo voltar a atrair famílias para visitarem Iriri. Um outro aspecto destacado foi que o balneário se caracteriza por ser um destino bastante procurado para turismo de negócios.

O município de **Marataízes** em seus 25 km extensão tem uma riqueza natural que abriga treze praias, sendo que algumas possuem areia monazítica, falésias, lagoas, brejos, mangues, córregos e o

Rio Itapemirim que corta o município. Existem três Ilhas em Marataízes, e uma delas, a Ilha dos Ovos, é área de proteção ambiental.



Figura 5.3.9-4: Praia de Siri, município de Marataízes

Marataízes possui algumas Reservas Ambientais: a Reserva Estadual Guanandi (parte da área está situada no município de Piúma), e as Áreas de Proteção Ambiental criadas pela Lei municipal de proteção das Águas (Lei nº267/99) que inclui todos os mangues, onze lagoas, cinco ilhas, nove brejos e córregos, todas as restingas e nascentes. O Município possui um Mapeamento geográfico, Mapa Geo M1, com fotografias via satélite que foram feitas em parceria com a Escelsa.

Os Monumentos Históricos em Marataízes são a Oficina Ferroviária (1937) e Estação Ferroviária (início do século XX), este último é hoje um terminal rodoviário. O artesanato local em madeira, conchas, embira, cipó, palha e argila são atrativos da cidade, e pode ser encontrado em toda a orla.

Entre as festas religiosas e populares que acontecem no município estão a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a Procissão Marítima das Canoas (Divino Espírito Santo), a Festa de Nossa Senhora da Penha, a Festa de São Judas Tadeu, a Festa de Corpus Christi (confeção de tapetes decorativos na Praça da Barra), o Marataízes Fest Gospel (evento Evangélico), a Festa do Caipira, a Festa do Peroá. No reveillon acontece Show pirotécnico e apresentação de trios elétricos.

O turismo é uma atividade maior durante a alta temporada, quando a cidade recebe turistas especialmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e até de outros países como Argentina, Estados Unidos e Itália, segundo informações do assessor da secretaria municipal de turismo, Sr. Roberto.

A estrutura comercial é de porte médio, mas capaz de sustentar um número de turistas cinco vezes maior que o da população fixa, na alta temporada. Para tanto, dispõe de hotéis, pousadas, chalés, restaurantes, bares e casas noturnas.

De acordo com a Associação de Hotéis, Pousadas e Similares de Marataízes, criada em 1995, a estrutura hoteleira conta com 10 Hotéis e Pousadas de grande porte (que fazem parte da associação), e 20 pequenos meios de hospedagem, além de 1 camping.

A Sra. Adriana Braga Santangelo, presidente da associação comentou que os estabelecimentos associados possuem boa infra-estrutura, e citou inclusive que uma das pousadas possui um heliporto, e que empregam aproximadamente 100 pessoas na baixa temporada e 500 pessoas na alta temporada. Os estabelecimentos não associados empregam juntos em torno de 50 pessoas na baixa temporada e 2.000 pessoas na alta temporada.

As estimativas da associação é que a cidade receba cerca de 10 mil pessoas durante todo o verão. O setor hoteleiro registra também um grande movimento nos dias de realização da Feira do Mármore e granito de Cachoeiro de Itapemirim.

Segundo a presidente da associação, a danificação que a praia central sofreu, afetou muito a turismo do município, mas o setor resiste em vista da vocação natural que possui para essa área.

A Associação possui vários projetos para o turismo no município, mas falta apoio financeiro para realizá-los, e inclusive, um dos desejos da entidade é ter a oportunidade de apresentar alguns desses projetos para a Petrobrás. São projetos da Associação:

- **Projeto turismo receptivo:** pacotes turísticos para visitas aos pontos históricos do município.
- **Projeto de Sinalização turística:** em fase de planejamento, faltando recursos para ser executado.
- **Projeto de Eventos em datas festivas e na alta temporada:** a associação está em busca de parceria com empresas para realização desses eventos.
- **Projeto de adoção de praças:** em planejamento. Onde uma parceria entre a Associação, iniciativa privada e administração pública, possibilitaria a “adoção” de praças, reformando-as e construindo quadras poliesportivas, pistas de skate, etc...
- **Projeto de Fiscalização Sanitária:** desenvolvido em parceria com a Secretaria de turismo, prevê para o mês de novembro de 2003, uma fiscalização em todos os hotéis, pousadas, restaurantes, bares e quiosques, avaliando as condições de limpeza, conforto e lazer desses estabelecimentos.

Outra realização importante da Associação é o apoio para integrar Marataízes ao Projeto Rota Sul, uma iniciativa do governo estadual, que tem como objetivo aumentar o turismo aos pontos turísticos dos municípios componentes (Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Mimoso e Muqui).

A Secretaria de Turismo de Marataízes tem como projeto à inclusão do município em dois outros roteiros turísticos: a Rota dos Vales e do Café, um roteiro histórico-cultural, e a Rota do Litoral, um roteiro para turismo de lazer. A primeira inclui os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Mimoso do Sul, Muqui, e a segunda os municípios litorâneos desde Piúma até Presidente Kennedy.

A Associação levantou a necessidade de uma parceria, até mesmo com a própria Petrobrás, para promover a divulgação das potencialidades turísticas do Espírito Santo na mídia nacional. Outro ponto destacado é a necessidade de uma escola técnica na região, para formar profissionais na área de turismo.

Piúma é conhecida como a Cidade das Conchas, pela diversidade lá encontrada, inclusive espécies de conchas exóticas. Na Praia do Aghá é encontrada a concha mais rara do mundo, a “Oliva Zelindea”. As conchas são uma atração incorporada ao artesanato da cidade, constituindo o produto cultural mais expressivo de Piúma.

As belezas naturais em 8 km de faixa litorânea, com praias, costões rochosos e manguezais, somam-se a exuberante fauna e flora, constituindo atrativos para turistas e objeto de estudos e pesquisas científicas.

Também fazem parte do patrimônio natural de Piúma o Conjunto de Ilhas (Ilha do Gambá, Ilha do Meio e Ilha dos Cabritos) e o Monte Aghá (onde foi descoberta uma orquídea rara que só existe em mais um lugar do Brasil), ambos tombados pelo patrimônio público; a Área de Preservação Permanente Guanandy; a Bacia do Rio Novo, em fase de registro junto a SEAMA; a Bacia do Rio Benevente, já registrada junto a SEAMA, e atualmente em processo a escolha dos membros do Comitê da Bacia; e o Sítio Arqueológico do Vale do Orobó, que está em fase de registro, mas já existem várias peças catalogadas, algumas com até 1.200 anos, que comprovam a existência do sítio.

Josephina Guimarães, Diretora de Cultura de Piúma, informou que município está preiteando uma unidade de preservação de 13 hectares (da ilha do Gambá à Ilha dos franceses), que está em estudo no Ministério do Meio Ambiente. Além disso, destacou que a prefeitura tem um projeto que visa passar o gerenciamento do litoral do município para o IEMA e SEAMA.

A cidade possui uma localização privilegiada no que se refere ao fluxo turístico, devido à proximidade de Vitória e da região norte Fluminense. Na alta temporada Piúma recebe cerca de 3 mil turistas, segundo informações da diretora de cultura do município.

O patrimônio cultural e arquitetônico do município é constituído pela Igreja Nossa Senhora da Conceição (século XIX) e a Capela de São Pedro. Embora com um acervo pequeno a Biblioteca gebo Miranda é a única da cidade.



Figura 5.3.9-5: Capela de São Pedro, sede de Piúma.

O folclore e as manifestações populares são resgatados pelas instituições culturais da cidade: Associações Carnavalescas, Grupos de Teatro, Escolas de Música, Bandas de Música e o Grupo Folclórico “As Pastoras”, composto por 23 donas de casa que formam um grupo religioso de tradição no município, fazendo exposições nos meses de dezembro e janeiro. O Grupo Quixabá apresenta encenações teatrais nas ruas.

No verão há shows nos bares e restaurante, Feiras de artesanato e Show pirotécnico no Reveillon. Em maio acontece o Tour Caminho das Águas e o Torneio de Pesca da Amizade. De agosto a outubro é realizado o encontro de turismo. Também há festas religiosas de São Sebastião, São Pedro, De Santa Rosa de Lima, e Nossa Senhora da Conceição.

Embora o turismo é uma das principais atividades geradoras de renda para o município, a prefeitura municipal afirmou que a atividade atualmente tem se mostrando em decadência, no sentido que o número de visitantes tem sido cada vez maior de turistas de baixa renda.

Adélia Maria de Souza, Diretora de Turismo de Piúma, confirmou que a cidade tem recebido turistas com renda menor, especialmente das classes C e D, que se hospedam geralmente em casas que possuem. Alguns alugam casas, mas como trazem quase tudo que consomem acabam por afetar negativamente o comércio local e a arrecadação do município.

A estrutura hoteleira tem mais de 20 hotéis e pousadas. A cidade dispõe de 21 restaurantes, além de bares, que oferecem serviços de alimentação., segundo informações da Diretoria Municipal de Turismo.

Dois segmentos do turismo estão despontando como os mais fortes no Município de Piúma, é o chamado Turismo Educacional e Científico e o Ecoturismo. Segundo Adélia Maria de Souza o Turismo Educacional e Científico desponta como um dos mais importante porque acontece durante todo o ano, movimentando assim o comércio local, além é claro, da disponibilização dos estudos, pesquisas e teses que são desenvolvidas nessas visitas. No ano de 2003 foram feitas mais de 30 visitas de escolas, faculdades e universidades.

A Secretaria de Turismo, em parceria com outras entidades, vem desenvolvendo ações para dinamizar os diversos segmentos turísticos no município, que buscam profissionalizar o Ecoturismo e Agroturismo; incentivar o Turismo de Diversão e Lazer através da realização de eventos esportivos; e incentivar o Turismo Educacional e Científico, promovendo visitas de escolas, faculdades e universidades com caráter educacional e científico, especialmente nas ilhas – que além de movimentar o comércio, disponibiliza estudos, pesquisas e teses para o município.

O Turismo de Negócios embora não seja forte, tem na opinião da diretora de turismo um grande potencial. Para que futuramente esse potencial possa ser explorado a secretaria está buscando junto a empresas à realização de congressos, eventos e feiras setoriais para começar incentivar investimento na infra-estrutura do município, para que mais tarde esse segmento possa se consolidar no município.

O Turismo da 3º Idade possui um projeto da secretaria chamado “Turismo da Melhor Idade”. Por se tratar de um turista mais exigente, o projeto está em sua fase inicial, buscando capacitar o setor do turismo do município para receber esse tipo de turista.

A Diretora de Turismo também destacou os projetos da Secretaria de Turismo, sendo que uns estão em planejamento, e outros só faltam receber os recursos para serem executados. Há alguns projetos para a valorização das belezas naturais da cidade, como o projeto para a Ilha dos Cabritos e Ilha dos Franceses (o último em parceria com o município de Itapemirim), projeto Parque Ecológico do Monte Aghá, projeto para a criação de um museu de Malacologia, projeto para a criação de um mini museu das espécies da fauna e da flora do município; e projeto para levantamento biológico do Morcego Noctilio leporinus leporinus (morcego pescador) que está em extinção.

Também há projetos na área cultural, para a construção de um Centro de Artesanato e a criação de um mini museu para exibição da história da colonização inglesa no município, “Projeto Colonização Inglesa”. Outros projetos de infra-estrutura turística e incentivo ao turismo: construção de dois Mirantes, um Píer para mergulho, três Píers para atracação, uma Guarita, um Play Ground e um restaurante típico, recuperação do Farol, revitalização da avenida beira mar, abertura de trilhas (incentivando o ecoturismo e o turismo educacional e científico), incentivo a prática de esportes radicais, colocação de Portais da Cidade nas vias de acesso ao Município –juntamente com postos de informações turísticas – e o Projeto de Identidade Cultural dos telefones públicos do município, todas as cabines teriam o formato de uma concha.

Os projetos para as áreas de Cultura, Esporte e Lazer citados pela Diretora de Cultura de Piúma, Josephina Guimarães são: Projeto Trilhas na Ilha do Gambá, de incentivo ao Treking; Projeto de criação da Casa da Cultura, já elaborado, faltando apenas os recursos; e Projeto para profissionalização do ecoturismo no Monte Aghá, prevendo a criação de trilhas e incentivando esportes radicais, rapel, asa delta, escalado, etc.

Em **Itapemirim** os principais atrativos turísticos são representados pelas praias de Martim Moreira, Gamboa, Itaipaiva e Itacoca. Também aparecem como importantes atrativos a Lagoa Guanandy, Área de Proteção Ambiental; a Ilha dos Franceses, onde se localiza farol para localização das embarcações, sendo muito procurada por turistas para mergulho; e o rio Itapemirim, um dos maiores mananciais do sul do estado.

Dentre os atrativos naturais destacam-se o Monte Aghá, área de grande importância arqueológica e a Reserva Florestal de Paineiras, além de áreas com florestas naturais. Os atrativos culturais estão

representados pelos casarios construídos na época do auge da cultura canavieira, estando representados, no município, pelo Palácio das Águias, pelo Trapiche que compõe as antigas instalações do porto de Itapemirim, referência estadual até início do século passado.



Figura 5.3.9-6: Palácio das Águias, município de Itapemirim.

Figura 5.3.9-7: Trapiche, Município de Itapemirim.



As manifestações culturais de maior expressão são os festejos juninos de São Pedro, a festa do jongo realizada na comunidade de Santo Antônio, o evento religioso de Corpus Christi e a tradicional festa de emancipação do município. Também são importantes formas de manifestação da cultura local os corais das igrejas, e os grupos musicais existentes no município.

Prefeitura Municipal de **Presidente Kennedy** não tem um projeto específico para o turismo, apenas serão contratados shows na época de veraneio, segundo informações de donos de restaurantes locais, confirmados pela chefia de gabinete da prefeitura municipal.

Nas visitas de campo realizadas verificou-se, no município, um enorme potencial turístico, especialmente na orla marítima que possui paisagens ainda pouco exploradas, e praias de baixa atração turística, comparativamente às demais praias do litoral sul do estado. Apenas a Praia das Neves apresenta-se como balneário turístico do município.

O comerciante Alexandre dos Santos Dutra, um dos poucos a manter seu comércio aberto durante todo o ano, comentou que a localidade da Praia das Neves recebe principalmente mineiros, sendo que no verão as pousadas e casas de aluguel são todas ocupadas. Fora da estação funcionam 2 restaurantes e 3 pousadas. Segundo a procura por lotes na Praia das Neves tem aumentado, sobretudo para construção de hotéis e pousadas. Contudo, não houve aumento no valor dos imóveis.



Figura 5.3.9-8: Praia das Neves, município de Presidente Kennedy.

Marobá e Boa Vista são outros núcleos urbanos localizados na costa de Presidente Kennedy, mas ainda carecem de infra-estrutura turística, sendo mais caracterizados como aldeias de pescadores.

Em entrevistas realizadas com moradores e pescadores residentes em Marobá foi destacado que esta localidade não se apresenta com função turística até mesmo pelas condições infra-estruturais deficientes, especialmente no tocante ao fornecimento de água. Foi ressaltado que muitas vezes a comunidade é abastecida por carros-pipa, devido à salubridade da água existente, o que tem provocado inúmeros transtornos aos moradores locais.

O turismo na localidade de Boa Vista é pequeno, existindo algumas casas de veranistas que recebem turistas do RJ, MG, e sul do ES, conforme comentou o pescador Clemildo Barreto Antonio, morador local.

Conforme a Lei Orgânica municipal a Mata do Pau Bonito e Mata Santa Lucia são reservas ecológicas. As Áreas de Preservação Ambiental (ASPAS) são: Brejo do Criador, Barragem de Santa Lúcia, Sítio Histórico de Guarulhos, Lagoa Monte Alegre, Pico da Serrinha, Pico do Serrote, Morro da Serra e Cachoeira Caucela. Ambos são potenciais atrativos turísticos do município.

Os patrimônios históricos são o Santuário da Neves e o Sítio Histórico de Guarulhos (construído na época dos jesuítas).

No dia 05 de agosto comemora-se a Festa das Neves no Santuário das Neves, quando aproximadamente 5.000 pessoas vindas do RJ pagam promessas.

- AID – MUNICÍPIOS DE VITÓRIA, VILA VELHA E SERRA

Vitória é rica em atributos naturais. Sua configuração geográfica oferece uma variedade paisagística composta por montanhas, morros, cinco praias, enseadas, ilhas, rios, canais e estuários. A presença de monumentos cênicos dos municípios vizinhos como o Mestre Álvaro, o Penedo e o Moxuara, realçam ainda mais esse patrimônio natural.



Figura 5.3.9-9: Vista da Ilha de Vitória.

Os pontos mais elevados são: Morro da Fonte Grande, onde se localizam as torres de comunicação, com altitude de aproximadamente 308m, a Pedra dos Olhos, com altitude de 296m e o Morro de São Benedito com 194m.

A cobertura vegetal, formada por remanescentes de Mata Atlântica nas encostas, extensos mangues na região dos estuários e restingas nas planícies costeiras.

Outros atrativos são as riquezas culturais, que podem ser observadas em monumentos arquitetônicos e em visitas a museus. Os atrativos arquitetônicos a serem incluídos no roteiro do visitante são: o Palácio Anchieta (século XVI), sede do Governo do Estado do Espírito Santo desde o século XVIII; o Palácio Domingos Martins (1606); o Palácio Municipal Jerônimo Monteiro (Prefeitura); Teatro Carlos Gomes (1927), a Praça Costa Pereira, a Escola de Arte FAFI (1927), onde atualmente funciona a Escola Livre de Artes e Atividades Culturais do Centro de Vitória; o Mercado da Capixaba (1926); o Forte São João; o Arquivo Público Estadual (1920), tombado como Patrimônio Histórico, Artístico Estadual pelo Conselho Estadual de Cultura em 1983; a Escola Maria Ortiz, ao lado do Palácio Anchieta, doação de uma rica família vitorienense; a Escola Municipal São Vicente de Paulo (século XIX); e os Casarios Antigos da Cidade Alta.

A arquitetura religiosa pode ser contemplada visitando-se a Catedral Metropolitana de Vitória; a Capela de Santa Luzia (século XVI), a mais antiga edificação de Vitória; a Igreja de São Gonçalo (século XVIII), tombada pelo Patrimônio Histórico em 1948; o Convento São Francisco; a Igreja do Rosário (1765); a Capela Nossa Senhora das Neves; o túmulo do Padre José de Anchieta; e o Santuário de Santo Antônio, fiel imitação da Igreja Bramanesca de Nossa Senhora da Consolação, um templo do século XVI construído na cidade de Todi, Itália.

A cidade possui quatro museus – o Museu de Artes do ES, Museu Solar Monjadim (século XVIII), o Museu da Imigração Italiana e o Museu do Porto/CODESA – e nove bibliotecas públicas que podem dispor de informações sobre a história e cultura local.

Além de opções de programação nos teatros e cinemas da cidade, o lazer para moradores e turistas pode ser buscado nos eventos da agenda cultural, como a amostra de cinema e vídeo “Vitória Cine Vídeo”, a Feira do Verde, e a Programação cultural “Vitória Cidade Sol”, que acontece durante todo o mês de janeiro, em um palco montado na Praia de Camburi com atividades artísticas e culturais, músicas variadas, danças, oficinas p/ crianças, apresentações de filmes etc. Há também os eventos populares como o Vital (carnaval fora de época de Vitória), o Vitória Music Festival, e rodeios.

A programação religiosa inclui entre as festividades a Romaria dos Homens, Mulheres (Festa da Penha), a Caminhada Passos de Anchieta, a Festa e Procissão Marítima de São Pedro, a Festa e Procissão de São Benedito, a Puxada do Mastro de São Benedito, e o Concerto de Natal.

A agenda esportiva de Vitória é bastante variada oferecendo campeonatos e torneios, além de etapas de competições nacionais. Entre os esportes marítimos acontecem na cidade: a Regata Eldorado Brasilis, a etapa do Campeonato Capixaba de Aquatlo, a Volta da Taputera-Regata de Vela, o Brasileiro R. C. de Vela, o Campeonato Sudeste de Iatismo, o Trófeu Brasil de Remo-Baía de Vitória, a Taça Cidade de Vitória de Vela, e o Campeonato Brasileiro de Windsurf. Também se destacam os campeonatos de pesca como o Torneio Costa Brasil de Marlin Azul, o Torneio de Pesca de Peixe de Fundo, o Torneio de Abertura da Temporada de Pesca Oceânica, e o Torneio de Pesca de Peixe de Bico.

Dentre as competições de esportes terrestres merecem destaque a Corrida Dez Milhas Garoto, o Campeonato Capixaba de Beach Soccer, a Copa Latina de Beach Soccer, o Torneio de Verão de Ciclismo, a Taça Cidade Vitória de Ciclismo, a Taça Cidade de Vitória de Tênis, o Triatlon Open Cidade de Vitória e Taça Cidade Sol.

O turista pode hospedar-se em um dos 37 hotéis, que oferecem aproximadamente 6 mil leitos, entre outros meios de hospedagem. São mais de 120 restaurantes, além de bares, pizzarias, sorveterias e lanchonetes prestando serviços de alimentação, de acordo com os dados do inventário turístico de Vitória de 2003, fornecido pela prefeitura municipal.

O serviço de informações é oferecido em Postos de Informação Turística, que funcionam durante todo o ano, em pontos estratégicos como Aeroporto de Vitória, Shopping Vitória e Cais do Hidroviário. No verão o número de postos geralmente é incrementado.

A vida noturna concentra-se no Triângulo das Bermudas, com seus 15 bares e restaurantes, na Rua da Lama, point dos universitários, na Orla de Camburi, que oferece mais de 20 quiosques, e dispõe dos maiores hotéis, bares e restaurantes. A curva da Jurema possui uma programação para cada dia da semana, com shows de músicos locais.

O lazer tem espaço em praças Praça dos Namorados, Praça dos Desejos, Praça da Ciência e Planetário de Vitória (no Campus da UFES), bem como nas praças existentes nas áreas de proteção ambiental, como o Parque Municipal Gruta da Onça, o Parque Pedra da Cebola, o Parque Municipal Horto de Maruípe, o Parque Municipal de Tabuazeiro, o Parque Municipal Mata da Praia, o Parque da Fonte Grande e o Parque Moscoso.

Além dessas áreas existem outras áreas de conservação ambiental (duas reservas ecológicas, duas áreas de proteção e uma estação ecológica) na cidade e que também fazem parte dos atrativos naturais de Vitória.

O planejamento para o setor de turismo é uma realidade em Vitória. Em 2000 foi lançado o Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo, e atualmente a cidade possui uma Legislação Turística, incluída na Lei Orgânica Municipal, um Conselho Municipal de Turismo, e um Fundo de Turismo. Outra ação importante do poder público municipal é a participação do município no PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo da EMBRATUR.

Um dos resultados dessas iniciativas é a participação de Vitória no projeto Rota do Sol e da Moqueca, um convênio entre as prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Guarapari, com o objetivo de promover e divulgar o turismo nesses municípios. Um roteiro turístico oferecido pela Rota do Sol e da Moqueca tem cerca de 100 km de praias (mais de 30 praias), bares, restaurantes, hotéis e parques.



Figura 5.3.9-10: Vista aérea de Vila Velha (Praia da Costa e Praia de Itapuã)

A prefeitura municipal reconhece a necessidade de investir na capacitação de mão-de-obra para trabalhadores do setor. Hoje há quatro faculdades que oferecem graduação na área de turismo, capacitando profissionais para atuarem nos setores de Planejamento Turístico, Hotelaria, Agência de Viagem/Turismo, Organização de Eventos e Guia de Turismo.

O município de **Vila Velha** possui um litoral de 32 quilômetros recortado de praias. A mais visitada é a Praia da Costa, que chama atenção pela moderna urbanização. O balneário de Ponta da Fruta é outro local muito visitado e oferece ao turista três praias, três lagoas, o Parque Estadual Paulo Vinha e o Morro do Cruzeiro, de onde se tem uma vista panorâmica do litoral do balneário. O agroturismo é praticado nas Dunas do Lê, uma área de quatro mil metros quadrados com Pesque-Pague, e no Rio Jucu.

Os morros também fazem parte dos atrativos naturais de Vila Velha, locais que permitem uma vista panorâmica da cidade, como o Morro do Moreno, com 167 metros de altura, que pode ser alcançado por carros altos e com capacidade de jipe; o Morro do Convento, com 154 metros de altura, que mantém um caminho antigo, a Ladeira das Sete Voltas, uma calçada de pedras antigas cercada de árvores (no topo está o Convento da Penha); e o Morro do Penedo, com 136 metros de altura.

O município possui muitas áreas naturais protegidas: um Parque Municipal, uma Reserva Ecológica Estadual, dois Parques Ecológicos (o Parque Ecológico Morro do Penedo é tombado pelo Conselho Estadual de Cultura como Monumento Natural integrante do Patrimônio Paisagístico Estadual), e cinco Áreas de Preservação Permanente, sendo que na Área de Preservação Permanente da Lagoa de Cocal, está sendo implantado um Parque Urbano visando proporcionar o lazer e atividades culturais a população e turistas de Vila Velha.

Além disso, Florestas e demais formas de vegetação natural situadas nos morros, no entorno de lagoas, nas matas de aluvião do Rio Jucu, os manguezais do Rio Aribiri e do Rio Jucu, as Ilhas Itatiaia, Ilha dos Pacotes e Ilha das Garças constituem Áreas de Preservação Permanente, e Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural de Vila Velha.

A colonização do Espírito Santo começou por Vila Velha, e por isso sua história e cultura estão extremamente ligadas à própria História do estado. Seu patrimônio cultural inclui monumentos religiosos, entre os quais estão a Igreja Nossa Senhora do Rosário (1573), que é a mais antiga do Estado; a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes (1945) localizada No Morro do Cruzeiro; e o Convento da Penha (construído entre 1570 e 1644 pelo Frei Pedro Palácios), o mais antigo santuário mariano do país, é o maior ponto turístico-religioso do estado, atraindo fiéis que participam de missas diárias. Do local pode-se avistar Vila Velha, Vitória e arredores.

Outros atrativos culturais são: Farol de Santa Luzia (1870), Gruta do Frei Pedro Palácios – a primeira residência de do Frei no estado, situada no Morro do Convento – e, Sítio Histórico da Prainha é formado pela Praia da Prainha, Forte Piratininga, Museu Etnográfico, Museu Homero Massena, obelisco a Vasco Fernandes Coutinho e ao Frei Pedro Palácios e a Praça da Bandeira.

A Fábrica de Chocolates Garoto, fundada em agosto de 1929 é um atrativo para turistas, que podem ir até a lojinha da fábrica e comprar chocolates.

Há disponíveis 4.318 leitos nos 38 estabelecimentos de hospedagem da cidade. São 15 Hotéis com 1.738 leitos, 16 Pousadas com 1.122 leitos, dois Flats com 521 leitos, dois Apart Hotéis com um total de 714 leitos, um Chalé para temporada com 62 leitos, um Albergue com 96 leitos. Há um camping com capacidade para 500 barracas e 50 trailers, além de uma Pousada Camping com 20 leitos, segundo consta do Inventário Turístico realizado pela Prefeitura Municipal em 2003.

Com base na mesma fonte verifica-se que os serviços de alimentação são oferecidos em 279 restaurantes e bares da cidade. Os serviços bancários podem ser efetuados nas 21 unidades Bancárias (há sete diferentes bancos) ou nos cinco postos de auto-atendimento.

O lazer para o turista e moradores de Vila Velha conta com nove espaços de entretenimento, entre parques aquáticos e centro de lazer e esporte. Para o lazer noturno a diversão acontece nos oito clubes e boates da cidade.

Em janeiro de 2002 o Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal realizou uma pesquisa de caracterização do turismo receptivo na alta temporada em Vila Velha. Os resultados mostraram que a origem da maioria dos visitantes é Minas Gerais (32%), seguido do Rio de Janeiro (19%), outros municípios do Espírito Santo (15%), São Paulo e Distrito Federal empatados (10%).

O lazer é o principal motivo das viagens para 72% dos turistas, sendo que 60% consideram os atrativos naturais como os principais oferecidos na região – os atrativos históricos foram considerados por 21% dos turistas. O tempo de permanência é de 3 a 7 dias para 28,3% dos entrevistados, e de 8 a 14 dias para 25,7%.

Os meios de hospedagem mais utilizados são os hotéis (32%) e a casa de parentes (26%). As pousadas são a hospedagem de 7% dos turistas. Já o meio de transporte mais utilizado é para realizar a viagem é o automóvel (65%).

18% dos turistas são funcionários públicos, e 17% são autônomos. A renda mensal familiar da maioria está em torno de R\$1.500,00 a R\$ 3.000,00, já a renda mensal individual é de até R\$ 900,00 para 24% dos entrevistados e de R\$ 1.500,00 a R\$3.000,00 para 20%.

As localidades de Nova Almeida, Jacaraípe, Manguinhos, Carapebus e Bicanga são considerados os núcleos turísticos receptores do município da **Serra**, e especialmente do turismo de lazer, pois essas regiões oferecem muitos atrativos naturais entre eles seis praias, lagoas, cachoeiras, etc. O Monte Mestre Álvaro é o principal monumento Natural do município, tem 833 m de altitude, e é Área de Proteção Ambiental, Parque Florestal e Reserva Biológica Estadual. O conjunto de morros de 200 a 427m (Morro Vigilante) existente no município abriga restingas, mangues, lagoas e planícies que constituem refugio para fauna e flora nativas.

Embora o turismo de lazer seja o principal tipo de atividade turística realizada na cidade, há um grande potencial turístico baseado nos atrativos culturais que se apresentam como um diferencial para o município, devido a forte identidade cultural do povo serrano.

Esse potencial para o turismo cultural é justificado pelo patrimônio arquitetônico formado por casas e sobrados antigos na sede do município, a Casa do Congo e o prédio da Secretaria Municipal de Turismo, entre outros, além de obras de caráter religioso, como a Igreja dos Reis Magos (1580) tombada pelo SPHAN; a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (século XVIII); a Igreja São João de Carapina (1562); e a Igreja de São José do Queimado (Ruínas) (1849).



Figura 5.3.9-11: Igreja dos Reis Magos, Nova Almeida, município da Serra..

As principais Manifestações Folclóricas e Religiosas são a Folia de Reis, Bandas de Congo, capoeira e Boi Graúna. As festas religiosas que marcam o calendário da cidade são a Festa de São Benedito e Festa de São Sebastião, entre outras.

A Serra possui um planejamento para o setor turístico, o Plano de Turismo, elaborado em 1997, e o Conselho Municipal da Cultura, criado em 1996.

A valorização da cultura e o patrimônio histórico fazem parte das estratégias do município no que se refere ao turismo. Neste sentido, dezoito edificações, obras e monumentos foram identificados e declarados pelo PDU (Plano Diretor Urbano municipal) de interesse de preservação municipal, em 1998. Em 1999 foram criadas a Lei Municipal de Incentivo ao Folclore e a Lei Municipal de Incentivo à Arte, além do Projeto Cultural Chico Prego.

A promoção do turismo é o objetivo do Consórcio Costa Verde Corais, formado pela Serra, Fundão e Aracruz, que ainda está na fase de estruturação política. A Serra também faz parte da Rota do Sol e da Moqueca.

Outras ações em prol do turismo são a qualificação de profissionais do seguimento e a realização de Feiras e Eventos, além de veiculação de campanhas em tv e jornal para divulgar o turismo.

A rede hoteleira concentra-se na faixa litorânea, dispendo de uma oferta aproximada de 2.000 leitos, distribuídos em 11 Hotéis, 12 Pousadas, uma colônia de Férias e 5 Áreas de Camping. O serviço de alimentação da Serra dispõe de 52 restaurantes, 54 Bares e Lanchonetes. Durante o verão o turista pode dispor de Postos de Informações.

Outras opções de lazer oferecidas no município são o parque aquático Yahoo Family Park, com uma área de 180 mil m². A implantação do Autódromo Serra-Circuito José Sampaio e do Kartódromo Internacional da Serra permitem que a cidade possa realizar eventos esportivos de maior projeção.

Uma pesquisa de caracterização turística realizada pela prefeitura municipal durante a alta temporada do verão 2003, verificou que a maioria dos turistas recebidos na cidade são mineiros (60,7%), seguidos de outros capixabas (13,2%), paulistas e cariocas (ambos 8,5%), baianos (2,9%) e da capital federal (2,3%). Outro aspecto relevante é que geralmente os turistas vêm com toda a família (72,1%).

A maioria dos turistas situa-se na faixa etária de 25 a 29 anos (24%) e na faixa etária de 30 a 39 anos (23,5%). O principal motivo das viagens é o lazer (65,8%) e os meios de hospedagem mais utilizados são as casa de parentes e amigos (80,4%). O tempo médio de permanência é 12 dias.

A pesquisa estimou que o gasto total dos turistas de alta temporada chega a R\$ 11, 7 milhões. Os turistas capixabas têm o maior gasto médio diário individual, R\$ 36,00, seguidos pelos turistas do Distrito Federal, R\$ 28,69. Já os mineiros têm o menor gasto médio diário individual, R\$ 14,40.

◆ *AII - MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE*

Os dados relativos à atividade turística, de lazer e cultural nestes municípios foram levantados nas entrevistas realizadas em campo junto à prefeituras e secretarias municipais, nos materiais de divulgação disponibilizados em cada município e nos estudos e projetos realizados, também disponibilizados. Também compõem parte dos dados os levantados pelo EIA de Espadarte.

Conforme informação de Lucas Vieira Filho, da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de **Campos**, não há dados atuais sobre o município, são usados os dados do CIDE e IBGE. A prefeitura por intermédio da CIDAC está montando uma base de dados.

O Turismo não é uma atividade de destaque no Município de Campos. Os principais pontos turísticos na região litorânea são o Farol de São Thomé, uma construção de 1882 e a Praia do Farol de São Thomé, única da cidade e que atrai anualmente mais de 500 mil visitantes.

Na localidade do Farol de São Tomé existem alguns centros de cultura, vinculados, inclusive a cultura da pesca.

A boa estrutura hoteleira de Campos foi destacada pelo representante da OMPETRO, Luiz Mário Concebida, entrevistado pela equipe, que também destacou a realização de atividades culturais aos sábados e domingos nas praças históricas Rio Branco e São Benedito.

O ecoturismo é uma atividade em potencial, especialmente na Lagoa de Cima, na Cachoeira do Imbé, localizada no Parque Paraíso Ecológico do Imbé e na região de Rio Preto, onde se localizam o Pico São Mateus, de 1.576 m de altitude, e a Cachoeira Pedra Rasa, além de muitas piscinas naturais.

Há um bom potencial para o turismo cultural e arquitetônico, pois a cidade possui construções históricas importantes, como o Liceu de Humanidades, o Fórum Nilo Peçanha, a Catedral São Salvador e a Casa da Cultura Villa Maria.

A Fundação Cultural Jornalista Osvaldo Lima é o principal responsável pelo resgate e manutenção das atividades culturais da cidade, apoiando atividades ligadas à cultura regional e disseminando informações referentes aos principais personagens da cidade. A entidade mantém a Biblioteca Central que funciona na sede da Fundação. É gerida com recursos da Prefeitura, além de desenvolver parceria e convênios com Governo Estadual e Federal.

Dentre os projetos desenvolvidos podem ser citados:

- **Viva Melhor, Viva a Música:** Acontece todo domingo no Jardim São Benedito. Apresentam-se gratuitamente os principais integrantes da Música Popular Brasileira.
- **Projeto "Jardim in Concert":** acontece nos jardins do Liceu de Humanidades.
- **Biblioteca Beira-Mar/Farol de São Tomé:** No período do verão é instalada uma Biblioteca Móvel que atende aos turistas e a população local.

Na área de esportes tem-se o projeto “Academia para todos” que funciona na praça Jardim São Benedito e oferece ginástica e musculação para adultos, e para as crianças são oferecidas aulas de tai-chi-chuan e a Escolinha de Futebol. O projeto “Na Praça o Esporte é de Graça” é desenvolvido em doze praças sendo oferecido a mais de mil crianças carentes, de até 16 anos, esportes como o vôlei, vôlei de praia, handball, basquete e futsal. A exigência é que as crianças frequentem a escola.

O turismo em **São João da Barra** corresponde a 16,3% do setor terciário do município, segundo dados do RINTUR (Roteiro de Informações Turísticas, 2000) sendo uma atividade com grande potencial de exploração. Os atrativos turísticos da cidade incluem quatro praias litorâneas, quatro praias fluviais, o Rio Paraíba do Sul, o Delta do rio, quatro lagoas, cinco manguezais, três ilhas, uma duna e duas Unidades de Conservação municipais.

O Ecoturismo possui grande potencial no município devido às inúmeras riquezas naturais, como as belas praias, os manguezais e o próprio delta do Rio Paraíba do Sul.

O turismo cultural e arquitetônico é realizado no Prédio da Antiga Cadeia Pública e Câmara de Vereadores, construído em 1797 e tombado pelo Patrimônio Histórico, o Fórum Municipal, o Antigo Mercado Municipal, onde funciona atualmente o Centro Cultural Narcisa Amália, o Antigo Cassino Atafona, a Casa do Disco Voador, o Solar do Barão de Barcelos, construção do final do século XVIII. A arquitetura Religiosa é representada pela Igreja Matriz São João Batista, A Igreja Nossa Senhora da Penha entre outras. As ruínas do Pelourinho, onde escravos eram castigados, são uma das quatro ruínas que se destacam entre os atrativos culturais da região, bem como a arquitetura militar do prédio da Capitania dos Portos e o Canhão da Rainha.

A cultura também é disseminada através das três bibliotecas, e dos eventos que acontecem nos oito Centros de Convenções e Exposições da cidade.

O município recebe um expressivo número de turistas não só na alta temporada, mas também nos diversos eventos que são realizados ao longo do ano. A Festa da Penha é o evento religioso que mais recebe turistas. O Carnaval de São João é considerado o melhor do interior do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com as previsões do relatório do Plano Estratégico relativo ao Programa de Desenvolvimento do Turismo, realizado em 2000 pela prefeitura municipal, naquele ano a cidade receberia em torno de 250.000 turistas, sendo que nos meses de janeiro e fevereiro o número corresponderia a quase 78.000. Para o ano de 2003 as previsões são de que a cidade receba cerca de 480.000 mil turistas, 92% a mais que em 2000, justificado em um aumento previsto em 125% no turismo de baixa temporada.

O acesso à cidade por ser realizado pela Rodovia BR 356, que liga o município a Campos dos Goytacazes, através do Transporte Hidroviário – acesso fluvial – quatro vezes por dia (Gargaú X São João da Barra/Atafona), ou pelo Heliporto Praia de Atafona – tamanho da pista: 28X 30mts – pavimentação: concreto (não operado por radar).

Existem 23 meios de hospedagem e aproximadamente 2.000 leitos, distribuídos entre as 20 Pousadas, 2 hospedarias e 1 hotel lazer (SESC – Grussaí), que tem sido o principal atrativo turístico do município hoje, por conta de sua estrutura gigantesca. O Sesc hospeda cerca de 80% dos turistas recebidos em São João da Barra.

No alto verão há uma grande procura pelas casas de veraneio existentes em toda a extensão litorânea do município. O serviço de alimentação é formado por 30 restaurantes, 200 bares e 100 quiosques, com capacidade 4.500 mesas. A diversão noturna pode ser realizada nos 11 Clubes e 25 Casas Noturnas.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo, foca a geração de emprego e renda para o município, partindo da estratégia de buscar soluções alternativas que possam incrementar o Turismo de forma ordenada, assegurando o desenvolvimento local integrado e sustentado. Neste sentido, são desenvolvidas ações para aumentar a participação da sociedade através do Conselho Municipal de Turismo. A expansão do setor também é favorecida pelos Incentivos Municipais oferecidos pela prefeitura.

As atividades relacionadas ao turismo utilizam integralmente, nos períodos de alta temporada, a mão-de-obra local, abrindo até a possibilidade para pessoas de outras localidades.

O município de **São Francisco de Itabapoana** possui belas praias, rios, lagoas e mangues. Contudo, o turismo é apenas potencial. Segundo o assessor da Prefeitura Municipal, Sr. Roberto Acruche, não há projetos e investimentos para promoção e desenvolvimento do setor, bem como investimentos em infra-estrutura. O município ainda não dispõe de dados sistematizados sobre o número de pousadas, hotéis, restaurantes ou serviços em geral.

A cidade possui 19 praias, algumas com areia monazítica – que é explorada pela INB, Indústria Nuclear do Brasil.

Na alta temporada a cidade recebe em torno de 1.500 turistas, e na baixa temporada 400 a 500 pessoas por fim de semana, que se hospedam em casas de veraneio ou pequenas pousadas. Geralmente a origem dos turistas é Minas Gerais.

A atividade turística no Município de **Macaé** se caracteriza principalmente pelo turismo de negócios, em função da indústria do petróleo. Após a implantação do Terminal de Apoio a Petrobrás, na década de 70, os hotéis passaram a ter ocupação plena o ano inteiro. Dessa forma, há uma grande necessidade de investir em infra-estrutura como forma de garantir o crescimento do

turismo de negócios de escala nacional e internacional. Para atender a essa demanda foi construído o Centro Municipal de Convenções, que ocupa 110.000 m² e tem um estacionamento para 1.500 veículos, sendo o segundo maior centro de convenções do Estado do Rio de Janeiro.

Um estudo realizado pela Macaé Tur, em 2003, (Prefeitura de Macaé, Macaé A todo Gás, 2003) mostrou que o turismo já corresponde a 15% do PIB municipal. A Embratur premiou Macaé com o Selo de Ouro do Turismo – apenas quatro das 94 cidades cariocas receberam este prêmio.

Algumas medidas estão sendo adotadas para transformar os atrativos naturais e culturais em produtos turísticos que possam estimular o turismo receptivo. A natureza oferece em Macaé 40 km de costa, com oito praias (cita-se a Praia de Imbetiba, a Praia dos Cavaleiros e a Praia do Pecado), ilhas, duas lagoas, dois rios, além de quatro cachoeiras e corredeiras na região serrana da cidade, onde são localizados o Pico do Frade, que tem 1.750 m de altitude, o maior do município, o Pico da Bicuda Grande (757m) e o Pico de Peito de Pomba (400m). Também há santuários ecológicos como o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, o Parque Ecológico Fazenda do Atalaia e o Sítio Científico do Arquipélago de Sant'Ana.

O turismo cultural e arquitetônico pode ser explorado em visitas pelas Ruínas do Farol de Imbetiba/Farol Velho, ao Obelisco do Centenário, a Casa de Caridade de Macaé, ao Castelo Monte Elísio (Solar), a Sociedade Musical Lyra dos Conspiradores, ao Palácio do Legislativo, ao Palácio dos Urubus, ao Forte Marechal Hermes, ao Solar dos Melos (Fundação Macaé de Cultura), entre outras edificações. A Igreja de Sant'Ana e a Igreja São João Batista são atrativos religiosos.

A cada dois anos é realizada na cidade a Feira Brasil Offshore, um evento internacional da área de petróleo, que recebe um público de aproximadamente 25 mil participantes. Também acontecem a Exposição Agropecuária Industrial e Turística de Macaé (Expo Macaé), e o Encontro de Motociclistas, que reúne os maiores esportistas do país, e o Fest Verão, com grandes músicos nacionais.

Entre os eventos religiosos que acontecem na cidade, estão a Via Sacra Macaé, a Festa da Igreja Nossa Senhora de Fátima Macaé, a Festa de Santo Antônio Glicério e a Festa de São Pedro.

A prefeitura de Macaé, segundo informações da secretaria de planejamento de Macaé, está estruturando projetos para o desenvolvimento do turismo e lazer dentre estes: a construção de um Caís Turístico, com Restaurante Panorâmico e Museu da Pesca; a construção de um Ginásio Poliesportivo com capacidade para sediar eventos regionais e nacionais; a urbanização da Orla Pecado/Lagoa com a padronização de bares e restaurantes, estacionamento, mirantes, ciclovias, nova iluminação e replantio da vegetação costeira de restinga; e a construção de uma Área de Lazer e Esportes e do Núcleo de Pesquisas Ecológico de Macaé (com auditório, área de exposição e laboratório) no Parque Ecológico da Lagoa de Imboassica.

O município de **Carapebus** não apresenta um setor turístico relevante. As iniciativas para criação de eventos refletem a demanda por parte da população local por lazer no município, portanto, não tem comprometimento com nenhum projeto turístico.

Os atrativos naturais da cidade são o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, a Praia de Carapebus e a Lagoa de Carapebus. A arquitetura e a cultura local podem ser observadas na Igreja do Caxanga, na Igreja matriz Nossa Senhora da Glória, no Cine de Carapebus, na Estação de Carapebus e na Sede da Fazenda São Domingos.

As festividades religiosas que acontecem na cidade são a Via Sacra, a Festa de São Sebastião e a Cavalgada de Páscoa. Também são realizados eventos com Enduro de velocidade de Motocross e Gincana de Pesca, anualmente em janeiro, a Cavalgada Festiva, e a Festa de Aniversário da Cidade no dia 13 de março.

O município de **Quissamã** já recebeu o selo de potencialmente turístico da EMBRATUR, e recebe investimentos para desenvolver o potencial histórico, cultural e ecológico do município. O turismo atrai, especialmente amigos e familiares na época de férias e/ou eventos.

Há cinco praias em destaque a Praia do Piriri (João Francisco), local em que a prefeitura realiza o Projeto Q`Verão em janeiro e fevereiro, sendo o principal centro de veraneio da cidade; a Praia da Barra do Furado, onde acontecem competições náuticas; e a Praia da Lagoa Feia, a segunda maior lagoa de água doce do Brasil, tem sido utilizada para a prática de esportes aquáticos como windsurf. Além das praias, a hidrografia da região é formada por canais, lagoas e cinco rios. O município é abrangido pelo Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

O patrimônio arquitetônico de Quissamã inclui diversas casas antigas em fazendas, o conjunto da Casa, Capela e Senzala da Fazenda Machadinho, as construções no centro da cidade como o Centro Administrativo (1870-1995), o Coreto, construído em 1915, a Vila Evelina, a Casa da Família Silva, construída em 1920, entre outros. A arquitetura religiosa pode ser contemplada na Igreja Matriz de N.S. do Desterro, construída em 1924, e pelas fazendas da região que abrigam mais de dez capelas (a mais antiga é a Capela da Machadinho - N.S. do Patrocínio, 1833) e seis de Oratórios, o mais antigo é o Oratório da Fazenda Mato de Pipa - São Francisco de Paula e Sant Ana, de 1795.

O entretenimento é promovido no Clube Recreativo de Quissamã, no Estádio Municipal Antônio Carneiro da Silva, e no Parque de Exposições Renato Queirós Carneiro da Silva, onde acontece a Exposição Agropecuária, Turística e Industrial e a Copa do Cavalo Quarto de Milha, com provas hípcas e shows. Em novembro é realizada a Festa da Água de Coco, um evento que inclui palestras, exposições e shows.

A religiosidade é celebrada na Festa Nossa Senhora da Penha, Festa de São Cristóvão e Nossa Senhora do Desterro, Festa da Nossa Senhora Aparecida.

Embora **Rio das Ostras** tenha apenas onze anos de emancipação política, a administração municipal já definiu de forma consistente a estratégia para o desenvolvimento econômico local, a partir da expansão do setor turístico. Tal escolha é justificada por ser o turismo a atividade que emprega a maior parte da população, e por que seu crescimento nos últimos anos resultou na duplicação das receitas do município.

O trabalho realizado pela prefeitura para expandir o setor é baseado em melhoramentos em infraestrutura e numa maciça divulgação da cidade. Entre os projetos para o próximo ano estão o projeto para revitalização da orla e a construção do Aquário Municipal com 18 tanques, num terreno a beira mar, que será o maior aquário marinho da América Latina.

A Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio tem como preocupação primordial a qualidade no atendimento ao turista, e por isso oferece em parceria com a iniciativa privada cursos, palestras e seminários para capacitação de profissionais do setor.

Com a expectativa de incrementar o Turismo de Negócios e diversificar a economia, está sendo criada em Rio das Ostras uma Zona Especial de Negócios, numa área de 1 milhão de m², a cinco minutos da Base Operacional da Bacia de Campos, que terá infra-estrutura para atrair grandes negócios, segundo informações da secretaria de planejamento de Rio das Ostras.

O Turismo de Lazer é predominante em Rio das Ostras, dinamizado por seus atrativos naturais dispostos nos 28 km de costa, que incluem treze praias, duas ilhas, restingas, manguezais e a Lagoa de Iriry. O ecoturismo tem um cenário propiciado pelos paraísos ecológicos como o Parque Municipal de Rio das Ostras, inaugurado em 1997, a Área de Proteção Ambiental Lagoa de Iriry, e as Áreas de Relevante Interesse Ecológicos (ARIE), criadas pela prefeitura em 2002: (ARIE Itapebussus, ARIE Monumento Natural dos Costões Rochosos, e ARIE Parque Municipal dos Pássaros).

Atividades e espaços culturais em Rio das Ostras:

- **Fundação Rio das Ostras de Cultura:** que oferece teatro, música, dança, artesanato, artes plástica em suas dez unidades descentralizadas, que funcionam inclusive no interior do município, atendendo a mais de duas mil pessoas;
- **Casa da Cultura:** onde já está funcionando o Centro de Memória Documental de Rio das Ostras, e promove atividades no Salão de Exposições, tais como oficinas de arte, e exposições permanentes;
- **A Casa da Música Geraldo Carneiro:** Núcleo avançado da escola de Música Villa Lobos com cursos profissionalizantes de música, criado em parceria com a Secretaria Municipal de Bem estar Social. Entre as atividades desenvolvidas na Casa da Música está a produção do segundo CD da Orquestra Kuruap de Cordas e Sopros. Apoiado a atividade musical a Oficina-Escola de Luteria de Rio das Ostras, a segunda do país, prepara construtores e reparadores de instrumentos de corda, e funciona com a chancelaria da Unesco;
- O Museu do Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba situa-se no quintal da Casa de Cultura, e foi inaugurado em 1999. O Museu expõe ostras gigantes, conchas, pedras que caracterizam estrutura de abrigo, lâminas de machado de pedras e restos de esqueletos fragmentados.
- Biblioteca Municipal;
- Escola Municipal de Dança Helba Nogueira e;
- Companhia de Teatro de Rio das Ostras, que irá ganhar um teatro próprio construído sobre a Biblioteca Municipal (previsto para o final de 2003).

O turismo arquitetônico pode ser prestigiado nas edificações: Casa da Cultura, construção do final do século XVIII, que tem o acervo no interior da casa constituído de móveis de 1920; Casa da Farinha, local de prática antiga da feitura da farinha de mandioca, produzida pelos índios, escravos, colonos e primitivos moradores; Centro Ferroviário de Cultura de Rocha Leão, situado na antiga Estação Ferroviária de Rocha Leão, erguido por escravos em 1877, e que atualmente abriga o Museu Ferroviário, com exposição de objetos e histórico da Estrada de Ferro Leopoldina Railway.

Há um Calendário Permanente de Eventos, com realização de campeonatos esportivos, como o Campeonato de Motocross, a Travessia de Natação o Encontro Anual dos Motociclistas; festividades culturais e gastronômicas; shows com atrações especiais para turistas. A Festa da Cidade e Feira de Indústria e Comércio de Rio das Ostras, FICRO, acontecem em abril. As comemorações religiosas promovidas na cidade são a Via Sacra, a Festa de São Pedro e a Festa de Nossa Senhora da Conceição.

Desde janeiro de 2002, a prefeitura realiza o projeto “Rio das Ostras Instrumental”, com apresentações de músicos instrumentais renomados, na Praia do Remoso, um vez por mês. A Música Popular Brasileira tem espaço no calendário de shows que oferece apresentações de grandes artistas brasileiros.

O Projeto “Cinema na Rua” desenvolvido pela Secretaria Municipal de Comunicação Social leva lazer e cultura para comunidades e turistas, exibindo nos bairros filmes do cinema nacional e internacional.

O entretenimento também é garantido através de passeios de escunas e de barco, pesca amadora, Pesque e pague, parque temático “Tocolândia”.

Rio das Ostras oferece uma ampla rede hoteleira com mais de 60 meios de hospedagem, constituída por 8 hotéis, 6 hotéis clubes, 47 Pousadas e um camping, proporcionando uma oferta de mais de 6.000 leitos.

Há mais de 260 estabelecimentos de alimentação, sendo aproximadamente 100 restaurantes e lanchonetes, e 76 quiosques.

O esporte é promovido por projetos realizados nas comunidades como o projeto “Criança no Esporte” e “Escola do Desporto”, além de escolinhas de karatê, vela, capoeira, vôlei, basquete, handball e futebol que atendem mais de 2 mil jovens de seis a dezessete anos. Os participantes devem estar matriculados, sendo feito um acompanhamento contínuo das notas escolares.

Para a Terceira Idade o projeto “Bom dia” oferece aulas de ginástica, hidroginástica e peteca nas praias de Costazul, Praia do Centro de Praia do Bosque.

O Turismo Cultural é destaque em **Casimiro de Abreu**. A riqueza cultural pode ser desvendada visitando-se a localidade de Beira Rio, próximo à Barra de São João, onde existem inúmeros Casarios Antigos, construídos no século XIX e tombados pelo município; a Capela de São Batista, datada do século XVII e a casa onde nasceu o poeta Casimiro de Abreu, ambos tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional.

A Casa de Casimiro de Abreu, um imóvel do início do século XIX, foi transformada, em 1957, em Museu Casa de Casimiro de Abreu. O local que fora a casa da família do poeta Casimiro de Abreu, que lá viveu até 10 anos de idade, é hoje sede da unidade da FEMURJ (Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro) tombada pelo IPHAN. O museu dispõe de um acervo com cerca de 15 edições de livros de Casimiro de Abreu, cópias de fotos e cartas, objetos que figuravam em seu túmulo, vigas e telhas da casa antes da reforma, e sua pequena biblioteca.

Outro patrimônio cultural da cidade é a Casa de Cultura Estação Casimiro de Abreu, criada em 1996 no prédio da antiga estação ferroviária. Lá funcionam a Fundação Casa de Cultura Estação Casimiro de Abreu e a Biblioteca Pública Municipal Tiradentes, criada em 1978. A Fundação tem que tem como objetivo desenvolver as atividades culturais no município e administrar a Biblioteca Municipal.

Em 1996 foi criada a segunda biblioteca na cidade, a Biblioteca Municipal Farias Brito, que ocupa duas amplas salas da estação da R.F.F.S.A em Rio Dourado. Seu acervo é formado por obras e documentos que retratam a vida do filósofo Raimundo de Farias Brito precursor do existencialismo no Brasil (1862-1917).

Um outro espaço importante para a cultura é a Casa das Oficinas, localizada no centro de Casimiro de Abreu, onde são desenvolvidos cursos ligados à arte, cultura e educação. O espaço desta casa está dividido em salas de oficinas, sala de projeção e sala do acervo de som e imagem (vídeos, CD's, discos de vinil e publicações sobre música e cinema).

O turismo rural vem sendo desenvolvido em fazendas e através de apoio ao artesanato local, graças ao projeto realizado pela Secretaria de Turismo com apoio da Secretaria de Agricultura, e em parceria com TurisRio e o SEBRAE. A região serrana do município tem recebido empresas que começam a explorar o turismo de aventura, oferecendo atividades de cavalgada, "rafting", trilhas e etc. Já o turismo de lazer é desenvolvido em Barra de São João também através da pesca, passeios de barco, shows e eventos.

Casimiro de Abreu recebe, na alta temporada, turistas que chegam ao município para participar de festas religiosas e da Festa de Aniversário da cidade.

A prefeitura realiza eventos principalmente no verão, promovendo shows, atividades esportivas e uma programação de Carnaval incluídos no "Projeto Verão. A tradicional Gincana de Pesca, que aparece no calendário oficial da Confederação Brasileira de Pesca, promove a doação de todo o pescado conseguido a comunidades carentes do "Praião", de Barra de São João. Trilhas e boiagem no Rio São João, e música nos bares situados na Praça Feliciano Sodré são outras opções de entretenimento.

Da preocupação em profissionalizar o turismo surgiu o "Programa Nacional do Desenvolvimento da Pesca", uma proposta da EMBRATUR, em parceria com a Secretaria de Turismo, Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Para tanto, propõe-se oferecer cursos sobre os fundamentos básicos da pesca turística às famílias de pescadores gratuitamente.

O projeto "Turismo Escolar", desenvolvido pela Secretaria do Turismo, incluiu o turismo como disciplina ofertada nas 6^a, 7^a e 8^a séries das escolas municipais de ensino fundamental. É um projeto realizado em poucos municípios brasileiros, e tem como objetivo ensinar aos jovens a importância do turismo para o desenvolvimento da cidade, mostrar os pontos turísticos do município e, despertar a consciência de preservação desses espaços.

Cabo Frio é uma cidade de fluxo turístico estadual, nacional e internacional. O turismo é especialmente o de lazer, o que se justifica devido às próprias características naturais de Cabo Frio, no que se refere à localização geográfica e história estarem diretamente ligadas ao mar.

Na alta temporada a cidade recebe um incremento populacional de quase 1 milhão de pessoas. Contudo, há uma tendência de uma maior exploração do turismo cultural, o que pode permitir que o turismo seja uma atividade constante no ano inteiro, gerando uma maior oferta de emprego e de renda para o município.

Além dos atrativos naturais, como praias, dunas e ilhas, o turismo tem um grande potencial cultural. A história e cultura locais podem ser reconhecidos nas edificações da Igreja Matriz de N.Sra. da Assunção (1660), Pelourinho (1660), Forte São Mateus (1620), Fazenda Campos Novos (1690), Conjunto Arquitetônico N. Sra. dos Anjos (1696), Igreja de São Benedito (Século XVII), Capela N. Sra. da Guia (1740), Largo de São Benedito (Casario Antigo), Charitas (1837), Fonte do Itajurú (1847), Ponte Feliciano Sodré (1893/1926), Monumento do Anjo Caído (Início do século XX), Monumento ao Salineiro (1981) e Mirante do Morro da Guia (1998).

Além disso, há eventos culturais realizados durante todo o ano como o Encontro Nacional de Corais, o Festival Gastronômico, a encenação de Corpus Christi e as feiras de artesanato. Entre as festividades religiosas acontece a Festa de São Pedro da Gamboa, a Festa de São Cristóvão e a Festa de Nossa Senhora de Assunção.

Todo este potencial pode ser utilizado para diversificar o turismo e promover o desenvolvimento sustentável desta atividade. O poder público reconhece este potencial e através da Secretaria Municipal de Turismo começa a dar passos importantes para a implantação de uma política de turismo.

Em 2003, a Secretaria Municipal de Turismo criou o Selo de Qualidade, destinado a identificar estabelecimentos comerciais e hoteleiros que se distinguem pela boa qualidade dos serviços oferecidos.

A estrutura hoteleira que oferece mais de 6.000 leitos, distribuídos entre 22 hotéis, sendo que 10 possuem Selo de Qualidade, 53 pousadas, das quais 15 tem Selo de Qualidade, 3 albergues e 5 campings, conforme dados descritos no Guia de Serviços de Cabo Frio, folder disponibilizado pela Secretaria Municipal de Turismo, distribuído nos locais de informações turísticas.

O setor de alimentação comporta mais de 500 estabelecimentos, entre restaurantes, bares, pizzarias e lanchonetes, em toda a cidade, sendo que a maioria concentra-se na orla. Dez restaurantes possuem o Selo de Qualidade. O lazer noturno é garantido pelas casas noturnas existentes na cidade.

A Secretaria Municipal de Turismo também promove atividades gratuitas nas vias públicas durante o verão e o Carnaval. Nas praias e bares da orla, acontecem shows com música ao vivo todas as noites, e nos fins de semana há apresentações no Teatro Municipal. Outros eventos incluídos na agenda local são o Cabofolia (Carnaval fora de época na Praia do Forte), o Setembrofest (Festival de cerveja e frutos do mar, na Praia do Forte), o Rodeio Show e o Encontro Nacional de Motos.

Uma parceria entre as Secretarias Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Educação viabilizou a implantação de um curso de educação ambiental nas escolas públicas e particulares, com objetivo de conscientizar os alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente, deste para o desenvolvimento da Cidade, através do turismo. Uma outra parceria entre as secretarias de Turismo e Educação oferece um curso de conscientização turística para os alunos de Cabo Frio, que no final do ano letivo organizam uma feira onde expõem os trabalhos.

O município de **Armação de Búzios** possui inúmeros atrativos naturais formados por mais de 20 praias, ilhas, costões rochosos, brejos, lagoas, bancos de corais e manguezais. Essa riqueza natural é objeto de proteção ambiental, conforme consta do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação de Búzios, realizado pela prefeitura municipal em 2003.

Aproximadamente 50% do território de Búzios é classificado como APP, Áreas de Proteção Permanente, incluindo toda a orla, fragmentos de Mata Atlântica e a Vegetação típica de Búzios (estepe arbórea aberta), e outras coberturas vegetais que abrigam algumas espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, além de brejos e lagoas.

Há duas Áreas de Proteção Ambiental (APA), a APA Municipal da Azeda/Azedinha, criada em 1988, e a APA Estadual do Pau-Brasil, criada em 2000. Além disso, parte do território da Reserva Ecológica de Tauá, situa-se no município, o que desperta um grande interesse turístico por seu valor histórico e arqueológico.

A riqueza patrimonial de Armação de Búzios também inclui 22 sítios arqueológicos registrados no IPHAN - Instituto do Patrimônio, Histórico, Artístico Nacional.

O turismo é a principal atividade e seu desenvolvimento está diretamente ligado a manutenção de todo esse patrimônio ambiental. Na alta temporada a ocupação dos meios de hospedagem chega a 95%, e na baixa temporada a 30%.

Um outro fator que acrescenta o potencial turístico do município é a diversidade cultural, realizada através de manifestações da cultura local, como o Reis-bois (auto encenado no mês de agosto, com diversas apresentações), ou eventos já tradicionais nas áreas de teatro, Cinema e música. A exemplo, a Mostra de Teatro; o Festival anual do Cinema, que exhibe filmes nacionais e internacionais, gratuitamente na Praça Santos Dumont e na Praça da Rosa; e o Festival de Jazz & Blues, que traz solistas e grupos nacionais e internacionais.

Sob a proteção do poder público, como patrimônio histórico e cultural do município, estão os Casarios Antigos, a Casa do Sino, o Solar do Peixe Vivo, a Colônia dos Pescadores, a Igreja de Santana (início Século XVIII), a Igreja Metodista (1928), a Igreja Metodista de Manguinhos (1933) e as Esculturas em bronze na Orla Bardot. A igreja de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, a única do mundo em homenagem a esta santa, foi inaugurada em 2001, mas já se tornou atração turística, tendo recebido mais de 120 mil fiéis.

Os Mirantes de João Fernandes e da Praia Brava são atrações turísticas de parada obrigatória, locais que permitem uma vista de praticamente toda a cidade e da orla.

Os locais de movimentação cultural na cidade são a Casa da Cultura de Búzios, a Feirarte (Centro de Exposições e Comercialização de artesanato e produtos artísticos, criado e mantido por artistas autônomos), a Pérgula da Praça Santos Dumont, onde acontece exposições de artistas plásticos; quatro Bibliotecas com um acerto total de 19 mil títulos. Está sendo construído o Mercado Municipal de Artesanato.

A Secretaria da Cultura atua na promoção de atividades culturais voltadas ao teatro, além de oferecer na Casa da Cultura oficinas de artes e prática de capoeira.

A cidade comporta estrutura para atender turismo de lazer, negócios, cultural e ecológico durante todo o ano, sendo considerado um Município que atende turismo de todas as categorias (estadual, regional, nacional e internacional).

Os meios de hospedagem existentes ofertam aproximadamente 10.000 leitos, distribuídos entre 17 hotéis, 225 pousadas, 4 apart hotéis e 1 albergue. O setor de serviços de alimentação é constituído por mais de 100 restaurantes e 31 lanchonetes que atendem a população local e aos turistas.

A vida noturna é agitada na Rua das Pedras que reúne além de boutiques famosas, bares exóticos, restaurante de gastronomia variada.

Há 2 centros de informações turísticas e uma linha 0800 que funciona 24 horas por dia – única no estado. A cidade também dispõe de um centro de Convenções.

O esporte pode ser praticado nas 4 quadras poliesportivas públicas e 1 particular, nos 8 campos de futebol, nas 4 quadras de tênis, nos 3 campos de areia para futebol, nos 2 clubes, no Iate Clube e no Golf Club. A cidade também realiza eventos esportivos a citar o encontro de pára-quedistas, e etapas de campeonatos de golf, vela, tênis e Rally Mitsubishi.

No município de **Arraial do Cabo** predomina o turismo de lazer. Mas, há um grande potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico, devido a existência de grandes áreas de restinga e de proteção ambiental, sendo que o mar em torno de Arraial, a atividade pesqueira artesanal e de mergulho esportivo são protegidas pela Reserva Extrativista Marinha do Brasil (a primeira reserva de proteção da Marinha).

A Secretaria de Turismo tem investido na capacitação de guias locais. Além disto, a valorização ao meio ambiente e sua importância para o turismo é uma preocupação do poder público local, que inclui na agenda de eventos da cidade uma campanha de conscientização ambiental intitulada “Campanha de Limpeza das Praias”.

O patrimônio natural de Arraial do Cabo é composto por oito praias, Restinga de Massambaba, Gruta Azul e Gruta do Oratório, Morro do Pontal do Atalaia (172 m de altura, é o ponto mais elevado do Município, local em que situa-se as Ruínas do Telégrafo), e a Ilha de Cabo Frio/do Farol.

A Ilha de Cabo Frio/do Farol, ainda preserva grande parte de sua área coberta por Mata Atlântica fechada, definindo-se como o topo de uma montanha submersa. Possui apenas uma praia. No local situa-se o Farol Novo, a Rocha de Nossa Senhora, Saco do Inglês e as Ruínas do Farol Velho. Entre a ilha e a Enseada dos Anjos, estão os “Baixios”, área com extensão aproximada de 1,2 km de largura, que identifica-se como uma grande banco de areia coberto pelo mar.

O turista pode conhecer um pouco da cultura de Arraial do Cabo visitando a Igreja de N. Sra. dos Remédios, uma das primeiras construções portuguesas no Brasil (1506); as Ruínas dos Telégrafos (1814) e Ruínas do Farol Velho (1836), locais em que avista-se toda a cidade; o Museu Castorina Regina Martins e o Museu Oceanográfico do IEAPM (1981), onde há uma exposição que relata o estudo do Fenômeno da Ressurgência que ocorre em Arraial do Cabo; a Companhia Nacional de Ácalis (1943), que abrange uma área de 400 mil m²; e o Centro Cultural Manoel Camargo, constituído de: Museu Regional, sala de exposições, anfiteatro e biblioteca.

O Centro Cultural Manoel Camargo é a instituição responsável pelo incentivo as atividades culturais da região. A cultura também é promovida na agenda de eventos da cidade, da qual faz parte a Semana da Cultura, o Festival de Escultura na Areia, os festivais gastronômicos da Lula e o Festival do Mexilhão.

A religiosidade é comemorada na Festa de São Pedro, Corpus Christi, Festa de N. Sra. dos Remédios, Festa de Santa Terezinha, Festa Religiosa do Divino Espírito Santo, Festa do Sagrado Coração de Jesus e Festa da Padroeira de Arraial do Cabo – N. Sra. dos Remédios.

A cidade promove uma série de eventos esportivos: Campeonato Brasileiro de Caça Submarina, Campeonato de Futebol de Praia, vôlei de Praia futevôlei, de Skate, Tênis, Tênis de Mesa, Surf, Bodyboard, Jiu-Jitsu, Atletismo, Ciclismo e Natação, Basquete e Handball. Esportes radicais como o Rapel também são praticados na cidade, além de acontecerem diversos campeonatos de pesca.

Arraial do Cabo oferece aproximadamente 40 estabelecimentos para hospedagem, sendo aproximadamente seis hotéis e vinte pousadas. Quanto aos serviços alimentares da cidade, a Secretaria de Turismo possui um cadastro com cerca de 35 estabelecimentos entre restaurantes, bares e lanchonetes.

5.3.10 PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO

Para análise dos principais recursos naturais existentes dentro da área de influencia do empreendimento, e visando a sua inter-relação com a dinâmica socioeconômica, consideraram-se as principais áreas de manguezais, os recursos hídricos significativos, as diferentes áreas de preservação permanente, áreas de proteção ambiental e espaços verdes, monumentos naturais, parques e outras unidades existentes nos municípios que compõem a área de influencia.

Em tal sentido, e mantendo a regionalização realizada para os fins deste estudo, segue a descrição dos recursos naturais segundo a sua pertencença às regiões:

- Litoral Sul Capixaba;
- Vitória, Serra e Vila Velha;
- Municípios litorâneos do Norte Fluminense.

◆ LITORAL SUL CAPIXABA

Para objeto deste estudo, foi considerada a região Litoral Sul Capixaba como um bloco a ser analisado e, continuando com este critério, serão expostos os principais recursos naturais deste conjunto de municípios, composto por Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy.

As bacias hidrográficas da região estão compostas pelos rios:

- Itabapoana, com a contribuição à bacia dos municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy;

- Itapemirim, com a contribuição à bacia dos municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy;
- Jucu, com a contribuição à bacia do município de Guarapari;
- Benevente, com a contribuição à bacia dos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma;
- Novo, com a contribuição à bacia dos municípios de Piúma e Itapemirim; e,
- Guarapari, com a contribuição à bacia do município de Guarapari.

As praias existentes no município de Marataízes são: Praia Bacia das Turcas, Praia da Areia Preta, Praia da Barra, Praia da Boa Vista, Praia da Cidade Nova, Praia da Cruz, Praia da Lagoa D'antas, Praia da Lagoa Funda, Praia das Arraias, Praia do Pontal, Praia do Siri, Praia dos Cações e a Praia Principal.

As praias existentes no município de Guarapari são:

NO CENTRO

- Praia dos Namorados
- Praia das Virtudes
- Praia das Castanheiras
- Praia do Meio
- Praia Areia Preta
- Praia da Fonte
- Praia do Valadão
- Praia Arrebentação
- Praia das Pelotas

NO NORTE

- Praia Muquiçaba
- Praia do Morro
- Praia da Cerca
- Praias do Morro da Pescaria– possui 3 pequenas praias: Praia Vermelha, Praia da Raposa e Praia das Conchas
- Três Praias – possui 3 pequenas praias: Praia Leontina, Praia de Mateus Lopes e Praia dos Adventistas
- Praias da Aldeia – possui 4 pequenas praias: Praia dos Capixabas, Praia dos Campistas, Praia do Cais ou da Gaiola, Praia do Noturno
- Praia de Santa Mônica
- Praia de Setiba
- Praia de Setiba Pina
- Praia do Camping de Setiba
- Praia Setibão
- Praia do Sol
- Praias do Morro da Una– possui 4 pequenas praias: Praia dos Corais, Praia das Pedras, Praia dos Eduardos e Praia da Uma
- Praia de Perocão
- Praia do Boião
- Praia da Onça
- Praia Recanto da Sereia

NO SUL

- Praia do Riacho
- Praia Ipiranga
- Praia Gracaí
- Praias da Enseada Azul– possui 4 pequenas praias: Praia Guairuba, Praia Bairrista, Praia Mucunã e Praia Bacutia
- Praia dos Padres
- Praia de Meáipe
- Praia do Porto Grande
- Praia do Urubu
- Praia do José Seccin

As praias do município de Anchieta são: Praia de Mãe-Bá, Praia do Além, Praia de Tiquiçaba, Praia de Ubu, Praia de Parati, Praia de Guanabara, Praia dos Castelhanos, Praia de Anchieta, Praia de Quitiba, Praia do Coqueiro, Praia do Balanço, Praia de Mar Vila, Praia dos Namorados, Praia Costa Azul, Praia da Areia Preta, Praia de Santa Helena, Praia de Inhaúma, Praia Juca da Mata, Praia do Sapê.

As praias no município de Itapemirim são: Praia de Martim Moreira, Praia de Gamboa, Praia de Itaipava e Praia de Itaoca.

As praias do município de Piúma são: Praia Boca da Barra, Praia Acaiaca ou do Coqueiral, Praia do Corujão, Praia Maria Neném, Praia do Aghá e a Praia do Pau Grande.

As praias do município de Presidente Kennedy são: Praia das Neves, Praia de Marobá, e a Praia de Boa Vista.

No tocante às áreas protegidas da região Litoral Sul, localizam-se neste conjunto de municípios a Área de Preservação Ambiental de Setiba, no município de Guarapari; a Área de Preservação Ambiental de Guanandy, nos municípios de Itapemirim e Piúma; o Parque Estadual Paulo César Vinha, no município de Guarapari; a Estação Ecológica Municipal do Papagaio, no município de Anchieta; o Parque Municipal de Guarapari – Morro da Pescaria, no município de Guarapari.

Outras áreas de proteção são: o Morro do Ramiro, no município de Piúma; o Vale do Orobó, no município de Piúma; os manguezais do rio Piúma

Os bens tombados no âmbito da região do Litoral Sul são: Bem natural integrante da cadeia de ilhas do Meio, de Fora e dos Franceses, no município de Piúma; as Ilhas do Gambá e do Cabrito, no município de Piúma; a mata atlântica e seus ecossistemas associados em todos os municípios integrantes da região; o Monte Aghá, nos municípios de Piúma e Itapemirim; o Morro do Cruzeiro, no município de Guarapari; o Frade e a Freira, nos municípios de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim.

- *VITORIA, SERRA E VILA VELHA*

Estes três municípios integrantes da Região metropolitana da Grande Vitória, ao mesmo tempo de constituir a área central do desenvolvimento urbano, berço das decisões políticas do Estado do Espírito Santo e, conseqüentemente, a região de maior densidade habitacional e industrial do estado, possui um considerável numero de recursos naturais preservados e de utilização pela comunidade, dentro dos parâmetros delimitados pela lei.

No município de Vitoria, podem se citar os parques: Parque Municipal Gruta da Onça, Parque Municipal Horto de Maruípe, Parque Pedra da Cebola, Parque Moscoso, Parque Estadual da Fonte Grande, Parque Municipal de Tabuazeiro, Parque Municipal Mata da Praia, Parque Municipal de Barreiros, Parque Municipal São Benedito, Parque Baía Noroeste de Vitória.

As praias existentes no município de Vitória, resultando os recursos naturais de maior aproveitamento pela comunidade local e pelos turistas que a visitam, são a Praia de Camburi, a Praia do Canto, a Curva da Jurema e as praias da Ilha do Boi: praia da direita e praia da esquerda. As praias da capital do estado do Espírito Santo resultam permanentemente monitoradas nas suas condições de balneabilidade pela Secretaria municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), e é através destas informações que pode se inferir que, originado no lançamento de esgoto ao mar pela insuficiente capacidade no tratamento do mesmo, muitas vezes as praias são impróprias para banho, sobre tudo as da Praia do Canto, Curva da Jurema e a praia de Camburi. Na praia do Canto soma-se a existência do Iate Clube que mesmo com os controles ambientais do caso, acaba poluindo as águas. No caso da praia de Camburi, cartão postal da cidade de Vitória, a existência do porto de Tubarão e o porto de Praia Mole no extremo norte da praia, acaba prejudicando senão a qualidade da água, pelo menos a beleza cênica que deveria possuir esta porção do litoral marítimo.

Ainda no município de Vitória, localizam-se o Horto Florestal Municipal Artur Dias Martins Filho e a Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão.

Dentro da plataforma continental pertencente ao município de Vitória localizam-se as Reservas Ecológicas Municipais das Ilhas Oceânicas da Trindade e Arquipélago Martin Vaz. Em área continental de Vitória encontram as seguintes Reservas Ecológicas: Reserva Ecológica Municipal Pedra dos Olhos, Reserva Ecológica Municipal Restinga de Camburi, Reserva Ecológica Municipal Morro da Gamela, Reserva Ecológica Municipal Morro do Itapenambi, Reserva Ecológica Municipal Mata Paludosa, Reserva Ecológica Municipal São José, Reserva Ecológica Municipal Mata de Goiabeiras.

As Áreas de Proteção Ambiental existentes dentro do município de Vitória são: Área de Proteção Ambiental Ilha do Frade e a Área de Proteção Ambiental do Maciço Central.

No tocante às Áreas de Proteção Permanente no município de Vitória, elas são: As Ilhas Costeiras, o Morro do Guajuru, a Vegetação Natural do Cortume Capixaba.

As Áreas Verdes Especiais (AVE) regulamentadas no município de Vitória são a AVE do Morro de Jucutuquara, a AVE do Morro do Suá, a AVE do Morro do Cruzamento e a AVE do Morro de Bento Ferreira.

As áreas tombadas dentro do perímetro municipal de Vitória são as Ilhas Costeiras. São estas: as ilhas Cal, Pólvora, Urubu, Cobras, Bode, Baleia, Galhetas, Fato, Rasa, Socó e Pombas.

Os Monumentos Naturais no município de Vitória são a Pedra dos Olhos e a Pedra da Cebola.

O único recurso hídrico com que conta o município de Vitória e que serve para abastecer de água aos moradores é o Rio Santa Maria da Vitória.

Os parques existentes no município de Vila Velha são o Parque Municipal Morro da Manteigueira, o Parque Ecológico Morro do Penedo, o Parque Ecológico Jabaeté e o Parque Natural Municipal de Jacarenema.

Já as áreas de preservação permanente do município de Vila Velha são a Área de Preservação Permanente Do Morro Do Moreno, a Área De Preservação Permanente do Morro do Jaburuna, Área de Preservação Permanente da Lagoa Grande e a Área De Preservação Permanente Da Lagoa de Cocal (e Chácara Boa Vista).

As praias do município de Vila Velha, de litoral marítimo de grande aproveitamento turístico, são a Praia da Costa, a Praia de Itapuã, a Praia de Coqueiral, a Praia da Barra do Jucu, a Praia da Sereia, a Praia do Lé, a Praia da Ponta da Fruta.

As praias de Itapuã, praia da Costa e praia de Coqueiral, mesmo que vizinhas às de Vitória, por serem de mar aberto e não de enseadas, resultam sempre de melhores condições de balneabilidade. Destaca-se, porém, que, como referido no item infra-estrutura dos municípios da área de influência do empreendimento, no sub-item abastecimento e saneamento, o município de Vila Velha apresenta um sistema absolutamente deficiente de tratamento dos esgotos domiciliares, o que condiciona a qualidade das águas das praias.

Já as praias frente ao Parque Natural Municipal de Jacarenema e as da Barra do Jucu encontram-se castigadas pelo esgoto jogado no próprio Rio Jucu através do canal de Garanhuns, que despeja todo o esgoto in natura no rio, na altura da Rodovia do Sol, esgoto proveniente de grande parte da sede do município; e também do canal do Congo, que despeja todo o esgoto da Grande Terra Vermelha no rio Jucu, dentro da Barra do Jucu.

Dentro do município de Vila Velha existem áreas protegidas quais são as florestas e demais formas de vegetação natural situadas no Morro de Paul, no Morro do Penedo, no entorno da Penitenciária, no Morro do Jaburuna, no Morro do Moreno, no Morro do Convento da Penha, no Morro do Aribiri e no Sítio Correia. Somam-se a estas áreas as do entorno da Lagoa de Jabaeté, as matas de aluvião do Rio Jucu, o entorno da Lagoa Encantada e ao longo do Rio Aribiri e as capoeiras altas ao sul do Rio Jucu. Deve-se acrescentar também às Ilhas Itatiaia, dos Pacotes e das Garças e os manguezais do Rio Aribiri e Rio Jucu.

As bacias que compõem a paisagem hidrográfica do município são as dos rios Guarapari e Jucu, destacando-se como principais rios o Jucu e o Una. Outros recursos hídricos dignos de menção são a lagoa de Jabaeté, a lagoa Encantada, a lagoa Grande e o rio Aribiri.

O Morro da Penha, onde no seu cume está edificada desde o século XVI o Convento da Penha, é considerado Monumento Natural do município de Vila Velha.

As Áreas de Proteção Ambiental no município da Serra são a Área de Proteção Ambiental Estadual do Mestre Álvaro, o Parque Florestal e a Reserva Ecológica Mestre Álvaro, a Área de Proteção

Ambiental Estadual de Praia Mole, a Área de Proteção Ambiental Municipal da Lagoa Jacunem e a Área de Proteção Ambiental Municipal do Morro do Vigilante.

Ainda no município da Serra, são reconhecidas também como áreas de proteção a Bacia Hidrográfica da Lagoa de Carapebus, a Área da Pedreira e Mata Paludosa da Bacia do Córrego Manguinhos em Bicanga, as Lagoas Jacunem e Capuaba, a Restinga dos Reis Magos, as Remanescentes da Mata Atlântica da região de Caçaroca, o Manguezal da Baía de Vitória e a Restinga de Capuaba.

No município da Serra, as praias que compõem parte significativa dos recursos naturais aproveitados pela atividade turística são a Praia de Manguinhos, a Praia de Jacaraípe, a Praia de Nova Almeida, a Praia de Carapebus, a Praia de Bicanga e a Praia Mole.

◆ **MUNICÍPIOS LITORÂNEOS DO NORTE FLUMINENSE**

As unidades de proteção integral existentes dentro da área que compreende aos municípios litorâneos do norte fluminense são: a Reserva Biológica União, em terras dos municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Macaé; o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, abarcando parte dos municípios de Carapebus, Macaé e Quissamã; o Parque Estadual do Desengano ocupando parcialmente o município de Campos dos Goytacazes, além dos de São Fidelis e Santa Maria Madalena.

As unidades de uso sustentável existentes na região dos municípios litorâneos do norte fluminense são a Área de Proteção Ambiental de Massambaba, no município de Arraial do Cabo, além dos municípios de Saquarema e Araruama; e a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, no município homônimo.

As áreas tombadas nos municípios que compõem a região acima delimitada são: As Dunas de Cabo Frio, desde a Praia do Forte, no município de Cabo Frio até a Praia do Pontal, junto ao Morro do Forno, no município de Arraial do Cabo; o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, composto pelo Morro do Telegrafo, o Morro Guia e a Praia do Forte; Litoral Fluminense, Foz do Rio Paraíba do Sul, incluindo-se o manguezal bem como a Ilha da Convivência e as outras vizinhas, no município de São João da Barra.

As praias do município de São João da Barra, no Norte Fluminense são: Praia Atafona, Praia Grussaí, Praia Iquipari e Praia Barra do Açú.

O município de Campos dos Goytacazes conta com a Praia do Farol de São Thomé.

No município de Armação dos Búzios localizam-se as seguintes praias: Praia Rasa, Praia de Manguinhos, Praia da Tartaruga, Praia do Canto, Praia dos Ossos, Praia Azeda, Praia João Fernandes, Praia Brava, Praia do Forno, Praia da Ferradura, Praia da Ferradurinha, Praia de Geribá, Praia de Tucuns, Praia da Foca, Praia das Virgens, Praia Olho de Boi, Praia dos Amores, Praia de José Gonçalves, Praia das Caravelas e Praia da Armação.

No município de Rio das Ostras situam-se as praias de: Praia do Abricó ou Brava, Praia das Tartarugas, Praia do Bosque, Praia de Rio das Ostras, Praia Boca da Barra, Praia da Joana, Praia

Virgem ou Costão, Praia das Areias Negras, Praia do Remanso, Praia Costazul, Praia do Mar do Norte, Praia da Enseada das Gaivotas e Praia de Itapebussus.

No município de Macaé encontram-se as seguintes praias: Praia de Imbetiba, Praia do Pecado, Praia dos Cavaleiros, Praia Campista, Praia da Barra, Praia do Côco, Praia de São José do Barreto e Praia do Forte.

No município de Carapebus apresenta-se a Praia de Carapebus.

No município de Quissamã encontram-se as praias de: Praia do Piriri (João Francisco), Praia da Barra do Furado, Praia da Lagoa Feia, Praia do Visgueiro e a Praia Paulista.

Em Arraial do Cabo localizam-se oito praias, a saber: Praia Brava, Praia do Forno, Praia Grande, Praia de Massambaba, Praia do Pontal, Praia do Pontal de Atalaia, Praia do Sudoeste, a Prainha e a Praia da Ilha de Cabo Frio/do Farol.

O município de São Francisco de Itabapoana possui 19 praias.

No município de Cabo Frio as praias são: Praia das Conchas, Praia do Perú e Praia do Forte de São Mateus.

Em Armação dos Búzios localiza-se a Reserva Ecológica de Tauá ou Reserva Ecológica de Cabo Frio em que parte da reserva é situada em Búzios e parte em Cabo Frio.

Ainda no município de Armação dos Búzios encontram-se as seguintes Áreas de Proteção Ambiental: a APA Estadual do Pau-Brasil e a APA Municipal da Azeda/Azedinha. Destaca-se também que, em termos de áreas de preservação permanente, aproximadamente 50% do território do município de Armação dos Búzios inclui fragmentos de Mata Atlântica, Vegetação rara e típica de Búzios (estepe arbórea aberta), e outras coberturas vegetais que abrigam algumas espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, além de brejos e lagoas.

No município de Rio das Ostras encontra-se o Parque Municipal de Rio das Ostras e as Áreas de Proteção Ambiental Lagoa do Iriry assim como as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): ARIE de Itapebussus, ARIE do Monumento Natural dos Costões e a ARIE do Parque Municipal dos Pássaros.

5.3.11 QUALIDADE DA PAISAGEM NATURAL

Como descrito nos itens anteriores, e para facilitar a análise da qualidade da paisagem natural em função das características intrínsecas aos municípios que compõem a área de influência do empreendimento, neste ponto também será considerada a divisão em três regiões : norte fluminense, litoral sul capixaba e uma terceira região integrada pelos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, toda vez que, mesmo apresentando-se diferenças e características próprias em cada município, pelo traçado histórico e as características individuais e coletivas dos seus desenvolvimentos, habilitam a realização do análise segundo esta divisão.

5.3.11.1 AID – Municípios do Espírito Santo

◆ LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

Dentre os municípios do Sul do Estado do Espírito Santo, os que apresentam melhor desempenho na atividade turística tendem a ser mais conservacionistas, por entender que a preservação dos recursos naturais é fator determinante para atração dos turistas. No entanto, comparativamente aos municípios do litoral fluminense, a comunidade litorânea do Sul do Espírito Santo, a exceção de municípios com forte base no turismo como Guarapari, ainda não se mostra atenta à relação *preservação da beleza natural X atração turística*. Fora as áreas de preservação, o lixo nas praias e encostas, assim como o desmatamento e o avanço da ocupação de baixa renda, são perceptíveis. Mesmo em áreas de preservação, como o Parque Natural Municipal de Jacarenema, no município de Vila Velha, ou nos manguezais do rio Guarapari ou do rio Piúma, ou nas inúmeras lagoas do município de Marataízes próximas a praia, assim como na lagoa de Mãe-bá, nos municípios de Anchieta e Guarapari ou no rio Meaibe no município de Guarapari, os problemas de invasão e de poluição dos recursos hídricos e naturais, assim como a extração predatória de recursos, é constante. A poluição dos recursos hídricos se manifesta pela interferência na qualidade das águas para uso de lazer e da pesca realizada próxima à costa.

O município de Presidente Kennedy, o mais austral do estado do Espírito Santo, carece de um desenvolvido enfoque turístico. Porém, possui belezas naturais com potencialidade para o desenvolvimento sustentável da atividade, como é o caso da Praia das Neves, a praia de Marobá e a Praia de Boa Vista, na divisa com o município de Marataízes. Tratam-se de praias oceânicas de grande extensão, ideais para prática de esportes aquáticos. No caso da Praia de Marobá, uma lagoa, comunicada com o mar na maré alta, permite tomar banho em águas calmas e mais cálidas.

No município de Marataízes, os cenários naturais preferidos pelos turistas, se misturam entre as praias oceânicas e as lagoas de água doce. As praias mais importantes são a praia Principal ou praia do Centro (atualmente impossibilitada de uso para o lazer em função da colocação de gabiões, que pretendiam controlar a excessiva erosão, e que terminaram por impossibilitar o uso da praia), a praia da Cidade Nova, a praia da Barra e a praia do Siri. Esta última é o mais contundente exemplo de mistura de cenários pois encontra-se a metros da lagoa do Siri, e é nesta união de cenários naturais onde fica o maior e melhor infra-estruturado centro de camping do estado. Além da lagoa do Siri, no município se destacam a lagoa D'antas e a lagoa Funda.

No município de Itapemirim merecem destaque as praias de Martim Moreira, Praia de Gamboa, Praia de Itapava e Praia de Itaoca.

No município de Piúma, as belezas naturais que resultam em atrativo turístico são as praias e o mangue da foz do rio Piúma. As praias mais frequentadas pelos turistas são a Praia do Corujão, Praia Maria Neném, Praia do Aghá e a Praia do Pau Grande. São motivo de visita também as ilhas do Meio, de Fora e dos Franceses e as Ilhas do Gambá e do Cabrito, todas pertencentes ao município de Piúma.

O município de Anchieta conta também com belas praias e o rio Benevente, que perpassa a sede municipal e na desembocadura transforma-se em porto de embarcações de pesca e, somado aos manguezais, morada natural das garças brancas. As praias do município são: Praia de Mãe-Bá, Praia do Além, Praia de Tiquiçaba, Praia de Ubu, Praia de Parati, Praia de Guanabara, Praia dos

Castelhanos, Praia de Anchieta, Praia de Quitiba, Praia do Coqueiro, Praia do Balanço, Praia de Mar Vila, Praia dos Namorados, Praia Costa Azul, Praia da Areia Preta, Praia de Santa Helena, Praia de Inhaúma, Praia Juca da Mata e Praia do Sapê. A maioria das praias do município caracteriza-se por ser de enseadas, com águas calmas, especiais para lazer. Porém, existem algumas, como praia de Mãe-bá ou praia de Santa Helena, praias de mar aberto, e com ondas, ideais para prática de surf. Em praia dos Castelhanos, Parati e Ubu, se apresentam recifes de coral que acabam aprisionando água e formando pequenas piscinas, tornando-se as águas mornas, ideais para banho de crianças.

O município de Guarapari, o mais desenvolvido desde o ponto de vista turístico da região do Sul do Estado, tem por principais belezas naturais as praias, podendo se dividir em três regiões, uma ao norte, outra no centro do município, coincidindo com a sede municipal e uma terceira região ao sul, onde aparecem os núcleos turísticos de Nova Guarapari e Meaípe como áreas urbanas de destaque. A sede do município, conhecido como “cidade Saúde”, pela existência de areias monazíticas nas suas praias, tem neste fato sua popularidade ganha entre moradores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e do próprio estado do Espírito Santo.

Na região norte do município, se destacam as praias de Muquiçaba, Praia do Morro, Praias do Morro da Pescaria, Três Praias, Praia de Santa Mônica, Praia de Setiba, e Praia Recanto da Sereia. Nesta região se apresenta grande diversidade paisagística: por um lado, praias de Mar aberto e fortes ondas, como na praia Recanto da Sereia, grande atrativo de surfistas e bodyboard, por outro lado, como em Três Praias, mistura de praias de enseada de águas calmas e praias de mar agitado. A praia de Setiba, com águas muito transparentes e frias se destaca na região norte do município. No centro, Praia dos Namorados, Praia das Virtude, Praia das Castanheiras, Praia do Meio, Praia Areia Preta, Praia Arrebentação e Praia das Pelotas. Na região sul, a Praia do Riacho, Praia Ipiranga, Praia Gracaí, Praias da Enseada Azul– possui quatro pequenas praias: Praia Guairuba, Praia Bairrista, Praia Mucunã e Praia Bacutia; Praia dos Padres, Praia de Meaípe, Praia do Porto Grande, Praia do Urubu e Praia do José Sechin. A APA de Setiba e o parque Municipal de Guarapari são objeto de visitação por parte dos turistas que veraneiam na cidade. No tocante a APA de Setiba encontra-se neste momento em fase de elaboração do plano de manejo da área.

◆ **VITÓRIA, VILA VELHA E SERRA**

Dos municípios componentes da Grande Vitória que são alvo deste estudo, Vitória, Vila Velha e Serra, as áreas de preservação legalmente constituídas são mais preservadas devido à existência de melhor e maior infra-estrutura de apoio à fiscalização e conservação, principalmente por parte dos municípios, através das secretarias de meio ambiente e de grupos ambientalistas constituídos.

Entretanto, a forte pressão em terra nestes municípios é um fator que interfere de forma intensa na qualidade das belezas naturais neles existentes.

As praias do município de Vila Velha, a exceção do balneário de Ponta da Fruta são todas de mar aberto, com fortes ondas, águas frias e límpidas. O balneário de Ponta da Fruta possui uma enseada com proteção de rochas fazendo dela uma praia apta para famílias. A praia da Barra do Jucu é cenário habitual de competições de bodyboard e surf. Resulta de especial beleza a praia em frente ao Parque Natural Municipal de Jacarenema, a maior área de restinga preservada da Grande Vitória, com grande diversidade de bromélias, orquídeas e fauna característica da restinga. As praias de

Itaparica, Itapuã e praia da Costa têm sofrido grande pressão urbana fazendo com que a construção de enormes prédios tenham se convertido na paisagem “natural” da beira mar.

O município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, destaca-se pela beleza do relevo, a preservação de alguns morros e sua vegetação, o cuidado dos seus parques e passeios e das suas praias. Na capital capixaba destacam-se o Parque Municipal Gruta da Onça, Parque Municipal Horto de Maruipe, Parque Pedra da Cebola, Parque Estadual da Fonte Grande, Parque Municipal de Tabuazeiro, Parque Municipal Mata da Praia e o Parque Baía Noroeste de Vitória.

As praias da cidade de Vitória são: a Praia de Camburi, a Praia do Canto, a Curva da Jurema e as praias da Ilha do Boi: praia da direita e praia da esquerda. As praias da capital do estado do Espírito Santo resultam permanentemente monitoradas nas suas condições de balneabilidade pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), e é através destas informações que pode se inferir que, originado no lançamento de esgoto ao mar pela insuficiente capacidade no tratamento do mesmo, muitas vezes as praias são impróprias para banho, sobretudo as da Praia do Canto, Curva da Jurema e a praia de Camburi. Na atualidade está se dando continuidade ao programa de despoluição Prodespol, com o intuito de melhorar as condições do tratamento do esgoto e seu lançamento nas águas do mar, evitando o risco de contaminação ambiental. Na praia do Canto soma-se a existência do Iate Clube que mesmo com os controles ambientais do caso, acaba poluindo as águas. No caso da praia de Camburi, cartão postal da cidade de Vitória, a existência do porto de Tubarão e o porto de Praia Mole no extremo norte da praia, acaba prejudicando senão a qualidade da água, pelo menos a beleza cênica que deveria possuir esta porção do litoral marítimo.

No município da Serra, as belezas naturais apresentam-se de grande variedade, devido aos cuidados na preservação destes recursos. Mesmo em se tratando de um município com neta vocação industrial, nos últimos anos tem se percebido uma clara intenção pela conservação das belezas naturais e a destinação destas para captação do tradicional fluxo turístico receptivo do estado do Espírito Santo. Em tal sentido, os visitantes do município da Serra inclinam-se pela beleza das suas praias, fundamentalmente as de Manguinhos (com mata ciliar preservada na beira da praia, essencialmente pela vocação e consciência dos moradores locais) assim como as praias de Jacaraípe e Nova Almeida. As praias de Carapebus e praia Mole, já pela proximidade à área industrial das companhias Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica de Tubarão, encontram-se ainda mais pressionadas urbanamente, tendo quase desaparecido todo vestígio da vegetação original.

Resultam também de particular beleza a Área de Proteção Ambiental Estadual do Mestre Álvaro, o Parque Florestal e a Reserva Ecológica Mestre Álvaro e a Área de Proteção Ambiental Municipal da Lagoa Jacunem.

5.3.11.2 AII - Municípios do Norte Fluminense

A qualidade da paisagem natural encontra-se intimamente ligada à preservação e conservação dos recursos naturais. Quanto mais extensas as diferentes áreas de preservação, nas suas diferentes expressões legais (Área de Preservação Ambiental, Reserva Extrativista Marinha, Parque Municipal Natural, Parque Estadual, etc), a tendência da qualidade dos recursos e da paisagem natural tende a ser melhor.

Nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, que constituem a área de influencia indireta do empreendimento, existem fatores que contribuem marcadamente na qualidade da paisagem natural.

Estes fatores são a existência de um expressivo número de reservas legais e a consciência da população frente à necessidade de preservar, que está vinculada aos atrativos turísticos da região, os quais são de essencial importância para a geração de emprego e renda.

A sua vez, os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo podem ser avaliados dentro de uma sub-área em função da incidência das atividades turísticas como fonte de recursos para os moradores locais. Estes municípios, detentores de grandes atrativos e beleza natural, têm encaminhado seu perfil sócio-econômico na direção do turismo.

No município de Cabo Frio devem destacar-se as Dunas de Cabo Frio, desde a Praia do Forte, no município de Cabo Frio até a Praia do Pontal, junto ao Morro do Forno, no município de Arraial do Cabo, que tem se constituído em objeto de tombamento. A beleza das suas praias (praia das Conchas, praia do Perú, praia do Forte), com águas transparentes e areia branca, são um convite irrecusável para os turistas.

O município de Armação dos Búzios apresenta grande variedade de paisagens, com seus morros separando diferentes tipos de praias, ora de clamas enseadas, ora de ondas pronunciadas, que convidam à prática de esportes aquáticos. Destacam-se a praia da Tartaruga, a praia Rasa, a praia de Geribá, a praia da Ferradurinha, a praia da Ferradura, as praias João Fernandes e João Ferdinandinho, as praias Azeda e Azedinha e a área de Proteção Ambiental Municipal da Azeda/Azedinha. Destaca-se que, aproximadamente 50% do município de Armação dos Búzios é constituído de área de preservação permanente, fator relevante na hora de avaliar as belezas naturais do município e sua conseqüente qualidade, motivadora de atração no turismo de alta renda.

Dentre as belezas naturais do município de Arraial do Cabo, destacam-se:

- a praia Brava, com aproximadamente 300 metros de extensão e vegetação de restinga. A ilha do Francês integra a paisagem, vista desde a praia. Como o nome o indica, é praia apta para a prática do surf;
- a praia Grande, praia oceânica com 1300 metros de extensão e longa faixa de praia, parcialmente ocupada por dunas e integrada pelo Morro da Miranda e pela Restinga de Massambaba;
- praia do Forno, localizada ao fundo do Morro do Forno, destaca-se a frente a ilha do Farol. Área com grande presença de corais, é utilizada para pesquisa marinha e cultivo de ostras e mariscos, vendidos no local para moradores e turistas;
- praia da Ilha de Cabo Frio ou do Farol, aproximadamente 1000 metros de extensão com pequenas dunas recobertas por restinga;
- praia de Massambaba, de grande extensão, sendo 25 km dentro do município de Arraial do Cabo. Apresenta uma faixa de restinga, a restinga de Massambaba, separando a praia da lagoa de Araruama. Dunas de pequena e média altura. Na parte de restinga, grande variedade de cactos, orquídeas e bromélias,

- ilha do Farol ou de Cabo Frio, com picos de até 390 metros de altura e vegetação de mata atlântica quase integralmente preservada. Entre esta ilha e a Enseada dos Anjos encontram-se os “Baixios”, uma área de aproximadamente 1,2 km de largura e reconhecida como uma grande banco de areia coberto pelo mar;
- as grutas do Oratório e a Azul.

O município de Rio das Ostras, mesmo sendo um município relativamente novo, pode-se dizer que possui uma vocação inata para a exploração turística. E um dos pilares do desenvolvimento turístico do município é a beleza das suas praias. Estas praias, de grande extensão, com ruas arborizadas contornando-as e casas baixas de frente para o mar, conferem um estilo tranqüilo e aconchegante. As áreas de Relevante Interesse Ecológico recentemente criadas como a de Itapebussus, a do Monumento Natural dos Costões e a do Parque Municipal dos Pássaros, demonstram a preocupação do município na proteção das belezas naturais, podendo se verificar também, a área de proteção Ambiental Lagoa de Iriry e o Parque Municipal de Rio das Ostras.

O município de Casimiro de Abreu caracteriza-se pela combinação de praias e rios como alvo turístico, motivado na particular beleza destes. A Praia de São João, mais conhecida como Praião, com extensão em torno de 4 km, faz parte da longa faixa de praias (9 km). Possui águas verdes, com maior índice de transparência nos meses de verão, e areias com granulação média e tonalidade amarelada, coloração típica das areias monazíticas das praias da região. Em termos fluviais, o Poço do Pai João, com duas principais quedas de 3 e 5m e águas frias, límpidas e transparentes, forma várias piscinas naturais. A presença de vegetação densa é um convite à realização de trilhas ecológicas, passando por cachoeiras pouco exploradas. Além disto, o Rio Macaé pelo seu grande volume de água e suas enormes corredeiras é um excelente lugar para prática de rafting.

No município de Macaé merecem destaque a beleza do parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, o Parque Ecológico Fazenda do Atalaia e o Arquipiélago de Sant’Anna. Pleo seu extenso litoral marítimo, acham-se as praias dos Cavaleiros, de Imbetiba e do pecado, todas ideais para banho. As praias da Barra, do Lagomar, de São José do Barreto e do Forte são especiais para os amantes da pesca. Em referência às águas internas do município, devem se salientar as lagoas de Imbooassica e de Jurubatiba, assim como as cachoeiras de Glicério, de Crubiexas, de Bicuda e a Cachoeira 22. As serras da Bicuda Grande e Pequena assim como a Serra da Cruz são belezas naturais de destaque do município.

No município de Carapebus, compartilhando com os municípios de Macaé e de Quissamã, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba marca sua presença. Resultam atrativos turísticos a Praia de Carapebus e a Lagoa de Carapebus.

No município de Quissamã, como citado acima, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, pelas características próprias, resulta atrativo turístico de contemplação. As lagoas Ribeira, Preta, Paulista e Feia, em especial esta última, a segunda maior lagoa de água doce do Brasil, são um convite para a prática de esportes aquáticos, destacando-se, na lagoa Feia, a prática de torneios de Wind surf. As praias do município são a do Piripiri, de 14 km de extensão e destino principal dos moradores do município com intuito de lazer; a praia da Barra do Furado, ponto principal da atividade pesqueira e competições náuticas do município; a praia do Visgueiro, praticamente deserta, com pouquíssimas construções e o especial atrativo da Lagoa do Visgueiro, ideal para prática de esportes aquáticos e pesca; e a Praia do Paulista, na divisa com o município de Carapebus, onde é possível tomar tanto banho em água doce quanto em água salgada.

No município de Campos dos Goytacazes merece menção as cachoeiras do Imbé, onde se concentram cachoeiras como Tombo D'água e a Maracanã. A primeira fica na fazenda Mocotó e tem queda d'água de 70 metros ficando a 250 metros a cima do nível do mar. Suas águas formam uma piscina de águas muito límpidas. Já a Maracanã, bem próxima a outra, tem como diferencial as formas rochosas de seu entorno, que lembra claramente a arquibancada de um estádio, por isso seu nome. Ao norte do Imbé, há outra importante cachoeira, a Bela Joana, que tem duas quedas d'água que chegam a 15 metros de altura. A praia do Farol de São Thomé é conhecida como pólo exportador para todo o Brasil e também para o exterior devido à riqueza e variedade de peixes. Dezenas de quiosques se espalham pelos 40 Km de orla oferecendo um grande complexo de serviços. A Lagoa de Cima, lugar certo para os esportes náuticos, o banho, a pesca e o lazer com toda infra-estrutura de serviços além de área de camping. Céu azul, o verde da Mata Atlântica preservada e a água limpa despejada pelos rios Urubu e Imbé, que descem do alto da APA – Área de Preservação Ambiental do Imbé, é a combinação oferecida pelo local.

No município de São João da Barra as belezas naturais com enfoque turístico são praias, lagoas, delta e dunas. As praias do município são a de Atafona, de Iquipari, do Chapéu de Sol, de Açú e de Grussaí. As lagoas com destino ao turismo de aventuras é a lagoa de Iquipari, assim como o Delta do Rio Paraíba do Sul e as Dunas da praia de Atafona.

O município de São Francisco de Itabapoana não se caracteriza por possuir grande desenvolvimento turístico, pelo que as informações sobre suas características próprias são praticamente nulas.

5.3.12 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

5.3.12.1 AID – Municípios do Litoral Sul do Espírito Santo

Os municípios que compõem este grupo apresentam como base de suas economias as atividades agropecuária, turística e pesqueira, conforme destacado no item anterior. Embora se careça de informações estatísticas sobre a atividade pesqueira, a representatividade da mesma é indiscutível especialmente para a manutenção de parte expressiva da comunidade de baixa renda residente ao longo da costa litorânea destes municípios. Na ausência de indicadores que possam medir o desempenho da atividade, pode-se utilizar o número de entidades e de associados, em cada uma delas, o que representa, na verdade, o número de famílias que vivem da atividade.

Os dados abaixo descritos, levantados com as organizações pesqueiras de cada município, fornecem o perfil da atividade em cada um deles. Serão destacados os tipos de pesca e as espécies de maior ocorrência, as organizações existentes, seus objetivos, associados, embarcações, dentre outras informações arroladas no questionário aplicado durante levantamento de informações no campo.

A pesca realizada por pescadores da região é caracteristicamente artesanal. No geral a atividade é desenvolvida por pescadores desprovidos de adequados recursos pesqueiros, o que determina a pesca em locais mais próximos da costa (à exceção dos associados da Associação de Itaipava). O tipo de pescado mais capturado é o Peroá, além do camarão e da lagosta. As organizações, dentro do mesmo quadro, são desprovidas de infra-estrutura que possibilite a comercialização direta do pescado, evitando a exploração de "atravessadores". O poder público local dispensa ao setor pequena ou nenhuma atenção, segundo o reclame geral.

◆ **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

Existem, em Itapemirim, duas entidades representativas da comunidade pesqueira local, a Colônia Z-10 e a Associação de Pescadores, ambas localizadas em Itaipava. É importante se comentar a existência de uma relativa disputa entre estas instituições, o que determina um menor grau de mobilização da comunidade pesqueira como um todo. A Colônia agrega os pescadores de menor poder aquisitivo, todos residentes no município, e representa os interesses dos mesmos. A Associação, ao contrário do que ocorre normalmente, agrega pescadores/embarcações de maior porte, inclusive de outros locais do estado.

Outro fato relevante refere-se à ocorrência de pesca em alto mar, realizada por embarcações de maior porte pertencentes a integrantes da Associação de Pesca de Itaipava, que se apresenta como um diferencial no perfil pesqueiro desenvolvido pelos municípios que compõem a região analisada, assim como do restante do estado.

- COLÔNIA DOS PESCADORES DE ITAIPAVA Z-10 - DOM PEDRO I

A colônia foi fundada em 10/05/1990, para representar os interesses de pescadores do município de Itapemirim, especialmente daqueles localizados no distrito de Itaipava, onde a mesma se situa. A sede da Colônia funciona na casa do Diretor da Colônia, sendo seu presidente o Sr. Aureli Lopes (pescador, mais conhecido como "Lili").

Segundo informações do presidente da Colônia o município de Itapemirim possui de 2.400 a 2.500 pescadores entre ativos e inativos. Associados à colônia são: 43 pescadores e 37 marisqueiros.

A colônia oferece serviços de documentação para os associados, e é mantida através da contribuição de 1% do salário mínimo por ano de cada pescador. Os associados da colônia não são proprietários de barcos. No geral, trabalham para terceiros em embarcações que realizam a pesca profissional em alto mar.

Muitos proprietários de barco possuem mais de uma embarcação e não tem registro de micro empresa, por isso, não fazem recolhimento de encargos, o que, na opinião do Sr. Aureli é um grande problema.

As artes de pesca mais utilizadas são, segundo o Sr. Aureli, a pesca de linha de fundo, o espinhel e o currico, atingindo uma profundidade até 35 m. O tamanho médio das embarcações é de 12 metros. Os petrechos utilizados são:

- Long line com 500 a 1000 anzóis, para pesca de Meca, Dourado, Atum e Tubarão.
- Pargueira com 10 a 20 anzóis, para pesca de Namorado, Pargo e Garoupa.
- Linha com isca viva para a pesca de Dourado e Atum.

A área de pesca dos pescadores associados desta colônia está compreendida entre o sul da Bahia e Santa Catarina. Os principais pesqueiros estão compreendidos desde a beira da praia até uma extensão aproximada de 600 metros de profundidade. Alguns pescadores têm pescado no entorno das plataformas, uma vez que os cardumes se aproximam deste local atraindo os peixes maiores. O Atum é um destes exemplos, segundo o Sr. Aureli, cardumes desta espécie circundam as plataformas para se alimentarem dos peixes de pequeno porte que vivem aí.

O volume de pesca estimado pela colônia é de 300 a 400 toneladas por mês. A comercialização ocorre na região sendo os maiores compradores as empresas: Atum do Brasil, de Itaipava; Leonísio de Piúma; Zipi Lima e o “Papa Tudo”, também de Piúma.

A distribuição da renda é realizada entre os donos da embarcação, que ficam com 35% a 40% e os tripulantes com o restante.

Com relação à interferências da atividade de exploração petrolífera na região, o Sr. Aureli destacou que o navio de pesquisa sísmica tem provocado estragos em equipamentos.

O apoio à atividade por parte dos órgãos públicos também foi destacado pelo Presidente da colônia que ressaltou a falta de atenção da prefeitura.

Os principais problemas levantados foram: a falta de local adequado para o desembarque do pescado e também de um local para o abastecimento dos barcos, uma vez que não existe uma área apropriada, seja cais ou píer. Outra deficiência apontada é a falta de infra-estrutura para a comercialização do pescado, pois, diante da inexistência desta infra-estrutura, o pescado acaba sendo comercializado com intermédio de atravessadores.

A principal reivindicação da comunidade local é a construção de um píer e a montagem de uma cooperativa que agregue todas as colônias da região. Para a criação desta cooperativa foi solicitado, junto a prefeitura de Itapemirim, um terreno.

Outro anseio levantado pelo Sr. Aureli foi a criação de recifes artificiais para criação de mariscos, e também para atrair o pescado. Também foi colocado um problema considerado por ele de grande gravidade, que diz respeito à Resolução 8/2000 da Diretoria de Portos da Marinha, pois essa resolução acaba por diminuir a área pesqueira, chamada por eles de "recanto". De acordo com esta resolução os pescadores deverão manter uma distância mínima de 500 metros das plataformas, com o intuito de evitar acidentes. Mas, em realidade, de acordo com o Sr. Aureli, a Capitania dos Portos tem multado os barcos que se aproximam das plataformas em distâncias maiores dos 500 metros. Chegou-se, segundo informações da colônia, a multar uma embarcação que estaria cerca de 1.855 metros de distância.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCA DO DISTRITO DE ITAIPAVA

Esta associação foi fundada em 1988 e está localizada na Avenida Beira Mar S/Nº na sede do Distrito de Itaipava. Atualmente a sede é alugada, mas, segundo o seu diretor, o Sr. Jose Américo Barbosa Barreto, já foi adquirido um terreno e está sendo construída a sede própria, próxima da atual.

Esta entidade representa a pesca industrial realizada por pescadores e embarcações que tem sua base de apoio em Itaipava. O número atual de associados é de 718 pescadores, as embarcações giram em torno de 103 e sua média de tamanho varia de 12 a 14 metros de comprimento. Obviamente que esta entidade possui associados de vários outros lugares visto que a comunidade pesqueira residente em Itapemirim é bem menor. Reforça esta tese o fato de que existem mais de 100 embarcações de porte significativo, o que não é comum numa comunidade pesqueira pequena como esta.

O tipo de pesca também explicita uma pesca de cunho comercial visto que o pescado mais comum é o Atum e o Dourado, ambos necessitando de equipamentos e embarcações de melhor padrão que

aquelas utilizadas pelos pescadores da região. O volume de captura destas espécies, segundo o representante da associação, pode alcançar 250 toneladas/mês.

Com relação aos equipamentos utilizados pelos associados foi destacado que os de maior uso são: currico, linha superfície e espinhel, sempre feita em mar aberto.

Os problemas relatados pelo Senhor Jose Américo são os mesmos relatados pela colônia, ou seja, a falta de cais/pier para desembarque do pescado e abastecimento dos barcos. A distância exigida das plataformas também é um reclame da associação e a reivindicação se resume em liberação de verba para a construção do cais.

Existem, segundo o Sr. Jose Américo, 04 fábricas de gelo particulares na região. A comercialização do pescado é feita através de 04 entrepostos no estilo leilão, onde é leiloado o pescado que chega.

Segundo Maciel Brandão dos Santos e Rodrigo Arcanjo, e ex-alunos entrevistados na ESCOPESCA, e pescadores de Itaipava, atualmente a pesca na região é industrial, perdendo o caráter artesanal. Tal fato ocorreu devido a forte influência que os pescadores da região receberam da cultura pesqueira do Sul do país (Santa Catarina, Itajaí), onde muitos iam pescar. Uma das vantagens é que os pescadores são mais associativos, tendo documentação, etc.

A maioria dos associados é filho de pescador, tendo sido iniciado na arte de pesca depois de freqüentar a Escola de Pesca de Piúma. Muitos desses ex-alunos são hoje mestres de embarcações. Segundo estes pescadores a renda média de um tripulante, considerando embarcações de 12-14 m, é de R\$ 1.300,00, e a renda média de um mestre varia entre R\$ 2.500,00 e R\$ 3.000,00. Esses valores apresentam variações conforme a saída para o mar, impedida muitas vezes pelas más condições do tempo ou outros empecilhos.

Segundo o Sr. Maciel a pesca, em 2003, apresentou melhores resultados se comparado a 2002, devido a alterações metereológicas na região, fator que interfere sobre a pesca.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM

A Associação foi fundada em 1986, segundo informou o Sr. José Arthur Marquiori, representante da entidade, que, atualmente é presidida pelo Sr. Jorge Viana, sendo seu vice-presidente o Sr. José Américo. Ainda sem sede própria, a associação funciona em imóvel alugado, embora já tenha um terreno para construção da sede.

Dentre os objetivos da associação salientou-se: proporcionar melhoria das condições de trabalho e de vida para os pescadores através de serviços como: atendimento médico, odontológico, fornecimento de documentação de que o pescador está embarcado e credenciamento com a Marinha do Brasil para a realização de cursos.

A abrangência da Associação é de Anchieta até Itaoca. Há 600 associados e, aproximadamente, 300 embarcações de tamanhos entre 11 e 15 metros e capacidade entre 10 e 16 toneladas. Cada embarcação paga R\$ 35,00 por mês para a associação. Muitos associados trabalham em barcos de terceiros.

Segundo o Sr. Artur as embarcações estão bem equipadas com instrumentos modernos como: gps, sonda de vídeo, rádio de 30 canais. As embarcações com tina para isca viva têm dois motores: um para o barco e outro para oxigenar o reservatório onde ficam as iscas.

Os petrechos mais utilizados na pesca desenvolvida pelos associados são:

- Long line de fundo com cabo de aço - para profundidade entre 350 a 400 metros para pesca de Cherne, Garoupa, Badejo, Realito, Namorado, Vermelho, Cioba, Olho de Boi, Pargo e outros peixes de fundo. A área de pesca está localizada na plataforma continental, próximo à costa;
- Long line boieira com nylon de 5 milímetros de espessura e com aproximadamente 18.000 metros de linha - para pesca de Meca e Cação. A área de pesca permitida é de até 400 milhas da costa, porém pescam além das 400 milhas;
- Isca viva - para pesca de todo tipo de boieiro como o Atum, Dourado, Sarda Cavala, Meca, Cação e Cherne.
- A área de abrangência para os associados está compreendida entre o sul da Bahia e o leste de Itajaí - Santa Catarina, sendo os principais pontos de pesca:
 - ❑ Região dos Abrolhos, que vai do sul da Bahia até foz do Rio Doce no Espírito Santo: e onde se pesca: olho de Boi, Realito, Vermelho, Cação, Sarda Cavala, Dourado, Catuá, Charel e outros;
 - ❑ Região entre o Rio Doce e o Rio Itapemirim, no Espírito Sant. Nesta área os pescados principais são: Olho de Boi, Cherne, Pargo, Garoupa e outros;
 - ❑ Região da Plataforma de Campos, no Rio de Janeiro, onde se pesca, principalmente o Atum, utilizando-se de “isca viva”;
 - ❑ Região que se estende de Itapemirim até o litoral norte do Rio de Janeiro. Nesta região as espécies principais são: Pargo, Garoupa, Badejo e Anchova.

O pescado é comercializado, pelo maior preço, aos intermediários “Atum do Brasil”, de Itaipava; “Alvarenga”, de Vitória e “Guará Pesca Comércio de Pesca Ltda”, localizado em Guarapari.

Segundo o entrevistado o volume de pesca tem aumentado pelo incremento da tecnologia de pesca bem como aumento do número de embarcações.

A distribuição da renda é feita da seguinte forma: 38% da renda líquida fica com o proprietário do barco, sendo o restante assim distribuído: o mestre com 3 partes, o motorista, gelador e cozinheiro com 1,5 partes, e os tripulantes com 1,25 partes.

A renda média mensal está em torno de R\$ 3.600,00 para o proprietário do barco, R\$ 1.800,00 para o mestre, R\$ 900,00 para o motorista e o cozinheiro, e R\$ 600,00 para o pescador de convés.

A Associação tem projetos para a construção da Sede, para a construção de uma câmara fria, além de um cais para descarga e ancoradouro de barcos, e aquisição de caminhões. Também há um projeto para a realização do Festival do Atum e Dourado, entre os meses de outubro e novembro através de parcerias, sendo o lucro revertido para a entidade.

O Sr. José Artur ressaltou a importância da Escola de Pesca de Piúma na formação de novos pescadores com melhor qualificação. Quanto aos problemas enfrentados com a atividade petrolífera, comentou:

- "A proibição de pesca no entorno das plataformas tem incomodado. Os pescadores já pescavam nesta área”;
- "A falta de diálogo entre a empresa e pescadores para composição de parcerias”;
- "O navio sonda tem trazido problemas, muito material tem sido atingido. As informações sobre o navio estão disponibilizadas na internet, mas os pescadores não têm acesso, e quando são avisados pelo barco de apoio, não tem conseguido recolher o material em tempo hábil”.

◆ **MUNICÍPIO DE PIÚMA**

A Escola de Pesca localizada em Piúma é um diferencial em relação à atividade. Observa-se que existem hoje, no país, poucas escolas voltadas para a arte da pesca.

Com relação à atividade o município apresenta um perfil semelhante aos demais, no qual a pesca é uma das principais atividades geradoras de emprego e renda, estando fortemente vinculada à atividade turística, base da economia deste município.

- *COLÔNIA DE PESCA Z-9*

Localizada na Rua Adalberto Daylo, 1506, a Colônia Z-9 funciona junto à Associação das Mulheres dos Pescadores, em sua própria sede. O Sr. Manuel Carlos Santamarino, ex-pescador conhecido pela comunidade como "Português", é o Presidente da colônia.

Segundo informações do Sr. Manoel esta colônia passou desativada por mais de 4 anos devido à má administração e ao descaso, sendo reativada em março de 2001, quando foram realizadas eleições entre os afiliados à colônia, resultando eleito o mesmo Manoel Carlos Santamarina.

A Colônia foi fundada no ano 1965 com finalidade de oferecer amparo ao pescador e atuar em sua defesa. Possui sede própria, onde funciona também um consultório médico e um consultório para atendimento odontológico. A colônia possui também um carro sob regime de comodato. Para atendimento geral da colônia, no manejo integral da área administrativa, trabalham o presidente e uma secretária.

Além disso, a colônia tem organizado cursos para seus associados, assim como feito à tramitação para os mesmos obterem o salário mínimo contemplado na época do defeso, quando comprovado que se trata de pescadores artesanais. Também realizam a tramitação da carteira de pescador perante o Ministério de Agricultura. Segundo o Sr. Manoel, nos dois anos do atual mandato foi possível aposentar 20 pescadores e de 40 marisqueiras.

A colônia tem como um dos projetos conseguir verba para restaurar o prédio-sede para possibilitar a realização de reuniões das esposas dos pescadores, e também para poder ministrar cursos como: mesas de frutas, artesanato, etc.

A colônia é mantida com uma contribuição anual de R\$ 40,00 por parte de seus membros. Atualmente são cerca de 350 associados, todos originários de Piúma.

Segundo o Sr, Manoel o município possui aproximadamente 750 pescadores, e de 150 a 160 embarcações, todas elas convesadas. Destas, 120 embarcações possuem de 7 a 9 metros. As demais possuem tamanho superior, acima de 9 metros, sendo, em torno de 20 as que possuem mais de 14 metros. Estas últimas são aptas para pesca em alto mar.

As modalidades de pesca abarcam desde a utilização de rede até a de linhas com anzóis. As embarcações de mais de 14 metros destacam-se pela utilização da modalidade com anzóis, empregando, tanto o *espinhel boiado*, quanto o *espinhel de fundo* e o *sistema de long line*. Com *espinhel de fundo* captura-se badejo, garoupa, cação. Com *espinhel boiado* pesca-se atum, cação, dourado.

Já as embarcações menores se utilizam, fundamentalmente, de *rede* e, em alguns casos, de *linha*. Com *rede de espera* costuma-se capturar cação, sarda, chicharro. Com *linha com anzóis*, captura-se peroá, namorado, olho-de-boi.

Com referencia aos equipamentos com que contam as embarcações, ressaltou-se que possuem, algumas delas, GPS, Px e sonda. As demais, que representam a maioria, possuem apenas um Px para poder se comunicar com terra.

Para chegar aos pesqueiros mais importantes, as embarcações menores costumam navegar durante 4 ou 5 horas, desde o Monte Aghá, em direção Leste,. Mantendo constante a velocidade, segundo informou o entrevistado, chega-se numa profundidade de 30 a 35 metros. As embarcações maiores se dirigem as áreas próximas de Abrolhos e da Bacia de Campos.

O pescado obtido pelos trabalhadores é vendido a atravessadores locais, como Joel Fernandes Lima, o Jepelima, sendo este quem dita o preço do pescado, segundo o Sr Manoel, de maneira arbitrária. A deficiência com relação à infra-estrutura para comercializar o pescado determina a entrega de parte significativa deste nas mãos de atravessadores, que, segundo a colônia, revendem aos frigoríficos.

A renda média dos pescadores é de R\$ 240,00, e considera-se que, pelo instável do clima e pelos períodos que levam entre carregar e descarregar os barcos, eles trabalham entre seis e sete meses ao ano.

Com relação à qualidade de vida do pescador e de sua família foi enfatizado que, no geral, estas famílias possuem sete membros, todos com baixo grau de escolaridade.

O produzido por cada barco, ao chegar ao porto, é dividido da seguinte forma: 50% para o dono da embarcação e 50% para ser dividido entre a tripulação.

No relativo à infra-estrutura ressaltou o Sr. Manoel que existem 8 fábricas de gelo funcionando na atualidade em Piúma. Uma destas fábricas de gelo possui bomba de combustível com que abastecem as embarcações. O cais com que contam os pescadores de Piúma data, aproximadamente, do ano 1978, tendo sido construído pelo governo municipal daquela época.

Segundo manifestado pelo Sr. Manoel, a colônia tentou obter recursos junto a nova secretaria de pesca criada pelo atual governo federal, mas, a informação recebida no Banco do Brasil foi que o recurso não está disponível.

Destaca-se que, em Piúma, existiam 8 estaleiros, mas, segundo o entrevistado, encontram-se em processo de fechar as portas. Ressaltou que o estaleiro Miranda, de mais de 40 anos de existência, encontra-se atualmente acabando as duas embarcações iniciadas, para finalizar definitivamente suas atividades. Segundo o mesmo, a origem desta situação é que os marceneiros têm sido sobrevalorizados e, por isto, não podem ser sustentados pelos estaleiros. Como consequência, estes acabam construindo barcos nos fundos de quintal dos interessados sem a devida fiscalização.

Foi relatado também que a Prefeitura Municipal de Piúma tinha iniciado as obras de dragagem da foz do rio para facilitar a entrada e saída das embarcações as quais se encontram, na atualidade, dependentes do regime das marés para se lançarem ao mar, mas o IBAMA embargou a obra, há 6 ou 7 meses.

Chamando a atenção para a importância da pesca em Piúma o presidente da colônia ofereceu um dado significativo: que 53% do PIB do município é derivado da atividade.

Das atividades desenvolvidas pela extração de petróleo do mar, a colônia de pescadores de Piúma tem se manifestado contrariada pelas pesquisas realizadas pelo navio sonda, argumentando que, uma vez que passa o “Chupa-cabras” o peroá some, tendo que esperar 1 a 2 meses para reaparecer. Informou que em setembro terminaram as pesquisas nas áreas próximas aos seus pesqueiros, mas que, aparentemente, estariam se reiniciando. Outro problema manifestado refere-se à restrição do uso do mar para a exploração das suas riquezas.

A colônia de pescadores acha que parte dos *royalties* recebidos pelos municípios deveria ser repassado às colônias, em função da antiguidade do uso do mar como fonte de recursos.

As deficiências colocadas referem-se à falta de incentivo ao pescador, as dificuldades de financiamento para novas embarcações, para que o pescador possa ter o seu próprio barco, e linhas de crédito em geral. A necessidade de obterem uma linha de rádio transmissão para facilitar a comunicação entre mar e terra, foi outra necessidade levantada.

Também foi colocada uma preocupação com relação à questão ambiental. Segundo o Sr. Manuel é preocupante a poluição causada pelo esgoto da cidade que é jogada no rio. Enfatiza, inclusive, que existem construções recentes que preferem jogar seu esgoto diretamente no rio.

- ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DOS PESCADORES DE PIÚMA

Esta associação, fundada em 20/08/1987, está localizada na sede da Colônia e é presidida pela Sra. Zulmira da Silva Santamaría, esposa do Presidente da Colônia, Sr. Manuel.

Com base nas informações da Sra. Zulmira foi salientado que a renda do pescador artesanal é muito baixa e dependente dos fatores climáticos. Assim, com o objetivo aumentar a renda familiar, dar assistência social às famílias dos pescadores e oferecer outros recursos que melhorem a condições de vida da comunidade, foi criada a Associação das Mulheres dos Pescadores de Piúma.

Para tal fim são ministrados cursos, visando criar alternativas de renda junto às famílias de pescadores e palestras educativas sobre diversos temas, como por exemplo: saúde, alimentação alternativa (por exemplo, para o tratamento da anemia, que é uma das principais preocupações da associação devido à má alimentação da comunidade local), esculturas de frutas e legumes, aproveitamento do pescado, conscientização do pescador.

A associação também possui uma bandeira em prol do reconhecimento da mulher, neste caso, agindo como um ponto de apoio a seu marido pescador. Esse apoio é especialmente destinado a saúde, sendo que os pescadores que necessitam de tratamento médico adequado são transportados para Vitória com veículo e combustível da associação ou da colônia. Um dos resultados é o controle do câncer de próstata entre os pescadores, possibilitado não só pelo tratamento médico, mas também o acompanhamento realizado pela associação, que paga os exames médicos. A Sra. Zulmira destacou que seu conhecimento com os médicos tem facilitado esse trabalho.

A entidade tramita também a confecção da carteirinha das marisqueiras existindo, hoje, umas 90 mulheres com documento habilitante e, em ação conjunta com a colônia de pescadores, tem aposentadas cerca 40 mulheres que se dedicavam ao processamento de mariscos.

Existem atualmente cerca de 250 mulheres afiliadas, sendo 100 marisqueiras. A renda média destas mulheres chega a R\$ 100,00/mês.

A venda de trabalhos manuais é o meio de sustentar a associação, que não tem apoio de nenhuma instituição pública nem privada. A associação tem a expectativa de ter seu espaço físico para poder funcionar com maior comodidade, informando que a reforma do prédio da colônia e a construção de um telhado na parte superior poderiam satisfazer as necessidades.

Dentro da associação funciona também um gabinete de medicina alternativa, disponibilizado pela colônia de pescadores. Eles mantêm uma pessoa pagando meio salário mínimo.

A principal reivindicação da associação, manifestada através de sua representante, é uma ambulância, pois existe na comunidade uma grande carência com relação ao transporte de doentes.

- ESCOLA DE PESCA DE PIÚMA

A Escola de Pesca de Piúma foi criada em 1986 pelo governo do estadual. O objetivo é atender a comunidades pesqueiras das regiões que abrangem desde o município de Guarapari até Marataízes. A localização em Piúma deve-se a articulações da prefeitura local. A ESCOPESCA, como é denominada, encontra-se localizada na Avenida Rio Mar, S/N, na sede municipal de Piúma. O Sr. Nelson Welerson Xavier e Silva, Diretor e Professor da escola forneceu as informações abaixo ressaltadas.

O objetivo da escola, segundo informações do Professor Nelson, é de fornecer o ensino fundamental desde a 5ª até a 8ª série, como também o ensino profissionalizante, além de prestar auxílio aos pescadores. Sua principal contribuição, no entanto, refere-se à educação e capacitação na arte de pesca.

As aulas são ministradas em período integral, de 7:30 as 15:30 h, sendo que os alunos mais velhos estudam em turmas especiais, as “classes de aceleração”. São oferecidas disciplinas ligadas ao setor pesqueiro, num total de sete disciplinas específicas:

- Construção Naval;
- Mecânica Naval;
- Arte da Pesca;
- Legislação da Pesca;
- Navegação;
- Técnica do Pescado;
- Captura.

As aulas são dadas, na sua maioria, por instrutores contratados pela SEDU. Os alunos também têm aulas em escunas e alimentação gratuita.

A escola foi projetada para receber 100 alunos, mas atualmente está atendendo aos 140 alunos matriculados. São 6 turmas (4 turmas regulares e 2 turmas de PA) com 25 alunos cada uma. Além dos filhos dos pescadores, a escola também possui alunos filhos de motoristas, desfiadeiras, entre outras atividades não ligadas a pesca. De abrangência regional a Escola de Pesca de Piúma atende alunos dos municípios de Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim e Marataízes.

As Prefeituras locais, com exceção a Prefeitura de Guarapari, fornecem transporte para os alunos freqüentarem a escola.

A escola, além das atividades curriculares normais, também busca viabilizar projetos como o de desenvolvimento de atividades nas áreas de educação e de preservação ambiental, como o que vem realizando de recuperação das ilhas próximas à costa de Piúma. O envolvimento em pesquisas relativas a maricultura e outras atividades afins também está na pauta das atividades por ela desenvolvidas. .

O ensino é gratuito e funciona com verba estadual. Para uma complementação monetária, a produção da fábrica de gelo, pertencente à escola, é comercializada na comunidade.

Além da fábrica de gelo a instituição possui uma marcenaria completa voltada para a construção de barcos e outros móveis. O local, assim como os equipamentos disponíveis na escola, são apropriados também para a confecção de redes de pesca. A escola possui ainda uma oficina mecânica completa, na área de mecânica naval, e todo o ferramental necessário para a montagem da parte mecânica das embarcações. Completam a infra-estrutura da escola um ambulatório, um refeitório, salas de aula e um galpão para construção de barcos. Neste momento está sendo construída uma embarcação pelos alunos da escola.

O instrutor da arte de pesca, Sr. Sebastião Vicente de Oliveira, esteve presente à entrevista e mostrou todas as instalações bem como o projeto de maricultura que está sendo implementado na escola. O mesmo lamenta que a escola não tenha apoio da prefeitura do município.

O Sr. Nelson destacou que alguns ex-alunos investiram na comercialização e em estaleiros.

Os projetos em desenvolvimento na Escola de Pesca são, de acordo com seu diretor:

- a) Cursos de curta duração para a comunidade, tais como : processamento do pescado, curtume de couro de peixe, paisagismo, monoculturas;
- b) Recuperação de áreas degradadas com doação de mudas;
- c) Campanhas de limpeza das ilhas;

d) Banda de congo formada por alunos.

Destacou a importância de alguns fóruns de discussão da atividade nos quais a Escola participa como: o Fórum da Pesca, onde também participam entidades representativas como a Seag, o Ibama e a Seap. Também participam dos Comitês das Bacias Hidrográficas da região.

Entre as festivais e comemorações dos pescadores em que a Escola participa destacam-se : a Festa de São Pedro e a Festa do Folclore em Piúma; o Festival do Atum e do Dourado em Itaipava; e a Festa dos Frutos do Mar em Iriri.

◆ **MUNICÍPIOS DE MARATAÍZES E PRESIDENTE KENNEDY**

Os pescadores residentes nos municípios de Marataízes e de Presidente Kennedy organizam-se numa mesma entidade, a Colônia Z-8. O perfil da atividade é comum entre ambos embora a comercialização seja mais expressiva em Marataízes, até mesmo pelo peso da atividade turística no município. No demais estas comunidades pesqueiras não se diferenciam das acima descritas, apresentando o mesmo padrão de desenvolvimento da atividade, destacando-se na arte de pesca do tipo artesanal.

- *COLÔNIA DE PESCADORES DE MARATAÍZES Z-8 - NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES*

Esta colônia possui 02 (duas) sedes próprias, uma situada na Rua João Rodrigues Soares, 282 e a outra na Rua Jaime dos Santos Neves, 68. O diretor é o Sr. Sergio Rodi, mais conhecido pelos pescadores como "Sergião", que nos forneceu as informações aqui contidas. Segundo o mesmo, a sede está sendo informatizada e a documentação dos barcos está sendo feita direto na colônia.

Atualmente, segundo o entrevistado, a colônia possui cerca de 3.400 associados, as embarcações registradas são 140, na maioria a remo ou vela, cujo tamanho é de, no máximo, 14 metros de comprimento. Esta colônia possui associados tanto do município onde está sediada como também de outros municípios como Cachoeiro, Castelo, Alegre, Muqui, Rio Novo, Presidente Kennedy (Praia de Marobá), Itaipava, Itapemirim, Anchieta, Vitória, São João da Barra (RJ) e São Francisco de Itabapoana (RJ), cuja comunidade pesqueira se faz representar pela Z-8.

O número expressivo de integrantes de outras localidades acontece em decorrência da disponibilização do seguro-desemprego durante três meses do ano, durante o defeso, sendo a Colônia Z-8 a única da região a agilizar o benefício, que tem sido de grande utilidade para os pescadores nesta época (Cepemar, 2002).

O principal tipo de pescado da região é a lagosta, pescada em Barra e Pontal, e o Peroá, pescado na Barra e em Marataízes. A quantidade de Peroá produzida pelos associados da colônia gira em torno de 400 Kg/semana e da lagosta 100 Kg/semana. Outras espécies também comercializadas na região são: Badejo, Lagosta, Peroá, Pargo, Corvina, Pescadinha, Cação, Camarão, Baiacu, Robalo, Tainha. Com relação às modalidades de pesca foram destacadas a pesca de rede, linha e espinhel. Também ocorre, segundo o Sr. Sérgio, a pesca de mergulho cuja produção (peixes ornamentais) é vendida para São Paulo.

Dentre as ações realizadas pela colônia, de maior reconhecimento pelos associados, ressalta-se o recebimento do seguro-desemprego na época do defeso, que assegura, atualmente, a renda de cerca

de 1.000 pescadores da região. Nesta época se proíbe a pesca da piracema, lagosta, camarão, robalo e caranguejo, o que compromete a renda dos pescadores. Outra informação que foi repassada diz respeito ao pagamento de tributos por parte de cerca de 1.200 pescadores que, através do cadastro no INSS feito via colônia, recolhem o tributo, contribuindo com a arrecadação municipal.

A colônia, dentro dos serviços sociais prestados, oferece tratamento dentário para o pescador e toda sua família, a um custo de R\$ 60,00 por ano. A colônia possui também uma loja de revenda de materiais de pesca a um preço bem acessível aos pescadores da região.

No referente à Petrobrás foi colocado pelo senhor Sérgio que a preocupação da entidade é a mesma manifestada pela Colônia e pela Associação de Itaipava. Segundo o diretor da entidade existem dados estatísticos confirmando a redução do volume do Peroá em função da prospecção de petróleo, entretanto, nenhum destes dados foi apresentado aos entrevistadores. Acredita-se que, com a prospecção de petróleo ocorrido no norte do estado do Espírito Santo, a quantidade encontrada de Peroá foi maior no sul, e que o mesmo já está ocorrendo no sul. No entanto existe um outro agravante para os pescadores da região sul que é a impossibilidade de realização da pesca em outros locais devido as condições e limites impostos por suas embarcações, o que, segundo eles, não acontece com parte expressiva dos pescadores da região norte do estado.

No tocante a participação da Prefeitura nos problemas da Colônia existe pouca atuação do setor público. Inclusive constata-se a inexistência de uma pasta que tenha vinculação direta com o setor, como uma Secretaria de Pesca.

- ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE MARATAÍZES - APEMAR

A Associação iniciou suas atividades em julho de 2002, porém só foi registrada em Julho de 2003. Não tem sede própria. O objetivo primordial para a qual foi criada é reivindicar os direitos dos pescadores. Apesar da existência da Colônia Z-8, localizada no município, os pescadores locais sentem necessidade de uma articulação mais próxima e que levante as questões mais afetas a eles, uma vez que a colônia, como visto anteriormente, representa pescadores de vários outros municípios e resolve problemas mais de ordem burocrática.

A associação é presidida por Floriano Silva Paz, sendo que o mandato da presidência é de 2 anos. Segundo o atual presidente, a entidade tem cerca de 80 associados e 50 embarcações variando de 7 a 9,5 metros de comprimento.

Ao todo, no município, existem aproximadamente 250 embarcações, com predomínio de 9 a 10 metros. Sendo 10 embarcações com 14 metros e 4 embarcações a remo. A maioria equipada com gps e sonda.

A área de pesca está compreendida entre o Sul da Bahia e estado do Rio de Janeiro a uma distancia da costa que varia entre 12 e 53 milhas. Utilizam como petrechos:

- **Rede de espera** em locais de profundidade variando de 13 a 46 metros, para pesca de Garoupa, Cação, Curvina e Lagosta.
- **Anzol** para pesca de Peroá, Dourado, Pargo.
- **Arpão** para captura de Garoupa, Olho de Boi, Olete, Cação e Lagosta.

Na localidade há modalidade de pesca submarina utilizando cerca de 10 embarcações para captura de peixes ornamentais, que são exportados para o Japão, Estados Unidos e Coréia, através de empresas situadas em Recife e Fortaleza.

O volume de pesca de lagosta é de aproximadamente 50 quilos, enquanto o de peroá é de aproximadamente 300 quilos por semana. A renda média mensal dos pescadores está na faixa de um salário mínimo.

O combustível é adquirido pelos pescadores em Postos existentes na localidade em galões de 50 litros. No município há 4 fabricas de gelo, 3 na sede e 1 em pontal. A Prefeitura Municipal iniciou a construção de uma fabrica no terminal de pesca, que não foi concluída. Existem 5 estaleiros no Município, 3 na Barra, 1 na Sede e 1 em Praia dos Cações.

A comercialização é similar às demais comunidades pesqueiras analisadas, na qual existe uma forte presença do atravessador, o que ocorre devido, principalmente, a pequena mobilização da categoria para fazer frente às suas reais necessidades, e a inexistência de infra-estrutura adequada para que o próprio pescador possa comercializar seu pescado.

Segundo o entrevistado a área é muito rica em pescado, principalmente Peroá e Lagosta, mas tem-se observado que com as pesquisas sísmicas o Peroá foi ficando escasso. O mesmo tem sido dito por outros representantes da comunidade pesqueira da região. Sugeriu que deveria haver um cadastro dos pescadores das áreas de abrangência da Petrobrás, para facilitar o ressarcimento de prejuízos. Em relação à Lagosta falta fiscalização no período do defeso bem como a revisão deste período na região. A Associação tem realizado reuniões para sensibilizar os pescadores sobre problema, porém falta articulação entre IBAMA e INCAPER tem dificultado o trabalho. Por outro lado, o entrevistado argumenta que o período do defeso da lagosta no Espírito Santo necessita ser reavaliado, pois o período das lagostas com ovas esta compreendida entre os meses de agosto e dezembro.

As expectativas em relação ao empreendimento foram expressas da seguinte forma:

- "Futuramente pode ser que empregos sejam gerados, mas não para os pescadores pois cada vez mais o pequeno pescador tem tido suas áreas de pesca restringidas";
- "Seria muito bom se os empregos que forem gerados empreguem a mão de obra local".

Dentre as deficiências levantadas foi destacado que as embarcações dos associados ficam no que eles denominam de "Porto de Marataízes", que nada mais é que uma parte da praia onde se localizam, inclusive, várias peixarias. Nesta área não existe nem cais nem píer, o que é agravado pelo adensamento das barracas de venda de peixes que dificultam a passagem das embarcações para dar saída ao mar. Também foram levantados pelo entrevistado outros problemas, idênticos aos enfrentados pela Colônia de Pesca de Itaipava, pela Associação de Itaipava e pela Colônia de Marataízes.

Assim como em outras entidades representativas da pesca, também foi ressaltada a ausência de ações por parte da prefeitura municipal visando apoiar a atividade.

Os problemas levantados de forma mais pontual foram:

- Falta de um farol na ponta do "espigão" para sinalizar o píer;
- Falta de um cais para descarregarem o pescado, bem como ancorarem os barcos;
- Drenagem do canal;
- Integração entre pescadores e órgãos que regulamentam a atividade pesqueira bem como outros órgãos que utilizam o mar como fonte de recurso.

◆ **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY**

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE MAROBÁ

José Ribeiro, representante da associação informou que está sendo montado o Estatuto da entidade, que ainda não está formalizada. Sua criação recebe o apoio da Secretaria do Meio Ambiente.

Aproximadamente 60 pescadores estão interessados em se associar, a maioria é inscrita na Colônia de Marataízes. Nesta comunidade existem 3 embarcações à vela de 325 m, e 1 à motor de 3 m.

As principais espécies capturadas por pescadores locais são pescadinha (rede de espera) peroá, corvina, cação, arraia, baiacu e pargo (pargueira). A pesca de lagosta é realizada com *rede de armar* e com mergulho. No verão o volume pescado varia de 200 a 300 kg.

- PESCADORES DA LOCALIDADE DE BOA VISTA

A localidade de Boa Vista conta com aproximadamente 250 pescadores. Destes, em torno de 40 pescam na costa utilizando *bateira* e *rede de espera*, com 12 barcos. Os demais, cerca de 200, pescam em Cabo Frio, próximo à plataforma da Bacia de Campos. Pagam frete de carro até Cabo Frio, conforme informou o pescador Clemildo Barreto Antonio.

Os produtos são a pescadinha, o cação e o baiacu. A comercialização do pescado local é feita em Boa Vista, Marataízes e por intermediários.

A renda média dos pescadores da costa é de R\$ 300,00, já os que pescam fora tem uma renda média de R\$ 1.000,00.

A localidade tem 1.500 habitantes, que além da pesca trabalham como diaristas em lavouras, nas usinas de cana, e como pedreiros. As expectativas para a exploração petrolífera referem-se à destinação de *royalties* para melhoria da região, por exemplo, para o asfaltamento, disponibilização de médicos no posto de saúde, etc.

- PESCADORES DE PRAIA DOS CAÇÕES

A Praia dos Cações tem entre 80 e 100 pescadores, que possuem 19 embarcações (associados da Colônia de Marataízes) de 7 à 9 m. A maioria pesca com *linha (espinhel em manual)*, alguns com *rede*. Os produtos são o peroá e o pargo. A pesca ocorre entre 30 e 50 milhas.

A descarga do pescado geralmente acontece em Marataízes e na Barra e, algumas vezes, no local. Depois disto são levados para Guarapari e Itaipava.

O volume pescado por semana varia de 300 à 500 kg. A conservação do pescado nas embarcações é feita com gelo. A renda mensal chega até à R\$ 600,00.

◆ **MUNICÍPIOS DE GUARAPARI**

- **ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE EMBARCAÇÕES E PESCADORES DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

A entidade funciona em sede cedida por comodato pelo Governo do Estado, no endereço: Av. Pedro Ramos s/n - Centro – Guarapari. Valter Mulinan de Souza é o atual presidente.

Possui uma fábrica de gelo, um tanque instalado para óleo combustível (aguardando licenciamento para iniciar a operação), ancoradouro com píer para embarque e desembarque de pescado. A entidade é mantida com a comercialização do gelo (R\$ 1,40 para não sócios e R\$ 1,30 para associados), foi o que declarou José Baldotto da Rocha, vice-presidente da Associação.

A Associação foi criada no ano de 2001, com o objetivo de reduzir os custos dos associados. São 14 associados com 40 embarcações cadastradas com os seguintes tamanhos: 02 embarcações com 14 metros; 08 com 13 metros; 18 embarcações entre 11 e 12 metros; e 12 embarcações com tamanho médio de 12 metros equipadas com rádio, GPS, sonda e long line em aproximadamente 4 embarcações.

A área de pesca está compreendida entre o Sul da Bahia e o mar de Guarapari, a uma distância da costa de até aproximadamente 100 milhas. Utilizam como petrechos:

- *Long line* para pesca de Atum, Dourado e Cação;
- *Linha* para pesca de Badejo, Garoupa, Pargo, Chicharro, Peroá, Catuá, Caçonete, Dentão, Cioba, Peixe Pedra.

O pescado é comercializado no próprio Estado para as empresas: Atum do Brasil, Alvarenga, Cameron Pescados e Zip Lima.

A entidade não dispõe de estatísticas do volume de pesca, porém tem observado queda, associando-a à pesca predatória e ao navio de pesquisa sísmica.

Em relação à renda média mensal dos associados, estima ser de aproximadamente R\$ 1.500,00 a 2.000,00 para o Mestre, e R\$ 500,00 para Motorista, cozinheiro e pescador de convés.

Os proprietários de embarcações e pescadores associados recebem orientação individualizada do técnico do INCAPER.

A maioria dos pescadores tem baixo grau de instrução (1º grau incompleto). Houve um aumento significativo de pessoas nesta atividade devido à falta de oportunidades de empregos (muitos oriundos da construção civil), que não tem documentação resultando em grande problema nas épocas de defeso.

Em relação à exploração de petróleo tem muita preocupação com a redução das áreas de pesca e com possibilidades de acidentes.

- COLÔNIA DE PESCADORES Z - 3 - "ALMIRANTE NORONHA"

A Colônia Almirante Noronha, localizada à Rua Getúlio Vargas nº 82 - Centro – Guarapari, foi fundada em 1926 com objetivo de guardar a costa, através de decreto federal. Tem sede própria com 2 casas, sendo uma alugada para Prefeitura. Na sede funciona: um gabinete dentário e um consultório médico. O posto de saúde de Meaipe pertence à colônia, porém está cedido a Prefeitura por comodato.

Com base nas informações do Sr. Ludjero Vieira Lima, seu presidente, são aproximadamente 1500 associados residentes em Guarapari. A contribuição anual dos sócios é de R\$ 30,00, sendo que só 6% dos sócios estão em dia. Há aproximadamente 500 embarcações cadastradas (de Meaipe a Setiba), de tamanhos variando entre 6 a 15 metros, sendo que a maioria acima de 10 metros. As embarcações maiores são equipadas com: sonda, rádios VHF e SSB, GPS, bússola.

A renda média dos associados varia entre 2 a 3 salários mínimos mensais.

As embarcações menores utilizam como petrechos:

- **Rede de espera** para pesca de Sarda, Anchova, Pescada, Bonito e Coara (isca para pesca de Cação), Olho de Boi e Chicharro.
- **Linha com anzol** para pesca de Catuá, Peroá, Pargo, Realito e Pescadinha.

As embarcações maiores utilizam como petrechos:

- **Espinhel de fundo e superfície;**
- *Rede* para lagosta;
- **Rede de Arrasto e de balão** para pesca de camarão.

A área de pesca está compreendida entre a costa do norte do estado do Rio de Janeiro até o sul da Bahia. Os barcos pequenos e médios pescam a uma distancia de até 30 milhas da costa e os barcos de grande porte até 350 milhas.

O pescado é comercializado para empresa Cameron Comércio de Pescados Ltda. Aproximadamente 90% é destinado para exportação.

No município existem dois estaleiros particulares e duas fábricas de gelo, uma pertencente à Associação de proprietários de Embarcações e Pescadores do Sul do Estado do Espírito Santo e a outra particular.

As principais dificuldades são:

- Escassez de peixe associada à pesca predatória e as pesquisas sísmicas realizadas na costa;
- Um fenômeno que tem acontecido no período de dezembro a março, quando encontra nas redes uma grande quantidade de "bucha", material não identificado, semelhante a uma espuma envelhecida;
- Grande migração de trabalhadores de todas as áreas, para a pesca na época da "febre do Frua", a maioria pela falta de opção de emprego e uma minoria pelo desejo de enriquecer;

- Atualmente a falta de opção de trabalho tem levado muitos jovens para a pesca, sem documentação.
- A Colônia em parceria com a Marinha tem promovido cursos (semestralmente), para mestre, pescador e motorista.
- As expectativas com a exploração petrolífera são:
- A possibilidade de parceria para pesquisar sobre a extinção de peixes que tem ocorrido nos últimos anos;
- Construção de cais no Morro do Una para ancorar rebocadores; conforme boato que circula no Município;
- Geração de empregos para os moradores do Município, citando um curso que está sendo oferecido para operadores de rádio como possibilidade de emprego na Petrobrás.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E MORADORES DA PERNINHA DE MUQUIÇABA

Fundada em 2002, atualmente encontra-se em fase de registro, devendo o mesmo ficar pronto até o final do mês de outubro. Não tem sede própria, funcionando atualmente no endereço: Rua São Pedro nº 316 - Muquiçaba – Guarapari.

Conforme José Augusto Caldonazi Monjardim, atual presidente, a associação tem como objetivo de preservar o meio ambiente e ajudar os associados. O mandato do presidente tem duração de 2 anos.

Há cerca de 150 associados, com 70 embarcações cadastradas. O tamanho médio das embarcações é de aproximadamente 9 metros com convés, equipadas com rádio, sonda e GPS. A área de pesca está compreendida entre Guarapari e Nova Almeida (município de Serra). As embarcações com tamanho de 9 a 10 metros (totalizando 20%) pescam a 34 milhas da costa com profundidade variando entre 90 a 100 metros. As com tamanho variando entre 7 e 8 metros (70% das embarcações), pescam a até 15 milhas da costa a uma profundidade de 35 a 40 metros.

Utilizam como petrechos:

- **Espinhel de fundo** para pesca de Dourado, Cação, Atum, Cavala, Pargo e Olho de Boi
- **Anzol** para pesca de Peroá;
- **Rede de arrasto** para pesca de Camarão.

A renda média mensal dos associados está em torno de 3 salários mínimos.

Comercializam o pescado no mercado de peixe de Guarapari para terceiros, Cameron Comercio de Pescados e Zip Lima. O gelo utilizado para conservação do produto é adquirido de empresas particulares.

O entrevistado destacou os projetos da associação:

- A construção de uma rampa na Prainha em parceria com a Prefeitura (mão de obra) e SAMARCO (material);

- A doação do Mercado de Peixe de Muquiçaba, que está interditado necessitando de obras, pela Prefeitura para a Associação;
- Atualmente gerencia a bomba de recolhimento de óleo lubrificante na Prainha do Projeto Salvamar - SAMARCO;
- Possibilidades de parceria para cursos de capacitação para uso de equipamentos e educação ambiental principalmente os relacionados à pesca.

A Associação criticou as restrições das áreas de pesca, pois dificultou a atividade pesqueira. Para o presidente da entidade, há esperança de que se tenha muito petróleo, o que trará muitos benefícios através dos *royalties*, como a geração de empregos e prestação de serviços com embarcações em casos de acidentes e outros, mas também crê na possibilidade de ocorrência de acidentes.

- ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DE GUARAPARI

Criada em 22 de março de 2000, a partir de um projeto da Prefeitura em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, SEBRAE, com área de abrangência da praia de Guaibura a Perocão. A Associação funciona no endereço: Rua São Pedro nº 69 - Perocão-Guarapari.

A entidade congrega. Atualmente, apenas 16 famílias associadas, e tem tido problemas com a limitação dos associados em entender o associativismo. Na época da criação da associação tiveram orientação sobre o processo inicial, da constituição da Associação, não sendo capacitados para os papéis que tinham que desempenhar principalmente o que diz respeito à administração do negócio.

A Associação tem encontrado dificuldades na aquisição dos materiais, principalmente as malhas de algodão procedentes de Santa Catarina com custo muito elevado. Utilizam para confecção das mexilhoneiras, o reaproveitamento de cabos de navios cedidos algumas vezes pela SAMARCO e CVRD e alguns particulares.

Atualmente tem desenvolvido cultivos do Sururu, com expectativas de, no futuro, desenvolver outros cultivos.

Os maricultores associados possuem 5 barcos, 3 em Perocão e 2 em Guaibura com tamanho variando entre 5 e 6 metros, do tipo boca aberta.

A estimativa de renda média mensal depende da quantidade de módulos que cada associado tem. Para uma renda anual de R\$ 800,00 são necessários 12 módulos.

A comercialização é feita por cada produtor direto com os bares e restaurantes da região. É feito um acompanhamento da qualidade da água e do produto.

O presidente da entidade, Vitor Beline Lopes Albertino destacou os projetos:

- Reativar a Associação de Moradores de Perocão;
- Realizar pesquisa para a utilização da casca para adubo e artesanato;
- Implantação de uma unidade de beneficiamento com selo de qualidade e identificação do produto;

- Adequar as instalações do prédio onde funciona a peixaria, parte superior, para uso da comunidade;
- Reativação da Banda de Congo;
- Capacitação para lideranças;
- Capacitação para artesanato utilizando a concha do Sururu.

Também enfatizou como expectativas em relação à exploração de petróleo o medo de acidentes ambientais, e a possibilidade de fazer uma parceria com a Petrobrás para realização de pesquisa e produção de sementes para a maricultura, e fornecimento de materiais para reaproveitamento como: cordas, bombonas e outros utilizados na atividade.

- ASSOCIAÇÃO AQUÍCOLA DE GUARAPARI

A Associação Aquícola de Guarapari foi criada em 2000, com objetivo de levar melhor qualidade de vida para os extratores de ostras. Tem atuado levando informação, regularizando os documentos dos associados em parceria com INSS e delegacia do Ministério do Trabalho. A Associação tem sede própria na localidade de Concha de Ostra, no endereço: Rua Vereador Osias Santana nº 56 - Centro – Guarapari.

Araci Vieira de Almeida, que preside a entidade, informou que são 40 associados, sendo 20 extratores de ostras e 20 de caranguejo. A produção média de ostras no verão do ano de 2000 atingiu 40.000 unidades se mantendo durante o inverno. Atualmente em decorrência da falta de recursos financeiros para investimento na montagem de criadouros a produção caiu. A média de comercialização de caranguejos no final de semana durante a baixa temporada atinge de 9 a 10 dúzias, no verão atinge a aproximadamente 20 dúzias por extrator. Atualmente necessitam de 50 lanternas, botas para os extratores, balança para pesar o produto e um motor de popa.

Trabalham com cultivo de ostra há 3 anos, a carne é comercializada na região e beneficiam as conchas para produção do farelo de cálcio para uso no tratamento de osteoporose. A divulgação e comercialização dos produtos são realizadas pela presidente da Associação em parceria com extratores. Como instrumentos para o trabalho utilizam-se de: lanternas, varas de PVC com 100mm para estrutura, barco com 2,5 metros de comprimento equipado com motor de popa de 3,5 HP, necessitando ser trocado.

A renda média mensal dos associados, no verão, é de aproximadamente R\$ 150,00.

A Associação Aquícola de Guarapari tem um projeto para realização do Festival de Caranguejo (necessitando de parceria). Um outro projeto é para disponibilização de exames médicos e de Raios-X aos extratores e familiares, com objetivo de diagnosticar e tratar a pneumonia, a doença comum nesta atividade.

Manifestando-se em relação à exploração de petróleo acredita que a atividade não irá atrapalhar se houver responsabilidade durante os processos de produção e respeito aos habitantes das localidades que estão na área de abrangência, também espera que as áreas de cultivo sejam resguardadas e que a atividade irá trazer progresso, que dá qualidade de vida as pessoas com respeito e conciliação.

◆ **MUNICÍPIOS DE ANCHIETA**

- COLÔNIA DE PESCADORES Z - 4 "MARCÍLIO DIAS"

A Colônia tem aproximadamente 1200 pescadores e 110 embarcações cadastradas, sendo 70 com tamanho aproximado de 7 metros (pesca artesanal) e 40 embarcações com tamanho médio variando entre 10 e 14 metros (pesca profissional em escala comercial). As embarcações são equipadas com rádio SSB e PX, GPS, bússola, sonda e material de salvatagem.

Na comunidade existem 30 mulheres cadastradas como marisqueiras no Ministério da Agricultura, que trabalham descascando Camarão, Suru e Ostras.

Criada com objetivo de guardar a costa, hoje atua com a legalização de documento dos associados. Tem sede própria, com um salão para reuniões e eventos, uma mini carpintaria que é utilizada pelos pescadores mais pobres, uma estação de rádio costeira que funciona 12 horas/dia com 2 operadores remunerados pela Prefeitura Municipal e um píer público para atracar e descarga do pescado. O presidente é Zeir Pinto de Moraes.

José Luis Doellinger, secretário da colônia, informou que esta é responsável pela coordenação dos defesos de Camarão, Lagosta e Caranguejo em parceria com IBAMA, Polícia Ambiental e Prefeitura através da Secretaria de Pesca com palestras e conscientização. Atualmente 70 pescadores recebem o auxílio defeso.

A área de pesca está compreendida entre Abrolhos - BA e Cabo de Santa Maria - SC, sendo que as embarcações pequenas utilizam áreas entre Guarapari e Pontal, em Marataízes, a uma distância de 15 milhas da costa a uma profundidade de 60 metros, enquanto as de grande porte pescam a uma distancia de 50 a 60 milhas da costa em profundidade que varia entre 300 e 4.400 metros. As embarcações que pescam dentro das 15 milhas não levam gelo.

As embarcações maiores fazem até duas viagens por mês. Os pescadores carregam a embarcação em Alcobaça ou Porto Seguro (BA), retornam de ônibus para passar um final de semana ou dois em casa, retornando também de ônibus até aquelas localidades, para a 2ª viagem de pescaria. Após a 2ª viagem é que retornam para desembarcar em Anchieta.

As embarcações de maior porte utilizam como petrechos: *espinhel* de aproximadamente 1000 anzóis de fundo e *boieira* para pesca de Dourado, Cação, Badejo, Cioba Garoupa e Atum. As embarcações menores utilizam *linha de mão* para pesca de Peroá e Pargo e *rede de arrasto* para pesca de Camarão.

No inverno o camarão predominante é da espécie 7 barbas, enquanto no verão é o VG. A época de defeso é de março a 30 de maio.

O volume de pesca mensal das embarcações maiores é de aproximadamente 8 toneladas na safra de Dourado nos meses de setembro a dezembro. Das embarcações menores, o volume diário é de 100 a 150 Kg dia por barco.

O pescado em sua maior parte (99%) é comercializado para as empresa: Centro Leste, Zip Lima e Alvarenga para exportação. O restante comercializado no mercado interno, na Peixaria Municipal.

Tem observado a redução do volume de pesca do Peroá principalmente, associando a pesca predatória e ao aumento do número de embarcações e pescadores (alternativa de emprego e renda).

A renda média mensal do pescador varia de 3 a 4 salários mínimos nas embarcações maiores (15 a 20 dias de pescaria em torno de R\$700,00). Nas embarcações pequenas de R\$ 40,00 a 50,00 por dia. A distribuição do lucro nas embarcações maiores é dividido da seguinte forma: 2 1/2 partes para o mestre; 1 1/2 partes para o gelador, cozinheiro, motorista; 1 parte para o pescador; e de 4 a 6 partes para o proprietário do barco.

No município existe um estaleiro particular que fabrica barcos de pequeno a grande porte, 2 fábricas de gelo particulares e um ponto de abastecimento de óleo.

Entre os projetos da Colônia de Pescadores Z -4 está a realização de palestras sobre o defeso; cursos para mestre, pescador profissional, motorista e auxiliar de convés em parceria com a Marinha; e o projeto SALVAMAR em parceria com a SAMARCO, para recolhimento de óleo lubrificante de todas embarcações cadastradas.

Quanto às expectativas em relação à exploração de petróleo, o representante da colônia afirmou não ter noção exata dos benefícios e prejuízos que podem ocorrer, mas teme acidentes ambientais e a restrição das áreas de pesca, uma vez que ouviu falar que o litoral do Estado vai ficar repleto de plataformas.

- ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DE ANCHIETA

A Associação de Maricultores de Anchieta, fundada em julho de 1999, além de trabalhar em prol do seu principal objetivo, que é a melhoria da renda familiar e geração de emprego para mulheres no beneficiamento, também presta serviços de legalização das áreas de cultivos, declarou Pedro Gonzaga de Silva, atual presidente. Está localizada no seguinte endereço: Rua Manuel Floriano Peixoto nº 52 – Anchieta.

São 25 associados (23 homens e 2 mulheres) que utilizam 6 embarcações pertencentes aos mesmos de tamanho médio de 6 metros e 1 embarcação com 7,5 metros pertencente ao PRONAF.

Os petrechos utilizados para a extração do sururu são: *Mexilhoneiras* (redes tubulares externas feitas de material recicladas cabos de navio cedido pela SAMARCO) e *Redes internas* adquiridas em Santa Catarina.

Na cultura de ostras estão iniciando com *lanternas berçário*, e também utilizam *malha de rede*.

As áreas de cultivos estão localizadas a 250 metros da costa. Das 9 áreas registradas apenas 6 estão ocupadas, pois faltam recursos para investimentos.

A renda média é de até 2 salários, podendo chegar a 4 salários, conforme a temperatura da água.

A comercialização no varejo é feita no posto de vendas que funciona anexo ao Mercado Municipal, que está equipado com freezer e balcão. No atacado é feita diretamente para dos de restaurantes e peixarias.

Na época da implantação do projeto tiveram assessoria técnica da empresa CTA, porém apresentaram dificuldades em relação ao domínio das técnicas de cultivos. Na época esta orientação foi transferida para a UFES e o INCAPER.

Não dispõe de estatísticas do volume de produção. No ano passado o volume ficou em torno de 25 toneladas. Este ano, os problemas com o mau tempo (incidência de vento sul e frio) têm dificultado o crescimento do Sururu.

O senhor Pedro comentou que há três projetos a serem desenvolvidos pela Associação de Maricultores de Anchieta: Ampliação das áreas de cultivo; Ampliação do número de associados; Buscar alternativas mais baratas e ou parcerias para aquisição de materiais.

Já as expectativas com a exploração petrolífera são as seguintes:

- Preocupação com as restrições das áreas de pesca;
- Desconhecimento em relação ao empreendimento e seus impactos;

Estas expectativas foram expressas nas seguintes manifestações:

- "Precisamos de progresso e emprego para os moradores do Município, e de não ter problemas com os pescadores, nós já estávamos no mar antes da Petrobras";
- "Em casos de acidentes como vamos ficar? As fazendas marinhas vão ser atingidas e o costão também".
- "Será que já pararam para pensar quantas famílias vão ser prejudicadas"?

5.3.12.2 AID - Municípios de Vitória, Vila Velha e Serra

◆ *MUNICÍPIO DE VITÓRIA*

A comunidade pesqueira residente na capital organiza-se através de sua colônia, a Z-5, também conhecida como Colônia Maria Ortiz e através de quatro associações de pescadores (Associação de Pesca de Santo Antônio, Associação de Pesca Ilha das Caieiras, Associação de Pesca da Praia do Canto, Associação de Pesca de Goiabeiras e Associação de Pesca da Praia do Suá. Merece destaque ainda a organização das mulheres que vivem da extração/comercialização de siri e de mariscos, estas representadas pela Cooperativa de Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras.

A comercialização do pescado, por parte dos pescadores locais, tende a ser facilitada devido à elevada demanda existente na capital, assim como nos municípios vizinhos, e pela proximidade ao mercado consumidor, o que possibilita a venda no próprio local onde o pescado é desembarcado ou nas suas proximidades. Neste sentido pode-se eliminar ou reduzir a participação do “atravessador” na comercialização do pescado.

- COLÔNIA DE PESCA Z - 5 - MARIA ORTIZ - PRAIA DO SUÁ

A colônia “Maria Ortiz” representa junto ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento todas as associações de pescadores do município de Vitória, sua sede é própria e se localiza na Rua Almirante Tamandaré, 23, na Praia do Suá. Neste local existe uma peixaria, pertencente à colônia, que fica aberta ao público diariamente, no período da manhã.

Reginaldo Aquilino Tavares é Diretor Administrativo e Álvaro Martins da Silva o Presidente, sendo que o mandato da diretoria é de 2 anos, podendo haver reeleição.

Foi fundada em 16 de fevereiro de 1925, porém foram encontrados registros de pescadores no ano de 1914. Tem como atribuição atualmente o bem estar dos pescadores e familiares. Não tem fins lucrativos, seu patrimônio consiste de uma edificação de dois andares (no andar superior funciona a sede da Colônia e no primeiro pavimento a peixaria da colônia com câmara fria, local em que é comercializado o pescado dos associados) e o Hospital São Pedro, desativado desde o ano 1985 aproximadamente, e que se encontra atualmente em negociação com a Prefeitura de Vitória para utilização da infra-estrutura existente.

O prédio do Hospital está avaliado pela Prefeitura Municipal de Vitória em R\$ 1.200.000,00 para venda. E, pela Colônia, por R\$ 10.000,00 para aluguel, conforme informaram o diretor administrativo e o presidente da colônia. Existe possibilidade de instalação de uma Unidade de Saúde com atendimento de 24 horas em parceria com a Prefeitura. E uma área para construção de um pier, onde também funciona uma carpintaria (particular) para reparos e fabricação de barcos. Foi manifestado que o imóvel tem sofrido ações de depredadores e dentro de suas instalações encontra-se uma ampola com material radioativo.

A Colônia tem como objetivo melhorar as condições de vida dos pescadores e suas famílias, bem como fornecer documentos para regularizar a situação dos pescadores junto ao INSS e Ministério do Trabalho.

Tem aproximadamente 4.500 associados, sendo que este número de associados abrange pescadores residentes em vários municípios como: Vila Velha, Serra, Aracruz, Linhares, Conceição da Barra, Colatina, Baixo Guandu e Aimorés - MG.

Para estes associados atuarem como pescadores é necessário que possuam duas carteiras, uma no Ministério da Agricultura e outra no Ministério da Marinha. Com as correspondentes inscrições, e mediando uma declaração do exercício da pesca, normalmente expedida pela Colônia de Pescadores, que é uma entidade reconhecida no Ministério de Trabalho. Sempre que seja cumprido o prazo de carência correspondente, o pescador beneficia-se com o seguro de defeso.

O número de embarcações cadastradas na Colônia é de aproximadamente 200 com motor, rádio e telefone celular (modelo antigo). Alguns têm equipamentos mais sofisticados como sonda e gps. O tamanho das embarcações varia entre 10 e 14 metros em sua maioria. Utilizam como petrechos:

- **Rede de espera** a uma distância de até 3 milhas da costa a uma profundidade de 15 metros para pesca de Curvina, Pescada, Lagosta, Anchova, Chicharro e Pescadinha;
- **Espinhel de superfície** a uma distância entre 12 e 15 milhas da costa, a uma profundidade até 60 metros para pesca de Realito, Pargo, Papa Terra. Dentão e Dourado;
- **Espinhel de fundo** para pesca de Cação e Badejo.

Os barcos de pequeno porte utilizam como petrecho a *linha com anzol*.

O volume de pesca comercializado no posto de venda da Colônia e de aproximadamente:

- 64 toneladas /mês de pesca de anzol – 8 barcos.
- 25 toneladas/mês de rede de espera – 20 a 25 barcos.
- 6 toneladas/mês de camarão.

No tocante à comercialização do pescado, 80% do total do município de Vitória é adquirido por Alvarenga, o grande atravessador da região.

No bairro existem aproximadamente 15 máquinas particulares de descascar camarões. Nas proximidades existem 2 estaleiros: Edgar Alvarenga e Manuel Vareta.

Segundo os representantes da colônia Z 5, os pescadores não tem muitas expectativas em relação à exploração petrolífera no Espírito Santo. Em contrapartida, os membros consultados esperam que, a partir das atividades das diferentes empresas do setor, se perceba um incremento da geração do emprego no mercado. Saliencia-se também o desejo, por parte do pessoal da colônia, de celebrar convênios com as petroleiras que venham beneficiar a classe, como, por exemplo, o projeto de preservar os pesqueiros com a criação de recifes artificiais. Sugeriu-se a preservação do berçário de peixes que constitui a Baía de Vitória, que inclui a sua importante área de manguezais, e que atualmente sofre a pressão de pescadores que, com redes e tarrafas, colocam em situação de risco o equilíbrio ecológico assim como a normal produção ictiológica.

Resulta também de interesse dos pescadores a possibilidade de acontecer derramamento de óleo nas atividades de produção de petróleo e de como um acidente destas características pode vir afetar as atividades dos pescadores. Assim também outros tipos de acidentes concitaram a atenção dos entrevistados, como navios que possam vir colidir com embarcações pesqueiras.

Algumas manifestações com relação à expectativas da atividade petrolíferas foram:

- "Possibilidade de parceria entre a Petrobrás para preservar os criadouros de peixes na ilha das Caieiras com recifes artificiais";
- "Trabalho educativo para pescadores";
- "A possibilidade de acidentes com derramamento de óleo tem preocupado alguns pescadores, como vamos ficar?";
- "O fluxo de navios na entrada da Bahia aumentou e já sabemos onde podemos ficar".

A pesca mais comum no município é a pesca de arrasto para camarão, chamada pelos pescadores de arrastão. Nesta prática além do camarão são pescadas outras espécies.

Outro tipo de pesca realizado na capital é a pesca esportiva, especialmente para captura do Marlim Azul. Tem sido, inclusive, realizados torneios de pesca da espécie com o apoio da Prefeitura Municipal de Vitória.

A comercialização do pescado garante uma renda mensal em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais por mês), segundo a mesma fonte.

A comercialização do pescado dos associados da colônia é realizada, ou diretamente na própria colônia, ou via atravessadores que compram o pescado no local. Em função do grande mercado na qual se localiza a colônia, o mercado da capital, toda a produção é passível de venda na própria região e municípios circunvizinhos.

A colônia, além de desenvolver suas ações típicas da entidade, também assiste as outras associações existentes no município, com as quais possui estreito relacionamento, que são: Associação de Pesca de Santo Antonio; Associação de Pesca Ilha das Caieiras; Associação de Pesca da Praia do Canto; Associação de Pesca de Goiabeiras; Associação de Pesca da Praia do Suá.

Com relação ao apoio do poder público local, segundo o Sr. Reginaldo, a prefeitura de Vitória tem assistido, na medida do possível, a colônia. Foi dado apoio para a reforma da colônia, para a aquisição de um barco de grande porte num valor estipulado, segundo Sr. Reginaldo, em R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), e também para a montagem de um estaleiro para a colônia (existem 02 estaleiros em funcionamento no município, mas são particulares).

Os problemas que mais afetam os pescadores, de acordo com o representante da colônia, são:

- A poluição da baía de Vitória, assim como de seus mangues, lugar de desova dos peixes e outras espécies de vida marinha. Esta poluição é proveniente dos navios que atracam da baía, causando a diminuição da quantidade de vida, já que ao atingir o nascedouro de muitas espécies logicamente compromete a quantidade de indivíduos adultos;
- A pesca submarina com arpão feita por pescadores não profissionais, que afugenta os cardumes;
- O tratamento discriminado da fiscalização, por parte da Capitânia dos Portos, no que tange aos limites de pesca, que é mais exigente, segundo o Sr. Reginaldo, para os que vivem da atividade pesqueira.

No tocante às áreas de pesca, foi informado que, as embarcações menores praticam a atividade fora de Tubarão e fora de Praia da Costa. Algumas embarcações de grande porte se aproximam das Ilhas Martin Vaz e da Trindade.

A colônia possui uma embarcação que pratica a técnica de arrasto para pegar camarão rosa na região de São Mateus.

As embarcações que se dirigem para as Ilhas Martin Vaz e Trindade praticam, na viagem que tem uma duração de 5 dias para ir e 5 dias para voltar, pesc com currico, ou seja linhas com anzóis na popa da embarcação, atuando durante a travessia.

Foi levantada a presença de traineira de Santa Catarina que vai arrastando todo o pescado, resultando muito prejudicial para os pescadores locais.

Os membros que compõem a colônia se utilizam do píer já existente na praia do Suá como atracadouro de suas embarcações.

Para conserto ou reforma das embarcações, os membros da colônia contam com a possibilidade de levar as mesmas para o estaleiro que funciona dentro da área da colônia descrita acima, onde quem trabalha já tem construído várias escunas e, como destaque, foi quem construiu a Caravela Espírito

Santo utilizada nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Outra opção seria Manuel Vareta, que possui seu estaleiro no bairro Jesus de Nazareth. Destaca-se que na área de Edgar Alvarenga existe outro estaleiro, de propriedade do empresário, onde são construídos apenas grandes barcos.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA PRAIA DO SUÁ

A associação não tem sede própria, funciona na sede da colônia, porém utiliza o endereço residencial do seu presidente Alvaro Martins da Silva. Foi fundada em 26 de novembro de 1996, como uma alternativa para viabilização de convênios e outras parcerias, uma vez que a Colônia está inadimplente por causa das dívidas com INSS e FGTS.

Tem aproximadamente 600 associados e 80 barcos cadastrados de pequeno porte aproximadamente 5 a 8 metros.

Os associados entregam a maioria do pescado para ser comercializado no posto de vendas da Colônia.

Esta associação, além de contemplar os pescadores do bairro Praia do Suá, agrega os do bairro Jesus de Nazareth.

Os membros da associação podem ter acesso a créditos do Banco do Brasil de R\$ 500,00 até R\$ 18.000,00 com juros de 4% ao ano para compra de equipamentos e reparo de embarcações, mercê ao projeto da Secretaria Nacional da Pesca do novo governo federal, sendo que só associações adimplentes conseguem este benefício.

- COOPERATIVA DE DESFIADIEIRAS DE SIRI DA ILHA DAS CAIEIRAS

Por ser uma região de significativa extensão litorânea, o estado do Espírito Santo oferece grande potencial para a Maricultura. Um dos exemplos de utilização deste potencial é a Associação das Desfiadeiras de Siri localizada na Ilha das Caieiras.

Os principais mariscos comercializados pela associação são: camarão, siri, caranguejo, sururu, ostra e ameixa. Os produtos se diversificam em preço e disponibilidade dependendo da estação anual. O mais comercial dos mariscos é o siri, que além de saída para a cooperativa, também sai para restaurantes, bares, para atravessadores e outros comerciantes. A compra é efetuada em kg ou por caixa fechada do marisco. A negociação não é difícil de ser feita visto que existem compradores em potencial.

A Ilha das Caieiras é favorecida por uma maré que propicia o cultivo e a coleta de mariscos, participando da pega (e usando como profissão), aproximadamente 60 pessoas. O material utilizado pelos catadores de mariscos da região geralmente é composto por rede, pussá, gereré, e armadilha. Quando o caranguejo está escasso, os catadores o apanham enfiando a mão no buraco onde se esconde.

A importância da atividade do ponto de vista sócio-econômico se dá, por um lado, pelo aumento da renda proporcionada às famílias das desfiadeiras, antes dependentes, na sua maioria, do trabalho do homem. Por outro lado a participação das mulheres na geração da renda familiar tem crescido, mesmo nas camadas de rendas mais baixas da sociedade, tendo em vista as oportunidades que se abrem em termos de opções de trabalho.

◆ **MUNICÍPIO DE VILA VELHA**

Em Vila Velha a pesca é uma atividade de grande expressão, o que pode ser dimensionado pelo número de entidades representativas do segmento que existem no município, entre elas a Colônia de Vila Velha, as Associações de Pescadores da Praia do Ribeiro, da Praia de Itapuã e da Ponta da Fruta, além da Cooperativa.

As informações relativas à atividade pesqueira desenvolvida no município de Vila Velha foram levantadas junto aos pescadores representantes das organizações existentes no município e que representam esta atividade, dentre eles o Sr. Brito, da Colônia de Pesca, o Sr. Dirceu Oliveira, da Praia do Ribeiro, o Sr. José F. Correia (Zé boião) de Itapuã e o Sr. Sérgio Alcântara (Serginho), de Ponta da Fruta. As informações solicitadas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico à Prefeitura Municipal de Vila Velha não foram repassadas, manifestando o engenheiro de pesca responsável, a possibilidade de ser contratado pelo empreendedor para realizar estudo referente ao tema, uma vez que o técnico “tem habilitação” para tal.

- ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES

Segundo representantes destas entidades este é o real "endereço" dos pescadores com renda de até três salários. É através das associações que eles se organizam (fisicamente) para a pesca, de onde partem com suas embarcações e onde desembarcam com sua produção.

Geralmente são os pescadores das localidades mais próximas que fazem parte da associação. Na estrutura física que possui a entidade os pescadores guardam seus materiais de pesca, suas embarcações e geralmente comercializam o pescado.

Em Vila Velha existem três associações de pescadores: a da Praia do Ribeiro, a da Praia de Itapuã e a de Ponta da Fruta. São visíveis a diferença de porte das embarcações pertencentes aos associados de Ponta da Fruta e da Praia do Ribeiro, que utilizam embarcações com maiores recursos, e das utilizadas pelos associados da Praia de Itapuã, a grande maioria movida a remo. Isto determina a existência de diferentes padrões de vida entre pescadores de um mesmo município, em função dos recursos utilizados por cada um deles.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA PRAIA DO RIBEIRO

A localização da Associação dos Pescadores da Praia do Ribeiro encontra-se nas proximidades da Praia da Costa. Composta, em sua maioria, de pescadores das imediações, esta associação conta com uma força de pesca de aproximadamente 50 pescadores, que utilizam 20 botes a remo e outras 12 embarcações motorizadas.

A associação não tem sede própria, nem fábrica de gelo ou qualquer outra estrutura para facilitar a comercialização do pescado. O problema enfrentado é o mesmo das outras associações: infraestrutura precária, inexistência de local apropriado para abrigo dos barcos, de local para guardar o material de pesca e de espaço apropriado para a comercialização do pescado.

Um reclame específico desta comunidade de pescadores é que existe um fator que interfere no processo de comercialização do pescado, realizado na praia onde estão assentados, onde deságua, nas proximidades, um canal de esgoto no mesmo local aonde os barcos chegam com o pescado.

Os tipos de pesca mais utilizados são: pesca de rede de espera, pesca de linha de fundo e pesca com tarrafa, para obtenção de iscas. Em média, o volume de pescado desembarcado, por dia, é de 250 kg, composto principalmente por Peroá, Pargo, Baiacu, Dourado e Pescadinha em sua maioria.

A faixa salarial dos pescadores é de 3 salários. Em comparação com as outras associações de Vila Velha, a da praia do Ribeiro não tem algo relevante em se destacar nem maiores problemas, de acordo com informações da entidade.

Quanto à instalação de plataformas extratoras de petróleo, estas são encaradas como ameaças no sentido de serem bancos atrativos, delimitadoras de áreas e potencialmente poluidoras. Também a rota dos navios é uma preocupação manifestada pelo representante da associação.

A maricultura se destaca em comparação com as outras duas praias. O sururu é a principal fonte de renda durante todo o ano todo, para cerca de 5 a 8 pessoas que se empenham neste tipo de pesca. Mergulhando com aparelhagem ou sem, extraem da Ilha dos Pacotes, Ilha do Tati e imediações do Farol, comercializando o produto na praia do Ribeiro ou preparando (pelos mariscadores) e vendendo para banhistas à beira-mar. A venda é boa, segundo o representante da associação.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCA DE PONTA DA FRUTA

A associação de pescadores de Ponta da Fruta, via de regra, também engloba pescadores apenas das proximidades. Atualmente conta com cerca de 50 participantes e apresenta uma frota pesqueira de pouco mais que 15 embarcações, todas utilizadas na pesca marítima. A pesca é feita com linha de fundo, rede de espera de fundo e algum tipo de arrasto.

A comercialização é feita na própria praia onde desembarcam. O movimento dos bares, localizados no calçadão da praia, em determinadas estações, absorve grande parte do que é trazido pelos pescadores.

Os problemas se repetem com relação às outras duas associações, na qual pontuam-se falta de atracador, dificuldade de comercialização por causa de falta de balcões, falta de local para guardar o material de pescaria como redes, linhas e outros diversos. Mas o principal problema que os pescadores vem enfrentando, por longa data, é a divisão do espaço físico da praia com os donos de bares. Os pescadores, por falta de um cais ou atracador, têm que trazer os barcos para fora d'água, ocupando assim as margens da praia. Os donos de bares, para atraírem o cliente, espalham cadeiras à beira-mar, onde os mesmos são servidos. Como a praia é estreita por causa da existência de pedras, os pescadores vêem-se reportados a 'empilheirarem' suas embarcações, todas em um canto estreito da praia, causando transtorno e dificuldades.

Também a faixa salarial dessa associação gira em torno de 3 a 4 salários/mês por trabalhador de pesca.

As principais reivindicações são: construção de um cais para se evitar conflito com os donos de bares, locais para abrigarem seu material e infra-estrutura para comercialização do pescado.

Quanto às atividades das plataformas petrolíferas, a única preocupação é a poluição e a rota naval pondo em risco suas embarcações.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA PRAIA DE ITAPUÃ

A Associação não tem sede própria e funciona na colônia de pescadores de Itapoá, tendo apenas 3 anos de funcionamento. Sua fundação se deu em decorrência da necessidade de ter uma representação para viabilizar a construção de abrigos para guardar barcos, na gestão Municipal anterior. Não tem fins lucrativos, e não cobra mensalidades dos sócios.

São cerca de 50 associados com aproximadamente 120 barcos, predominando embarcações de pequeno porte (116 com 4 metros e 4 com 7 metros de comprimento e motor). A maior parte dos associados são moradores da localidade, de Itapuã, contando com uns poucos da Praia da Costa. Utilizam a faixa litorânea compreendida entre a Praia da Costa e Barra do Jucu para pescar.

José Fernando Correa dos Santos, conhecido como Zé Boião, preside a Associação. Segundo ele, os tipos de pesca mais utilizados pelos profissionais são os seguintes:

- **Pesca de rede de arrasto:** realizada a uma distância de 600 metros da praia, a uma profundidade de até 10 metros. No verão o volume de pesca chega aproximadamente a 50 toneladas e no inverno cai para aproximadamente 10 toneladas, com predominância de peixes de cardume: Manjuba, Sardinha, Espada, Pescadinha e Chicharro;
- **Pesca de rede de espera (pesca de espera boiera ou superfície):** realizada a uma distância de 700 metros da praia, a profundidade entre 25 e 30 metros. No verão o volume de pesca chega aproximadamente a 2 toneladas e no inverno se mantém, com predominância de Pescadinha e Pescada;
- **Pesca de anzol:** realizada a 10 milhas da praia, a profundidade entre 35 e 50 metros. No verão o volume chega aproximadamente até 5 toneladas e no inverno o volume cai para aproximadamente 2 toneladas, com predominância de Pescadinha, Peroá, Baiacu e Chicharro.

A comercialização de 80% do pescado é realizada para atravessadores do Mercado da Vila Rubim, Alvarenga para exportação e prainha de Vila Velha, enquanto os 20% restantes são comercializados na praia de Itapoã no horário de chegada dos barcos e de puxada das redes.

A renda dos proprietários de barco no verão chega a aproximadamente R\$10.000,00, enquanto no inverno é de aproximadamente R\$ 300,00/mês.

O atendimento médico é realizado pela Unidade de Saúde do Bairro de Coqueiral de Itaparica, e os estudantes contam com 4 escolas da rede municipal de ensino: Pré-escola, que funciona na colônia atendendo às crianças do bairro de Itapoá; Ensino Fundamental "Telmo Torres" em Itapoá, e Ensino Médio "Agenor de Souza Lé" e "Godofredo Schineider" na sede do município.

Além de não dispor de sede própria a associação, segundo seus representantes carece de infraestrutura de apoio à atividade como fábrica de gelo e frigorífico. A única infra-estrutura disponível aos pescadores é o barracão acoplado à passarela ou calçadão da orla, que apesar de oferecer abrigo a alguns barcos, é insuficiente para abrigar todas as embarcações, além de ser desprovida de algumas características essenciais para os seus usuários.

O local de desembarque de pescado é na praia, que é por onde chegam as embarcações, pela falta de um cais, trazendo os peixes apanhados no mesmo dia.

Ouve-se dos próprios pescadores que as instalações utilizadas para a comercialização do pescado são impróprias, devido à precariedade de higiene por falta de água tratada e balcões mais compatíveis com o produto que é comercializado.

Ressalta-se que no período de veraneio também se verifica a ocorrência da pesca do sururu e da lagosta. Segundo informações levantadas, a cada ano a quantidade e, automaticamente, a facilidade e praticidade esvaecem-se.

Segundo seus associados é censo comum, com relação à descrição dos principais problemas enfrentados, a falta de apoio/respaldo das autoridades responsáveis, falta de apoio para financiamento de aquisição de materiais e equipamentos, infra-estrutura precária, dificuldade para se construir uma fábrica de gelo, dificuldades de transporte, etc, além da necessidade de um enrocamento na praia para amenizar as ondas em tempos de mar revolto. As reivindicações giram, principalmente, em torno do apoio de autoridades visando a montagem de infra-estrutura e ao financiamento para a compra de material mais adequado que proporcionem melhorias na produção e na comercialização do pescado.

Atividades petrolíferas de forma alguma mostram ser assunto com que se preocupem. Não se sentem ameaçados pela rota dos navios, referindo-se que estas instalações firmam-se além de suas áreas de pesca.

No tocante aos rendimentos informou-se que alguns pescadores chegam a faturar, nos bons meses de pesca, algo em torno de 5 a 6 salários mínimos. Entretanto, no geral, o rendimento mensal é de aproximadamente 3 salários.

Os próprios pescadores manifestam, em suas falas, que a pobreza e a carência de educação são contribuintes agravantes para que grande parte desse dinheiro seja gasto com o álcool para si ou outros.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA PRAIA DA COSTA

O presidente da Associação é o Sr. Jorge “Gato” e o vice-presidente Hélio Almeida, mais conhecido pelo apelido de “Galo”. Este último foi o responsável pelas respostas da entrevista, junto com os Srs. Roberto Rivelino Flores e Jacito, pescadores membros da citada Associação.

A associação de pescadores da Praia da Costa foi recentemente fundada, e teve como argumentos para sua criação a obtenção de benefícios para os pescadores. Dos benefícios que deram origem à criação da associação, alguns foram concretizados e outros estão registrados ainda como anelados projetos. Dentre os benefícios obtidos pelos membros que constituem a associação, destaca-se a existência de um vigia para tomar conta das embarcações que ficam estacionadas na praia durante a noite.

Os projetos da associação são a construção de bancadas para a venda do pescado no dia, com serviço de água e energia elétrica que permita a iluminação destas peixarias. Visam também a melhora e ampliação dos barracões onde guardam o material de pesca. Assim também desejam poder contar com assistência médica e odontológica para os associados.

Destaca-se que o número de associados é de 72 e que o período de duração do mandato do presidente é de dois anos. Cada um dos associados é dono de uma embarcação de uns 4 metros de

comprimento sendo apenas 6 delas com motor, motores de embarcações simples de passeio adaptados para estas baterias. As 66 embarcações restantes são movidas por remos.

Quanto à modalidade de pesca, a grande maioria desenvolve suas atividades através da pesca de anzol, com linhas de fundo de 4 até 6 anzóis. As espécies mais capturadas são baiacu, espada, pescadinha e corvina. Alguns pescadores se utilizam de rede de espera de malha grande, obtendo com ela corvina, sarda, pescada, chicharro e anchova. A área de pesca vá desde os 500 até os 1000 metros de distancia da costa, nas proximidades do farol de Santa Luzia. A distancia da costa é função da época do ano, sendo que no verão estão pescando mais perto (500 metros) e no inverno se afastando (1000 metros). Porém, sempre saem a pescar baseados nas condições meteorológicas, devido a se tratar de uma pesca estritamente artesanal, com grande rusticidade técnica. A conservação do pescado é nula, sendo trazido à costa logo depois de Ter capturado alguns peixes, e comercializado diretamente na praia, onde tem montados primitivas mesas forradas com chapas de aço totalmente enferrujadas, delatando a precariedade do serviço, como assim também a ausência total de higiene, caracterizada pela falta de torneiras com água limpa, como também de banheiros.

Como indicado acima, quase todos os pescadores vendem seu peixe na praia para seus habituais fregueses. Caso sobre produção, eles saem vender nas ruas da Praia da Costa, a viva voz. O vice-presidente da Associação é uma exceção, devido a Ter montado, na sua casa, uma peixaria simples, atendendo assim os moradores vizinhos.

Segundo “Galo”, entre todos os pescadores da Praia da Costa, conseguem pescar, por mês e em promédio, uns 300 kilos de peixes. A receita média dos pescadores é de R\$ 300,00 por mês.

O vice-presidente da Associação destacou a preocupação dos membros da mesma com pesca predatória noturna de barcos com rede de balão que, segundo ele, estão a muito tempo minando o potencial ictícola da região, na medida que exploram agressivamente o fundo marinho do seu pesqueiro. Destacou as repetidas denúncias feitas perante organismos de fiscalização, não encontrando eco às apresentações. Estes barcos baloeiros, segundo Galo, são de pescadores da Prainha e da Ilha das Caieiras. Outra grande preocupação é com o risco de vazamento de óleo, e que possa vir afetar o normal desenvolvimento da atividade fonte de recursos para eles e suas famílias. Porém, destacaram que a extração de petróleo nas áreas do sul do Estado criam grande expectativa pela vinda de investimentos e aumento no fluxo de dinheiro circulante, que acaba beneficiando a todos.

- COOPERATIVA MISTA DE PESCA DE VILA VELHA

A Cooperativa Mista de Pesca de Vila Velha foi fundada em 1993, sendo a sede, construída pelo Governo do Estado do Espírito Santo na Prainha, município de Vila Velha, cedida por comodato. Possui 16 funcionários, 4 diretores, além do Presidente Romildo Silva que prestou as informações relativas a atividade pesqueira na Cooperativa.

Romildo destacou que a Infra-estrutura da cooperativa é composta por uma fábrica de gelo; um depósito de combustível com capacidade de 15 mil litros; um balcão de comércio a varejo, que funciona de terça a domingo; e um caminhão Mercedes 709, em regime de comodato com o governo do estado.

Tem aproximadamente 1.000 pescadores associados. Existem cerca de 120 embarcações, cujos comprimentos são classificados em: 5 m, 9 a 10 m e 10 a 15 m, predominando embarcações de 13,5

metros. Área de pesca abrange do sul da Bahia ao norte do estado do Rio de Janeiro. Utilizam como petrechos de pesca: linha de fundo, pargueira e espinhel.

Em torno de 50 % do pescado vai para o mercado da Grande Vitória, através de restaurantes e bares. O restante é comercializado com a empresa que pagar mais, pois não possuem SIF para exportação. Essas empresas são: Alvarenga, Brasfish e Central Leste. Atum, Cioba, Catuá, Realito e Dourado são destinados ao mercado externo, enquanto o Badejo, Dentão e Dourado para o mercado interno.

A renda média em embarcações de grande porte é de R\$ 600,00 / mês por pessoa.

Segundo o presidente, nos últimos dois anos apesar de ter havido um aumento na frota, a produção mensal caiu durante o período em que estavam sendo realizadas pesquisas sísmicas, conforme pode ser verificado no quadro abaixo.

Tabela 5.3.12.2-1: Volume de pesca mensal da Cooperativa Mista de pesca de Vila Velha – 2002/03

Mês	Volume em Kg	
	2002	2003
Janeiro	44.276	44.765
Fevereiro	59.510	67.780
Março	60.488	63.321
Abril	52.116	68.419
Maio	44.662	43.470
Junho	57.185	51.838
Julho	71.020	56.827
Agosto	62.749	80.791
Setembro	44.088	-
Outubro	52.799	-
Novembro	47.487	-
Dezembro	50.621	-

Fonte: Cooperativa Mista de pesca de Vila Velha, Setembro de 2003

A associação possui projeto para criação de uma escola de pesca, com o objetivo de melhorar a qualificação dos pescadores, baseada na grade curricular da escola de pesca de Piúma. As expectativas em relação à exploração de petróleo:

- "Vai excluir mais, vai gerar mais desemprego com a queda do volume de pesca";
- "Exclusão social, os empregos serão gerados para as elites".

Localizada na Prainha, a cooperativa é responsável pela maior quantidade de pescado de Vila Velha. Possui algo em torno de 800 pescadores, que se distribuem em duas 'modalidades' de pesca: em alto mar e costeira.

'Alto mar' faz referência à profundidade em que é realizada a pesca, sendo em distância, realizada entre o norte de ES e sul da BA. A pesca realizada em alto mar conta com uma frota de barcos que varia de 9 a 14 metros, e comportam, cada um deles, de 5 a 8 pescadores. As embarcações são, em sua maioria, convesados (80 convesadas e 52 sem convés) até mesmo pelo volume de pescado que trazem. Partem ao mar com 4 toneladas de gelo e quando voltam, aproximadamente 15 a 20 dias

após, descarregam uma soma que gira em torno de 1500 a 4000 kg de pescado. As espécies mais relevantes, capturadas neste tipo de pesca são: Badejo, Garopa, Cioba, Papa-Terra, Olho-De-Boi, Cação, Catuá, Dourado e Pargo.

Como é de se esperar, o material e equipamentos utilizados pela pesca em alto mar é bem sofisticado e avançado tecnologicamente. Com a ajuda de satélite, navegadores GPS auxiliam a pesca, ecosondas possibilitam a localização de cardumes, e espinheis garantem quantidade e praticidade na atividade.

A pesca costeira é praticada mais próxima à costa, e a situação dos embarcados é visual (se orientam pelos prédios da orla), não necessariamente precisando de alta tecnologia. Os pescadores que realizam este tipo de pesca normalmente voltam no mesmo dia em que saem, e entram cerca de 10 milhas mar adentro. As espécies mais capturadas são: Peroá, Anchova, Pescada, Corvina, Bagre, Chicharro, Espada, Robalo, Charel e Pargo.

Na pesca costeira as embarcações também dispõem de material de pesca simples, que se limitam, normalmente, a anzóis e redes. O número de pescadores por embarcação é pequeno, geralmente dois, e a produção diária pode chegar aos 40 kg se o ‘mar estiver para peixe’. Ao contrário da pesca em alto mar a costeira não utiliza gelo em suas saídas.

A Cooperativa possui vários projetos dentre eles:

- A ampliação da capacidade de produção de gelo;
- Ampliação da área destinada ao cais;
- Aumento da frota por meio de recursos próprios;
- Implantação de infra-estrutura para beneficiamento do pescado.

Este último projeto está sendo encampado visto que pretende implantar uma boa estrutura para beneficiamento do pescado, tanto para agregação de valor quanto para que se consiga certificação para poderem exportar o pescado. Atualmente a cooperativa não possui SIF, selo de controle de qualidade por parte dos órgãos competentes para tal.

A Prefeitura Municipal também tem prestado apoio à cooperativa oferecendo, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cursos de capacitação e treinamento que permeiam tópicos como: conscientização, tecnologia para o pescado, confecção de armadilha de pesca, navegação, mecânica marítima, marinharia e associativismo.

Segundo as estatísticas de produção da cooperativa, disponíveis na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, verifica-se que:

- 80% da produção municipal de pescado provém da cooperativa, o que representa cerca de 120 toneladas/mês;
- deste volume 60% é exportado (não pela cooperativa pois não tem certificação para tal);
- 70% o produto exportado é composto por espécies como Cioba (carro chefe), Pargo, Papa-Terra, Dourado e Catuá.

A principal preocupação manifestada pelos pescadores diz respeito aos danos causados por embarcações do tipo camaroeiros que terminam por quebrar, rasgar e danificar as redes de pesca.

As principais preocupações levantadas, tanto pelos pescadores associados quanto pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, refere-se a exploração de petróleo, que, na visão deles, é algo eminente e quase que consumado. Isso porque a instalação de plataformas deste tipo impõe um limite em distância (área de exclusão) que deve ser obedecido pelos pescadores e suas embarcações, não podendo estes navegarem em suas proximidades. Por outro lado essas plataformas formam os chamados bancos atratores, que propiciam um ambiente chamativo e procurado pelos peixes por uma série de fatores. Ou seja, formam-se pesqueiros artificiais que não podem ser explorados pelos pescadores que encontram-se, cada vez mais, diante do problema da redução do estoque pesqueiro.

- COLÔNIA DE PESCADORES Z-2 - CONSELHEIRO COSTA PEREIRA

Fundada em 1º. de Fevereiro de 1924, foi criada pelo Governo Federal para que os pescadores pudessem ajudar na fiscalização da costa. Esse processo ocorreu em todo o Brasil. Os pescadores faziam parte da terceira classe do quadro da Marinha do Brasil, residiam em colônias de casas da Marinha, e recebiam assistência médica. Com o passar do tempo foram passando da pesca artesanal para a profissional.

Os presidentes das colônias eram escolhidos pelo Governo Federal entre oficiais da Marinha que estavam na reserva. Até hoje os estatutos que regem as colônias são portarias ministeriais, foi o que relatou o Presidente da Colônia Z-2, Nabucodonosor Pereira Brito.

Número de sócios: 3.000 fichas, sendo que só 60 estão com as anuidades em dia. Em 1988 houve evasão do quadro social, quando foi divulgado que os pescadores não teriam necessariamente que estar vinculados às colônias. A área de abrangência vai do cais próximo à Ponte Florentino Ávidos até à Praia de Ponta da Fruta.

Estão inscritas 180 embarcações, com predominância de embarcações pequenas, havendo 15 de médio porte, que utilizam como petrecho espinhel de fundo e de tona ou caída para pesca de Dourado, e também linha de fundo para peixe de exportação, que são: Badejo, Garoupa, Dentão, Vermelho, Papaterra, Cioba e Cação.

As embarcações maiores têm autonomia para pescar na área compreendida entre Ilhéus-BA e sul do ES, incluindo as proximidades da Ilha de Trindade.

Das 165 embarcações menores, 30% são embarcações do tipo boca aberta, que fazem pescaria a até 30 milhas da costa a uma profundidade de 25 a 35 metros, utilizando como petrechos espinhel de fundo e de tona. As demais embarcações são pequenas, utilizando como petrecho rede de espera e de arrasto, e pescam mais próximo da praia.

A renda média mensal dos pescadores barcos grandes e médios é de até dois salários mínimos, e dos barcos pequenos a renda média mensal é de até um salário mínimo.

A Colônia de Pescadores Z 2 conta com a seguinte infra-estrutura:

- Uma sede edificada em terreno pertencente à Prefeitura Municipal de Vila Velha, e cedido para usufruto da colônia, um terminal pesqueiro situado na prainha de Vila Velha, que está sob a administração da Federação dos Pescadores, que repassa a título de empréstimo R\$ 1.300,00 por mês;

- Um barco doado pelo Governo do Estado, que necessita de reparos para e adequação para servir de barco escola com o objetivo de capacitar mestres e pescadores. Essa embarcação encontrando-se de fato em péssimo estado, sendo necessário que se mantenha uma bomba de sucção permanentemente ligada para evitar seu afundamento. O investimento necessário para a reforma do barco é de aproximadamente R\$ 160.000,00;
- Um terreno na Praia de Itapoã com uma edificação, onde funciona uma creche pertencente à Colônia, e onde 10% das crianças atendidas são filhos de pescadores. O pagamento dos funcionários é feito pela Prefeitura de Vila Velha através de convênio.
- Entre os projetos da Colônia estão a criação de uma Cooperativa de extração de algas calcáreas; a recuperação do barco escola, um investimento de aproximadamente R\$ 120.000,00; e um projeto para Maricultura (produção de Sururu, Ostra e Mexilhões) orçado em aproximadamente R\$ 120.000,00.

O Presidente da Colônia destacou que existem 30 famílias de pescadores vivendo abaixo da linha de pobreza, e há um alto índice de dependência química. Em relação à atividade pesqueira, ele afirmou que há necessidade de incentivos financeiros para investimentos na pesca, e um ordenamento pesqueiro. Também falou sobre o licenciamento para exploração petrolífera, que restringiu a área de pesca em mais de 11.000 milhas quadradas, com tendência de aumento a cada ano.

- COLÔNIA DE PESCA DE VILA VELHA

Situada nas imediações do pátio da Prainha, tem sede própria e em seus registros constam cerca de 2.000 (dois mil) pescadores cadastrados. A sede da colônia de pescadores em Vila Velha está localizada na Rua Dom Jorge de Meneses, S/N, Jaburuna, Vila Velha.

As ações da entidade concentram-se no auxílio ao pescador com relação à documentação exigida pelos órgãos de controle e fiscalização da pesca, além de prestar algum serviço de assistência social ao pescador e sua família. A colônia direciona-se à comunidade pesqueira, prestando-lhe os seguintes benefícios: assistência social, assistência médico-odontológica, representação dos pescadores frente à Capitania dos Portos, emissão de documentos, etc.

Como parte do apoio social prestado pela colônia destaca-se a existência de uma creche na Praia de Itapuã. Esta entidade atende não apenas aos filhos de pescadores, mas também a moradores da localidade.

O nível de vida dos pescadores é, no geral, baixo, o que, somado ao pequeno grau de mobilização da categoria e sua característica passividade, determinam, comumente, a ocorrência de problemas tais como alcoolismo. Segundo informações locais, a Prefeitura Municipal tem dado alguma assistência as famílias de pescadores por meio da Secretaria de Ação Social, provendo-lhes, principalmente, cestas básicas. Um dos fatores determinantes da baixa renda proporcionada pela atividade é a utilização de equipamentos e de técnicas artesanais, o que inviabiliza uma melhor produtividade. A própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico, segundo o engenheiro de pesca da prefeitura, tem dado orientação à colônia visando o aprimoramento das técnicas de pesca artesanal com o fim de que os pescadores aumentem sua renda.

◆ **MUNICÍPIO DA SERRA**

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES AMADORES E PROFISSIONAIS DE NOVA ALMEIDA

O presidente da associação é o Dr. Paulo, médico residente na vila. Para o levantamento das informações foi consultado o Sr. Fabiano Cortelete, pescador membro da associação e filho de família de pescadores. Destaca-se que os pescadores que habitam na localidade de Praia Grande, pertencente ao município de Fundão, estão representados por esta entidade.

Segundo Fabiano, pertencem à Associação 38 pescadores, que dispõem de 25 a 28 embarcações motorizadas entre 6 e 14 metros, estas últimas, totalizando 3 a 4 barcos.

A área de pesca utilizada pelos membros da associação estende-se desde a faixa que vai de Vitória até a foz do rio Doce, numa profundidade de 60 a 70 metros.

Para pescar, são utilizados dois tipos de linhas: *espinhel de fundo* e *espinhel boieiro*. O *espinhel de fundo* é destinado à pesca de garoupa, arraia e badejo, e o *espinhel boieiro* tem por objetivo a pesca do cação. Também se utiliza a *rede balão* para a pesca de camarão, instalando este petrecho em áreas pouco profundas, próximas à costa.

A maioria dos peixes capturados, segundo Fabiano, é destinada à exportação. Segundo o informante, apenas o cação é vendido ao público local. Sua venda é realizada diretamente ao consumidor, através da peixaria da associação, ou efetuada via atravessador que possui uma peixaria na entrada da ponte Nova Almeida-Praia Grande.

A Associação conta, como citado acima, com uma peixaria em espaço preparado e cedido pela Prefeitura Municipal da Serra, e bem próxima do cais de Nova Almeida, também realizado pela citada prefeitura. Existe ainda à disposição dos associados um estaleiro, porém em condições precárias (Figura 5.3.3.3-1). O gelo transportado pelos pescadores nas embarcações para conservação dos peixes capturados é comprado de fábricas de gelo particulares existentes na região.

Dentre as preocupações manifestadas pelo Fabiano, destaca-se a imperiosa necessidade de dragar o rio pela dificuldade que eles têm, as vezes, de entrar com os barcos. Sugere ainda, a reforma do cais, modificando a simples estrutura de pedras soltas por um píer de concreto. Outra séria preocupação manifestada, e coincidente com os resultados obtidos nas entrevistas com pescadores das outras associações, é a nefasta interferência dos pescadores do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, que tem acabado com a fartura tradicional da região. Comentou que está muito difícil poder capturar algum pargo e até, a captura de cação tornou-se difícil. Até mesmo o Peroá, que era farto na região, tem desaparecido. Sugere assim, a imediata atuação dos organismos competentes para fiscalizar e reprimir a pesca predatória.

No tocante às atividades da Petrobras, Fabiano comentou sobre a perda de material dos pescadores, devido a atuação do navio-sonda da empresa, popularmente conhecido pela categoria como “chupacabras”. Informou que, mesmo com a antecipação de 10 a 20 milhas da embarcação que notifica aos pescadores da iminência da chegada do navio sonda, não dá tempo para retirar todos os equipamentos da água, o que tem ocasionado a perda de parte deles e um enorme prejuízo para a atividade. Agregou que, se uma embarcação pesqueira passar sobre o cabo sísmico arrastado pelo navio sonda, queima os equipamentos eletrônicos do pescador, como por exemplo, o sonar, a sonda e a fonte do GPS.

- ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE JACARAÍPE (ASPEJES)

A Associação de Pescadores de Jacaraípe é presidida pelo Sr. Manoel Bueno dos Santos. Na oportunidade da entrevista, quem respondeu, devido à ausência do Sr. Manoel, foi a sua esposa, a Sra. Maria de Lourdes, a qual auxilia ao Sr. Manoel na condução da Associação.

A Sra. Maria de Lourdes informou que existem inscritas na associação vinte e três embarcações motorizadas, sendo mais de 50% delas entre 6 e 7 metros, possuindo algumas de 12 a 14 metros, porém muito poucas. Na associação estão inscritos 96 pescadores.

Os petrechos de pesca utilizados pelos pescadores de Jacaraípe são a *linha boieira* e o *espinhel de fundo*. Duas das embarcações de Jacaraípe possuem rede para cação, utilizando para tal captura o método da parelha.

Fora o cação, descrito acima, as capturas dos pescadores de Jacaraípe incluem peroá, pargo e realito, este último muito pouco.

A área de pesca utilizada pelos pescadores de Jacaraípe é a aproximadamente 20 milhas da costa, desde Vitória até Barra do Riacho.

A associação conta com uma peixaria construída pela Prefeitura Municipal da Serra e um cais moderno inaugurado a pouco tempo. Entretanto, os pescadores têm se manifestado contra as características do cais pois, sendo muito estreita a boca do canal de acesso ao cais e devido a ocorrência de deposição de areia, a entrada ao porto se torna muito difícil (Figura 5.3.3.3-2). Observa-se ainda, que o porto se localiza na foz do deságüe da Lagoa Jacuném e quando a maré está baixa, não tem como entrar ou sair com embarcações do cais.

Outra necessidade dos pescadores é a construção de uma câmara frigorífica para viabilizar o armazenamento de peixes e a melhor negociação do preço de venda. A quantidade produzida pelos pescadores, segundo a Sra. Maria de Lourdes, é vendida na própria peixaria dos pescadores e ao atravessador que reside em Jacaraípe.

A Associação não conta com estaleiro para reformas ou consertos das embarcações, porém, dentro do cais possuem infra-estrutura para poder tirar a embarcação e levá-la à oficina.

O gelo que utilizam é comprado de duas firmas particulares. Pelo custo que representa este insumo para os pescadores, os mesmos têm como projeto, fazer uma fábrica de gelo.

A renda média dos pescadores inscritos na associação é de dois salários mínimos.

5.3.12.3 AII - Municípios Norte Rio de Janeiro

Os dados aqui descritos foram levantados no diagnóstico do Meio Antrópico do EIA de Espadarte (Cepemar, 2000) e através de dados levantados junto às prefeituras municipais.

A pesca é a atividade tradicional desenvolvida no litoral norte carioca, que tem se mantido como provedora da subsistência de inúmeras famílias e como atividade expressiva na região com forte correlação à atividade turística.

Nesta região predomina a pesca artesanal. Destacando-se:

- **Pesca de arrasto para camarão:** desenvolvida em áreas costeiras a até 20m de profundidade, de Barra de Itabapoana ao Farol de São Tomé;
- **Pesca com linha de fundo:** para peroá é realizada entre 10 e 50m de profundidade e para xerelete e pargo a até 80m, também ao norte do Farol de São Tomé;
- **Rede de espera:** para cações e pescadas até 20m de profundidade. Em toda a região, a pesca de rede de espera e com linha de fundo são praticadas a profundidades de até 200m, sobrepondo-se na mesma áreas;
- **Pesca com parelha:** desenvolvida principalmente em Macaé, praticada por pares de embarcações que arrastam entre si uma rede de grandes dimensões, capturando variadas espécies;
- **Pesca com covos:** ocorre principalmente em Cabo Frio para a captura de pargo, entre outras espécies;
- **Espinhel:** usada durante o verão para a captura de dourado, espadarte e atum;
- **Rede de cerco:** para a sardinha, em áreas costeiras, a profundidades entre 10 e 40m, a partir do arquipélago de Santana, na direção sul;
- **Arrasto duplo:** para o camarão rosa, praticada nas áreas sul/sudeste de Macaé e a sudoeste de Cabo Frio, a profundidades entre 40 e 70m;
- **Pesca de linha de fundo (c/ variantes boinha ou pargueira) e espinhel de fundo:** presente em toda a área, e a profundidades entre 100 e 250m, chegando até 400 ou 500m;
- **Pesca de linha de mão e vara com isca viva:** artes estritamente superficiais, realizadas a cerca de 60 milhas da costa.

A pesca industrial é realizada, segundo consta do referido estudo (CEPEMAR, 2000), ao sul do Farol de São Tomé, atuando sobre espécies como sardinha, atum, camarão rosa, peixes de linha e demersais.

A pesca artesanal é desembarcada em vários pontos deste litoral. Em áreas pouco estruturadas para tal. Ao longo da faixa costeira, as principais pontos de desembarque são: Cabo Frio, Macaé, Arraial do Cabo, Guaxindiba e Barra de Itabapoana (que se encontra em melhores condições), além de Barra do Furado, Barra do Riacho, Farol de São Tomé e Atafona.

A pesca industrial é desembarcada em Cabo Frio, Niterói e Rio de Janeiro. O maior volume de pescado é desembarcado em Cabo Frio, segundo dados da tabela abaixo, seguido de Macaé e Atafona. Ressalta-se a não disponibilidade de dados em função da falta de organização e sistematização dos mesmos.

As principais comunidades pesqueiras localizadas ao longo do litoral norte fluminense são tipicamente artesanais em sua maioria, estando abaixo descritas.

- COMUNIDADE PESQUEIRA DE GARGAÚ

A Colônia Pesqueira de Gargaú é a maior colônia do Município de São Francisco de Itabapoana e uma das maiores e mais antigas do norte fluminense. São aproximadamente 1.500 pescadores e 250 embarcações. Conforme o EIA Espadarte, a criação da colônia foi resultado de uma divergência na Colônia Z-2, de São João da Barra.

A atividade pesqueira é realizada tanto em alto mar quanto no rio e nos mangues. A grande diversidade de ecossistemas e espécies em São Francisco permite o desenvolvimento de diversas “especialidades” entre os que vivem da pesca como caranguejeiros, pescadores de rio, pescadores de canoa, pescadores de áreas próximas à praia e pescadores de alto-mar, para citar as maiores categorias.

Não há estimativa do volume pescado. Quanto às espécies, a pesca de mar captura principalmente peroá e camarão (com o defeso entre 15 de fevereiro e 15 de março), e a pesca no rio robalo, tainha, carapeba, manjuba, tilápia, traíra, tainhota, bagre, siri e camarão pitu, entre outros.

A ausência do poder público, segundo o referido estudo, dificulta o desenvolvimento da colônia. Somado a este fato, a própria ignorância do pescador, oriunda da baixa escolaridade, atua como entrave para as atividades, resultando, por exemplo, na manutenção da pesca predatória em algumas localidades, vitimando pescadores de camarão.

Outro problema é a relação da colônia com os órgãos oficiais, que geralmente adotam medidas sem considerar as peculiaridades locais e não cumprem compromissos e promessas feitas prejudicando toda a comunidade. A exemplo disto, no âmbito estadual a FEEMA estabeleceu períodos de defeso em épocas impróprias para a região, pois o fez com base em estudos de outras regiões, prejudicando pescadores e caranguejeiros. Em nível municipal a Prefeitura tem uma Diretoria de Pesca vinculada à Secretaria de Agricultura, contudo, está totalmente ausente, não cumprindo com seu propósito. Além disso, há muita dificuldade para regularização dos barcos e da profissão junto a Capitania dos Portos. O posto da Capitania dos Portos mais próximo fica em Macaé, o que encarece o processo de o registro profissional e de registro de embarcações, devido à longa distância e a quantidade viagens que são necessárias para obtenção dos mesmos.

A comercialização da pesca é feita por atravessadores e dos donos de frigoríficos. Os donos de frigoríficos são proprietários de mais da metade dos barcos da região (também fornecem gelo) e têm prioridade na compra do pescado, bem como estabelecem os preço de compra (do pescador) e os preço de venda (ao consumidor). Esse esquema prejudica a atividade da colônia, pois aos pescadores resta vender os peixes de pior qualidade não comprados pelos donos de frigoríficos.

- COLÔNIA Z-2 / COMUNIDADE PESQUEIRA DE ATAFONA

A colônia Z-2 abrange os pescadores residentes nas localidades de Barra de Itabapoana, Guaxindiba, Gargaú e São João da Barra. São cerca de 3.620 pescadores cadastrados. A exigência para cadastrar-se é que o pescador faça um curso na Capitania dos Portos de Macaé. O curso é oferecido no Posto da Capitania em Macaé, sendo que a prefeitura junto à colônia paga 70% do custo dos pescadores até o local, ou financia a realização do curso no próprio município. O custo total deste curso fica em torno de R\$ 1.000,00, dos quais 30% são pagos pelo pescador. Conforme as informações do estudo proposto como base para este relatório aproximadamente 2.000 pescadores ainda não se cadastraram por não terem feito o curso.

A atividade pesqueira Município de São João da Barra emprega cerca de 2.000 pessoas, correspondendo a 60% da renda do município, segundo dados do EIA de Espadarte.

A comercialização enfrenta os mesmos problemas relatados na Colônia Pesqueira de Gargaú, no que tange a existência dos atravessadores ou pregoeiros e do cartel de frigoríficos (que além de serem os proprietários de grande parte dos barcos, controla muitas vezes o fornecimento de gelo, óleo diesel e as redes empurrando o preço do peixe para baixo).

A distribuição da renda é feita da seguinte maneira com o frigorífico: 1/10 para o mestre, 1/2 para os pescadores e 4/10 para o dono do frigorífico.

A melhoria nas condições de trabalho dos pescadores depende entre outros aspectos da construção de um cais, de uma fábrica de gelo sob o controle da colônia, e da viabilização de um mercado de peixes. Nesse sentido, é fundamental a ampliação da participação dos pescadores na colônia.

O volume mensal de pesca marítima e pesca interior (água doce) em Kg, está disposto a seguir nas tabelas 5.3.12.3-1, com base nos registros da Colônia durante o ano de 2000.

A pesca marítima foi responsável por 3.558.081 kg do volume pescado em 2000, sendo que deste total aproximadamente 51,52% foi pescado nos meses correspondentes ao segundo semestre daquele ano. A pesca interior também foi maior no segundo semestre, cerca de 51,41%, resultou um total de 193.651 kg em 2000.

Tabela 5.3.12.3-1: Pesca Marítima, por espécie e por mês, em Kg. (2000).

PRIMEIRO SEMESTRE/2000						
Espécie	Janeiro	Fevereiro	março	Abril	Maiο	Junho
Anchova	9.904	9.176	9.847	9.532	9.926	10.052
Arraia	349	375	568	556	602	732
Badejo	228	229	315	324	356	402
Bagre	4.581	4.261	4.619	4.516	4.755	4.725
Bijupirá	114	161	267	252	292	225
Bonito serra	9.483	8.853	9.397	9.220	9.516	9.572
Cação	14.250	13.333	14.542	13.999	14.507	12.672
Camarão	5.177	4.713	-	-	6.084	7.659
Xaréu	421	394	1.203	1.197	1.230	1.246
Xerelete	833	754	706	446	479	722
Cherne	72	97	299	4.680	495	496
Corvina	13.796	13.000	11.313	10.281	10.713	10.222
Dourado	8.362	7.849	8.845	8.540	8.586	8.136
Espada	321	778	321	334	373	320
Galo	207	213	238	246	249	190
Guaibira	642	630	720	724	758	750
Manjuba	2.148	2.054	2.236	2.224	2.219	2.170
Marlim	1.521	1.316	1.436	1.436	1.423	1.491
Mistura	1.851	1.679	1.816	1.768	1.790	1.725
Namorado	312	296	349	355	413	351
Olhete	1.230	1.070	1.253	1.262	1.298	1.280
Olho de boi	374	336	333	285	293	337
Olho de cão	44	37	32	31	40	49
Pampo	1.595	1.525	1.698	1.734	1.910	1.638
Prejereba	1.119	1.218	1.256	1.193	1.193	1.299
Peroá	197.541	187.204	199.685	197.867	203.242	180.741
Pescada	3.133	2.973	3.685	4.544	4.675	2.967
Pescadinha	3.186	2.973	3.220	2.786	2.770	3.161

Tabela 5.3.12.3-1: Pesca Marítima, por espécie e por mês, em Kg. (2000). Continuação

PRIMEIRO SEMESTRE/2000						
Espécie	Janeiro	Fevereiro	março	Abril	Maiο	Junho
Pitangola	472	588	647	599	1.100	683
Robalo	183	258	257	263	228	260
Salema	1.241	1.345	1.357	1.178	1.212	1.294
Sarda	5.544	5.265	5.753	5.593	5.867	5.528
Tainha	342	362	391	377	424	442
Xaréu	421	394	1203	1197	1230	1246
Xerelete	833	754	706	446	479	722
SEGUNDO SEMESTRE/2000						
Espécie	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Anchova	10.159	10.145	9.767	10.171	9.903	10.229
Arraia	732	836	842	831	804	877
Badejo	402	454	398	458	440	493
Bagre	4.725	4.933	4.854	5.073	4.961	5.142
Bijupirá	225	331	303	336	340	383
Bonito serra	9.542	9.628	9.679	9.610	9.381	9.686
Cação	12.972	14.784	14.280	14.882	14.381	14.998
Camarão	7.659	10.008	9.401	9.911	9.390	9.704
Cherne	496	663	623	597	597	669
Corvina	10.222	11.635	11.266	11.692	11.337	11.711
Dourado	8.136	9.154	8.797	9.099	8.862	9.223
Espada	320	424	446	505	461	538
Galo	190	345	359	387	399	420
Guaibira	750	874	845	911	933	1.007
Manjuba	2.170	2.300	2.284	2.398	2.381	2.470
Marlim	1.491	1.639	1.526	1.640	1.641	1.744
Mistura	1.725	2.099	1.993	2.083	2.066	2.195
Namorado	351	398	399	431	452	519
Olhete	1.280	1.536	1.425	1.462	1.484	1.558
Olho de boi	337	441	425	437	465	512
Olho de cão	49	60	60	64	73	78
Pampa	1.638	2.007	1.910	1.985	1.892	2.012
Peroá	180.741	205.561	198.941	207.610	200.551	205.899
Pescada	2.967	3.853	3.593	3.890	3.677	4.010
Pescadinha	3.161	3.403	3.297	3.358	3.340	3.504
Pitangola	683	900	939	1.034	1.007	1.085
Prejereba	1.299	1.462	1.485	1.464	1.445	1.528
Robalo	260	331	351	359	366	421
Salema	5.528	1.4780	1.465	1.472	1.489	1.503
Sarda	5.528	6.045	5.918	6.150	5.984	6.229
Tainha	442	568	569	574	629	720
Xaréu	1.246	1.448	1.454	1.526	1.484	1.560
Xerelete	722	892	818	837	863	919

Fonte: Colônia Z-2, Atafona, S.J. da Barra. Agosto/2001.

Tabela 5.3.12.3-2: Pesca Interior, por espécie e por mês, em Kg. (2000).

PRIMEIRO SEMESTRE/2000						
Espécie	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Bagre	328	336	239	340	358	328
Carapeba	220	232	339	178	147	157
Curimatá	142	143	139	132	254	285
Manjuba	11.994	12.006	11.999	11.918	10.958	12.654
Parati	86	78	79	85	35	54
Piau	238	245	249	266	257	354
Cará tilápia	251	263	269	276	265	254
Cascudo	133	137	129	110	159	145
Dourado	144	136	139	114	123	169
Jundiá	136	137	139	111	201	284
Morobá	58	57	59	74	62	54
Piabanha	160	119	159	459	568	496
Robalo	673	409	419	331	254	145
Tainha	924	921	819	920	854	754
Traira	396	405	409	373	324	354
SEGUNDO SEMESTRE/2000						
Espécie	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Bagre	358	329	361	375	399	365
Carapeba	205	254	263	275	254	202
Curimatá	148	152	169	182	234	214
Manjuba	11.935	11.854	12.684	12.661	12.823	12.952
Parati	102	152	154	168	175	105
Piau	282	298	296	358	347	305
Cará tilápia	276	295	287	312	342	340
Cascudo	108	103	128	167	187	180
Dourado	112	95	156	159	181	179
Jundiá	115	84	142	158	201	206
Morobá	76	79	131	154	168	118
Piabanha	327	305	354	365	398	352
Robalo	349	254	385	358	378	345
Tainha	922	845	899	965	999	925
Traira	332	333	358	365	426	398

Fonte: Colônia Z-2 , Atafona, S.J. da Barra. Agosto/2001.

Verifica-se, com base nos dados das tabelas acima que, tanto na pesca em água salgada quanto em água doce os meses de agosto, setembro, outubro e novembro apresentam maior abundância de pescado.

Os principais problemas que afetam a atividade pesqueira nesta comunidade, segundo o referido estudo, são:

Falta de fiscalização contra crimes ambientais, como por exemplo, navios de Santos, Santa Catarina e outras localidades, que por pescarem muito próximos do litoral com redes muito grandes, fazem literalmente uma limpeza no fundo mar, prejudicando assim, a pesca artesanal;

Existe manifestação, por parte de pescadores de que uma das causas dos peixes terem se afastado do litoral, seriam "as bombas jogadas pela PETROBRAS no mar" que afastariam os cardumes."Só que os pescadores não podem avançar mais de 200 milhas do litoral para acompanhar o peixe".

- COMUNIDADE PESQUEIRA DO FAROL DE SÃO TOMÉ

De acordo com os dados apresentados no EIA Espadarte, a comunidade de pescadores do Farol de São Tomé tem em torno de 1000 pessoas que vivem da atividade pesqueira, entre pescadores, marisqueiros e descascadores de camarão.

Existem uma estreita e dependente ligação entre os pescadores locais e as empresas frigoríficas existentes na localidade, o que determina uma enorme dificuldade de acesso aos pescadores para levantamento de dados e informações, sobretudo a manifestação destes com relação as condições de desenvolvimento da atividade.

O pescado e desembarcado ns praias, em pontos de desembarque denominados de “portos de areia”. O curioso é que estas áreas são de domínio privado, devendo os pescadores, para desembarcar o pescado, pedir autorização dos ‘donos dos portos de areia’.

A *rede de caída*, o *arrastão*, a *tarrafa* e a *pesca de linha* são os petrechos mais utilizados pelos pescadores na região, tratando-se da pesca de espécies como peroá, corvina, tainha, salmão, cação, robalo e dourado. A pesca do camarão é de grande relevância neste ponto, sendo este um dos principais do país.

Os problemas que se constituem em obstáculos para o melhor desempenho da atividade, mormente para a melhoria das condições de pescador e pesca, são:

- domínio particular dos pontos de desembarque;
- oligopsônio determinado pelos frigoríficos e atravessadores que dominam o comércio na área;
- supercaptura do pescado, que é realizada através de equipamento denominado “parelha”, que utiliza duas embarcações grandes que arrastão uma extensa rede. Segundo relatos de pescadores de outras localidades, especialmente do Espírito Santo, esta modalidade de pesca acaba com os recursos existentes até no fundo do mar, na medida em que “vão arrastando tudo”;
- uso de agrotóxicos que terminam sendo lançados nos afluentes que ascendem ao mar, levando os produtos químicos para este meio;
- ausência de saneamento básico que determina o lançamento de esgotos que também ascendem ao mar;
- a erosão;
- as grandes embarcações à serviços da atividade petrolífera, que tem, na visão dos pescadores, interferido na pesca, uma vez que tem arrastado redes de pesca.

- COMUNIDADE DE PESCADORES DE BARRA DO FURADO

Este porto de desembarque pesqueiro já teve maior importância tendo sua movimentação reduzido em função do assoreamento ocorrido próximo ao terminal pesqueiro, que determinou a dificuldade de acesso ao mesmo por parte de embarcações maiores. “Com a movimentação de areias promovida pelo mar, hoje, somente os barcos pequenos, de 10m a 13m, conseguem entrar no terminal” (Cepemar, 2000).

Mesmo assim a Barra do Furado é um dos principais pontos de desembarque na região, especialmente do camarão. Sua produção diária, de aproximadamente 1.200 a 1.300kg de camarão é negociada junto a intermediários que a comercializa, principalmente na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Esta comunidade também desembarca o pescado, embora com menor expressão devido às condições de acesso ao porto. Possui cerca de 400 pescadores que trabalham, em sua maioria, em embarcações que desembarcam em outros locais, ficando estes pescadores, muitos dias afastados de suas famílias.

Dentre as empresas frigoríficas localizadas em Barra do Furado destaca-se a Frigofish, empresa alemã que exporta, por via aérea, o pescado para a Europa e para o Japão, especialmente espécies como: bagre, dourado, atum, sargo e pargo.

- COMUNIDADE DE PESCADORES DE MACAÉ

Segundo maior ponto de desembarque de pesca na região do litoral norte fluminense, o Porto de Macaé apresenta-se em boas condições possuindo atracadouro, frigorífico, entreposto e mercado para venda.

Segundo dados da Cooperativa Mista de Pescadores de Macaé (COMPEMA), que controle cerca de 90% do desembarque de barcos que atuam na área compreendida entre Cabo Frio e Farol de São Tomé, existem, na região, 700 barcos de tamanhos variados.

Associados à Cooperativa são cerca de 1.500 pescadores, destes mais de 1.000 são habitantes de Macaé.

Existem 2 empresas de porte que fazem o beneficiamento do pescado, além de outras menores. Estas comercializam camarão, peroá, dourado e pescada.

As deficiências destacadas nesta comunidade são:

- o baixo nível de escolaridade dos pescadores, o que dificulta o uso de equipamentos mais sofisticados;
- o pequeno aporte tecnológico das embarcações, especialmente em matéria de equipamentos de bordo;
- restrição à pesca nas áreas próximas às plataformas petrolíferas que são, ao mesmo tempo, fonte inesgotável de recursos e área proibida para a pesca;
- a presença dos rebocadores de apoio às atividades *offshore* que tem afastado cardumes.

Verifica-se na tabela abaixo a produção, entre dezembro de 1999 e maio de 2000, segundo o volume desembarcado, registrada pela COMPEMA.

Tabela 5.3.12.3-3: Produção Registrada pela Cooperativa de Macaé.

PERÍODO	TIPO	QUANTIDADE (KG)	TOTAL (KG)
DEZ/99	peixe fresco inteiro	510653	510768
	camarão fresco inteiro	115	
JAN/00	peixe fresco inteiro	374933	376233
	camarão fresco inteiro	1300	
FEV/00	peixe fresco inteiro	425337	427037
	peixe fresco eviscerado	100	
	crustáceo fresco	1000	
	molusco	600	
MAR/00	peixe fresco inteiro	133937	133952
	camarão fresco inteiro	15	
ABR/00	peixe fresco inteiro	149134	153535
	peixe fresco eviscerado	4401	
MAI/00	peixe fresco inteiro	342741	343151
	peixe fresco eviscerado	25	
	camarão fresco inteiro	385	
TOTAL GERAL (KG)			1944676

Fonte: Cooperativa Mista de Pescadores de Macaé – COMPEMA, Junho/2000.

“O total de produção destes 6 meses (1.944.676 Kg) corresponde a 90% do desembarque no porto de Macaé, segundo as estimativas feitas, cerca de 216.075 Kg foram negociadas diretamente no cais e ainda dentro dos barcos. Há predominância de 99,6% de peixe fresco inteiro condizente com o perfil da Cooperativa que procura manter um certo padrão de qualidade, evitando negociar o pescado eviscerado que demanda maior manipulação. A inexpressiva quantidade de camarão (0,14%) está relacionada ao fato de os barcos camaroneiros não desembarcarem em Macaé, preferindo o terminal da Barra do Furado, no litoral norte de Quissamã ou no Farol de São Tomé, Município de Campos” (Cepemar, 2000).

Destaca-se que neste porto é desembarcado o camarão produzido em praticamente toda a faixa litorânea norte do estado do Rio de Janeiro.

- COMUNIDADE DE PESCADORES DE RIO DAS OSTRAS / COLÔNIA Z.22

A colônia Z-22 possui, aproximadamente, 320 pescadores profissionais e 280 amadores cujas áreas de pesca estende-se desde a Lagoa de Imboassica até a Barra de São João.

“A grande diferença entre o pescador profissional e o amador, é que o primeiro, por ser detentor do registro, desfruta de uma rede de segurança oferecida pela Associação de Pescadores. O registro de pescador profissional é obtido, após um curso de três dias, obrigatório, pela Capitania dos Portos” (Cepemar, 2000).

A pesca realizada na região é tipicamente artesanal, embora também se realize a pesca industrial. Outras atividades relacionadas à pesca como: limpeza de peixe, cata de mariscos e mexilhões, descasca do camarão, dentre outras são, em geral, exercidas pelas esposas e filhos de pescadores, contribuindo, de forma relevante, na geração de renda familiar.

A pesca industrial representa uma participação estimada de 2%. Nesta modalidade são utilizados navios pescam com “gaiola”, que dispõe de sofisticados aparelhos de monitoramento e utilizam uma espécie de rastreador por satélite.

São cerca de 50 barcos profissionais com 4 ocupantes, e 60 amadores com 6 pescadores por barco, sendo o tipo de embarcação mais utilizado a lancha “Popa de Leque”, uma embarcação entre 7 e 12 metros de comprimento, ideal para a pesca artesanal desembarque é realizado na praia.

Os petrechos mais utilizados são a “*rede de malho*”, cujo tamanho vai de 35 a 90 metros, e a “*pescaria de linha e anzol*”. O desembarque é realizado, no geral, no cais ou na areia, dependendo da maré e da quantidade do pescado, na praia ou no rio.

A comercialização é realizada através de frigoríficos e atreves de peixarias existentes no local.

5.3.13 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE TOMBAMENTOS

◆ LITORAL SUL

- ANCHIETA

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, p. 22 em Anchieta existe:

Bem tombado: Igreja e Residência de Nossa Senhora da Assunção.

Proprietário: Companhia de Jesus

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVI, sendo concluída no século seguinte

Proteção: Tombada pelo SPHAN em 21/09/43, processo nº 229-T. inscrito no Livro de Tombo Histórico, nº 222 folha 37.

Histórico: De Reritiba (hoje Anchieta) só restam a Igreja, dedicada a Nossa Senhora da Assunção e a ala Leste, uma parte das alas Sul e Oeste da Residência. Não há data certa para sua fundação. Simão de Vasconcelos afirma que Anchieta veio para residir ali em 1587, mas só é dada como tendo Residência, em 1593, pelo próprio Simão de Vasconcelos. Já Serafim Leite sugere, sem afirmar, que a Aldeia de São Cristóvão, citada no Catálogo de 1589, era Reritiba. De qualquer forma a Igreja deveria estar pronta em 1604, apresentando características das Igrejas de fins do século XVI e começos do século XVII.

O que mais chama atenção no conjunto de Reritiba é a Igreja de Nossa Senhora da Assunção por ter três naves. O modelo da Igreja com três naves não é um exemplo muito comum no Brasil e, no caso de Igrejas da Companhia de Jesus, é exceção, que só se repete na Igreja de São Pedro da Aldeia, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Como esta última, foi construída pelos padres de Reritiba que para lá foram, podemos considerá-la como fazendo parte do Espírito Santo, e afirmar que o modelo de Igreja de três naves em Igrejas Jesuíticas só aconteceu no Estado do Espírito Santo.

- GUARAPARI

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, em Guarapari existe:

Bem tombado: Igreja Nossa Senhora da Conceição

Proprietário: Curia Arquidiocesana de Vitória

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVI

Proteção: Processo nº 428, Livro Hist. Folha 70. Data: 16/09/1970. Tombado pelo SPHAN.

Histórico: A Igreja Velha Matriz foi construída na parte alta da cidade, em 1585, pelo padre José de Anchieta. Durante muitos anos, os jesuítas desenvolveram suas atividades junto aos índios, que habitavam em cabanas próximas, catequizadas à beira da praia. Foi na antiga igreja que funcionou (no anexo) o colégio-residência, onde se hospedaram os primeiros padres formados no Espírito Santo e no Brasil, Diogo Fernandes, discípulo de Anchieta e seus companheiros Antonio Dias, Domingos Garcia, Maunel Dias e Jerônimo Rodrigues.

Em 1760, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, a primeira igreja de Guarapari ficou abandonada, já que os índios catequizados não a freqüentavam mais. O prédio entrou em decadência, servindo até de cemitério.

Com o retorno dos jesuítas ao Brasil, por volta de 1840, a situação dessa igreja começou a mudar. Em 1880, com a ajuda do governo do Estado, a igreja da Matriz recebeu sua primeira restauração tendo perdido um pouco das características iniciais, principalmente o teto, que, construído com frisos, hoje é formado de gesso. Os restos mortais dos ali sepultados permanecem no local. O altar-mor, depois de restaurado, continua mantendo o mesmo estilo.

- *PIÚMA*

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, em Piúma existem:

Bem tombado: Ilha do Gambá

Proprietário: União Federal

Uso atual: Turismo e Lazer

Data de construção: -----

Proteção: Processo nº 19/85, tombado no dia 17 de dezembro de 1985. Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico sob nº 05 às Folhas 1 Verso e 2.

Histórico: A Ilha do Gambá, integrante do grupo de ilhas litorâneas, em que se destacam as ilhas do Meio e dos Cabritos, no município de Piúma, constitui patrimônio inalienável da comunidade espírito-santense. Seu processo de tombamento foi requerido pela própria população, através de abaixo assinado, reconhecendo a importância dessa ilha, para a economia local, pois constitui ponto turístico. A solicitação de tombamento está calcada na proposta de criação de uma Reserva Ecológica ou Biológica, dando, assim, desenvolvimento ao turismo e ao artesanato, que há muitos anos tomaram impulso em Piúma. Mais recentemente, a Ilha passou a ser objeto de depredação especialmente com a extração e movimentação de terra e que provocou o surgimento de crateras. Há muitos anos que a ilha está ligada ao continente por um aterro. Tal circunstância provocou diversas tentativas de ocupação local, destacando-se um projeto de loteamento, planos para construção de clube, campo de futebol e terminal pesqueiro. Certamente estes projetos realizados descaracterizariam a ambiência natural da ilha e só não se concretizaram pelo fato da ilha possuir proteção legal através do tombamento e, principalmente, pela constante vigilância da população local.

Bem tombado: Monte Agha

Proprietário: -----

Uso atual: -----

Data de construção: -----

Proteção: Tombado pelo CEC em 17/12/85. Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico sob nº 04 às Folhas 01 Verso e 2.

Histórico: O Monte Agha está localizado em Piúma, balneário do sul do Espírito Santo, distante 85 quilômetros de Vitória. Constitui um dos pontos paisagísticos mais significativos da região, uma vez que ele está presente em quase todos os postais representativos do município. O Aghá (nome que não se sabe ao certo a origem e significado) serve de marco divisório entre os municípios de Piúma e Itapemirim e funciona como ponto de referência marítima para os pescadores e navegantes de uma vasta região.

Em 1984, o monte passou a ser alvo de atividades de extração de calcário, pela implantação de uma pedreira. Isso provocou manifestação contrária da população, bem como ações do CEC, visando o seu tombamento, assegurando, assim, a preservação deste verdadeiro patrimônio natural.

- *PRESIDENTE KENNEDY*

Igreja de Nossa Senhora das Neves: erguida em meados do século XVII pelos jesuítas, é o marco do nascimento do Município, uma vez que um núcleo urbano cresceu ao seu redor. Localizada entre a Praia das Neves e a Praia de Marobá, o local onde está construída é conhecido por *Santuário das Neves*, uma vez que só existe esta construção no local.

◆ VITÓRIA, VILA VELHA, SERRA

- *SERRA*

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, na Serra existem:

Bem tombado: Capela de São João Batista

Proprietário: Mitra Diocesana de Vitória

Uso atual: Em ruínas

Data de construção: 1746

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84, Processo nº 02/81. Inscrição no Livro Histórico nº78, Folha 9.

Histórico: A Capela de São João de Carapina constitui remanescência do período jesuítico, sendo reconstruída, em quase sua totalidade, em 1764. Estando localizada em região de singular beleza é identificada como pertencente, no período de colonização, de propriedade dos jesuítas e ponto de pousada de viajantes, que se dirigiam ao Convênio dos Reis Magos, em Nova Almeida. Como marca do prédio jesuítico apresenta uma nave construída em 1584, que foi restaurada em 1746 e acrescida de capela-mor e coro. Posteriormente, a Capela sofreu nova restauração em 1870, quando a fazenda passou a ser propriedade particular, sendo ultimamente administrada pela Mitra Diocesana. Saliente-se que já no século XVII a referida fazenda havia sido abandonada pelos jesuítas, porém suas impressões perduram até os dias atuais, marcadas por uma arquitetura religiosa

dos séculos XVI e XVIII ressurgindo como significativo patrimônio para as gerações atuais e futuras.

Bem tombado: Fazenda Natividade

Proprietário: Família Cerqueira Lima

Uso atual: Residência superior e depósito no térreo

Data de construção: 1860

Proteção: Tombada pelo CEC em 02/08/83, Processo nº 02/80. Inscrição no Livro Histórico nº69, Folha 08.

Histórico: Construída em alvenaria de pedra, sempre foi sede de fazenda. Foi recentemente rodado o filme Canaã nesta fazenda.

Bem tombado: Igreja e residência dos Reis Magos

Proprietário: Fundação Pró-Memória – MINC

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVIII

Proteção: Tombada pelo SPHAN, em 21/09/43, processo nº 230-T . Inscrição no Livro Histórico nº 233, Folha 37.

Histórico: O aldeamento dos Reis Magos, fundado pelos jesuítas por volta de 1580 onde hoje se situa Nova Almeida, foi extinto em meados do século XVIII. No seu lugar a administração portuguesa instalou a Vila Nova de Almeida para que não houvesse confusão com a Vila de Almeida, existente até hoje na região de Beira Alta, distrito de Guarda, em Portugal.

A decadência da vila de Nova Almeida se acentuou a partir do início do século atual, em especial com a construção da estrada de ferro Vitória-Minas e a inauguração de estações ferroviárias em Timbuí e Fundão, no interior do município. A riqueza, representada pela madeira existente nas matas do sertão pelos cafezais plantados pelos colonos imigrantes, e por outros gêneros agrícolas, estava nas terras do interior. A facilidade e regularidade do transporte de produtos e passageiros, o telégrafo, tudo favorecia o desenvolvimento da região interiorana do município. Em 1924, como desfecho de questões políticas paroquiais e após breve passagem pelo distrito de Timbuí, a sede do antigo município de Nova Almeida teve sua sede transferida para a povoação de Fundão, elevada à categoria de vila, e passou a ser denominado município de Fundão. O distrito de Nova Almeida passa em 1939 a pertencer ao município da Serra, situação mantida até os dias atuais.

- *VILA VELHA*

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, em Vila Velha existem:

Bem tombado: Museu Homero Massena

Proprietário: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Uso atual: Museu

Data de construção: -----

Proteção: Processo nº 04/83 – CEC – Inscrito no Livro Histórico. Páginas 9 e 10, sob nº 80.

Histórico: O pintor Homero Massena e Dna. Edy Massena mudaram-se para a residência da Prainha em outubro de 1951, e aí viveram até a morte do artista, em 30 de outubro de 1974. durante esse período todos os governadores do Espírito Santo, no período de 51 a 64, especialmente

o Dr. Jones dos Santos Neves, pintor amador, visitaram o artista com frequência. Sua residência/atelier também foi visitada com frequência por capixabas ilustres, e, entre os pintores nacionais destaca-se Hélio Sellinger, grande pintor brasileiro do princípio do século. O também artista Kleber Galveas, relator do processo de tombamento, aponta as principais causas que levaram ao tombamento do prédio: a casa oferece o “modus vivendi” do artista, quando executou inúmeras obras de pintura e escreveu seu único livro publicado: “Atribuições de um Capixaba”; contém decorações a óleo executada pelo artista em muitas paredes; a maior parte das fotografias do artista, publicadas na imprensa capixaba, foram feitas em seu interior. Fotos, documentos, recortes, correspondências, fitas gravadas, objetos pessoais e estudos, feitos pelo artista, ficam expostos na própria residência; do ponto de vista etnológico essa casa singela, que abrigou o extraordinário artista, será, para sempre, um monumento popular à modéstia. Residência desapropriada pelo Decreto nº 1900-E, de 127 de setembro de 1979.

Bem tombado: Estação Ferroviária Pedro Nolasco

Proprietário: CVRD

Uso atual: Abandonada, com anexos servindo de garagem de remo da Desportiva Ferroviária.

Data de construção: 1927

Proteção: Tombada pelo CEC em 17/03/86, Processo nº 02/84 Inscrição no Livro Histórico nº 127 Folha 24.

Histórico: O ano de 1927 foi fértil no que tange às realizações de governo, que visavam oferecer ao Espírito Sano uma infra-estrutura de desenvolvimento econômico. Preparava-se a ligação ferroviária de Colatina a São Mateus, que viria a impulsionar o crescimento demográfico da região norte do Espírito Santo. Em Vitória, a ligação da Ilha de Vitória com o continente, ao sul, pela Ponte Florentino Ávidos, seria outro marco importante para consolidar a capital do Espírito Santo como centro econômico regional. Nesse contexto, a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas inaugurava, em 1927, a estação São Carlos, continuando a trabalhar nas obras acessórias do cais e do aterro que circunda a estação, assim como nos armazéns para mercadorias. Prosseguiram também as obras de desmonte e de contorno da Ilha de São Carlos, de propriedade da Estrada, necessárias ao movimento e circulação de trens.

Mais tarde, essa estação, já consolidada, veio a receber a denominação de Pedro Nolasco, em homenagem a Pedro A. Nolasco da Cunha, presidente da Estrada de Ferro Vitória a Minas. No final dos anos 50 foi desativada como estação de passageiros e de carga, sendo estes serviços transferidos para nova sede em Porto Velho onde não atrapalhariam a crescente movimentação de trens de minério. Até meados da década atual a antiga estação abrigou serviços administrativos da CVRD e no presente encontra-se desocupada.

Bem tombado: Reserva Ecológica de Jacaranema

Proprietário: Antônio de Oliveira Santos

Uso atual: Virgem

Data de construção: -----

Proteção: Tombada pelo CEC em 19/04/86. Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico sob o nº 08 às Folhas 4 Verso e 5.

Histórico: Jacaranema, que em tupi quer dizer “Jacaré que catinga”, é o nome de uma pequena mata “brocada” que está se recompondo naturalmente do desmatamento a que foi submetida na década de 50, para alimentar os altos fornos da Cia Ferro e Aço de Vitória.

Jacarenema se encontra hoje bem caracterizada, mas com profundas alterações. Perpetuar essa área, é estabelecer um vínculo importante como repositório da história dos jesuítas no Espírito Santo, no século XVI, pois foi aí que o Padre José de Anchieta desenvolveu o plantio de cana de açúcar e ainda em seu tempo assinalara no rio Jucu a presença do peixe-boi. Também a importância do material botânico levado pelas famosas expedições do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied em 1815-16 e Auguste de Saint'Hilaire em 1818, e cujo material é citado na Flora Brasileira de Martius. Esta região encontrava-se, ainda em 1948, conforme nos descreve o cientista Augusto Ruschi, como no tempo desses famosos naturalistas. Hoje não mais se encontra nesta faixa de areia, no campo, um só exemplar de muitas espécies características dessa região.

Além disso, em termos educacionais, a área de Jacarenema é extremamente adequada para fins de efetivação de um projeto piloto em termos de educação comunitária, envolvendo preservação de recursos naturais; ao desenvolvimento de programas nas áreas de Biologia, Geografia e Ecologia e de poder despertar na comunidade a correta utilização do potencial mesológico-ambiental.

Bem tombado: Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Proprietário: Cura Arquidiocesana de Vitória

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVI (1573)

Proteção: Tombada pelo SPHAN em 20/03/50. Inscrição no Livro de Tombo Histórico nº 354, Folha 46.

Histórico: A maioria dos historiadores do Espírito Santo situa a fundação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Vila Velha, na mesma data da chegada do primeiro Donatário Vasco Fernandes Coutinho: 23 de maio de 1535. Alguns autores afirmam que a igreja se arruinou e, ao ser reedificada, ainda no século XVII, tornou-se Casa de Misericórdia, embora outros afirmem que apenas houve uma Irmandade da Misericórdia que lhe ficava anexa.

Somente passou-se a ter novas notícias sobre ela no início do século XVIII quando obteve, por Carta Régia de 9 de Novembro de 1709, o auxílio real de 200 mil réis. Em 1750 tornou-se igreja colada.

Bem tombado: Convento de Nossa Senhora da Penha

Proprietário: Ordem Franciscana

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVI a XVIII

Proteção: Tombada pelo SPHAN em 21/09/43, Processo nº 232-T. Inscrição no Livro Histórico nº 224, Folha nº 37.

Histórico: Apesar de existirem lendas e crendices envolvendo toda a história do Convento da Penha, são conhecidos com relativa precisão os principais fatos históricos relativos ao santuário. O seu fundador chamava-se Frei Pedro Palácios, um irmão leigo, franciscano natural da Espanha e que chegou na Capitania do Espírito Santo por volta de 1558, tendo falecido em 1570. Durante estes anos e com ajuda dos moradores da Vila do Espírito Santo, depois Vila Velha, construiu duas ermidas no morro contíguo àquela povoação. A primeira ermida, dedicada a São Francisco, foi erguida no espaço plano existente no alto do morro denominado Campinho. A atual capela lá existente é uma reconstrução feita entre 1952 e 1958 por iniciativa de frei Alfredo Setaro. A outra ermida teve sua construção realizada no alto do morro, em cima da pedra e contou com apoio de pessoas do povo cujos nomes a história registra: Melchior de Azevedo, homem rico, André Gomes,

Braz Pires, Amador Gomes, Nicolau Afonso. Após a morte de seu fundador, a Capela de Nossa Senhora é ampliada e reformada pelos moradores.

- VITÓRIA

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, em Vitória existem:

Bem tombado: Arquivo Público Estadual

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Sede do Arquivo Público Estadual

Data de construção: 1926

Proteção: Tombada como patrimônio histórico e artístico estadual pelo Conselho Estadual de Cultura em 1983. Registrado no Livro de Tombo Histórico sob o nº 25. Folha 04.

Histórico: Edificação inaugurada em novembro de 1926, mandada construir pelo Governo Florentino Ávidos para abrigar a Biblioteca Pública no 1º andar e o Arquivo Público no térreo, repartições na época vinculadas administrativamente. Durante as décadas de 30 e 60 o edifício foi visitado por gerações de estudantes que recorriam aos livros e periódicos da Biblioteca Pública para subsidiar suas pesquisas e trabalhos. Durante certo período a biblioteca abria em horário noturno, constituindo-se num dos poucos acervos bibliográficos acessíveis à toda a população. A edificação apresentou problemas de rechaques e rachaduras em sua estrutura, o que ocasionou ampla reforma das instalações físicas (incluindo rede elétrica e de água), em 1980-82, quando foram instalados no prédio um laboratório de restauração de papel, um laboratório de processamento de microfilme, e construiu-se um galpão em terreno existente nos fundos da edificação. Já em 1979 a Biblioteca Pública teve mudada sua sede para novo prédio na Praia do Suá, ficando o Arquivo Público Estadual com a utilização de todo o imóvel.

Bem tombado: Escola Maria Ortiz

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Escolar

Data de construção: Século XIX, com grande ampliação e reforma em 1912.

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83, Processo nº 05/82. Inscrição no Livro Histórico nº 26, Folha 04.

Histórico: Em meados do século passado, rica família vitoriense fez doação de terrenos de sua propriedade localizados ao lado do Palácio do Governo. Referida doação era condicional, já que determinava a destinação exclusiva do imóvel para servir de sede de educandário. No local foi construído, em pavilhão único e assobradado o Ateneu Provincial. No governo Jerônimo Monteiro esta edificação, sob a orientação do engenheiro Justin Norbert, recebe considerável ampliação, construindo-se outra ala em prolongamento enviesado ao bloco original (mais próximo ao mar). É então organizada a Escola Normal D. Pedro II, de grandes tradições em nosso Estado e que formou diversas gerações de professores, que aprendiam seu ofício na anexa Escola Modelo Jerônimo Monteiro. Em 1971, com o sistema de ensino já modificado, a escola de 2º Grau é transferida para a nova sede na Praia do Canto (onde funcionou o clube Cauê) com a denominação de Instituto de Educação Fernando Duarte Rabello, tendo em anexo a Escola de 1º Grau Maria Ortiz (recentemente tendo ampliado sua atuação para receber alunos secundaristas). Em 1978/9 o prédio sofre profunda reforma que retirou anexos considerados espúrios, modificou muito os ambientes interiores e restaurou cuidadosamente as fachadas, objetivando ali instalar uma Casa da Cultura. Tal intento

não foi realizado, tendo a escola de 1º Grau (que funcionou em outro lugar por ocasião dos trabalhos da reforma) voltado a ocupar o imóvel, situação que permanece até hoje.

Bem tombado: Teatro Carlos Gomes

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Espaço Público de Cultura e Lazer

Data de construção: 1927

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83. Inscrito no Livro de Tombo Histórico sob o nº 27, Folha 04.

Histórico: Na mensagem final do Governo Florentino Ávidos, à pág. 295, existe o seguinte registro: “competia agora ao Governo (devido à demolição do antigo Teatro Melpomene para alargamento da Praça Costa Pereira), em face dos compromissos, assumidos com a Prefeitura, fazer um edifício para esse fim; mas atendendo ao grande dispêndio que tal obra exigiria, preferi obter da Prefeitura a dispensa desse compromisso, em troca de outros favores que lhe fiz a auxiliar a iniciativa particular, que para isso, se mostrou solícita”. “A Prefeitura concedeu isenção de imposto predial e o Governo doou o terreno necessário para a edificação do Teatro, auxiliando a construção com um empréstimo de 280.000\$000, a juros de 9% e prazo de 5 anos ao concessionário, Sr. André Carloni, que levou a efeito a obra iniciada, de modo a dotar a cidade de um teatro moderno, maior que o antigo Melpomene. A construção é de cimento armado e foi feita em condições de solidez e segurança, com os requisitos exigidos para o fim a que se destina” (Mensagem p.295).

Bem tombado: Prédio da Secretaria de Administração

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Administrativo

Data de construção: 1925

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83, Processo nº 05/82. Inscrição no Livro Histórico nº 27, Folha 04.

Histórico: Construído na Administração Florentino Ávidos foi o primeiro imóvel inaugurado naquela gestão, e sediou o Serviço de Melhoramento de Vitória, onde uma equipe de jovens engenheiros, comandados por Moacir Ávidos, projetou vasta remodelação urbanística da capital. Posteriormente a edificação foi destinada a diversas finalidades, destacando-se o uso como Pinacoteca Municipal e, dos anos 40 até 1971, como sede da Imprensa Oficial do Estado. A partir de 1972 abrigou a secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos até 1983, quando ali passou a funcionar a Coordenação de Pagamento de Pessoal também subordinada àquela secretaria.

Bem tombado: Antiga Sede da FAFI – Faculdade de Filosofia

Proprietário: Prefeitura Municipal de Vitória

Uso atual: Desocupado

Data de construção: 1926

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83, Processo nº 08/82. Inscrição no Livro Histórico nº 31, Folha 04.

Histórico: O prédio foi erigido no ano de 1925, durante a Administração Florentino Ávidos, para abrigar o Grupo Escolar Gomes Cardim. Posteriormente, abrigou o Ginásio Estadual do Espírito Santo e, finalmente, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito

Santo (até 1961 a Universidade era Estadual). Desde 1979 o prédio encontra-se inteiramente desocupado, em rápido processo de deterioração.

Manteve-se em posse do Governo do Estado até 1961, quando precisou ser transferido para a União, de modo a compor o acervo imóvel da então nascente Universidade Federal do Espírito Santo. O prédio em questão constitui um dos exemplares mais significativos do ecletismo na cidade de Vitória. O projeto é do arquiteto tchecoslovaco Josef Pitolick.

Seu tombamento deve-se à sua vinculação à cultura capixaba. Por seu auditório e salas de aula desfilaram milhares de brasileiros do Espírito Santo, das mais variadas origens territoriais, familiares e sociais. O edifício não só consagrou atividades educacionais importantes e em diversos níveis, como, nas décadas de 20 a 60 do atual século, abrigou atividades culturais de várias naturezas e de boa qualidade, como récitas, concertos, representações teatrais, comemorações cívicas, saraus, bailes, experiências educacionais e artísticas de vanguarda, exposições artísticas, projeções cinematográficas e outras.

Em 1988, a Prefeitura Municipal de Vitória adquiriu o edifício da Universidade Federal do Espírito Santo, iniciando o processo de restauração do mesmo, para ali implantar o Centro Municipal de Cultura.

Bem tombado: Assembléia Legislativa – Palácio Domingos Martins

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Administrativo

Data de construção: 1911

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83. Processo nº 05/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 24, Folha 04.

Histórico: Construída para sede do Poder Legislativo Estadual, em lugar onde durante muitos anos existiu a Igreja da Misericórdia. A obra foi terminada em 1912, segundo o projeto de André Carloni, em estilo eclético. Suas fachadas sofreram poucas alterações nos anos subseqüentes, a não ser mudanças nas cores empregadas; mas o interior foi bastante modificado. Em reforma mais radical, empreendida em 1967, a Assembléia Legislativa necessitou funcionar alguns meses na sede do atual Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo (antigo Clube Cauê) na Praia do Canto.

Bem tombado: Palácio Anchieta

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Oficial (Palácio Governamental e Repartição Pública)

Data de construção: Séculos XVI e XX

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83. Processo nº 05/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 23, Folha 04.

Histórico: Em meados do século XVI os jesuítas começaram erguer uma igreja e residência provisória na cidade alta nas imediações do atual Palácio. Eram construções, como eles mesmos denominavam “de pouca dura”. Após o reconhecimento do sítio, do terreno e de suas vantagens e desvantagens aqueles missionários, já ambientados ao local, planejaram e construíram, em diversas e espaçadas etapas, a edificação, cujo arcabouço principal ainda está presente no atual prédio. A igreja, dedicada a São Tiago, abria-se para um largo, atual praça João Clímaco, e a torre sineira do lado da epístola (à direita para quem via a igreja de frente), só foi executada após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus.

As grandes modificações sofridas pelo prédio aconteceram no período de 1908-12 no governo Jerônimo Monteiro, que praticamente destruiu o antigo Colégio e arrasou a igreja centenária. Este governador em 1911 contratou o engenheiro Justin Nobert para reforma completa do edifício.

Após Jerônimo Monteiro quase todos os proprietários de estado, interventores e governadores realizaram modificações (umas mais profundas, outros de caráter mais ligeiro ou de manutenção) nas dependências do imóvel, que tomou a denominação de Palácio Anchieta nos últimos anos.

Bem tombado: Mercado da Capixaba

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Comercial

Data de construção: 1926

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83. Processo nº 05/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 29 Folha 04.

Histórico: Construído na Administração Florentino Ávidos no local de uma praça que, desde 1900, tinha a denominação de Praça Floriano Peixoto. O antigo mercado ficava onde hoje se situa a sede dos Correios e Telégrafos e foi demolido, sendo o novo mercado (chamado de capixaba) inaugurado em novembro de 1926, numa época em que o mar batia perto de sua fachada posterior.

Bem tombado: Residências da rua José Marcelino

Proprietário: Particular

Uso atual: Residencial

Data de construção: Séculos XVIII e XIX

Proteção: Tombada pelo SPHAN, em 05/10/67 e 13/11/67, Processo nº 787-T. Inscritas no Histórico, nº 406 e 408, Folhas nº 65 e 66.

Histórico: Dos antigos sobrados de Vitória “restam dois apenas: os de nº 197 e 203/205 tombados pelo SPHAN sendo estes os únicos exemplares de como eram as construções (residenciais) coloniais de Vitória. No primeiro deles funcionou, por muito tempo, a sociedade de São Vicente de Paulo, e, no segundo, a escola particular do professor Amâncio Pereira, quando ali morador”.

Bem tombado: Catedral Metropolitana de Vitória

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Uso atual: Religioso

Data de construção: 1920-1970

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84. Processo nº 04/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 74, Folha 09.

Histórico: Edificada quase no mesmo local onde se erguia a antiga matriz de Vitória, a Catedral teve sua construção iniciada na década de vinte e somente concluída nos anos setenta. Em nossos dias não se admitiria a destruição de um antigo templo colonial, como era aquela Matriz. Mas tal não era a mentalidade do início do século XX, quando em aumento a população vitorriense, na cidade abrigando um novo bispado, e almejando um templo maior, mais moderno e de acordo com os novos gostos artísticos. Demolida a antiga matriz em 1918, o desenhista e paisagista Paulo Motta confeccionou projeto do novo templo em estilo neogótico (adotado pela igreja católica para as construções religiosas) com uma única torre ao centro. Devido ao grande espaço de tempo em que as obras ficaram paralisadas este projeto especial foi abandonado. Nos anos 30, quando a construção foi reiniciada, um novo projeto foi feito, aproveitando-se as partes já erguidas, tendo o

seu autor André Carloni mantido o estilo neogótico (inspirado segundo asseverou na Catedral de Colônia), com duas torres sineiras. Após o término das obras, nos anos setenta, a Catedral sofreu ampla reforma com a retirada de altares laterais na nave, a substituição das telhas planas de barro por telhas de cimento de amianto e a pintura em tons de verde, que substituiu a antiga caiação em branco.

Bem tombado: Frontispício do antigo Convento de São Francisco

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Uso atual: -----

Data de construção: Séculos XVI (1591 – início da Construção)

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84. Processo nº 04/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 76, Folha 09.

Histórico: Os jesuítas já se encontravam no Espírito Santo desde 1551 e, em 1588, chega em nossa terra, o franciscano Frei Pedro Palácios a quem se deve, pelo trabalho que aqui desenvolveu, ter sido Vitória a primeira localidade, depois das cidades do Norte, a receber o benefício da construção de um convento.

Em 1597 Frei Antônio das Chagas iniciou a construção da Igreja Conventual onde cinco meses depois, durante “Festa da Porciúncula”, se celebra a primeira missa. A construção era lenta, sabe-se que era de “muito limitado espaço, havia três altares ornados de talha. No altar maior achava-se a imagem do padroeiro e, em nichos laterais, as de Santo Antônio e de São Benedito. O altar do lado da Epístola era da Conceição e o da parte do Evangelho de São Boaventura”, numa disposição também observada nas igrejas conventuais franciscanas em São Paulo e Santos. O coro era espaçoso.

Bem tombado: Capela Nossa Senhora das Neves

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Uso atual: Fechada

Data de construção: Meados do Século XIX

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84. Processo nº 04/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 77, Folha 09.

Histórico: “Nos terrenos do antigo convento de São Francisco, em Vitória, construiu-se, possivelmente no primeiro meado do século XIX, a capela ou ermida de Nossa Senhora das Neves, ainda de pé”.

A capela foi empregada, desde a década de sessenta até os primeiros anos do século atual, como capela mortuária, utilizada para velórios, tendo em vista a existência do grande cemitério da cidade em terrenos do Convento de São Francisco. “Depois de 1908, a capela de Nossa Senhora das Neves passou a servir de morada a famílias de favelados, sendo que, durante toda a década de 30, lá residiu um casal de cor, com três ou quatro filhos menores, onde recebia visitas diárias de um tipo popular da cidade: Rainha das Flores”. A partir do final dos anos 40 até o começo dos anos setenta, a capela abrigou a sede da Comissão Espírito-Santense de Folclore que ali fez algumas exposições de objetos de artesanato capixaba coletados por todo o Estado. Tais objetos ficaram ali guardados até seu transporte para o Museu Solar Monjardim e depois sua doação ao Museu do Folclore no Rio de Janeiro.

Bem tombado: Penedo

Proprietário: Município de Vitória

Uso atual: -----

Data de construção: -----

Proteção: Tombada pelo CEC, Resolução nº 07/83 e publicado em 07/10/83. Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico em 08/09/83 às páginas 1 V e 2, sob o nº 01.

Histórico: Um dos mais importantes marcos paisagísticos de nosso Estado. Guardião contra as invasões estrangeiras, quando ainda estávamos ligados à Portugal, fortes correntes iam do monte ao Forte de São João, do outro lado do canal. Desde o começo deste século participa do símbolo da cidade de Vitória.

O tombamento do Penedo foi solicitado em 1980 pela Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente como forma de evitar sua desfiguração que na época já ocorria com as obras do cais de Capuaba, situado em área contígua àquela pedra. O tombamento definitivo foi concedido em 1983 e nos últimos anos diversas ações, objetivando a destruição de partes do conjunto granítico ou de seu entorno (os mangues) foram evitadas devido à proteção legal.

Bem tombado: Capela Santa Luzia

Proprietário: Fundação Pró-Memória - MINC

Uso atual: Galeria de Arte

Data de construção: Séculos XVI

Proteção: Tombada pelo Governo Federal (SPHAN) em 01/08/46. Processo nº 195-T. Inscrição no Livro Histórico, nº 245, Folha 41.

Histórico: Considerada a igreja mais antiga de Vitória. Muitos historiadores consideram que naquele local foi erguida, ainda no século XVI, uma capela que pertenceu à fazenda de Duarte Lemos. Anexo ao lado oeste da igreja, existia uma casa sobradada que muitos atribuíam como sendo de Duarte Lemos, a qual foi demolida em 1929, para retificar e alargar a rua Professor Azambuja. “Logo abaixo (lado norte) da igreja e casa de residência existia uma engenhoca para fabricar açúcar e um quitungo para fazer farinha. Na frente (lado sul) e a poucos metros da igreja estavam situadas várias casinhas térreas, para moradia dos colonos”. “A igreja de Santa Luzia funcionou, normalmente, até 1928, embora precário seu estado de conservação, sabendo-se que, ainda em 1919, aí se celebravam missas semanais”.

“Em 1943, já o templo em ruínas, procedeu-se à sua restauração, ficando os serviços a cargo do empreiteiro André Carloni, visto seu merecido tombamento pelo SPHAN, nele se instalando, encontram-se no Museu Solar Monjardim, uma vez que resolveram transformar a antiqüíssima capela em galeria de arte, dirigida pela Universidade Federal do Espírito Santo”.

Bem tombado: Igreja São Gonçalo

Proprietário: Irmandade de Nossa Senhora da Assunção e Boa Mote

Uso atual: Religioso

Data de construção: Séculos XVIII

Proteção: Tombada pelo Governo Federal (SPHAN) em 06/11/48. Processo 381-T. Inscrição no Livro Histórico, nº 251, Folha 42.

Histórico: “Esta igreja chamou-se antes Capela de Nossa Senhora do Amparo e da Boa Morte, ali funcionando uma Irmandade sob estas duas invocações. A capela teria sido erguida, possivelmente, em 1707. Sabe-se de documento, datado de 1715, onde se pede permissão para a construção, no mesmo local, da Capela de São Gonçalo Garcia”.

“Demolida a igreja de São Tiago, no governo de Jerônimo Monteiro, a sede paroquial foi transferida dali, a 10 de novembro de 1911, para a igreja de São Gonçalo, igualmente para esta transferidos os ofícios religiosos da matriz de Nossa Senhora de Vitória, quando de sua demolição, em 1919. em 1932, Dom Benedito Paulo Alves de Souza, terceiro bispo da Diocese, em atenção a pedido da citada confraria, assinou decreto elevando-a à condição de Arquiconfraria”. (Elmo Elton – Velhos Templos de Vitória e Outros Temas Capixabas – p.59-60).

A igreja foi tombada em 1948, inclusive alguns móveis, alfaias e imagens, em especial as de Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, que pertenciam à igreja jesuítica de São Tiago.

Bem tombado: Ponte Florentino Ávidos e Ponte Seca

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Ligação Viária Vitória-Cariacica-Vila Velha

Data de construção: 1924/28

Proteção: Tombada pelo CEC em 04/86. Processo nº 04/84, Inscrição no Livro Histórico, nº 126, Folha 24.

Histórico: A Ponte Florentino Ávidos foi construída pelo Governo do Estado, durante a gestão Florentino Ávidos, durante os anos de 1924 a 1928. Verdadeiro cartão postal, sendo a cidade identificada, em todo o País, através de fotografias, algumas noturnas, que apresentam esta ponte ao fundo ou em primeiro plano. Sua construção veio ligar Vitória ao continente, colocando a velha capital em melhores condições de contato com a área cafeeira (sul do Estado). Elo fundamental, iria constituir os alicerces do que hoje se pode chamar de Grande Vitória. A ponte se implantou junto ao local onde iam ter as duas ferrovias do Estado – Leopoldina e Vitória-Minas, fazendo das áreas continentais e de Vitória uma só porção contínua.

Esta ponte foi construída para servir fundamentalmente de ligação dos cais portuário com o continente, quando se optou pela construção do porto de Vitória na ilha e não no lado continental da baía. A administração do Porto de Vitória sempre administrou a ponte, realizando periodicamente os serviços de manutenção. No início dos anos 80, quando da extinção daquela autarquia e a organização da Companhia Docas do Espírito Santo S.A. CODESA, a ponte, já com diversos problemas, ficou anos em abandono. Até que em 1986, com a definição da propriedade da ponte pelo Governo Estadual, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER-ES promove ampla reforma na ponte.

Bem tombado: Museu Solar Monjardim

Proprietário: Fundação Nacional Pró-Memória - MINC

Uso atual: Museu

Data de construção: Século XVIII

Proteção: Tombada pelo Governo Federal (SPHAN) em 25/10/40. Processo nº 228-T. Inscrição no Livro de Belas Artes, nº 289, Folha 50.

Histórico: Construídos no final do século XVIII pelo capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo para sede de sua fazenda de Jucutuquara, a edificação passou para a família Monjardim pelo casamento de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim com uma filha do primeiro proprietário. Ali nasceu e morou o Barão de Monjardim que gerou vasta prole.

O crescimento do bairro de Jucutuquara alterou toda esta ambiência original, mas o casarão, dentro de grande terreno, logrou ficar preservado. Em 1940 é tombado pelo SPHAN, sendo alugado, poucos anos antes, pelo governo Estadual para ali instalar o Museu Capixaba que funcionou até a década de 60. Com a criação da Universidade Federal do Espírito Santo, o Governo da União se interessou em desapropriar o imóvel, o que ocorreu no final dos anos 70, quando o prédio sofre grandes obras e é inaugurado (1980) o Museu Solar Monjardim, mantido por aquela Universidade.

Bem tombado: Palácio Nestor Gomes

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Ruínas

Data de construção: 1923

Proteção: Processo CEC nº 05/80. Tombado no Livro de Tombo Belas Artes, às páginas 1 e 2 sob nº 2 e no Livro de Tombo Histórico às páginas 10 sob nº 81 em 11/06/85.

Histórico: No dia 15 de junho de 1923, o Governo do Estado iniciava gestões, através do presidente do Estado Nestor Gomes, para adquirir uma casa, de propriedade de Antônio Ramalho, visando a construção de um prédio para residência Presidencial. Posteriormente, a edificação foi transformada, com a construção de dois pavilhões laterais. No Governo Florentino Ávidos foi cedido à Santa Casa de Misericórdia para funcionamento do Orfanato Santa Luzia, sofrendo, novamente, reforma para abrigar nos anos 50 o Grupo Escolar “Maria Ericina Santos”. Dessa forma, o referido prédio descreve uma longa trajetória que o identifica, não só à vida administrativa do Estado como, principalmente, integra-se à paisagem urbana do entorno.

O prédio, desde os anos 70, ficou abandonado, tendo sofrido um processo contínuo de arruinamento. Já por ocasião de seu tombamento (1985) as ruínas estavam em adiantado estado de deterioração. Como no governo estadual, proprietário do imóvel, não tomou nenhuma medida destinada a consolidar as ruínas e a dar-lhes um uso compatível, a destruição total se completou. Presentemente (1987), só restam da primitiva edificação os alicerces.

Bem tombado: Antigo Convento do Carmo

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Uso atual: Escolar e Administrativo

Data de construção: Séculos XVII a XX

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84, Processo nº 04/82. Inscrito no Livro Histórico nº 75, Folha 09.

Histórico: Não se tem idéia da data exata da fundação do Convento do Carmo. Sabe-se ao certo que em 1682 o frei Agostinho de Jesus era o seu prior. Um certo capitão Manoel Torres de Sá deixou, no final do século, extensa fazenda em Piranema (Cariacica) que durante muitos anos ajudou no sustento do convento. No século XIX, com a decadência da ordem religiosa carmelita, parte considerável de suas instalações foi utilizada como quartel. Em 1910, D. João Nery funda o colégio Nossa Senhora Auxiliadora (o famoso colégio do Carmo) que é dirigido por irmãs vicentinas, sendo logo equiparado à Escola Normal. Formou muitas gerações de professoras e em anexo funcionava o Orfanato Coração de Jesus e o Externato gratuito São José, até que aquele colégio fechou suas

portas no final da década de 70. Durante muitos anos no prédio funcionou um curso de pintura ministrado pela irmã Tereza Novaes. Após alugado para diversas finalidades, o antigo convento, ou os espaços localizados onde existia o convento, abrigam agora um curso pré-vestibular.

Bem tombado: Concha Acústica

Proprietário: Parque Moscoso

Uso atual: Local de Espetáculos

Data de construção: 1950

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/11/86, Processo 06/84. Inscrição no Livro de Belas Artes, nº 64, Folha 16 e no Livro Histórico nº 29, Folha 24.

Histórico: A Concha Acústica foi construída na década de 1950, estando situada no Parque Moscoso, a partir do Projeto Arquitetônico de Francisco Bolonha. É considerada pela sua beleza e ousadia de suas formas, além de já se ter incorporado à paisagem da Capital Capixaba. Sua inauguração ocorreu no dia 1º de fevereiro de 1953, durante o Governo Jones dos Santos Neves e do prefeito Armando Duarte Rabello. Nas apresentações de inauguração, marcaram presença as programações com a Orquestra Sinfônica da Escola Nacional de Música, sob a regência da maestrina Joanídia Sodré, assim como coros orfeônicos e cantores de reconhecido mérito.

Bem tombado: Pannel do Artista Plático Roberto Burie Marx

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: -----

Data de construção: 1962

Proteção: Processo nº 14/84 – CEC, Livro de Tombo de Belas Artes, às páginas 1 e 2 sob o nº 1.

Histórico: No Governo Jones dos Santos Neves foi iniciada a construção do prédio das Repartições Públicas, situado na Avenida Jerônimo Monteiro, sendo concluído no ano de 1962. A obra arquitetônica foi projetada pelo arquiteto Ari Garcia Rosa, analogicamente guardando características do prédio do Ministério da Educação e Saúde, do Rio de Janeiro. O paisagista e pintor Roberto Burle Marx foi convidado pelo autor do projeto arquitetônico para elaborar um painel, em parede lateral. Posteriormente, a parede foi revestida por lambris de madeira, verificando-se, nesse período, infiltrações no prédio que prejudicaram a pintura. Seu tombamento veio acompanhado por gestões para restaurá-lo.

Bem tombado: Acervo Cultural do Palácio Anchieta

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Museu

Data de construção: -----

Proteção: Processo CEC nº 27/84. Resolução CEC nº 09/85.

Histórico: reconhecendo a importância histórica de 84 peças artísticas pertencentes ao Palácio Anchieta, o Conselho Estadual de Cultural assegurou, através do processo de tombamento, sua permanência, em caráter definitivo, junto à sede do Governo Estadual. O levantamento identificou um acervo pertencente a diversas épocas, a partir de 1886, entre quadros de autores capixabas e estrangeiros, esculturas, utensílios e mobiliário. As primeiras obras remontam ao tempo em que o Governador Jerônimo Monteiro empreendeu reformas significativas no edificio original, onde funcionaram a igreja de São Maurício e o Colégio São Tiago, construído com o trabalho dos indígenas sob a orientação de jesuítas portugueses. Esse edificio, em sua reforma, foi praticamente destruído, na primeira década do atual século, ficando completamente descaracterizado para receber

as instalações de um Palácio, de gosto neo-barroco, sendo a operação encomendada ao arquiteto Justin Nobert. Junto aos adereços arquitetônicos, o Palácio sofreu nova decoração, sendo, então, introduzidos os objetos mais antigos do acervo.

Tabela 5.3.13-1: Sítios Arqueológicos – Litoral Sul ES.

MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO
Itapemirim	CNSA 40361 – ES-VI Nº 15
Piúma	CNSA 40367 – ES-GU-1
Anchieta	CNSA 40401 – Chapada da “A” – ES
	CNSA 40402 – Rio Uma I – ES
	CNSA 40403 – Rio Uma II – ES
Guarapari	CNSA 40404 – Ruínas da Igreja de Nossa Sra. da Conceição - ES

Tabela 5.3.13-2: Sítios Arqueológicos.

MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO
Fundão	CNSA 40361 ES-VI nº 15
Serra	CNSA 4382 ES-VI nº 1
	CNSA 40383 ES-VI nº 2
	CNSA 40384 ES-VI nº 3
	CNSA 40385 ES-VI nº 4
	CNSA 40386 ES-VI nº 5
	CNSA 40387 ES-VI nº 6
	CNSA 40388 ES-VI nº 7
	CNSA 40389 ES-VI nº 8
Vitória	CNSA 56065 ES – VI 7
	CNSA 40390 ES-VI nº 9
	CNSA 40391 ES-VI nº 10
	CNSA 40392 ES- VI nº 11
	CNSA 40393 ES- VI nº 12
	CNSA 40394 ES- VI nº 13
	CNSA 40395 ES- VI nº 14
	CNSA 40396 ES- VI nº 17
	CNSA 40397 ES-VI nº 18
	CNSA 40398 ES-VI nº 19

Fonte: www.iphan.gov.br

Tabela 5.3.13-3: Bens tombados – Litoral Sul ES.

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)	ÁREA (ha)	INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO	INST. RESP.
Bem natural integrante da cadeia de ilhas: do Meio, de Fora e dos Franceses	Piúma	-	Resolução 06/89 de 05/12/89 – Cec	-
Ilha do Gambá	Piúma	-	Resolução Nº 03/86 de 23/01/86	-
Mata Atlântica e seus ecossistemas associados	-	-	Resolução Nº 03/91	-
Monte Aghá	Piúma E Itapemirim	-	Resolução Nº 06/85 de 08/12/85 – Cec	-
Morro do Cruzeiro	Guarapari	-	Resolução 02/92 de 02/07/92	PMG
O Frade e a Freira	Itapemirim E Cachoeiro De Itapemirim	812,2	Resolução Nº 07/86 de 12/06/86 – Cec	-

Fonte: SIAMPES/SEAMA

Tabela 5.3.13-4: Bens Naturais Tombados no município de Serra, Vila Velha e Vitória.

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)	ÁREA (ha)	INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO	INST. RESP.
Mestre Álvaro	Serra	3470	Lei 4507/91	Estado
Praia Mole (Lagoa de Carapebus e Restingas de Praia Mole)	Serra	400	Lei 3002/94	Estado
Morro do Vilante	Serra	-	Lei 2235/99	PMS
Lagoa Jacuném (Remanescentes da Mata Atlântica)	Serra	-	Lei 093/98	PMS
Parque Ecológico Morro do Penedo	Vila Velha	19	Decreto nº 058/94	PMVV
Parque Natural de Jacarenema	Vila Velha	346,27	Decreto nº 033/03	PMVV
Parque Ecológico Jabaeté	Vila Velha	244	Decreto nº 059/95	-
Lagoa Grande	Vila Velha	4,3	Decreto nº 138/95	PMVV
Morro do Moreno	Vila Velha	60	Decreto nº 202/96	PMVV
Morro do Jaburuna	Vila Velha	-	Decreto Municipal nº 140/92	PMVV
Lagoa de Cocal	Vila Velha	2,5	Decreto nº 073/88	PMVV
Morro da Penha	Vila Velha	-	-	IPHAN
Pedra da Cebola	Vitória	-	Resolução nº 10/90-CMPDU	PMV
Pedra dos Olhos	Vitória	-	Tombamento provisório	PMV
Estação Ecológica Ilha do Lameirão	Vitória	-	Lei 3377/86	PMV

Fonte: www.vitoria.es.gov.br, www.serra.es.gov.br e Agenda Metropolitana Vila Velha.